

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE-FLUMINENSE DARCY RIBEIRO  
(UENF)  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM (CCH)  
LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOCIEDADE CIVIL E DO ESTADO (LESCE)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA (PPGSP)**

**Renan Lubanco Assis**

*Morador de Custodópolis e morador de Guarus: a moradia como um símbolo de estigma na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ.*

**Campos dos Goytacazes  
2016**

Renan Lubanco Assis

*Morador de Custodópolis e morador de Guarus: a moradia como um símbolo de estigma na cidade de Campos dos Goytacazes-Rj.*

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Orientadora: Dra. Wania Amélia Belchior Mesquita

Campos dos Goytacazes  
2016

## FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do CCH / UENF

065/2016

A848 Assis, Renan Lubanco.

Morador de Custodópolis e morador de Guarus : a moradia como um símbolo de estigma na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ / Renan Lubanco Assis. – Campos dos Goytacazes, RJ, 2016.  
215 fl. : il.

Orientadora: Wania Amélia Belchior Mesquita.  
Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2016.

Bibliografia: f. 198-212.

1. Sociologia Urbana. 2. Habitação (Espaços Sociais) – Campos dos Goytacazes (RJ). 3. Sociologia da Moral. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD – 363.58098153

Renan Lubanco Assis

*Morador de Custodópolis e morador de Guarus: a moradia como um símbolo de estigma na cidade de Campos dos Goytacazes-Rj.*

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Banca Examinadora

---

Wania Amélia Belchior Mesquita (Orientadora)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

---

Luiz Antônio Machado da Silva  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP)

---

Jussara Freire  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Hernán Armando Mamani  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Luciane Soares da Silva  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Campos do Goytacazes  
2016

Dedico este trabalho aos meus avós  
José (em memória) e Vanda.

## Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer a Margarete, Evaldo, Maria, Pretinho, Dona Mothé, Ângela, Bruna, Juca, Ana Júlia, Júlia, Caroline, Jaqueline, Dona Janaína, Vitor, Seu Manoel, Seu Toni, Vó Bahia, Seu SS, Ana e aos membros da Escola de Samba União da Esperança. Todos estes mencionados aqui contribuíram demasiadamente para que este trabalho não ficasse limitado aos meus “enquadramentos cognitivos”. Neste caso, quem escreveu fui eu, o que não significa dizer que o fiz sozinho. Os diferentes dilemas presentes no bairro só puderam ser acessíveis mediante a colaboração dos interlocutores mencionados.

Gostaria de agradecer ainda a minha orientadora Wania Amélia Belchior Mesquita, que desde o início mostrou-se interessada em encampar as minhas proposições, que na maioria das vezes foram por ela ponderadas. Ela sempre esteve em sua sala disponível, apesar de estar realizando muitas atividades, para me receber e ouvir meus questionamentos em relação a alguns caminhos que eu não estava disposto a seguir. Deste modo sou muito grato a ela por ter me orientado.

Agradeço ao Wellington Paes por ter aberto as portas de seu acervo para que eu realizasse parte da pesquisa documental. Não só abriu as portas, como também confiou a mim exemplares publicados ao final do século XIX, e exemplares do Guia Geral da cidade de Campos.

Sou imensamente grato à Manuela Blanc, uma companheira que foi “obrigada” a conviver com uma tese de doutorado ambulante. Um simples passeio poderia me conduzir para situações de indeterminação que, de algum modo, eram resolvidas em parceria. Além do que fora dito, gostaria de deixar explícito aqui, que muitas das inferências presentes neste trabalho foram discutidas com ela até que fossem melhoradas para finalmente serem incorporadas. Por fim, gostaria de agradecer-lá ainda pela leitura atenta do trabalho após sua finalização.

Agradeço ao grupo de pesquisa do qual faço parte: Cidade, Espaços Públicos e Periferias (CEP28). Este tem elaborado uma agenda de pesquisa que dialoga diretamente com as proposta de investigação presente neste trabalho. Gostaria de agradecer especialmente aos seguintes colegas: Diogo Cruz, Natália Ribeiro, Olívia Nunes, Luciêr Silva, Ailton Júnior, Viviany Soares, Thiara Mourão, Carolina Siqueira, Vania Viana, Marcely de Paula, Raíssa Costa e Heitor Campos. Com estes discuti, quando possível, os meus interesses na pesquisa e o seu andamento. Fico imensamente grato e poder estar contribuindo com a agenda do grupo.

Não posso deixar de mencionar aqui a pesquisadora Jussara Freire, uma pesquisadora que deu grandes contribuições para este trabalho. A sua contribuição deve-se ao fato dela ter me apresentado uma discussão que ultrapassa um debate puramente urbano da Escola de Chicago. Me apresentou, de modo minucioso o pragmatismo dos pais fundadores da Escola de Chicago e as suas influências na sociologia “da crítica” francesa, especialmente estudos debruçados na moral. Por meio de disciplinas oferecidas, conversas no Cep28 e de participação de minha banca de projeto e qualificação, apresentou questionamentos e possibilidades analíticas para os aspectos empíricos que eu lhe apresentava.

Outra contribuição importante para a realização deste trabalho foi a do Hermán Mamani com críticas que me colocavam dúvidas. Estas foram importantes para que eu buscasse resolver as possíveis “indeterminações” de meu trabalho. Acredito que nunca o

satisfarei, pois para cada problema solucionado ele coloca outro. Um processo de investigação sem fim.

Gostaria de agradecer ainda as professoras Luciane Soares da Silva e Teresa Peixoto Faria e ao professor Edilson Márcio da Silva pelas contribuições dadas em minha defesa de projeto. Estes participaram de uma primeira avaliação do trabalho, quando este ainda estava em suas fases iniciais de desenvolvimento. Agradeço imensamente pelas considerações que foram dadas, pois estas orientaram os enquadramentos que foram dados a este trabalho.

Agradeço aos professores Luiz Antônio Machado da Silva e Hernán Mamani e as professoras Jussara Freire e Márcia Leitão Pinheiro pela participação na banca de qualificação deste trabalho. As referidas participações me ofereceram grande suporte epistemológico para que eu pudesse de alguma forma, tornar as minhas ideias mais claras. Espero ter conseguido.

Gostaria de agradecer ainda aos seguintes professores e professoras: Alexandre Werneck, Gabriel Noel, Nathália Bermúdez, Pedro Bodê, Marcus André Silva, Mauro Kuri, Lia Rocha e Marcos Cezar Alvarez. Estes, na condição de debatedores, coordenadores ou apresentadores de trabalhos de grupos de trabalho (GT) que participei durante o desenvolvimento da tese, contribuíram imensamente, seja com a sugestão bibliográfica, ou com a sugestão de novos problemas. Possuo em minhas cadernetas cada comentário feito ao longo dos quatro anos de trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política por ter aceitado a minha a proposta de projeto e pelo apoio institucional que me foi dado ao longo destes quatro anos de pesquisa. Apesar de ter suas limitações colocadas pela sua posição geográfica, abriu um horizontes de possibilidades que me proporcionou acesso as principais discussões sociológicas contemporâneas.

Gostaria de agradecer aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política não somente pelas disciplinas ofertadas, mas ainda pelas constantes indagações colocadas, seja em atividades realizadas pelo programa de pós-graduação, seja nos corredores da universidade.

Agradeço aos meus colegas de programa Bernardo Molina e Artur Cipreste pelas inúmeras discussões sobre a relação entre nossos objetos e recortes metodológicos. Em situações informais discutíamos as possíveis limitações e possibilidades oferecidas pelas ferramentas que possuíamos.

Agradeço ainda a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pela bolsa concedida durante o período de quatro anos. Agradeço ainda a Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes), que por meio do Programa de Apoio a Pós-Graduação (Proapi) financiou algumas de minhas atividades relacionadas à apresentação de trabalhos em congressos nacionais e internacionais.

“Por ser de lá  
Do sertão, lá do cerrado  
Lá do interior do mato  
Da caatinga e do roçado  
Eu quase não saio  
Eu quase não tenho amigo  
Eu quase que não consigo  
Ficar na cidade sem viver contrariado”.  
Dominguinhos – Lamento Sertanejo.



## Índice de ilustrações

Figura 1: Estradas de ligação entre Custodópolis e as duas principais usinas da Margem Esquerda do Rio Paraíba do Sul. ....	49
Figura 2: Recorte do Mapa Topográfico de 1785, elaborado Couto Reis. Encontro da Estrada do Calabouço (Av. Senador José Carlos Pereira Pinto) com Estrada do Nogueira (Av. Hopólito Sardinha). ....	58
Figura 3: Mapa de Campos de 1950, com Plano de Remodelamento de 1944. ....	66
Figura 4: Gratidão popular da “Cidade de Palha”. ....	100
Figura 5: Mapa do bairro vivido e área comercial.....	111
Figura 6: Conexão na roça. Imagem extraída da página do Facebook da Igreja Batista de Custodópolis. <a href="https://www.facebook.com/photo.php?fbid=749918228448261&amp;set=a.302416223198466.60625.100002902715370&amp;type=3&amp;theater">https://www.facebook.com/photo.php?fbid=749918228448261&amp;set=a.302416223198466.60625.100002902715370&amp;type=3&amp;theater</a> .....	135
Figura 7: Áreas do Programa Habitacional Morar Feliz. ....	182

## Índice de tabelas

Tabela 1: População do Município de de Campos dos Goytacazes por Freguesia: Projeção feita para 1881 (Almanak de Campos). ....	47
Tabela 2: Categorias morais nas notícias de um periódico local.....	212

## Sumário

Agradecimentos .....	vi
Índice de ilustrações.....	ix
Índice de tabelas .....	ix
Resumo.....	xii
Abstract .....	xiii
Introdução.....	14
A pesquisa .....	20
1. Moralização da Cidade: considerações teóricas .....	20
1.2 O texto pelo autor .....	28
1.3. Do bairro ao campo: de “nativo” à pesquisador-nativo. ....	35
Aspectos da historia social de Guarus.....	42
2.0 <i>O povo da Vila de São Salvador [aterrado] com notícias que recebia de Guarulhos:</i> clarificando os limites da cidade. ....	42
2.1 <i>Das Terras de Custódio</i> ao núcleo urbano Cidade de Palha: circulação e urbanização do norte do município.....	48
2.2 Um bairro no âmbito da luta de classes.....	61
2.3 <i>A Corneville</i> campista .....	70
2.4 “uma favela plana denominada Cidade de Palha” .....	71
2.5 A situação problemática definida pela investigação.....	76
O bairro na cidade .....	77
3.0 Da roça à Custodópolis: ocupantes das Terras de Custódio. ....	77
3.1 Margarete: moradora do <i>bairro de proletários</i> . ....	79
3.2 O acesso ao <i>outro lado</i> via Instituto Federal: a terceira geração de migrantes. ....	87
O bairro vivido pelos seus moradores.....	95
4.0 A política no bairro: a “utilidade pública” das instituições do bairro. ....	95
4.1 <i>Custodópolis são só duas ruas</i> : compreendendo a organização física e social do bairro. .....	110
4.2 Redefinição da situação na Cidade de Palha: novos repertórios de objetos embutidos no <i>progresso</i> .....	118
Os moradores de Custodópolis/Guarus na cidade: a região como um símbolo de estigma....	136
5.0 Rumores sobre Guarus.....	136
5.1 <i>Quem mora na palha é rato</i> : desqualificado do <i>lado de lá</i> .....	138
5.2 <i>Guarus como uma coisa só</i> : a parte no todo e o todo na parte. ....	143

5.3 <i>Pra ser morador de Custodópolis tem que andar de ônibus, ser empregada doméstica:</i> expectativas sobre o morador de Custodópolis na atualidade.....	149
5.4 <i>Mentalidade daqui e mentalidade de lá: dilemas morais de uma jovem criada do outro lado.....</i>	164
5.5 “O pessoal das casinhas”: a redefinição da situação e as novas categorizações morais.	180
Considerações finais.....	192
Morar bem e Morar mal? Categorizações reais em seus efeitos. ....	192
Bibliografia .....	198
Sites consultados:.....	209
Periódicos:.....	209
Anexo. ....	212

## Resumo

ASSIS, Renan Lubanco. *Morador de Custodópolis e morador de Guarus: a moradia como um símbolo de estigma na cidade de Campos dos Goytacazes-Rj*. Tese de Doutorado em Sociologia Política. Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), 2016.

Este trabalho se debruça na trajetória moral de um bairro da cidade de Campos dos Goytacazes – RJ, cuja formação inicial era composta por ex-escravos e trabalhadores rurais do interior do município. Trata-se do bairro de Custodópolis, que inicialmente fora chamado “Cidade de Palha” devido ao padrão da construção das casas dos primeiros moradores, que eram feitas de bambu, barro e telhado de palha. O bairro surgiu de um projeto de autofinanciamento feito pelo antigo dono das terras e integrou um projeto de expansão da cidade de Campos dos Goytacazes em direção a norte do município. A partir da ampliação das estradas o bairro foi sendo ocupado e acabou se tornando uma centralidade nos seus arredores devido à diversidade de serviços presentes. Após anos 1940, passou a integrar o projeto dos “parques proletários” do Governo de Getúlio Vargas e vivenciou o que eu irei chamar de limpeza moral como uma forma de se adequar ao projeto de combate ao problema favela presente na cidade do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que o bairro se formou no 3º subdistrito de Guarus, uma localidade que fora historicamente desqualificada por ser, em seu primeiro momento, território indígena e área de quilombos, o que fez com que a mesma fosse categorizada como “violenta” em diferentes situações de disputas. As diferentes situações elaboraram as categorias morais de desqualificação: “morador de Guarus” e “morador de Custodópolis” cujos efeitos são sentidos pelos moradores da localidade que acessam os diferentes estabelecimentos presentes na sede do município, separada da localidade pelo Rio Paraíba do Sul. Neste caso, o cerne do trabalho é a elaboração de categorias morais para designar diferentes regiões da cidade e os seus respectivos moradores. Para que fosse possível tal empreendimento, realizei um trabalho de inspiração etnográfica com entrevistas e análise de periódicos que traziam alguma informação sobre Custodópolis ou sobre Guarus.

Palavras-chave: Categorização moral, pragmatismo americano, sociologia da moral, cartografia moral, cidade, bairro.

## Abstract

ASSIS, Renan Lubanco. *Resident of Custodópolis and resident of Guarus: the habitation as a symbol of stigma in the city of Campos dos Goytacazes-RJ*. Tese de Doutorado em Sociologia Política. Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), 2016.

This work focuses on the moral trajectory of a neighborhood in the city of Campos dos Goytacazes - RJ, whose initial training was composed of former slaves and rural workers within the municipality. This is the Custodópolis neighborhood, which initially was called "Cidade de Palha" due to the standard construction of the houses of the first inhabitants, which were made of bamboo, mud and thatched roof. The neighborhood came from a self-financing project made by the former owner of the land and integrated an expansion project of the city of Campos dos Goytacazes towards the north of the municipality. From the expansion of roads and the neighborhood it was busy and eventually became a central role in its surroundings due to the diversity of services present. After 1940, he joined the project of "working class neighborhoods" of the Getúlio Vargas government and experienced what I will call *moral cleanness* as a way to suit the combat design to *problem slum* present in the city Rio de Janeiro. It is noteworthy that the district was formed on the 3rd sub district Guarus, a location that was historically disqualified for being, in his first time, indigenous lands and quilombos area, which meant that it was categorized as "violent" in different situations disputes. Different situations have developed the moral categories of disqualification: "Guarus dwellers" and "Custodópolis dwellers" whose effects are felt by local residents who access the different establishments present in the county seat, separated from the village by the Rio Paraíba do Sul. In this case the work of the heart is the development of moral categories to designate different areas of the city and their inhabitants. To make it possible such an undertaking, carried out an ethnographic inspiration to work with interviews and analysis of journals that brought some information about Custodópolis or on Guarus.

Keywords: Categorization moral, American pragmatism, moral sociology, moral cartography, city, neighborhood.

## Introdução

Com o auxílio de abordagens pragmatistas que deram início aos estudos urbanos realizados na Escola de Chicago, bem como, os que foram influenciados por estas, buscarei construir esta tese de doutorado, cuja investigação confere atenção privilegiada aos dados empíricos.

O objeto deste estudo é a trajetória moral de Custodópolis, um bairro situado em Guarus, 3º Subdistrito da cidade de Campos dos Goytacazes que está localizada ao norte do Estado do Rio de Janeiro. O bairro, como demonstrarei mais detalhadamente no decorrer do trabalho, surgiu a durante os anos 1930, a partir de uma proposta de autofinanciamento feito pelo antigo dono das terras. Este, vinculado ao Partido Comunista do Brasil (PCB), idealizou uma espécie de moradia popular para primeiros ocupantes trabalhadores das suas antigas terras, denominadas Terras de Custódio.

Custodópolis está situada a 6 km da área central da cidade e possui um comércio local dinâmico, serviços de atendimento médico público e privado, escola de samba, igrejas de diferentes denominações e consultórios dentários que conferem ao bairro relativa centralidade em relação aos demais bairros do seu entorno. Aliás, os relatos e documentos que descrevem a trajetória do bairro o caracterizam como possuidor diversas atividades culturais desde a sua formação. Estas ocorriam, sobretudo, na Praça José Dias Nogueira, em termos nativos: “pracinha”.

Ao optar por investigar o bairro percebi uma série de possibilidades, dentre elas a que pareceu mais óbvia foi a violência, pois assim o bairro é categorizado pela mídia impressa e em pesquisas acadêmicas. A violência será tomada na pesquisa como uma categoria moral de desqualificação do lugar, pois é destacada pelos interlocutores deste trabalho como sendo um termo empregado pelos de fora para categorizar os bairros situados em Guarus. No tocante ao processo de categorização, este é importante para que possamos entender os processos de assimilação dos moradores de Custodópolis e de Guarus na cidade de Campos dos Goytacazes.

Como já mencionado anteriormente, o bairro existe desde os anos 1930, porém, com outra denominação: Cidade de Palha. Esta denominação fora dada devido ao padrão de construção das casas dos primeiros moradores que o ocupou. As casas eram construídas pelos próprios moradores que contavam com os seguintes materiais: barro,

bambu, cipó e taboa (Planta da família das *Thyphaceae*). As casas eram feitas com recursos disponíveis na localidade, e o padrão de construção dos moradores nomeou a localidade.

Os primeiros moradores que ocuparam a localidade foram descendentes de pessoas escravizadas e comerciantes. No tocante ao primeiro grupo, há toda uma discussão já realizada sobre a localidade como sendo um quilombo (Cordeiro, 2012). Ao entrevistar um antigo morador de um antigo quilombo situado ao norte do município, o seu interlocutor afirmou ter morado na localidade durante a sua infância. Os signos (Goffman, 1951) decorrentes de uma presença negra no lugar são evidentes em melodias presentes na escola de samba, no jongo e nos terreiros, os dois últimos, menos intensos atualmente. Os signos deixados no bairro pela presença negra eu denominarei *moralidade quilombola*, pois esta deixou uma herança (material e imaterial) que ainda se faz presente nas práticas cotidianas dos moradores “mais antigos”.

É importante, antes de adentrar na próxima discussão, definir o que é compreendido aqui por moralidade. Moralidade é o *valor* que coordena a ação, portanto, há uma relação íntima entre *valor* e/ou *valores* e a ação. Deste modo, podemos pensar em simples ações individuais como reflexos de valores compartilhados, sejam eles de cunho religioso, político ou cultural. Objetos e ações presentes em uma cena referenciam os valores presentes na mesma

Para tornar mais claro tentarei usar um dos exemplos disponíveis no universo empírico que deu origem a este trabalho. Vó Bahia é Mãe de Santo e Filha de uma Mãe de Santo que se mudou para o bairro nos anos 1950. Sua mãe desempenhou um importante papel no bairro antes da chegada dos protestantes e do fechamento do catolicismo para o sincretismo. Sua mãe era moradora do Imbé, uma região do interior de Campos e área de quilombos (Cordeiro, 2012). A religião dela é um dos elementos que estão relacionados à moral quilombola. Porém, a urbanização do bairro levou consigo o protestantismo e um maior alinhamento da capela local que, inclusive, passou à paróquia. As práticas de Bahia não são tão valorizadas no bairro atual como no tempo de sua mãe. Ela relatou, inclusive, que não consegue mais fazer trabalho nas encruzilhadas devido à presença dos crentes. A prática de Vó Bahia a relaciona a uma moral que entra em conflito com novos ordenamentos morais impostos pelo atual catolicismo e igreja evangélica. Neste caso, moral é aquilo que torna uma prática

aceitável pelos membros de um grupo. Portanto, no intuito de adequação as novas situações que são impostas, há um processo contínuo de *limpeza moral*<sup>1</sup>.

A primeira ocupação da localidade denominada Cidade de Palha delineou o núcleo do bairro, onde funciona a praça. Relatos presentes no bairro apresentam diferentes momentos pelos quais o bairro passou e esses serão tomados por mim como repletos de ações coletivas ou individuais de limpeza moral. Em um primeiro momento, a Cidade de Palha possuía uma forte presença negra que estava relacionada à imagem do Doutor Custódio Siqueira, membro do Partido Comunista que se opunha ao governo Vargas, e após a morte de Custódio Siqueira, o interventor Amaral Peixoto buscou aproximação do bairro através do Governo de Salo Brand, prefeito da cidade no ano de 1947.

No ano mencionado acima, não somente em Campos, mas ainda no Rio de Janeiro (Leeds e Leeds, 2015), Getúlio Vargas buscou aproximação das áreas denominadas “favelas” devido um temor de uma aproximação destas com o Comunismo. A partir de então o bairro passa a ser denominado objeto de política pública e denominado “bairro de proletários” por um Guia Geral que fora criado no ano de 1944, cujo principal objetivo era trazer informações sobre o município para dar auxílio ao governo de Salo Brand. A partir de então a Cidade de Palha se insere nos projetos dos parques proletários realizados em âmbito nacional, cuja função principal era evitar o aumento das construções irregulares, neste caso, combater o *problema favela* (Valladares, 2005).

O citado projeto torna evidente uma política de limpeza moral de áreas de expansão urbana, na qual Custodópolis é inserida. No ano de 1947, após o falecimento do Dr. Custódio Siqueira, o nome do bairro é alterado para o atual, Custodópolis. Eis o primeiro movimento de moralização que, de algum modo, buscava dissociar o bairro dos elementos que o compunham em sua formação inicial. As casas de palha passaram a compor o “tempo de escravo”, neste caso, uma categoria nativa que faz uma *síntese* (Elias, 1998) de um período que está para os moradores em oposição ao “progresso”, que seria a realização de obras públicas no bairro.

Serão contemplados na tese os diferentes *momentos de disputas* (Boltanski e Thévenot, 1991) envolvendo moradores do bairro e moradores da margem direita do Rio Paraíba do Sul, neste caso, “o lado de lá”. Atravessar a ponte era e ainda é vivenciar

---

<sup>1</sup> Machado da Silva, 2008.



um momento de disputa e ter acesso às categorias morais de desqualificação do bairro que acabam incidindo sobre os moradores do mesmo. Tenho plena consciência da noção de moral presente na obra de Thévenot e Boltanski e esta não será mobilizada aqui, o que me interessa é a noção de momento crítico/disputa. Os autores tomam o momento crítico como uma situação em que os princípios de justiça que regem a mesma são estandardizados, e em meu caso, contribuirá para que e eu possa compreender os princípios que qualificam os moradores e suas respectivas regiões de moradia na cidade de Campos dos Goytacazes. Assim, pretendo trazer à tona uma *cartografia moral* da cidade delimitada pelas categorias nativas presentes nas disputas envolvendo moradores do lado de cá, neste caso, Custodópolis e Guarus, e moradores do lado de lá, as saber, aqueles que são destacados pelos interlocutores deste trabalho como moradores da margem direita do Rio Paraíba do Sul.

A trajetória de Custodópolis na cidade sempre fora marcada pela categorização moral de seus respectivos moradores, ora associada à moradia precária, ora à violência, que é o caso da terceira geração das famílias de migrantes, que hoje estão acessando universidades e cursos técnicos oferecidos por instituições situadas na margem direita do rio. Acessar essas instituições os expõe às críticas elaboradas pelos seus novos pares. A interação entre moradores de Custodópolis e moradores do “lado de lá” faz com que os primeiros se percebam categorizados de um modo não correspondente com as expectativas que possuíam de si antes das situações experimentadas ao atravessarem a ponte.

Para esta discussão transitarei por descrições de situações apresentadas pelos meus interlocutores, sejam eles jovens, relatando situações atuais, sejam os mais idosos, relatando situações vivenciadas em outro momento do bairro. Irei ainda adentrar em periódicos locais cujas notícias categorizam moralmente o 3º Distrito como um todo e estabelecerei uma conexão entre a categorização do distrito e a do bairro, destacando como Guarus é tomada como uma grande *região moral* (Park, 1948a) que afeta o modo como o bairro é categorizado. Neste caso, veremos como os moradores de Guarus são tomados como equivalentes aos moradores de Custodópolis e vice versa.

Como destacado acima, a moralização da região de Guarus acaba por estabelecer um delineamento entre diferentes *perfis* de moradores da cidade. Pode-se afirmar então que um morador de Campos é um “campista”? Buscarei problematizar situações na quais o “morador de Campos” é campista de um ponto de vista formal, mas não de um ponto de vista moral. Eu, por exemplo, um ex-morador de Custodópolis, até me deparar

com o *outro lado* me definia como um campista. Após uma situação de disputa comecei a me entender como morador de Campos para os não campistas e morador de Guarus para os campistas.

A partir da última afirmação gostaria de deixar bem claro que este trabalho não é isento de *lado*. Eu diria que a orientação de minha abordagem foi sendo assumida processualmente no decorrer do desenvolvimento do trabalho, quando me percebia dentro de meu próprio texto. Esta orientação, inclusive, eu alcancei não apenas em campo, mas após ler trabalhos acadêmicos e históricos sobre Campos que, de certo modo, ignoraram a o “lado de cá”.

A minha orientação metodológica é de inspiração etnográfica. Esta poderá me oferecer ferramentas para a elaboração de uma *descrição densa* (Geertz, 1988). *Andar, ver* (Silva, 2009) e ouvir são ações indispensáveis para a realização de um trabalho que propõe entender os sentidos dados as atividades de uma determinada situação social na qual os atores standardizam as suas avaliações sobre os outros e sobre si, que a propósito, não estão presentes apenas em falas e gestos, mas ainda, em objetos que compõe os cenários.

No primeiro capítulo intentarei elaborar uma descrição da experiência do autor como nativo de seu próprio espaço de observação, destacando como experiência como *nativo* é fundamental para concepção e efetivação da pesquisa, bem como a incorporação teórica. No tocante a apresentação teórica, esta irá caminhar por alguns autores clássicos e contemporâneos do pragmatismo americano e as influências destes na fenomenologia social e na sociologia da moral.

No segundo capítulo, por meio de uma análise documental e bibliográfica sobre alguns aspectos históricos da cidade de Campos, farei uma espécie de história social do 3º Subdistrito de Guarus e da cidade de Campos, com via de entender as disputas que incidiram na formulação de categorias morais de desqualificação da região de Guarus, que em diferentes momentos de sua história fora qualificada como “perigosa”, seja por meio de rumores, seja por meio de notícias que tomavam a localidade como perigosa para a circulação.

Ainda no segundo capítulo, adentrarei no período da formação do bairro de Custodópolis, que em um primeiro momento, fora chamado de Cidade de Palha devido ao seu padrão de construção. Este período sucumbiu a um processo de repartição das terras e loteamento realizados pelo antigo proprietário do local, o Dr. Custódio Siqueira. Contudo, as casas de palha foram dando lugar as casas de alvenaria e, posteriormente,

com o falecimento do referido proprietário das terras, o bairro passou a ser chamado de Custodópolis como uma forma de homenageá-lo.

A partir da década de 1940, o bairro, através da realização do “plano de melhoramentos” do então prefeito Salo Brand, é incorporado à área urbana da cidade de Campos, pois integrava um projeto de expansão da malha urbana de campos em direção ao norte do município. Ainda no segundo capítulo, buscarei destacar nas situações problemáticas elaboradas a partir da chegada de uma instituição de atendimento médico, odontológico, psicológico e de assistência social, o Centro Social Universitário (CSU), e estabelecer um nexos entre as pesquisas realizadas e a *efetivação*<sup>2</sup> das categorias morais que qualificavam e ainda qualificam o bairro a partir de um olhar externo.

No terceiro capítulo o trabalho começa finalmente a adentrar em algumas trajetórias de vidas que constituíram e ainda constituem o bairro. As trajetórias serão tomadas como *casos particulares do possível*<sup>3</sup> com via de sintetizar experiências que viveram no bairro em suas diferentes fases, que vai desde o momento em que o mesmo era cercado por canaviais e habitado por grupos que possuíam baixa qualificação profissional, até o atual período, em que os seus moradores possuem uma circulação mais ampla na cidade e acessam instituições de ensino superior e técnico. Neste capítulo tomarei dois casos emblemáticos: Um de uma família que mora no bairro desde que o mesmo fora loteado, e outro, de uma jovem da terceira geração de uma família que migrou para o bairro após os anos 1950.

No quarto capítulo buscarei realizar uma descrição mais densa da interação dos moradores no interior do bairro, seja por meio de ações políticas, seja por meio de atividades econômicas, ou mesmo, pelo simples ato de morar no bairro. No tocante a ação política, esta foi fundamental para a constituição da localidade, pois foi mobilizada pelos atores como um recurso de limpeza moral com a finalidade de eliminar a *má reputação* do lugar. Aprenderemos ainda nesse capítulo, o modo como os moradores operacionalizam uma cartografia territorial do bairro e como esta está vinculada não apenas aos recursos técnicos, mas a uma relação de familiaridade que delineia um bairro não pelos traçados das ruas, e sim, pelos moradores destas. Por fim, veremos os diferentes movimentos migratórios e o modo como estes redefiniam as situações existentes no bairro. Neste caso, a noção de *sucessão populacional* (Park, 1936) é

---

<sup>2</sup> Werneck, 2009.

<sup>3</sup> Bachelard, 1946.

fundamental para entendermos as mudanças efetuadas pelas novas ondas migratórias que adentraram ao bairro.

Por fim, adentraremos no que eu considero a parte central do trabalho: categorização moral dos moradores da margem esquerda do Rio Paraíba do Sul: Guarus e Custodópolis. Nesse capítulo, sobretudo, por meio de entrevistas, demonstrarei no modo como a moradia em Guarus e Custodópolis é um *símbolo de estigma* (Goffman, 1988) na cidade de Campos em relação à moradia na margem direita do Rio Paraíba do Sul, um *símbolo de prestígio* (op. cit.) na axiologia dos meus interlocutores.

Apresentarei dois períodos específicos: o primeiro é sistematizado através dos relatos de moradores que se mudaram para o bairro nos anos 1960, e enfrentaram diferentes momentos de disputa na margem direita, onde o lugar de moradia destes era categorizado moralmente como desqualificado por meio de comentários jocosos e até mesmo em tons de advertência dado ao perigo atribuído à localidade; o segundo é o período atual, no qual, os netos dos migrantes que chegaram à localidade a partir dos anos 1950, se deparam com comentários jocosos proferidos sobre os seus locais de moradia. A desqualificação contínua da localidade acaba por incidir negativamente no modo como esses jovens passam a perceber o bairro, que, de um ambiente familiar, passa a ser tomado por estes como um local ao qual se deve manter distância, um dispositivo de limpeza moral.

## A pesquisa

### 1. Moralização da Cidade: considerações teóricas

Esta tese lança mão de debates que gravitam em torno da moral, porém, busca uma maior aproximação com estudos que se debruçam no pragmatismo americano. Este forneceu amplo suporte para os principais debates urbanos da Escola de Chicago surgidos a partir de uma junção entre uma “visão de mundo tanto teórica quanto prática” (James, 1904). Neste caso, com uma grande contribuição de Dewey, um tomado por William James como um “empirista puro”, cuja sua palavra favorita é *situação* (op. cit.).

A situação, neste caso, é entendida, grosso modo, partir de uma interação sem fim entre *ambiente* e *organismo*. Neste caso: *realidade*, “um todo em virtude de sua qualidade difundida” (Dewey, 1938, 68). Esta se apresenta para o indivíduo a partir de

símbolos presentes no *universo da experiência*. Neste último os atores confirmam ou problematizam as suas experiências anteriores.

O conceito de situação é caro para este trabalho. Dentre os pesquisadores que se debruçaram nessa perspectiva, poderia citar o William Thomas (1905; 1919; 1923; 2006) que define uma situação social como um conjunto de atos passíveis de exames e deliberações. Neste caso, toda conduta derivará de uma série de definições. A moralidade, nesta perspectiva, seria a definição aceita como válida da situação. Para além da Abordagem de Thomas, Goffman (2012 [1974], p. 23) aposta em uma definição da situação para além da atividade em curso. Os que estão envolvidos na situação, neste caso, não a criam. Estes a avaliam para então agir. Em uma abordagem contemporânea, da sociologia francesa da moral de Thévenot e Boltanski (1991), a situação é definida como o momento em que os atores vivenciam uma disputa que lhes exige provas, neste caso, um regime de justificação, que pode ser traduzido como um ordenamento de interação entre pessoas e objetos em um ambiente imediato (Vandenbergue, 2006, p. 331).

Interessa-me compreender situações nas quais os atores formulam categorias morais a partir de *disputas*<sup>4</sup> ou *situações indeterminadas* vivenciadas em situações de copresença. No tocante a *situação indeterminada*, esta é pensada por Dewey (1938) como um momento no qual o ator se vê diante de uma situação não objetivada. Esta situação contraria o que Mead (1903) denomina objetividade, que seria “um processo cognitivo que atingiu o seu sucesso”. Este fornece o *critério de objetividade* para que os atores *in situ* possam interagir em um ambiente minimamente estável. A quebra desta estabilidade possibilita aos envolvidos uma *crítica lógica*, que segundo Wundt (1897) surge a partir do momento em que as interpretações das experiências anteriores são contrariadas.

É nesse bojo teórico que surgem investigações do mundo prático vivido pelos imigrantes que, ao chegarem aos Estados Unidos da América, *interromperam o fluxo do hábito* (Thomas, 1905), tanto para estes, que se depararam com um novo mundo, quanto para os estadunidenses que os receberam. Esta interrupção provocou uma *redefinição da situação* (Thomas e Znaniecki, 2006), neste caso, a formulação de novos referenciais de coordenação das atividades concretas.

---

<sup>4</sup> A ideia de *disputa* (Boltanski e Thévenot, 1991) é pertinente neste debate como uma ferramenta analítica para pensar no espaço urbano como penetrado por diferentes quadros de referências.

Quais são as definições que *validam* as experiências vividas pelos interlocutores desta pesquisa? Quais objetos<sup>5</sup> participam dessas situações? Na medida em que as situações são experimentadas, novos referenciais são elaborados. Deste modo, novos contextos de significados são delineados e, conseqüentemente, irão produzir novas definições. A situação, neste caso, é o que ocorre quando os atores estão envolvidos em um encontro *habitual* ou de *disputa* entre diferentes ordens no espaço urbano.

Como este estudo versará sobre as relações entre atores de um contexto urbano, cabe o estabelecimento de um nexos reflexivo com a sociologia urbana, sobretudo a de Robert Ezra Park, que se debruçou nos estudos sobre os grupos urbanos. A cidade na leitura da *ecologia humana* é um conjunto de *áreas naturais* nas quais os grupos tenderão a assumir um “padrão” ou “tipicidade”. Deste modo, a cidade é muito mais do que um agregado populacional. Ela é, na compreensão de Park (1928, p. 885), um conjunto de *ordens morais*.

Para um entendimento da cidade que dê conta da análise que será realizada neste trabalho a tomarei uma entidade física dotada de uma cartografia moral. A cartografia moral delinea-se na categorização moral de determinados lugares e incide direta ou indiretamente em uma qualificação dos moradores dos diferentes bairros e/ou distritos de uma cidade. Para pensar a cartografia moral, cabe um diálogo com Freire (2005, 68), quando esta fez menção a noção de *mega-área moral* se referindo aos sentimentos despertados em torno da categoria “Baixada Fluminense”, neste caso, um lugar categorizado nas interações cotidianas como “outro mundo”, “lugar de desova” (op. cit., p. 74), enfim, um lugar que se deve temer. Para completar, mas não esgotando as contribuições que a autora ainda dará para este trabalho, cabe uma compreensão do que ela denomina *lugar mental* (op. cit. 68), neste caso, uma cartografia mental na qual os atores se movimentam no espaço levando em consideração não apenas aspectos físicos, mas, sobretudo, morais, que no meu entendimento, são predominantes na circulação urbana. Ao ir de um lugar à outro o ator considera a cartografia moral da cidade. A cartografia moral está em constante alteração, e a sucessão populacional exerce um papel extremamente importante nesse processo.

---

<sup>5</sup> No tocante a compreensão de objetos neste trabalho, estes são tomados como compostos de signos que emitem significados. Estes são e enunciadores do mundo que fazem parte. Uma planta, por exemplo, pode não ser somente uma planta, mais ainda, um talismã utilizado por determinada religião. Um padrão alimentar poderá evidenciar origem social de um dado grupo. Neste caso, os “atores não humanos” (Latour, 2005) são simetrizados aos humanos na experiência social.

O conceito de sucessão empregado aqui é uma colaboração do Robert E. Park (1948, p. 320). Para tornar o conceito mais claro, empregou o que ele definiu como “teoria catastrófica” da história– referindo-se à “teoria de Teggard” -, na qual:

Cada ordem social sucessiva tem sua origem nas condições criadas pela ordem anterior; de que a sociedade está continuamente renascendo, mas que de quando em quando surge uma sociedade nova e fundamentalmente diferente.

O primeiro trecho da citação pode ser entendido como uma sucessão geracional, mas, ao final da citação, há menção de uma mudança mais radical, o que pode ser explicado pela migração ou criação de grandes conjuntos habitacionais. O crescimento urbano, neste caso, irá constantemente impor aos antigos moradores uma reordenação moral. Sobre este aspecto Park (1948a, p. 131) nos fornece uma explicação muito clara, pois estava debruçado em uma agenda de pesquisas sobre o crescimento relacionado aos imigrantes nos Estados Unidos da América. Vejamos a seguir o trecho:

[...] Constitui um verdadeiro problema a assimilação dos naturais de um lugar; é o problema da educação das crianças nos lares e dos adolescentes nas escolas. Mas assimilação de imigrantes adultos, procurando lugar para eles na organização comunal, é o problema ainda mais sério [...].  
[...] Quando o crescimento é dividido à imigração, a mudança social é necessariamente mais rápida e mais profunda [...].

O trecho acima, de modo incisivo, destaca o *problema* de um crescimento rápido de uma cidade devido à imigração. Neste caso, novos ordenamentos são colocados para os “moradores antigos”, o que incidirá, inclusive, em uma categorização moral entre os antigos e os novos espaços habitados. Tornar-se parte da nova comunidade desencadeará, neste caso, em situações de disputas.

Cabe aqui uma reflexão que possibilite pensar em uma espécie de “moralização” dos lugares da cidade a partir da noção de *cit  doméstica*<sup>6</sup> pelos “moradores antigos”. Nas abordagens empíricas que serão colocadas mais adiante destacarei algumas situações de disputas nas quais o “campista”   uma categoria moral mobilizada para caracterizar o morador da cidade de Campos dos Goytacazes em contraste com o “morador de Guarus”, habitante da área moralmente segregada em relação   primeira.

Para um entendimento do *modus operandi* da relação de copresença entre o “campista” e o “morador de Guarus”, cabe à noção de *cit  doméstica* elaborada por Thévenot e Boltanski (1991, pp.116-126), cujo engajamento é medido pela familiaridade e proximidade dos atores envolvidos. Neste caso o princípio de qualificação dos atores é orientado pela tradição, proximidade e familiaridade. Estes

---

<sup>6</sup> Thévenot e Boltanski, 1991.

elementos conjugados conferem laço aos seres em relação (Boltanski, 2001, p. 16). Este conceito combinado com a noção de “região moral” de Park podem ser importantes acessórios da *caixa de ferramenta*<sup>7</sup> que disponho para a reflexão da categorização moral da área urbana da cidade de Campos<sup>8</sup>.

No tocante a categoria nativa “campista”, o trabalho de campo me permitiu identificar como esta é mobilizada não apenas como sinônimo de gentilidade, mas em relação a um regime no qual os atores são qualificados a partir dos seus locais de moradia no interior de uma mesma cidade. A partir dos dados empíricos que serão apresentados no decorrer deste trabalho, intentarei sistematizar algumas categorias morais que são mobilizadas recorrentemente na cidade com a finalidade de qualificar o que viria ser o “morador do lado de lá” e “morador do lado de cá”, dois modos de categorização centrais aos argumentos que serão desenvolvidos. A partir deste quadro, acionarei uma discussão acerca das diferentes *cadeias de reputação* (Blanc, no *prelo*) em disputa na cidade.

Para complementar a reflexão das definições dadas às situações que serão colocadas adiante, contarei ainda com a noção de *cit  de renome* (op. cit., pp. 126-127), na qual o princípio de avaliação dos atores é a opinião de uns sobre os outros. O que está em questão nesta *cit * é a valoração e a estima conferida aos presentes em uma dada situação. Neste caso, os *rumores*<sup>9</sup> são mobilizados como meio de disseminar informações que podem qualificar aqueles que estão em situações de copresença. Estes destacam as marcas e os emblemas como elementos importantes na transmissão de mensagens. Com relação a estas *marcas*, creio que a análise goffmaniana fora mais convincente quando este estabeleceu uma relação entre os *signos* e *símbolos* em situações de copresença. Em sua abordagem Goffman toma os signos como capazes de produzir símbolos que dividem o mundo social em *categorias* de pessoas (Goffman, 1951, p. 294).

Goffman (1988) delineou dois aspectos importantes que são considerados em uma rela o de copresença, a saber: os *símbolos de prestígio* e os *símbolos de estigma*. Ambos transmitem informa es sociais sobre um indivíduo ou grupo. O primeiro aspecto, como o próprio nome já sinaliza, coloca o indivíduo em um patamar favorável,

---

<sup>77</sup> No tocante a compreensão de uma “caixa de ferramentas”, tomo esta de Freire (2013) que a destaca como um modo pelo qual operamos os nossos trabalhos acadêmicos.

<sup>8</sup> O nome da cidade, apesar de ser composto, não é dito na integra em situa es informais, neste caso, gostaria de tomar a liberdade e também assim fazer.

<sup>9</sup> No tocante a no o de rumor, este será tomado neste trabalho como um recurso mobilizado para clarificar os limites do grupo que falam de membros de outros grupos (Gluckman, 1963).



quanto ao segundo, produz o efeito inverso, uma vez que desqualifica aquele que possui uma discrepância identitária que não corresponde ao retrato global coerente (do ponto de vista do grupo que define o ideal de coerente).

Os símbolos de estigma serão privilegiados nesta investigação. O principal símbolo que orienta esta abordagem é o de moradia. Eles são importantes para designar o status social de um indivíduo. Na cidade de Campos, pela qual este trabalho responderá, o local de moradia transmite informações sociais sobre os seus respectivos moradores. Há expectativas de estilos de vida de moradores de determinadas áreas da cidade, e, neste caso, irei me ater ao bairro de Custodópolis, em Guarus cujos moradores são tomados como possuidores de uma identidade social deteriorada em relação aos demais moradores da cidade, sobretudo, aqueles que residem na margem direita do Rio Paraíba do Sul.

Para encerrar a minha apropriação de uma pequena parte do universo de conceitos oferecidos por Goffman, vou me ater à noção de *desacreditados* e *desacreditáveis*, para dar conta do modo como os *estigmas* envolvendo moradores de Custodópolis e Guarus são operados em situações de copresença. No tocante a categoria *desacreditados*, esta, na abordagem goffmaniana indica um indivíduo que possui um estigma conhecido, já a categoria *desacreditáveis*, designa um indivíduo em cena como um potencial possuidor de estigmas (Goffman, 1981, p. 38).

O referido autor do parágrafo que precede nos fornece conceitos de entendimento dos encontros face a face nos *ambientes sociais*. Nas palavras do autor, os “ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que tem probabilidade de serem neles encontradas” (Goffman, 1981, p. 5). Há expectativas sobre as categorias de pessoas presentes nos *ambientes sociais*, porém, quando um indivíduo está diante de um estranho, busca identificar o seu *status social*, uma vez ser este importante para que o próximo passo da interação seja dado.

O status social do indivíduo nos conduz a expectativas dos atributos que ele deveria possuir. Neste caso, se um indivíduo se encontra diante de um morador de um bairro tomado como *periférico*, entenderá que esse possuirá atributos sociais que o primeiro toma como sendo característicos de moradores de bairros periféricos, que neste caso, serão tomados como *estigmas*. O modo de o segundo indivíduo demonstrar que não possui tais características é fornecendo provas, contudo, até que se prove o contrário, o morador de uma área denominada periférica será tomado como um *desacreditado* em uma interação face a face. Como já destaquei nesta seção, a moradia

em Campos é um símbolo de prestígio ou de estigma. O que mais interessa aqui é o último. Moradores de determinados bairros da cidade são desacreditáveis por serem tomados como potenciais possuidores de símbolos de estigma.

Os atores em copresença categorizam uns aos outros com base nos quadros primários que cada qual possui. Os quadros primários, neste caso, orientam os atores na avaliação que estes fazem do mundo social (Goffman, 2012, p. 46). Para compreender o modo pelo qual a avaliação é operacionalizada, faz-se necessário compreender as categorias, termos, rótulos e até mesmo, bordões utilizados pelos atores para referenciar outrem. A avaliação é moral, e esta, valida ou invalida os símbolos que o ator apresenta em interação.

Outra base teórica importante para esta discussão é a obra de Gusfield (1986), quando este se debruçou em uma pesquisa sobre o “movimento de temperança” dos *Woman's Christian Temperance Unionque*, que ocorreu nos Estados Unidos, movimento que o autor relaciona a uma *reforma moral* (Gusfield, 1955).

Gusfield (1986), ao realizar um estudo sobre uma *reforma moral* cujo efeito era a reprovação atitudes relacionadas às *subculturas* norte americanas, demonstrou o modo como a sociedade americana elaborou *termos* de aprovação e reprovação, dos quais podemos mencionar: “vagabundo bêbado”, “o gourmet sofisticado” ou “abstêmio azul-cheirado”. Estes compunham uma disputa que o autor denominou *cruzada moral* para demonstrar reprovação aos grupos que faziam uso de bebidas alcoólicas.

No tocante a diferenciação social dos grupos, Gusfield faz a seguinte consideração:

Status groups are communal. They share a common culture in the form of standards of behavior, including patterns of consumption and work orientations. This culture, or style of life, is normative for members of the group. It constitutes “the canons of decency” by which group members live. For those outside of the group, who are potential prestige-receivers. The style of home furnishings, for example, in upper middle-class homes are matters of proper taste which appear appealing to those who share this culture. To “outsiders” they are signs of the group membership of the user.

Two forms of action symbolic are thus involved in our analysis of the relation between groups at different prestige levels. One is the system of values, customs, and habits distinctive to a status group, which we shall call its “style of life”. Such behavior serves as a symbol of membership in the group. Veblen’s accounts of conspicuous consumption are illustrative of this symbolism. The other form of symbolic action is that involved in ceremonies of deference when one group interacts with another above or below it in rank. In the United States, a myriad of racial customs serve to dramatize the lower status of the Negro. The

use of the back door when entering a white man's home in South is just one such instance<sup>10</sup>.

(Gusfield, 1986, p. 16)

O autor traz consigo exemplos para destacar elementos que fazem parte de uma organização comunal. A participação de um grupo, nas palavras do autor, é delineada por padrões de comportamento que incluem consumo e trabalho. Outro aspecto importante trazido pelo autor é o que ele denomina *estilo de vida*. Este reflete o código moral de um determinado grupo. A própria ideia de “estilo” designa um enquadramento de uma situação. Não se comportar adequadamente, neste caso, é não participar do grupo.

O pertencimento a grupo social é evidenciado, neste caso, não apenas pela enunciação verbal, mas ainda, pelos objetos materiais que compõe a cena. Estes designam o estilo estético do grupo que deles se apropriam. Gusfield (ibid), ao citar a noção de *consumo conspícuo* de Veblen, chama atenção para a importância do consumo de bens como um demarcador moral de determinados grupos sociais. No caso de Veblen (1987), este faz uma diferenciação entre o consumo da classe ociosa, que seria de bens improdutivos e honoríficos, e a classe trabalhadora, que *deveria* consumir bens para sua subsistência. O consumo agrega valor, portanto, ao falar em moradia, deve-se levar em conta este fator. Este irá produzir efeitos nas situações de copresença. Morar em uma área desvalorizada posiciona o ator na hierarquia urbana. Assumir que mora em uma determinada área da cidade, por si só, é uma apresentação de si. Neste caso, “morar” deixa de ser uma categoria apenas lógica e se transforma em uma categoria moral. A categoria qualifica ou desqualifica moralmente pessoas, grupos e lugares.

Neste caso, qualificação dos atores é mensurada no mundo prático por meio de categorias morais. Ao refletirmos sobre a constituição da cartografia moral da cidade,

---

<sup>10</sup> “Os status dos grupos são comunais. Eles compartilham uma cultura comum na forma de padrões de comportamento, incluindo padrões de orientações de consumo e de trabalho. Esta cultura, ou estilo de vida, é normativa para os membros do grupo. Constitui “os cânones da decência” pelo qual os membros do grupo vivem. Para aqueles fora do grupo, que são potenciais receptores de prestígio. O estilo de mobiliário doméstico, por exemplo, em casas superiores de classe média, são questões de bom gosto que aparecem atraentes para aqueles que compartilham essa cultura. Para “outsiders” são sinais da participação em grupo do usuário.

Duas formas de ação simbólicas são, assim, envolvidas na nossa análise da relação entre grupos em diferentes níveis de prestígio. Um deles é o sistema de valores, costumes e hábitos distintos para um grupo de status, que chamaremos seu “estilo de vida”. Tal comportamento serve como um símbolo de participação no grupo. Contas de consumo conspícuo de Veblen são ilustrativas deste simbolismo. A outra forma de ação simbólica é que os envolvidos em cerimônias de deferência quando um grupo interage com outro acima ou abaixo dele na hierarquia. Nos Estados Unidos, uma infinidade de costumes raciais serviu para dramatizar o status inferior do Negro. O uso da porta de trás quando entrar na casa de um homem branco no Sul é apenas um desses casos.”

devemos levar em consideração toda morfologia sócio territorial, e pensarmos em que medida esta se relaciona com categorias morais que operam na segregação do território e dos seus respectivos moradores.

## 1.2 O texto pelo autor

- A mulher que fala no livro, ela realmente existe?
  - Sim, mas não a vejo há dois anos.
  - E o protagonista, é você?
  - Bem, quando escrevo, me inspiro na vida. A vida é mil vezes mais rica do que qualquer história. Mas às vezes, a verdade não parece plausível, é a nossa imaginação que a torna mais real. Mas não confunda o que eu escrevo com aquilo que eu sou.
- OS DEMONIOS de St. Petersburgo, Direção: Giuliano Montaldo. Casa Blanca Filmes, 2008, 1 DVD 115 min.

A citação que dá início a esta seção trata de um diálogo do filme Os Demônios de São Petersburgo, baseado na obra “Os demônios” na qual Dostoievski escreve sobre situações de sua própria experiência. O trecho descreve um diálogo entre Dostoievski e sua assistente, no qual ela o indaga sobre a sua relação com a obra. Ele pensa e responde em tom poético sobre o trabalho de escrever. Há uma exaltação da vida como um texto em si, mas por *outro lado*, uma dificuldade de torná-la plausível como uma narrativa. O filme faz menção a uma série de dilemas pessoais da vida do escritor, fatores de extrema importância para a construção de seu texto. A preocupação em não confundir o que escreve com a sua biografia remete a construção da própria ciência social.

Dostoievski mobiliza a imaginação como um recurso de seu trabalho de escritor. No entanto, o *estar aqui* (Geertz, 2009) para a comunidade acadêmica é muito mais do que a construção de um discurso imaginativo, é a elaboração de uma discursividade científica, neste caso, a *função autor* descrita por Foucault (1992, p. 46). Qual é o lugar de Weber protestantismo que descreve? Em trechos de uma de suas cartas (WEBER, 1936, p. 20, *apud*: MATA, 2010, p. 363) enviada ao seu primo Fritz Baumgarten, Weber deixa claro a religião como parte de sua biografia pessoal.

Não é por menos que Weber critica a objetividade na investigação científica. Para o autor (2003 [1973], p. 87) “não há análise puramente objetiva da vida cultural”, pois estas não são “independentes”. Mais adiante (op. cit. p. 88) ele destaca ainda a

posição do autor no mundo que ele descreve. O autor, neste caso, está posicionado no contexto que propõe analisar.

Retomando uma discussão clássica do pragmatismo americano acerca da racionalidade e da experiência, gostaria de mencionar aqui uma frase de William James, na qual ele afirma o seguinte: “a noção popular de que a ‘ciência’ é imposta à mente *ab extra*, e que nossos interesses nada têm a ver com as construções científicas, é totalmente absurda” (1891, p. 667). Neste caso, torna-se impraticável *pensar* sem levar em consideração aquele que está pensando. Se *nossos interesses* estão atrelados à *construção científica* escrevemos a partir dos objetos que nos cercam.

*For scientific inquiry always starts from things of the environment experienced in our everyday life, with things we see, handle, use, enjoy and suffer from*<sup>11</sup>(Dewey 1929 , p. 103). Este trabalho parte da compreensão de que a “pergunta é uma determinação progressiva de um problema e sua possível solução, e as ideias, neste caso, se diferem no grau de acordo com o estágio de investigação alcançado” (Dewey, 1938, p. 110). Seguindo esta linha de análise, pode-se concluir que a estabilização de uma resposta ocorrerá mediante a profundidade da investigação. Deste modo, haverá sempre uma superação do pensamento, pois as minhas soluções produzirão novas perguntas que, certamente, serão respondidas por aquele que estiver disposto a ir mais adiante. A abordagem de Dewey no que toca o processo de investigação dialoga com as noções de *dúvida* e *crença* elaboradas pelo seu antecessor, Pierce, pois a investigação se iniciará com a dúvida e culminará com a sua suspensão, neste caso, alcançando a crença e o conhecimento (Dewey, 1938, p. 7).

Se a dúvida é a “única função do pensamento” (Pierce, 1878, p. 289), a crença é apenas o caminho que leva a ela, a alimentando e a impulsionando em direção à busca da resposta. Neste sentido, Pierce defende que a dúvida e a crença são empregadas no início de uma questão, contextualizando a sua delimitação. Quando a dúvida cessa, toma-se por alcançado o objetivo central do pensamento, alcançar a crença. Esta discussão direciona minha reflexão para as situações que induzem o ator a um estado reflexivo, que, nas palavras de Dewey (1938), é fruto de uma *indeterminação*. A situação indeterminada produz, neste caso, um efeito reflexivo naquele que está experimentando o momento da indeterminação, mas a sua definição exige um esforço de reflexão que lhe é anterior.

---

<sup>11</sup> “A investigação científica sempre se inicia a partir de objetos de nosso ambiente, experimentados em nossa vida diária, coisas que vemos, tocamos, empregamos, de que gozamos ou padecemos”.

Thomas muito contribuiu com os trabalhos de Goffman e Schutz, que se debruçaram na noção de definição da situação para elaborar suas reflexões, no caso primeiro, situacionista, enquanto o segundo, na linha fenomenológica social. Wiliam Thomas (1905) trata a *crise como interrupção do fluxo do hábito*, que seria, inclusive, motivação para a redefinição da situação. Importa aqui estabelecer uma relação entre a situação indeterminada e a capacidade de reflexão sobre a realidade. Esta relação torna os atores capazes de realizarem uma leitura de seus respectivos mundos.

Os autores mobilizados me conduzem para uma única pista: a importância da dúvida no reordenamento da situação. Para esta afirmação há uma expressão que nos ajudará a entender um momento de dúvida em relação à realidade experimentada: “O meu mundo caiu”, título de uma música cantada e composta por uma cantora brasileira, Maysa Monjardim. Esta expressão, utilizada em situações de dúvida, é bem elucidativa para o entendimento da situação problemática que demonstrarei mais à frente. Ter o estilo de vida questionado coloca o ator em uma situação de indeterminação que o leva a refletir sobre o que sempre lhe fora habitual.

Ao experimentar um momento de dúvida, sobretudo, existencial, a sensação de perda de referência impulsiona para um processo de investigação, de revisão de pressupostos capazes de produzir um entendimento adequado da experiência vivida (Dewey, 1938). O que está em questão é a elaboração de um novo referencial diante da situação problemática experimentada. Tal noção me permite refletir sobre a habilidade social dos atores no mundo prático. No que toca a habilidade social dos atores, esta premissa parte do princípio de que o ator social exercita seus agenciamentos com as ferramentas que tem em mãos (Garfinkel, 2006).

Sendo assim, o autor é também um ator, e isto não é nenhuma novidade nas ciências sociais. Neste caso, *estar lá* e o estar aqui são experiências complementares, é a incorporação da “experiência existencial” do pesquisador ao processo de investigação” (Machado da Silva, 1971, p. 9). Fazer campo é estar no mundo dos objetos, das sensações, dos desejos, dos medos, das relações familiares, enfim, em um contexto.

Ter estado lá exige não somente a apresentação de dados de entrevistas, fotos, gravações de áudios, dentre outros dados que possam ser coletados para o estar aqui, exige ainda uma apresentação do percurso do pesquisador. A perseguição policial foi um divisor de águas para trabalho de campo de Geertz em Bali (1978, p. 278 – 283). Ter

sido perseguido juntamente com a sua esposa por policiais o colocou em uma situação privilegiada no campo. Deste modo, este fato passa a constituir sua análise.

A importância da descrição da “perseguição” se dá pelo simples fato de produzir um efeito no resultado de sua análise. A situação descrita por ele não somente o inseriu no campo, como também inseriu o campo nele. Até a perseguição policial por assistir a uma briga de galos, ele e a sua esposa estavam sendo ignorados pelos aldeões. Após este fato foram “aceitos”. A partir dessa experiência ele concluiu que em “Bali, ser caçado é ser aceito” (op. cit., p. 282).

Aonde quero chegar com a apresentação da experiência de Geertz em Bali? Esta experiência foi incorporada por ter alterado o modo como o seu trabalho de campo fora realizado. Deste modo, tudo aquilo que for relevante para a elaboração do trabalho deve ser colocado no mesmo. Se o resultado final de um trabalho for afetado por uma atitude do autor, esta deverá ser inserida na metodologia, pois integrou o método que culminou no resultado final. Não estou me referindo aqui que o pesquisador deva informar que o sol estava quente no dia em que foi ao campo, mas que um morador do lugar lhe ofereceu água ou gelada ou quente ao notar que ele estava sentindo calor. Tudo que envolve a compreensão do pesquisador sobre o interlocutor da pesquisa deve ser trazido às claras para que a trabalho possa ser compreendido como constituído em um processo de interação entre pesquisador e pesquisado (ver: Favret-Saada, 2005).

Assim como Geertz sentiu a necessidade de expor as condições nas quais seu trabalho fora realizado, o autor deve expor ainda as suas motivações pela escolha do tema. Estas devem ir além de uma justificção nos moldes tradicionais. Deverá conter a experiência de vida do autor. Os pares acadêmicos terão acessos ao texto quando as reais intenções forem colocadas. Estas *reais intenções* são compreendidas neste trabalho como atributos do *artesanato intelectual* (Martins, 2013). O artesanato é compreendido por mim como algo que antecede a carreira de sociólogo. Seria neste caso, um artesanato do intelectual.

Martins (2013) chama atenção para a sua trajetória pessoal que colaborou com o seu artesanato intelectual, no caso, jovem trabalhador de uma fábrica. As experiências vivenciadas por ele construíram situações objetivas em sua memória. Em sua função de sociólogo retomou as experiências que experimentou fora de um contexto institucional acadêmico. O *estoque de experiências*<sup>12</sup> o conduziu a uma análise de uma situação

---

<sup>12</sup> Conforme Alfred Schutz (2012 [1967])

percebida por ele. O trabalho intelectual, neste aspecto, ganha uma *assinatura* que ultrapassa a relação institucional elaborada na academia.

Assim como a perseguição deve ser inserida na obra por tê-la influenciado, o autor também deve ser inserido como alguém que influencia o seu trabalho com a sua “assinatura”. O intelectual, no entanto, não é fruto da academia, é reconhecido por ela. Ao entrar em tal instituição, adquire uma nova caixa de ferramentas para investigar a realidade na qual está inserido.

O artesanato intelectual é um processo que tomo aqui como um acúmulo de conhecimentos que irá incidir sobre o estar lá e, respectivamente, o estar aqui. Escrever sobre a realidade social é escrever sobre si, mesmo que a realidade descrita não seja a sua diretamente, ou, pelo menos, acredite não ser. Escrever sobre violência, por exemplo, implica tê-la vivido, uma vez ser impossível viver em uma metrópole e não ser afetado pela mesma (ver: Machado da Silva, 2008). Ao descrevermos o mundo que está a nossa volta, falamos a partir do lugar que ocupamos, logo ser afetado pelo objeto é algo que ultrapassa a delimitação temporal dada pelo trabalho de campo. O autor poderá escrever sobre uma situação que não experimentou de forma direta, e ainda assim, sua percepção será afetada pela forma como vivência o objeto em seu mundo.

Em minha monografia de graduação tinha por objetivo escrever sobre a opção pela carreira do camelô apesar da falta de regulamentação jurídica do trabalho. Foi uma incursão interrompida, pois a minha graduação foi em licenciatura e eu não pude estudar sobre o “trabalho informal”, mas temas relacionados ao meu estágio na educação básica. No mestrado pude estudar o “trabalho informal”, e tive que retomar as minhas experiências para compreender o que queria estudar de fato. No fundo, o que me levou a estudar o *trabalho informal* foi a *cabeça dura* de meu pai que se recusava trabalhar para os *outros*. Este fato não ficou claro no meu trabalho, mas foi um dos motivos que me levou ao tema.

A passagem de filho de um trabalhador informal para um mestrando seria uma mudança do eu que age no mundo da vida para um eu teórico que age na *província do pensamento científico*<sup>13</sup>? Schutz estabelece uma noção de realidade que, inclusive, fora questionada por Goffman (2012, pp. 25-29). Para Schutz as províncias de significados seriam finitas. Temos duas províncias: A e B. Os atores de A tomariam por realidade as situações vivenciadas no interior de sua província, enquanto as situações de B seriam

---

<sup>13</sup> (Schutz, 2012, pp. 280-281)



vistas por ficção pelos atores da província A. Os atores da província B agiriam do mesmo modo em relação a província A. A solução oferecida por Schutz seria o *choque*. Por meio de um choque, que também pode ser compreendido por *salto*, um ator passaria de uma realidade para a outra. A noção de choque pode ser tomada juntamente com os conceitos de *crise*, *situação problemática* ou *momento crítico*, pois acontece na ocasião em que ocorre a “categorização” de uma realidade por outra (Schutz, 2012, p. 275).

O choque seria uma compreensão limitada em se tratando da situação do autor que age e escreve sobre o *mundo da vida*, pois minha ação como autor é contígua a de filho de um trabalhador informal. O eu teórico é aqui percebido como contíguo ao eu prático. Há comunicação entre os diferentes momentos enfrentados pelo autor. A subjetividade o guiará para um estar aqui. A *epoché* schutziana em relação à *atitude científica*, sinaliza para a colocação da *subjetividade do pensador* entre parênteses. Neste caso a produção do conhecimento será garantida não pelo afastamento, mas pela realização do eu teórico que vivencia a realidade da contemplação teórica (SCHUTZ, 2012, p. 281).

Como autor, ao invés de colocar entre *parênteses* as minhas compreensões acerca do objeto selecionado por mim, aciono a minha própria caixa de ferramentas, composta por todos os recursos disponíveis em meu mundo. O meu estar lá é constituído por um eu que atuou intersubjetivamente em quadros que me orientaram no mundo da vida. Esta atuação fez com que eu pudesse montar meu estoque de experiências, e estas, tornam a temporalidade do meu campo imensurável.

O método não é um instrumento meramente operacional, ele é o que nos torna reconhecido entre os nossos pares. Acessar o campo científico é partilhar do estilo universal desse campo (SCHUTZ, 2012, p. 283). O método confere validade, pois obedece ao quadro de referência científico, neste caso, a apresentação do autor e do texto nada mais é do que a tentativa de estabelecer uma comunicação mais clara entre os diferentes contextos.

Quando proponho pensar o autor no conjunto de seu texto não estou propondo um novo modo de se fazer ciência, muito menos uma ciência do senso comum, estou tentando enquadrar a minha proposta analítica nas molduras em que meus pares estão inseridos. A minha maior pretensão neste empreendimento é uma exegese da memória. Esta última se efetiva a partir de sua combinação com o método científico propriamente dito.

O autor como protagonista insere a sua assinatura intelectual, uma vez se constituir uma referência possível para a inteligibilidade do texto. Protagonizar como um autor não é se colocar no centro da narrativa, mas assumir a consciência de se fazer presente no texto (Silva, 2009). A partir da tomada de consciência do protagonismo é possível o acúmulo de competências para lidar com o mundo da vida e ao mesmo tempo com quadros de referências científicos.

Lendo o trabalho de Cunha (2007) pude percebê-la em seu contexto de pesquisa. Ela se propôs analisar as formas de sociabilidade de famílias de Campos dos Goytacazes na praia de Atafona, grupo que ela classificou de *sociedade campista*. Ela se coloca no texto até mesmo quando ela não se propõe. Não se coloca diretamente como uma integrante da sociedade campista que a mesma descreve, mas relata uma série de atividades que ela desenvolveu com esta. A sociedade campista é caracterizada por ela como *rica e fechada* (op. cit., p. 109), e se ela descreve situações familiares no interior desta, de algum modo, a integra.

Ela descreve a sociedade campista com uma riqueza de detalhes extraídos não apenas de seus interlocutores, mas também de suas memórias. A sua inserção no campo tornou evidente o seu lugar na sociedade campista. Em um contexto de pesquisa o autor pode assumir a posição de *nativo ideal*. Ao descrever situações do mundo social o autor não coloca a realidade entre parênteses, ele a compreende a partir dos quadros que lhe são disponíveis. Fazendo isso apresenta o seu lugar de nativo no texto.

A assinatura é uma continuidade do eu que age no mundo da vida como eu teórico”. Clastres (1979) faz uma crítica ao modelo etnocêntrico, no qual os pesquisadores buscavam a presença e a ausência das instituições de seus lugares de origem. Neste caso, os quadros de referências compartilhados pelos pesquisadores eram os que eles experimentavam em seus respectivos mundos, o que, obviamente, interferia no resultado da análise. O problema, neste caso, não está na interferência, mas sim, em negá-la. Uma consideração de Machado da Silva sobre a interação entre pesquisador e *sua vivência* destaca que:

Não se trata de lançar mão da observação participante como simples técnica de pesquisa, mas de esgotar suas possibilidades, admitindo a interação entre pesquisador e seu objeto (sua “vivência”) como instrumento útil, válido e até mesmo indispensável de conhecimento e análise.

Com isso, fica claramente explicitado que em nenhum momento o presente trabalho está livre de julgamentos de valor, apesar da constante preocupação de objetividade. (Machado da Silva, 1971, pp. 9-10).

O texto é capaz de revelar a vivência do autor sem que este precise se pronunciar. Um artigo ou livro revelam não somente os objetivos do autor, mas os quadros de referências que o mesmo irá mobilizar. Uma questão que é muito cara neste trabalho é a *assinatura do autor*, mas esta não é tida simplesmente como um estilo institucional ou um enquadramento científico em uma determinada escola; se trata dos estoques de experiências disponíveis e acionados na compreensão do objeto, sejam eles adquiridos na vivência do autor, sejam eles adquiridos na trajetória acadêmica.

### 1.3. Do bairro ao campo: de “nativo” à pesquisador-nativo.

Embarquei no Santa Rosa X Jockey às 20h 40min, sentei-me do lado de uma estudante da rede estadual de cor de pele negra - que chamarei aqui de Lúcia -, que estava comendo uma pipoca. Ela aparentava ter entre 30 e 35 anos de idade. Ao chegar outra colega – que chamarei de Vera -, também de cor de pele negra, aparentando ter entre 25 e 30anos, trajando uniforme escolar da rede estadual. Lúcia chamou a moça que havia acabado de chegar para perto dela e as duas começaram a conversar.

**Lúcia:** Você não mora no Cidade Luz?

**Vera:** Não, eu moro no Eldorado.

**Lúcia:** Pensei que você morava no Eldorado. Olha! Eu estou com um ‘cagaço’ hoje. Minha mãe ligou e falou que tá tendo um tiroteio no brizolão do Santa Rosa. Eu tô com o (fazendo gesto de ânus com a mão) apertado.

**Vera:** Tinha parado tiroteio lá, né?

**Lúcia:** Parece que o negócio tá feio, é na roda. Eu nem deveria ter vindo para o colégio hoje.

**Vera:** Esse ônibus tá cheio, né?

**Lúcia:** É, menina, eu perguntei a moça que está vindo da Universal e ela disse que demorou passar, por isso tá lotado assim.

**Vera:** Esse ônibus é assim mesmo.

**Vera:** Carla mora onde?

**Lúcia:** Ela tá com a mãe, pois o pai separou da mãe e mãe é que cria...

O Ônibus ao fazer curva na lapa passou por cima do meio-fio. Eu questionei com um tom irônico: faz isso tantas vezes ao dia e deixa acontecer isso. Elas riram. A partir desse momento, elas começaram a conversar e me inserir na conversa. Elas falavam, e olhavam para mim como se estivessem requisitando uma opinião sobre os assuntos.

**Vera:** começou a mostrar uma marca no seu braço dizendo ser “impinge” e mostrou a mim e a **Lúcia**.

**Lúcia** [olhando para mim]: ela tem que ir ao médico, pois pode dar problema.

**Vera:** Estou passando pomada por minha conta.

**Lúcia:** Minha irmã é enfermeira do Hgg e as consultas com dermatologista é 7 e 19 horas. Minha irmã é enfermeira.

**Lúcia:** Disse que aquela mancha era proveniente da água. Eu disse que poderia ser de origem alimentar. Disse que ao passar o carnaval no Rio, comi salsichão todos os dias e surgiram umas manchas em minha pele. Recomendei uma pomada para ela, Nizoral (cetozonazol) [por ter sido filho de ex-proprietários de farmácia, possui um pouco de conhecimento sobre o assunto]. Ela teve dificuldades de pronunciar o nome, mesmo eu falando para ela por quatro vezes.

Eu estava chegando a Custodópolis, e então resolvi me despedir delas e caminhar mais à frente do ônibus, pois estava cheio e eu fiquei com medo de perder o ponto. Atrás de

mim tinha uma senhora branca, magra, de olhos claros e aparentando ter entre 50 e 55 anos. A senhora disse para a outra que estava próximo a ela: A caminhada foi boa, né menina?! O pastor teve uma palavra muito forte.  
-é mesmo, foi muito boa.  
Não consegui ouvir mais.  
(Nota de campo do dia 17 de Setembro de 2013)

A nota de campo destacada no início desta seção apresenta procedimentos centrais para a realização deste trabalho: ver, ouvir e falar (Silva, 2009; Oliveira, 2000 [1998]). Estes sentidos são fundamentais para a realização da descrição de minhas sensibilidades no campo. As minhas incursões até o bairro me iniciavam na pesquisa de campo e a situação descrita se refere a uma observação realizada no interior do ônibus, que inclusive, se tornou mais próxima após a *barbearagem* do motorista, no momento em que ele permitiu que a roda de trás do ônibus subisse no *meio fio* durante uma curva. No momento em que identifiquei uma oportunidade, me *situei*<sup>14</sup> no contexto não simplesmente como um mero observador, mas ainda, como alguém que tinha algo a dizer sobre o deslizamento do motorista, que por mim fora compreendido como uma situação não habitual. Todos que estavam no interior do ônibus murmuraram, e no momento do *incidente*, comecei uma conversa com as duas moças.

A minha inserção Custodópolis se deu já no Terminal Rodoviário Luís Carlos Prestes<sup>15</sup>, onde embarcava em ônibus e vans com o intuito de chegar ao bairro. Nos ônibus eu pude ouvir histórias; queixas a respeito de situações vivenciadas no bairro; de entes-queridos; do coletivo, entre outras observações. Durante todas as minhas idas à campo, os ônibus e as vans estavam sempre lotados, com exceção dos horários de retorno para minha casa, por volta das 23h00min. Poucas foram as vezes em que consegui um assento. Os assentos sempre estavam ocupados por estudantes, idosos, mulheres com crianças no colo, ou sozinhas, um público muito misto, porém, predominantemente feminino e de fenótipo negro. Era recorrente o coletivo esvaziar um pouco após a passagem pelo Parque Calabouço, mas o quantitativo de passageiros que desciam no Calabouço era inexpressivo, se comparado aos que iam até o Parque Santa Rosa.

---

<sup>14</sup> No que toca a “situação” do trabalho de campo, Hélio Silva (2009, p. 172) a descreve de modo exemplar como um momento circunstancial e localizado, no qual o trabalho do pesquisador é concebido como “um ato ou efeito de situar-se, localizar-se”.

<sup>15</sup> Não devo deixar de falar que fora no mesmo terminal que realizei meu trabalho de campo para realização da minha dissertação de mestrado (Assis, 2011).

Observei que o ônibus não era somente um meio de locomoção da casa para o trabalho, mas ainda, um local de sociabilidade recreativa. A conversação é constante, e em bom tom. Não é um ônibus silencioso. Eu dificilmente chegava ao meu ponto sem que alguém falasse algo comigo. Há um pressuposto de familiaridade entre os passageiros, por mais que nem todos tenham uma convivência para além do coletivo. Os passageiros não se sentiam constrangidos em me relatar situações vivenciadas por eles, como doença ou morte de entes-queridos, afetos, desafetos, entre outros assuntos considerados íntimos para serem ditos a um desconhecido.

Cristiane, ex-moradora do Parque São Silvestre (próximo à Custodópolis – em Guarus) e atual moradora de um condomínio no Novo Jockey (bairro situado na margem direita do rio – na sede do município), me relatou diversas experiências no interior do coletivo que pegava rumo à universidade. Uma delas fora a realização de “Amigo-secreto<sup>16</sup>” anual que ocorria durante o trajeto que durava algo em torno de uma hora.

O coletivo foi uma das minhas entradas no campo. Eu só me dei conta da centralidade do trajeto como experiência de pesquisa no momento em que passei frequentar o bairro de carro, isso fez com que eu retornasse ao transporte coletivo como via de acesso ao campo. Nos dias de entrevista marcada, ia de carro, pois não queria correr o risco de chegar atrasado. Em algumas situações marcava mais de uma entrevista no mesmo dia, mas no bairro eu andava à pé, vendo e ouvindo as pessoas em seus fluxos contínuos de experiências, seja na Padaria de Sadí (Pão da Praça), seja na Igreja Universal, ou apenas caminhando pelas ruas.

As idas a campo renderam dois cadernos, além de outros fragmentos escritos no computador, em aparelhos digitais, como *tablet* e até mesmo no celular. Era comum eu estar em atividades rotineiras na casa de minha família e me deparar com eventos dignos de nota. A ida ao açougue, à padaria, entre outras atividades rotineiras vivenciadas no bairro, bem como, em seus arredores, rendiam longas páginas no caderno de campo.

Um simples encontro na *esquina* me possibilitava acessar informações não ditas nas entrevistas. A notícia de uma briga provocada por uma *fofoca* no bar de Quincas; do

---

<sup>16</sup> O “amigo-secreto” é uma troca de presentes que faz parte das comemorações de fim de ano. Geralmente ocorre entre grupos de trabalho em empresas e em festas familiares na véspera do natal. O nome amigo-secreto ocorre pelo fato de haver um sorteio entre os participantes, o que garante que o amigo que receberá o presente não saiba quem o tirou até a hora da entrega, que é feita em uma situação de suspense na qual o que entrega dá dicas de quem receberá, para que os que estão participando adivinhem o amigo-secreto.

assassinato de um jovem que era “levado”, mas não mexia com morador do bairro; de um novo namoro do filho mais jovem; de um fim de relacionamento; ou de um churrasco de domingo, eram relatados a mim no quintal da casa da minha avó.

A pesquisa me perseguia, pois ao falar sobre o tema, inclusive com colegas de área, logo surgiam histórias sobre Guarus, ou mesmo percepções destes em relação à localidade. “Lá é bom”, “eu nunca fui lá”, “eu tenho um amigo que mora lá”, “eu fui prestar uma queixa sobre um roubo, e, de repente, chega um policial esbravejando e falando do ‘povo de Guarus’, que quando ‘atravessa a ponte, é só problema’”. Nesta última situação, inclusive, o policial sugeriu que colocasse um portão com cadeado na ponte. Estes relatos, que eram comuns quando eu mencionava meu campo de pesquisa, me deixou atento aos rumores<sup>17</sup> cotidianos da cidade de Campos, não me limitando apenas ao espaço do bairro, mas a eventos fora do mesmo que me levava ele. Nesse caso, ouvir e falar foram recursos indispensáveis.

Em outra situação, quando estava dentro de uma Van indo de minha casa em direção à área central da cidade, marco divisório entre o meu novo contexto de moradia e o espaço de observação, a guarda de trânsito resolveu perseguir a Van por esta estar com um número excessivo de passageiros. Eu não tive para onde ir, pois o motorista não parou para que descêssemos e começou a fugir do carro da guarda. Quando ele finalmente conseguiu se livrar da perseguição, começou a murmurar, e disse: “se fosse Van do Santa Rosa (bairro vizinho à Custodópolis) eles não fariam isso, lá nego mata”. A perseguição da Van me possibilitou observar o motorista atribuir símbolos de estigma aos motoristas de Vans do Parque Santa Rosa.

Uma abordagem situacionista combinada com uma descrição densa do bairro me possibilitou observar o modo como os atores agenciam suas práticas. Nas idas ao bairro pude observar a rua, a estrutura dos quintais, o modo como as casas são construídas e os significados atribuídos aos *puxadinhos*. As informações são muitas, o que requer atenção. Notar um instrumento de percussão utilizado em terreiros, em uma residência de uma católica declarada, que me serviu café em um copo com o símbolo da Igreja Universal do Reino de Deus, requer uma percepção refinada.

Ouvir o pagode vindo do Kananga’s bar; os aparelhos de celulares nas mãos de adolescentes com batidas de Funk; o culto “barulhento” da igreja do Seu Wilson, da

---

<sup>17</sup> Este conceito é chave para pensar o modo como os não moradores do Subdistrito de Guarus e do bairro Custodópolis levantam suspeitas sobre os moradores destas localidades. O Rumor, neste caso, tem a capacidade de clarificar os limites do grupo que falam de membros de outros grupos (Gluckman, 1963).

Igreja do Vitinho; o som dos instrumentos das igrejas evangélicas Assembleias de Deus e Batista; o som da Igreja Católica Nossa Senhora da Conceição; o som dos tambores no terreiro de *Vó Bahia*; os carros com o som alto pelas ruas, na maioria das vezes, tocando Funk; a diversidade de sons produzidos do comércio em dias de sábado e nas manhãs de domingo, com autofalantes fazendo propagandas, disputando espaço sonoro com caixas de som nos postes de iluminação pública e com as vozes dos *fregueses*; o autofalante do açougue SS ecoando durante toda semana, com informativos, notas de falecimento, ou mesmo histórias contadas pelo próprio, enfim, um misto de estímulos sensoriais.

Ver e ouvir não requer, necessariamente, uma interação direta entre pesquisador e pesquisado. Pedir informações sobre moradores e lugares sim, requer o domínio da fala, uma interação direta, e para isto, não basta um simples conhecimento sobre o nome da pessoa que procura, mas em algumas situações, se faz necessária a utilização da *cadeia de reputações* (Blanc, 2013) do morador que se está procurando. Quem é Bruna? Se for procurar por ela, deverá indicar a sua filiação, e se for o caso, outros membros de sua família, de preferência, os mais velhos. Não é necessária a utilização do *sobrenome*, mas a ocupação, ou mesmo a atividade exercida no local, como, igreja que frequenta, participação na escola de samba, entre outras atividades (Blanc e Assis, no prelo).

A competência adquirida para pedir informações foi uma ferramenta de trabalho fundamental para eu entender, inclusive, o modo como os moradores operam uma cartografia do bairro. A pesquisa me colocou novamente no bairro, porém, para além da minha posição de ex-morador e dos meus círculos pessoais de relações. Ter feito um comentário jocoso sobre o *erro* do motorista de ônibus me tornou um integrante mais ativo na cena na qual estavam situadas Lúcia e Vera. Ao opinar sobre uma situação em curso, me tornei acessível, e, de mero passageiro do coletivo, tornei-me um ator situado *naquela* cena específica. A conversa ganhou outro rumo, pois eu não fui percebido por elas como um morador da localidade para discutir sobre “tiroteio no brizolão”. Tornei-me um passageiro disposto a conversar durante o trajeto.

Ao caminhar para descer no ponto, tive tempo de observar o trecho de uma conversa sobre o culto. Nessas situações, não percebia grandes eventos, apenas a vida em curso, o suficiente para que eu pudesse avaliar a cena e, posteriormente, realizar entrevistas. Informações acessadas no ônibus convertiam-se em perguntas aos entrevistados.

Além do trabalho etnográfico realizado entre os anos de 2013 e 2015, realizei entrevistas e mantive conversas informais com diferentes moradores do bairro. Ao todo,

foram 19 entrevistados, com um somatório de 22 entrevistas, pois realizei mais de uma entrevista com alguns dos interlocutores. No tocante a seleção dos entrevistados, eu pretendia entrevistar moradores da praça, pois parti do pressuposto, confirmado em todas as minhas entrevistas com moradores do entorno da praça e com os demais “moradores antigos”, que o bairro se formou a partir da pracinha. Tendo a pracinha como ponto de partida, comecei a observar as principais famílias com casas em seu entorno.

A primeira interlocutora foi a Margarete, que estabeleci contato com este fim durante o desfile da escola de samba União da Esperança, no carnaval do ano de 2013. Margarete possui uma relação com a minha família desde sua juventude, pois trabalhou na mercearia do meu pai. Quando me viu no desfile, ficou muito entusiasmada, pois, segundo ela, meus pais não eram do samba e como já possuía este contato com Margarete, busquei realizar a minha primeira entrevista com ela e pedi indicação para as demais. Suas indicações se restringiram aos integrantes da escola de samba União da Esperança. Para Margarete a Escola de Samba é o arquétipo do bairro. Ela me sugeriu mais cinco outras possíveis entrevistas, mas só pude realizar quatro das suas indicações, pois um dos indicados, tido como um dos fundadores da escola de samba, havia falecido nesse intervalo, o que fez com que eu apressasse mais meu trabalho com os indicados de Margarete.

Durante esse período, encontrei uma jovem moradora do bairro na universidade – Caroline – e falei para ela sobre o meu trabalho sobre o bairro, o que me rendeu mais uma entrevista. Caroline me indicou Bruna, que pediu para que eu entrevistasse a mãe dela e seu tio, Dona Mothé, moradora da praça e SS, proprietário de um açougue no bairro. Após a realização das entrevistas, permaneci frequentando a casa de Margarete para tomar cafezinhos e em uma situação fiquei para o jantar. No jantar, o seu esposo, Evaldo, sugeriu que eu entrevistasse Vó Bahia, a Mãe de Santo de um terreiro situado em Custodópolis, ao lado do Bar Coqueiro, e na Rua da Igreja Batista de Custodópolis, a Poeta Marinho.

Outros dois entrevistados foram selecionados fora destas indicações: Ana Júlia, ex-moradora do parque Nova Campos e dentista que exerce a função de em um consultório dentário em uma das duas galerias existentes em Custodópolis e Dona Janaina, uma senhora que foi sua vizinha e tomada por ela como um referencial significativo em sua infância no bairro Nova Campos.



As entrevistas ultrapassaram os limites do bairro, pois alguns dos interlocutores indicados não moravam em Custodópolis, mas tiveram uma participação ativa no mesmo, seja pelo futebol e escola de samba, seja religião. Seu Manoel Peçanha, por exemplo, é um morador do Parque Nova Campos, mas participou ativamente da criação do time de futebol Grêmio, da escola de samba, entre outras atividades que serão destacadas no decorrer deste trabalho.

Seu Manoel Peçanha menciona situações nas quais enfrentou “preconceito” do *outro lado* por ser morador da Cidade de Palha, nome anterior do bairro de Custodópolis. O trabalho etnográfico e as entrevistas me possibilitaram compreender o status do bairro de Custodópolis em relação ao todo, no caso, a cidade de Campos.

Ter sido um morador do bairro me coloca em situações importantes no campo, pois já possuía um conhecimento prévio dos moradores mais antigos, que foram fundamentais para que pudesse fazer uma história social da formação do bairro como um local de migrantes da área rural da cidade; e dos mais jovens, sobretudo, aqueles que possuem uma circulação em cursos de graduação. A escola de samba me pareceu bem atrativa inicialmente, pois é uma instituição importante no lugar e amplamente reconhecida na cidade de Campos, porém o campo me conduziu para outros caminhos: os jovens universitários.

Ser um pesquisador após ter sido um nativo provocou muitas reações nos moradores interlocutores de pesquisa, para além dos entrevistados. Ao visitar a casa de minha mãe, parentes e vizinhos que sabiam da pesquisa começavam a me contar experiências envolvendo a formação demográfica e territorial do bairro. “Aqui era tudo mato” se tornou expressão comum para os meus ouvidos. A própria situação do meu encontro com Margarete na escola de samba lhe provocou estranhamento. Ela ficou entusiasmada a me ver, mas surpresa, pois eu não era frequentador da escola por uma questão de preferência musical. Era conhecido como um jovem pertencente ao grupo dos *metaleiros*, não um frequentador da escola de Samba.

A minha inserção no campo me fez entender de modo mais sistemático os meu lugar social no bairro, que não eram os mesmos de Margarete nem os de Seu Manoel Peçanha, mas, talvez, os de Bruna e Caroline. Os meus enquadramentos como nativo são de um filho de comerciantes que decidiu lançar mão dos empreendimentos da família e, de algum modo, *sair* do bairro. Inclusive, ao encontrar com velhos amigos, é comum ouvir a expressão: “você saiu daqui”, enquanto eu, ao encontrá-los em outras situações fora do bairro, usava a expressão: você está morando lá ainda? A resposta que

eu recebia constantemente era: “é claro!”, o que me levou a parar de fazer a pergunta. Para eu, que tive o horizonte de possibilidades ampliado, era óbvio *sair*, enquanto, para grande parte dos meus velhos amigos, era óbvio *ficar*. Daí comecei a pensar nas diferentes modos de enquadrar uma situação entre aqueles que saem e aqueles que ficam. Os que saíram lidam com os rumores, enquanto alguns dos que ficaram, com o “pessoal das casinhas”, e aqueles que vivem *doxicamente* o bairro, com problemas pontuais, como o caso da Margarete, que está a todo tempo preocupada com as mudanças na Escola de Samba ou qual a melhor rua para desviar de uma *facção* próxima a casa de sua filha. Mais à frente irei demonstrar como as situações de indeterminação e de disputas alteram significativamente a percepção dos que atravessaram a ponte.

Sair é uma palavra semanticamente insuficiente para tornar inteligível a minha relação com o bairro, uma vez ser este integrante de minha pesquisa, o que me tornará relacionado ao bairro mesmo sem que eu esteja morando nele. De nativo, tornei-me um pesquisador, mas eu prefiro me denominar um pesquisador nativo, o que não quer dizer onipresente, pois o bairro que encontrei na pesquisa não é o mesmo que experimentei durante vinte sete anos de vida. Por *outro lado*, a minha conexão com o bairro extravasa a minha nova condição. É como se eu estivesse olhando para o meu rosto refletido no rio. Ora olho o fundo, ora me olho no fundo.

## Aspectos da historia social de Guarus

### 2.0 O povo da Vila de São Salvador [aterrado] com notícias que recebia de Guarulhos: clarificando os limites da cidade.

Os capuchos haviam perdido uma demanda que tiveram com os jesuítas, sobre terras que ambas as comunidades disputavam a posse. Não querendo os capuchos se sujeitar ao que decidira a relação do Estado, que lhes fora desfavorável, incitaram os índios contra os moradores contra os que moravam nestas terras, onde as casas eram cobertas de palhas e os índios lançaram fogo, servindo-se para isso de flechas que levavam algodão inflamado. Os moradores que não fugiam para não morrerem queimados, não escapavam das flechas certa dos índios!

[...]

O povo da Vila de São Salvador [Campos dos Goytacazes], aterrando-se com as notícias que recebia de Guarulhos<sup>18</sup>, achando-se rodeado por aldeia de índios, pensou que podia acontecer a mesma coisa, e pediu aos oficiais da câmara

---

<sup>18</sup> Pelo decreto-lei estadual nº 1056, de 31-12-1943, Guarulhos passou a se chamar Guarus.

providências. Os vereadores escreveram ao rei D. João V, pedindo pólvora e artilharia para defender a Vila, em caso de ataque.

(Feydit, 1979 [1900], p. 132)

Nesta seção apresento um trecho que descreve uma situação na qual os Capuchinhos mobilizaram os “índios” de Guarulhos - atualmente região denominada Guarus - para recuperar terras perdidas para os jesuítas. Na ocasião, Guarus era apenas uma faixa que contígua à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul. Desta área fora concedida uma légua (4.000 metros) de terras aos Capuchinhos para que estes construíssem um aldeamento para “índios” Guarulhos<sup>19</sup>, grupo, inclusive, que deu origem ao nome da localidade, denominada em um primeiro momento, Aldeia de Santo Antônio dos Guarulhos (Feydit, 1979, p. 74).

A localidade era habitada por povos indígenas, e muitos deles, caracterizados como sendo “gentios” (Malheiros, 2008, p. 67). Como o Português colonizador era cristão, este não deixou de recorrer às categorias ancoradas nessa *cosmovisão* para categorizar os grupos. O que seria um “gentio”? Um não cristão. Seria simples se a religião não estivesse inserida em um projeto político colonizador. Ser gentio é ser de “fora”, não compartilhar da mesma visão de mundo dos *internos*, no caso, cristãos portugueses.

Se retomarmos uma discussão judaico-cristã acerca da existência do gentio, veremos que é uma categoria de designação dos não judeus. Ser gentio era não ser descendente das doze tribos dos filhos de Israel. Neste caso, há uma demarcação, a princípio, por laços de consanguinidade. O apóstolo Pedro, inclusive, ao visitar Cornélio, um “gentio”, “escandalizou” a comunidade cristã e judaica. Com o advento do cristianismo a condição de gentio passa a ser também uma designação do não cristão, logo, a consanguinidade deixa de fazer sentido quando o vínculo é alcançado pelo compartilhamento de um mesmo quadro de referência, neste caso, crença na religião cristã.

Uma questão cara nesta discussão é a noção de “povo” ou “nação”. O gentio não é incorporado ao “povo” cristão, logo, possui uma biografia<sup>20</sup> elaborada fora dos limites da comunidade cristã. A categorização dos povos indígenas como gentios, teve,

---

<sup>19</sup> Com relação a esta nomeação, Couto Reys (1997 [1785], p. 148) destaca que trata-se de um termo genérico para denominar todas as nações indígenas da região. Segundo a sua análise, os aspectos físicos e a forma de “tosquiar” o cabelo à maneira dos frades, era uma característica dos “índios” coroados. Por fim, ele considerou mais adequado chamá-los de “Coroados Guarulhos”.

<sup>20</sup> Compreendida neste trabalho como elaborada em um “contexto de experiência” (Schultz, 1967).

como propósito, de modo consciente ou inconsciente, categorizar moralmente diferentes grupos sociais clarificando os limites existentes entre o *nós* – portugueses branco – e os *outros* – nações indígenas. Na relação entre o branco colonizador e as nações indígenas, o gentio é aquele que chegou antes dos cristãos, portanto, não é a ordem de chegada ao território que define a situação deste, mas a capacidade de *subordinar* as situações existentes<sup>21</sup>.

Não ser reconhecido como *outro generalizado*<sup>22</sup> é não pertencer à mesma comunidade. Neste caso, a mesma cidade. Um aspecto que merece atenção é o fato de Guarus só ter sido integrado ao município na condição de distrito pelos decretos estaduais nº 1, de 08-05-1892 e 1-A de 03-06-1892<sup>23</sup>. Até então estava fora dos limites da cidade, porém, não considero este fato suficiente para a categorização moral do território, pois os demais Subdistritos e distritos, mesmo afastados, não recebem as mesmas categorizações recebidas pelos moradores dos bairros de Guarus. A interação entre moradores das duas margens foi determinante para a elaboração de uma cartografia moral da cidade na qual Guarus é noticiada inicialmente como “aterradora” do povo da “Vila”, ou seja, perigosa. Guarulhos era um lugar de onde poderia vir o perigo.

Em uma profícua análise da notícia, Park (1972, p. 176) destaca que: “a notícia suscita no público, o que a percepção suscita no indivíduo”. A notícia, neste caso, produz “conhecimento” acerca de algo. Não me refiro aqui a uma notícia apenas veiculada por periódico específico, mas a notícia veiculada, inclusive, por meio de rumores, dentre outras possibilidades de se produzir determinadas informações sobre pessoas e lugares.

A partir do momento em que o povo da Vila de São Salvador soube das notícias de Guarulhos, instaurou-se uma situação de crise<sup>24</sup>. Como destacada pelo

---

<sup>21</sup> Sobre a subordinação de uma situação à outra, ver o trabalho de Thomas e Znaniecki (2006 [2004], p. 151) que, ao realizarem um estudo sobre os poloneses camponeses que imigraram para a América do Norte, destacaram a subordinação dos imigrantes ao modo de vida americano.

<sup>22</sup> Cf. Mead (1974 [1934]).

<sup>23</sup> Ibge cidades, acessado em

<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=330100&search=rio-de-janeiro%7Ccampos-dos-goytacazes%7Cinphographics:-history&lang= ES>, acesso em 05 de Maio de 2016.

<sup>24</sup> Tomada aqui como uma “interrupção do fluxo do hábito” conforme Willian Thomas (1905). Nesta ocasião, Thomas analisa a “gênese dos estados de consciência no grupo social e sua influência modificadora sobre os hábitos do grupo”. Os diferentes indivíduos, a partir de determinados hábitos, irão agir em acordo com o grupo de origem. A interrupção deste hábito é classificada pelo autor, como uma situação de crise, o que demandaria um reordenamento das ações, o que poderia, inclusive, contribuir para a *cooperação, solidariedade e associação* do grupo – neste caso, o autor se refere a uma crise de natureza catastrófica, como fome, enchentes, pestes perdas em batalha, entre outras. Além desatas possibilidades, o

próprio William Thomas (1905): “roubo, assalto [...] e toda e qualquer invasão dos direitos dos outros são a ocasião da formulação da prática jurídica e moral, e do surgimento de uma classe de pessoas especialmente especializados em administrar a prática”. A situação de crise é refletida no aterramento (medo) dos moradores da Vila. Não estou a afirmar que a crise não existia, mas esta situação fornece provas concretas de uma ocorrência que a tornou pública.

As notícias sobre Guarulhos passaram a ser motivo de temor dos moradores da margem direita do Rio Paraíba do Sul. A solução sinalizada pelos vereadores da Vila seria o envio de pólvora e uma artilharia para defendê-la de um possível ataque. Eis o momento em que uma localidade é categorizada como perigosa. Nesse primeiro momento, o habitante de Guarulhos perigoso é o indígena que fora colocado em redução católica.

O índio, apesar de autóctone, é o *estrangeiro*<sup>25</sup>. Quando gentio, se coloca ainda na condição de estrangeiro não assimilado, se opondo a moral emergente, resistindo moralmente a ela, representando um obstáculo. Ele está perto, mas distante. E em uma situação de crise, é categorizado como o *inimigo interno*.

Após o período destacado até aqui, já ao final do século XIX e início do XX, há uma expansão do município em direção ao norte, no caso, em direção à Guarulhos. Sobre a expansão, Alberto Lamago (1945, p. 176) faz a seguinte afirmação: “Para o norte o colono primitivo encontra um matagal fechado e intransponível, infestado de Purís e de Aimorés [...]”. Nessa situação relatada por Lamago, os Purís e Aimorés não são tomados como moradores, e sim, como uma *infestação* no lugar.

As reflexões tecidas até aqui são fundamentais para que possamos compreender o modo como Guarulhos fora estigmatizado desde o início de sua formação territorial. No momento em que há um conflito este é relacionado ao lugar e a sua população, logo, é estabelecida uma separação moral entre o povo da Vila e o de Guarulhos. A separação administrativa assume também um status moral.

Um lugar é qualificado na medida em que é ocupado. Esta ocupação irá conferir ao lugar uma definição e estas se tornarão explícitas a partir de categorizações morais que esse recebe, mas as categorizações não serão construídas em um instante,

---

autor prevê ainda, a formulação de práticas *jurídicas* e *morais*, como forma de lidar com as crises relacionadas à roubos, prática mágica, invasão e toda e qualquer violação dos direitos.

<sup>25</sup> Simmel (2009 [1908], p. 601-620) situa o estrangeiro como um exemplo de “distância dentro do relacionamento”, no qual o próximo está longe, mas sendo estrangeiro, significa que o distante está perto. O estrangeiro é comparado ainda, a aquele que integra o grupo, mas é se assemelha aos “inimigos internos”.

mas, sim, a partir de uma interação intensa estabelecida entre as suas populações. No caso de Guarulhos, a localidade estava *condenada* a uma segregação moral por ser um lugar infestado de gentios. Estes eram empecilhos para o projeto colonizador, e posteriormente, para a expansão da cidade em direção ao norte. A não incorporação dessas populações aos “projetos” de ocupação da cidade produziu um não morador da Vila, neste caso, o *outro*. Conseqüentemente, o lugar habitado por este foi definido com perigoso.

Outro ponto que merece atenção no trecho mencionado no início desta seção é o problema apresentado. Este é definido do ponto de vista dos moradores da Vila, não dos moradores de Guarulhos, que tiveram, inclusive, as suas casas incendiadas. A partir do momento em que o povo da Vila se sente aterrado, constitui-se uma situação de crise e que justifica uma reação. O objetivo de levantar uma artilharia em caso de ataque da mesma, não visou assegurar os moradores da localidade, e sim os da Vila. Os moradores já haviam sido atacados, mas as providências estavam sendo tomadas para garantir a integridade dos moradores da Vila, não dos de Guarulhos.

A crise sentida, além de fazer com que os vereadores buscassem auxílio para a devesa da Vila, produziu uma situação de indeterminação, mas este foi apenas o início, pois além dos indígenas, havia ainda *outro* inimigo interno: o quilombola. A localidade de Guarulhos, devido a população que a ocupou, era representada nos rumores como um lugar ao qual se devia temer, pois sempre foi habitada pelo *distante* que estava *perto*, logo uma *desconfiança*<sup>26</sup> contínua. Vejamos uma notícia sobre a nova categorização da localidade no século XIX:

#### **Quilombolas de Guarulhos**

De um nosso assinante, morador naquela freguesia, pertencente a este município, recebemos a seguinte informação: “há aqui um grupo de quilombolas, que está pondo de novo em sobressalto esta freguesia”. Esses malvados, armados de foices, facão e espingardas, não só constituem um perigo permanente para pessoas que transitam pelas estradas, as quais tacam para roubar, como assaltam as casas com mesmo fim.

(Jornal Monitor Campista. Campos, 24 de janeiro de 1886 *apud* Cordeiro, 2012, pp. 81-81).

---

<sup>26</sup> <sup>26</sup> Neste caso cabe uma consideração sobre o que Talone (2015) denomina *gramática da desconfiança*. O referido autor não trata esta como sendo uma antítese da confiança, mas um dispositivo que oferece suporte para ações temerosas incidindo sobre o *afastamento* e *evitação* em uma rotina urbana potencialmente violenta. Ainda em se tratando da noção de desconfiança, cabe ainda uma consideração de Gambetta (2000), na qual ele aponta para uma falha na cooperação entre os *agentes livres* caso haja uma desconfiança completa entre estes.

Guarulhos foi categorizada moralmente em diferentes momentos de sua história, sendo redefinidos apenas os termos através dos quais se constituiu no imaginário local, sendo mantida, porém, a posição que assumiu/assume com relação à margem direita do rio. Esta subseção destaca um novo “perigo” em Guarulhos. Neste caso, não se trata de grupos indígenas, como destaquei acima, mas aos denominados “quilombolas”. No quadro abaixo, pode-se observar o quantitativo populacional de Guarulhos em relação às demais freguesias e a sede do município, já no ano de 1886.

**Tabela 1:**

**POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES POR FREGUESIA: PROJEÇÃO FEITA PARA 1881 (ALMANAK DE CAMPOS).**

Freguesias	Livres			Ingênuos			Escravos			Total
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	
São Salvador	6.179	5.532	<b>12.711</b>	996	1.184	<b>2.180</b>	3.555	3.396	<b>6.949</b>	<b>21.840</b>
São Sebastião	3.680	4.257	<b>7.937</b>	437	545	<b>982</b>	1.562	1.284	<b>2.846</b>	<b>11.765</b>
São Gonçalo	3.590	3.852	<b>7.442</b>	586	549	<b>1.135</b>	2.054	1.634	<b>3.688</b>	<b>12.265</b>
Guarulhos	3.740	3.455	<b>7.195</b>	1.076	876	<b>1.952</b>	3.907	3.320	<b>7.227</b>	<b>16.874</b>
Morro do Coco	2.550	2.585	<b>5.135</b>	294	177	<b>471</b>	888	728	<b>1.616</b>	<b>7.222</b>
Santa Rita	2.180	2.185	<b>4.395</b>	300	310	<b>610</b>	577	502	<b>1.079</b>	<b>6.054</b>
S. Benedicto	2.287	1.544	<b>3.831</b>	201	160	<b>361</b>	362	206	<b>568</b>	<b>4.760</b>
Dores	3.064	3.021	<b>6.085</b>	301	347	<b>648</b>	885	875	<b>1.760</b>	<b>8.498</b>
Natividade	2.238	1.960	<b>4.198</b>	350	399	<b>749</b>	829	762	<b>1.591</b>	<b>6.538</b>
Bom Jesus	1.689	1.336	<b>3.025</b>	384	286	<b>670</b>	624	365	<b>989</b>	<b>4.684</b>
<b>Total</b>	<b>31.197</b>	<b>30.727</b>	<b>61.924</b>	<b>4.925</b>	<b>4.833</b>	<b>9.758</b>	<b>15.241</b>	<b>13.072</b>	<b>28.913</b>	<b>99.995</b>

Na tabela 1, pode-se notar que a freguesia de Guarulhos possuía uma população escrava maior do que a população livre. Em todas as demais freguesias, a população livre, no caso, branca, é maior do que a população negra, e a livre ultrapassa o dobro da população escrava. Logo, pode-se inferir que, na ocasião, a freguesia de Guarulhos era composta por uma população de majoritariamente negra.

Se em um primeiro momento a situação de crise causada pela margem esquerda da cidade é atribuída à presença indígena, neste momento, a presença negra torna-se o alvo das acusações veiculadas pelos periódicos. As notícias, neste caso, de jornais locais, elegem o novo tipo social perigoso: o quilombola. O seu lugar de fuga, obviamente, seriam para áreas mais próximas da cidade, e ao mesmo tempo, pouco habitadas. Neste caso, o norte do município tornara-se um lugar ideal. Por não possuir uma população expressiva, Travessão, localidade ligada à Custodópolis pela Estrada do Nogueira – sobre esta estrada falarei mais adiante – apresentava condições favoráveis

para a acomodação dos “escravos fugidos”. Vejamos a seguir uma notícia de 1883, sobre a presença de quilombolas na região de Travessão:

**Quilombo** – No arraial de Travessão, deste município, existe um quilombo de escravos fugidos, os quaes, em numero de seis, armados de espingardas, lanças, foices e outras armas, atacam os transeuntes para roubarem, disparam tiros nas portas das casas, trazendo em contínuo sobresalto os moradores daquelle lugar. Pedir providencia ao Exm. Delegado de polícia é inútil, porque, não dispondo ele de força, nenhuma poderá dar, por isso, chamamos a atenção do Exm. Chefe de polícia da província, que poderá mandar uma força especialmente para capturar esses quilombolas que são o terror da população do travessão. (Monitor Campista. Ano 46, fasc. 102, 16 maio 1883)

As notícias destacadas acima têm como pano de fundo o processo de ampliação da circulação no município de Campos. Em 1875, um ano antes do noticiário, fora inaugurada a Estação Carangola, que daria acesso, via transporte ferroviário, às localidades situadas ao norte do município. Nesta região, além dos Purís e Aimorés, como destacado por Lamego, havia ainda o quilombola, negro que estava *fugido*. Este estava sendo categorizado como o novo inimigo interno para o desenvolvimento da circulação no município.

Como destacado até aqui, a localidade de Guarus fora categorizada moralmente como um lugar perigoso desde os primórdios da sua ocupação pelos colonizadores. Havia produção uma propagação intensa de rumores sobre os perigos da circulação pela mesma. Não houve um *bota abaixo* como na cidade do Rio de Janeiro por questões óbvias, Guarus constituía *outra cidade*, um lugar *adequado* para a permanência das populações tomadas por perigosas. Este lugar passou a constituir um problema maior quando houve uma necessidade de expansão do município para o Norte. O aterramento da Vila de São Salvador, a infestação do Purís e Aimorés, assim como a presença dos malvados quilombolas, constituíam uma situação de indeterminação cujo efeito foi a desqualificação do território.

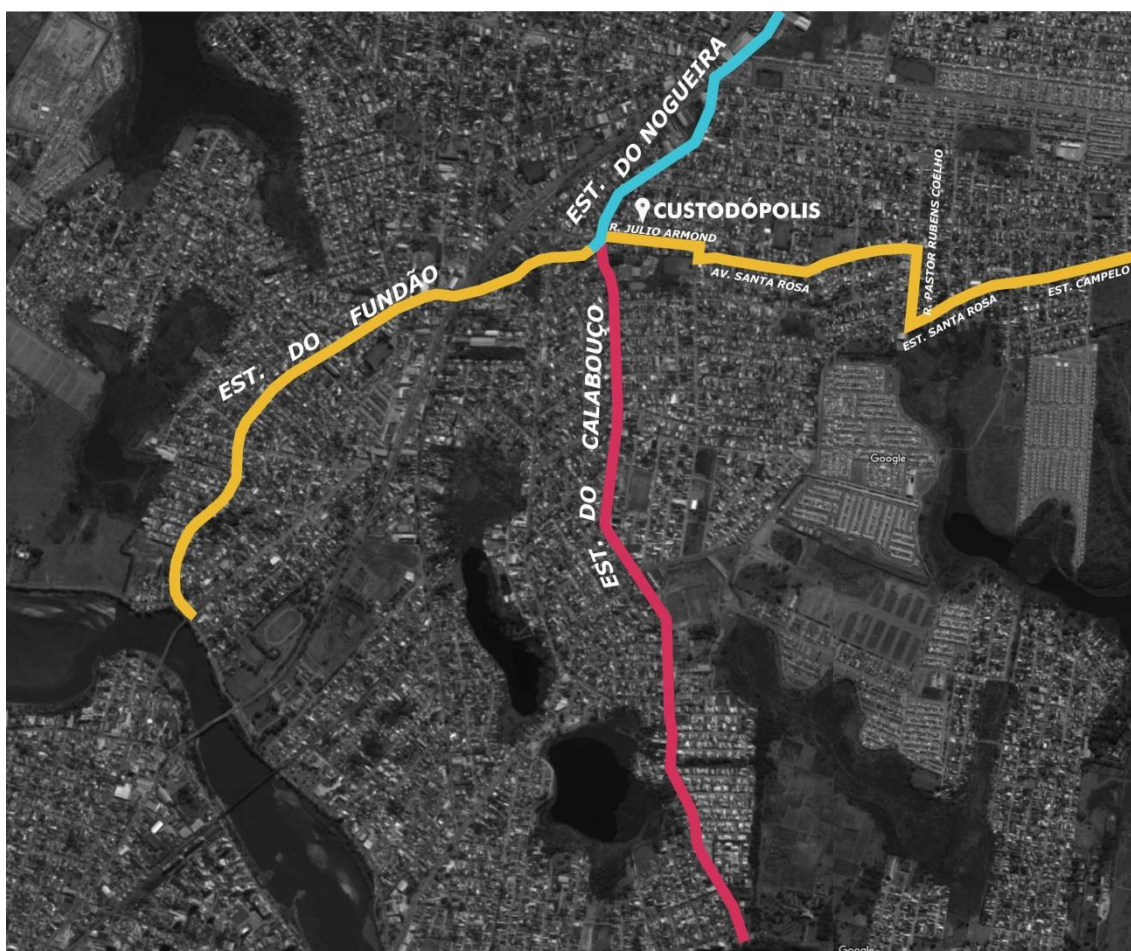
## **2.1 Das Terras de Custódio ao núcleo urbano Cidade de Palha: circulação e urbanização do norte do município.**

Nesta seção buscarei estabelecer uma relação entre a ampliação da circulação e a formação de novos núcleos urbanos na cidade. O que interessa aqui é o bairro de Custodópolis, o primeiro núcleo urbano que surgiu após a ampliação da área urbana de Campos na primeira metade do séc. XX, cujo nome inicial era Terras de Custódio. As



ferramentas que serão mobilizadas aqui nos possibilitarão compreender a ampliação da comunicação do bairro conjugada ao potencial de circulação de seus moradores, bem como, a alteração desta mediante aos diferentes processos pelos quais o bairro passou.

Caminhando por Custodópolis é possível notar as primeiras vias de acesso que faziam ligação do bairro com as demais localidades. Os relatos dos interlocutores desta pesquisa me conduzem a reflexão do motivo destes terem ido para Custodópolis, ao invés de outras localidades da Cidade. Por que em Custodópolis?



**Figura 1: Estradas de ligação entre Custodópolis e as duas principais usinas da Margem Esquerda do Rio Paraíba do Sul.**  
**Fonte: Google Maps.**

Na figura 1, tracei uma linha escura sob a estrada que estabelecia uma conexão entre a BR356 e as Terras de Custódio. As duas estradas estabelecem uma conexão entre a localidade e as principais usinas de cana de açúcar da localidade. A BR 356 se liga a Nazário Pereira Gomes, que continua na Hipólito Sardinha - ambas formavam respectivamente a Estrada do Fundão e Estrada do Nogueira-, passa pela Rua Júlio Armond, Avenida Santa Rosa, Rua Juiz Antônio Braga, Estrada do Santa Rosa e, por

fim, na Estrada Campelo. A localidade se estabeleceu em um entroncamento que possibilitava a circulação para os principais pontos da cidade. Estava localizada entre as usinas de Santana, Outeiro e Sapucaia e a Usina São João<sup>27</sup>. O acesso a estas usinas era facilitado, respectivamente, pela Estrada do Nogueira e a Estrada Campelo. A localidade atendia às demandas das usinas. Morar na localidade era ter acesso ao mercado de trabalho, simbolizado pelo acesso as três unidades produtivas.

Os interlocutores de pesquisa mencionaram as referidas localidades cortadas pelas estradas quando indagados sobre as suas atividades laborais. Neste caso, o trabalho na roça, que é relacionado ao corte da cana. As usinas São João, Sapucaia e a de Outeiro foram as principais empregadoras. No caso da Usina Santana, só restou a localidade. Ao transitar pela Estrada do Fundão - atual Nazário Pereira Gomes - e pela Estrada do Nogueira - atual Hipólito Sardinha-, bem como pela Estrada do Calabouço – agora José Carlos Pereira Pinto -, pude perceber um padrão arquitetônico comum, sobretudo, entre as casas mais antigas. Casas construídas de tijolo maciço, de telha francesa e com data de construção no alto. Observei ainda pequenas capelas como as de fazendas e pontos comerciais localizados em construções em estilo colonial: pequenos armazéns

Os aspectos físicos me possibilitam inferir que a formação do núcleo urbano de Custodópolis está diretamente ligado à circulação possibilitada pelas Estradas do Fundão, do Nogueira e a do Calabouço, atual José Carlos Pereira Pinto. Estas funcionavam como pontos de circulação em função de mercados, permitindo o escoamento de mercadorias e a circulação de mão de obra. Muitos relatos sobre os ônibus de turma que conduziam cortadores de cana para as usinas mencionam as três usinas referidas acima. As falas remontam atividades culturais e laborais relacionadas a essas estradas. Ao retornar do Rio de Janeiro para Campos dos Goytacazes, Evaldo, interlocutor da pesquisa que será apresentado mais adiante, menciona ter chegado primeiro no Parque São José, bairro cortado pela Nazário Pereira Gomes.

Dona Janaina, moradora do Parque Nova Campos, vizinho à Custodópolis, relatou, que seu finado esposo, quando jovem, saía de Travessão de Campos - Cortada

---

<sup>27</sup> A Usina São João teve a sua falência decretada no dia 7 de novembro de 1995, pelo juiz da 4º Vara Cível de Campos. Em Abril de 1997, as terras da usina foram ocupadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, e, de acordo com Lewin, Ribeiro e Silva (2005, p. 114), dentre as famílias que participaram da ocupação, algumas delas eram moradoras do Parque Aldeia, Travessão, Fundão e Santa Rosa. Eu acrescentaria Custodópolis, pois o filho de uma das interlocutoras deste trabalho possui uma pequena propriedade nas terras que pertenceram à usina e fornece produtos produzidos na sua propriedade para a principal escola do bairro, o Colégio Estadual Rotary II.

pela Estrada do Nogueira - com o seu pai e irmão para levar peixe e tapioca para vender no Fundão e em Outeiro. As vias de circulação possibilitaram a formação dos núcleos urbanos de comércio. A localidade emergiu da interação via relações de trabalho nas lavouras e em atividades comerciais ligadas a produção agrícola – milho, arroz, café e cana de açúcar -, criação de animais de pequeno porte - caprinos e ovinos - e pesca.

A sede das Terras de Custódio deu lugar à pracinha de Custodópolis. Juca, filho de um dos primeiros moradores de Custodópolis, relatou não ter visto, mas ouvia dizer que havia um grande barracão no lugar da antiga peixaria, lado leste da praça - neste caso, antigo local de funcionamento da peixaria que hoje está situada no encontro da Avenida Santa Rosa com a Travessa Nossa Senhora da Conceição. Segundo Juca, era um grande barracão de palha, onde seu pai trabalhava. De acordo com as suas declarações, seu pai e tio, trabalharam, respectivamente, como capatazes das terras dos irmãos Custódio Siqueira e Grevi Siqueira.

A formação do núcleo urbano nas Terras de Custódio tem semelhanças com a formação do núcleo urbano da própria cidade de Campos dos Goytacazes. Com a repartição e venda das Terras de Custódio para estabelecimento de moradias, muitos moradores se fixaram no bairro em casas construídas com recursos disponíveis na localidade - bambu, cipó, barro e tabua, que deu origem ao segundo nome reconhecido da localidade: Cidade de Palha. Curiosamente, este fato faz parte da história da formação da própria cidade de Campos, quando esta ainda era Vila de São Salvador. Feydit (1979, p. 68) destaca que, na ocasião da visita do bispo Alarcão à cidade, o mesmo se deparou com o que ele denominou “Matriz de Palha”, pois a igreja matriz e as demais construções eram feitas de entulhos ou tijolos crus, e cobertas de palhas de pindoba e tabua.

Assim como a Cidade de Palha, Campos, em sua fase inicial possuía um padrão de construção das casas com telhados de palha. O ponto central que gostaria de levantar com esta comparação diz respeito à formação do núcleo urbano da cidade, hoje localizado em sua sede. No caso de Campos, a via de comunicação com as demais cidades, ou mesmo, mercados, era o Rio Paraíba do Sul. No caso de Custodópolis, as principais vias de acesso aos produtores ao norte do município cruzavam o bairro. As Terras de Custódio se localizava no ponto mais alto da região, e entre duas vias principais de acesso aos mercados de trabalho, consumo e núcleos urbanos vizinhos, neste caso, Travessão de Campos e Lagoa Limpa, ambos ao norte do município. Além de o bairro ser cortado por uma via de acesso a Estrada do Fundão e a Estrada Campelo,

tinha acesso ainda à Estrada do Calabouço e a Avenida Professora Carmem Carneiro, vias importantes de comunicação com a sede do município, pois dava acesso à única ponte existente na cidade, a Barcelos Martins, bem como à Estação Ferroviária Carangola. A Estação, bem como as demais estradas, possibilitava a comunicação do bairro com as outras partes do município.

As primeiras vias de comunicação do bairro ganham vida através das experiências relatadas pelos interlocutores deste trabalho. Era na Avenida Santa Rosa que se localizava o comércio, a casa e o terreiro de Mamado, que possuía um ônibus que levava turma<sup>28</sup> para cortar cana. Na mesma avenida, morava o pai de Ângela, que também levava turma para o corte da cana. Além do seu pai, seu sogro também exercia essa função. Seu irmão Juca, relata que além de levarem turma para os canaviais da Usina São João, Usina de Outeiro ou Sapucaia, também traziam trabalhadores para cortar cana em canaviais próximos à localidade, “cercada por canaviais”. Na medida em que as estradas foram sendo construídas, as *barreiras* de canaviais começaram a ser rompidas.

Tomo o canavial, assim como o próprio Rio Paraíba do Sul, como barreiras físicas e morais entre o bairro e as demais localidades. Um relato comum entre interlocutores com mais de cinquenta anos, era: “isso aqui era cercado de canavial para todos os lados”. A explicação plausível para o surgimento do núcleo se dá por meio das atividades relacionadas aos canaviais. Pelo menos, em um primeiro momento, pois todos os interlocutores que relatam o surgimento do bairro não deixam de mencionar a presença dos canaviais. Na medida em que os canaviais foram sendo cortados por estradas, a comunicação do bairro com o município foi se ampliando.

Sobre a ampliação da circulação e o fim do isolamento das populações que vivem em *sertões*, neste caso, *regiões isoladas*. Menezes (1976) destaca em um trabalho realizado sobre migrantes de Anápolis (GO), que a “morte do sertão” é inerente à construção de estradas, pois estas ampliam a circulação e, conseqüentemente, rompem o isolamento. Os canaviais segregavam os moradores da Cidade de Palha ao impedirem a circulação destes. A distância entre a Cidade de Palha e a área central da cidade era maior em decorrência da presença dos canaviais, e a circulação limitada dos moradores da localidade, implicava em um distanciamento físico e moral, logo, um reforço da segregação da Cidade de Palha, bem como, do próprio distrito de Guarus em relação

---

<sup>28</sup> Cortadores de cana.

sede do município. Os argumentos que apresentei acima sobre a ocupação inicial desta localidade me leva a inferir que o seu isolamento em relação a sede do município era um projeto, não apenas uma debilidade do poder público. Para encerrar esta discussão sobre esse processo de segregação, cabe um trecho de Mamani (2005, p. 135), autor que consegue estabelecer um diálogo entre a ecologia humana e o modo prático como são formadas as áreas segregadas:

Como na ecologia, nas comunidades humanas rege também o princípio da dominância, segundo o qual a espécie vitoriosa na competição impõe a hierarquia de ocupação do solo. No caso humano - sendo a competição sublimada - o princípio de dominância estabelece-se pelo valor do solo. Dominantes são as atividades e grupos capazes de usar as áreas valorizadas, expulsando grupos e relocando-os em outras áreas.

Um lugar comum entre autores clássicos (Lamego; Feydit; Carvalho) e contemporâneos (Faria, 2001) que estudam o desenvolvimento urbano do município de Campos dos Goytacazes, é a construção de estradas de comunicação como potencializadoras da expansão da área urbana da cidade. Além das estradas já mencionadas, outras vias de comunicações possíveis foram os canais de navegação construídos no século XIX (Soffiati, 2007). No final da primeira metade do século XIX, fora aberto o Canal do Nogueira (Feydit, 1979, p. 265), que possibilitaria a comunicação do Rio Paraíba do Sul com a lagoa de Brejo Grande, ao norte do município. Apesar de a literatura disponível destacar o canal como um projeto sem sucesso, a sua construção por si só, já sinaliza uma ampliação do município em direção ao norte. A Cidade de Palha estava se ampliando em direção ao leste e, na medida em que a circulação era ampliada, a população crescia.

A “Ponte de Pau” ou “Ponte Municipal” (Barcelos Martins) é inaugurada em 1873 (Feydit, op. cit.), fazendo a ligação entre a margem direita e a margem esquerda da cidade e, em 1877, é inaugurada a Estação Carangola (já mencionada acima), na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, em frente da Ponte de Ferro, construída no ano de 1908. Esta é entendida por Alberto Lamego como a “abertura do futuro” do norte do município (1945, p. 147). A ampliação da circulação entre o Norte e o Sul do município foi um fator determinante para a expansão da área urbana da cidade, o que inclui as Terras de Custódio. Outro fator importante colocado por Lamego (p. 147) fora a abolição da escravatura no Brasil, ocorrida em 1888, e que, combinada com ampliação da circulação, possibilitou o surgimento de novos núcleos urbanos.

Cabe lembrar a importância econômica Guarus destacado por Faria (1986, p. 105), a saber, a predominância de uma agricultura baseada na pequena propriedade, cuja produção tinha como objetivo abastecer o mercado urbano local, uma vez que na margem direita a produção agrícola era predominantemente monocultora. Além da pequena propriedade, em Guarus concentrava a classe trabalhadora urbana.

No tocante a produção de Guarus, Mello (1881, p. 145) destaca que as pequenas propriedades produziam café, milho, feijão, araruta e mandioca para o consumo. O autor destaca ainda uma produção diversificada de produtos que supriam a cidade, dos quais podemos citar: a farinha, o feijão, o açúcar, a aguardente, o café, o arroz, o polvilho, o toucinho, o gado, os porcos, os queijos, o milho, a goiaba, o leite, os ovos, as frutas, as verduras, o feixe, a lenha, o fumo, os meios de sola (couro curtido) e a madeira para construção. O açúcar estava atrelado ao mercado externo e ligado a grande propriedade predominante na margem direita do rio Paraíba do Sul. Com relação à margem esquerda, a pequena propriedade foi predominante, conseqüentemente incidindo sobre dinamismo da produção na região, que passa a ser constituída por pequenos núcleos urbanos. Antes da incidência de moradores na Cidade de Palha havia basicamente dois núcleos urbanos localizados em Guarus: Travessão do Nogueira, hoje chamado de Travessão de Campos, sétimo distrito, e Lagoa das Pedras, próximo ao mesmo. Estes núcleos ainda estavam bem afastados da área urbana da cidade de Campos.

Nos anos 1950, o Guia Geral destaca Guarus como produtor dos seguintes produtos: banana, arroz, milho, manga, batata doce, abacaxi, laranja, gado de corte, leite bovino, goiabada e açúcar das duas usinas São João e Sapucaia. Vale ressaltar ainda a produção de aves, que inclusive, era muito presente na Cidade de Palha.

Cidade de Palha se insere temporalmente em um momento de crescimento demográfico da área urbana de Campos dos Goytacazes, vivenciado no final do séc. XIX, e início do séc. XX<sup>29</sup>. Em 1880, Campos possuía 26.951 habitantes na área urbana e 78.583, na área rural, enquanto em 1920, contava com 45.430, na área urbana e 128.672, na área rural (Lamego, 1945, p. 169). Este crescimento não foi expressivo em todo distrito de Guarus, mas apenas nas regiões já mencionadas aqui. A Cidade de Palha surge nesse processo.

Optei por retomar crescimento demográfico do município por entender que este processo tem uma relação simbiótica com a formação social da Cidade de Palha, e como

---

<sup>29</sup> Este fator não é uma especificidade apenas de Campos, uma vez que na virada do século XIX para o XX, várias cidades passaram por este processo.

esta está diretamente ligada a um projeto de expansão urbana e a inserção do município em uma agenda urbano-industrial. Esta pode ser compreendida como um processo de transformação de uma cidade provinciana em um núcleo urbano. Este processo contou como uma grande massa de colonos<sup>30</sup> e ex-escravos que migraram para a área urbana.

No tocante a discussão da expansão da circulação a incidência desta na formação do bairro, gostaria de mobilizar aqui diferentes repertórios. Estes contemplam não somente trajetórias envolvendo a circulação dos moradores da Cidade de Palha na cidade, mas o caminho anterior em direção à mesma, relatado como a “vinda da roça”. Muitos entrevistados indicaram SS - filho de um dos primeiros moradores da localidade - para a minha pesquisa. Eu diria que ele é o “entrevistado ideal”. Apresenta o bairro como se estivesse escrevendo um livro de literatura, e ao me apresentar a ele como pesquisador, logo pegou uma folha de papel a4 com um samba da Escola de Samba União da Esperança no qual seu pai fora mencionado, e me entregou.

Assim como seu pai, ele exerce a função de açougueiro em um ponto localizado na Travessa Nossa Senhora da Conceição, ao lado de uma das Galerias do Bairro. Ele é nascido na Padaria Nogueira, uma localidade situada entre a Avenida Carmem Carneiro e a antiga Estrada do Nogueira, que hoje é paralela a BR101. O nome local do lugar é Padaria Nogueira por ter existido ali uma padaria. Seu pai morava em São João da Barra, município vizinho, e de imediato, não se mudou para a Cidade de Palha, mas para a Aldeia, neste caso, Parque Aldeia<sup>31</sup>, cuja ligação com a Cidade de Palha se dava por meio da Estrada do Nogueira, onde seu pai possuía um açougue. De acordo com SS o seu avô também era comerciante no bairro, possuía um armazém na Padaria Nogueira, localidade próxima à Custodópolis. Ele disse não ter certeza, mas sugeriu que o nome do lugar pudesse estar relacionado ao seu avô.

A inserção de seu pai no bairro ocorreu, inicialmente, por meio de atividade comercial, mas com o decorrer do processo de crescimento do núcleo urbano Cidade de Palha, ele passou a exercer uma posição central na política local, o que fez com que passasse a ser acionado em situações nas quais era necessário um engajamento mais amplo na sociabilidade urbana de Campos, como uma situação em que Dona Sula -

---

<sup>30</sup> Faria (1986, p. 285) destaca que nos registros paroquiais de compra e venda de terras e benfeitorias do ano de 1889 até 1920, há menção a “casa de colono” e “suas parcelas”. O Colono era um trabalhador agrícola que trabalhava nas terras do fazendeiro que o contratava e, em troca do trabalho poderia cultivar um pequeno lote de terra no qual ele plantava, geralmente, milho, mandioca, feijão, arroz, dentre outros que serviam para a sua subsistência e venda quando a produção excedia.

<sup>31</sup> Esta localidade, como já destacado acima (Guimarães e Póvoa, 2005, p. 15), fora categorizada pelo IBGE como uma das “primeiras favelas” do município.

esposa de um ex-funcionário das Terras de Custódio - o pediu para que mediasse a mudança da condição de capela Nossa Senhora da Conceição para paróquia. Ao descrever a relação do seu pai com a margem direita do município, SS deixa evidente que a relação comercial lhe possibilitou uma ampla circulação na margem direita do rio Paraíba do Sul, o que fez dele um *notório*<sup>32</sup> não apenas no bairro, mais ainda, na sede do município.

SS relatou diversas experiências na margem direita da cidade, pelo fato do pai possuir uma reputação relacionada ao bairro. Seu Nogueira, açougueiro e pai de SS, era reconhecido do outro lado como prefeito de Custodópolis. Neste caso, possuía uma circulação mais ampla na cidade por fornecer carne para restaurantes da área central da cidade. SS descreve uma situação na qual o pai fora desqualificado em um dos restaurantes por um funcionário. Ao chegar ao estabelecimento, Seu Nogueira não fora atendido de imediato, o funcionário do estabelecimento o deixou esperando enquanto atendia a outros fregueses. Segundo SS, o funcionário logo foi *corrigido* pelo proprietário do estabelecimento. Este disse as seguintes palavras para o seu funcionário: “ele não é doutor, mas muito estimado, quase dono do restaurante”. SS deixou claro que o seu pai era um trabalhador de um açougue, portanto, estava portando trajes condizentes com a sua ocupação de açougueiro. Seu Nogueira não foi reconhecido pelo atendente, pois este não reconhecia a sua reputação, critérios de avaliação de uma *cité* de renome (Boltanski e Thévenot, 1991). A *estima* reconhecida pelo proprietário do estabelecimento atendia aos critérios de uma *cité industrial* (op. cit.), cujo valor está embutido na eficiência.

Os relatos de SS tecem a circulação do seu pai na cidade. O modo como o mesmo acessou a mesma, a construção da sua reputação bairro, e o acompanhamento dos diferentes momentos do bairro em contato com a cidade, desde a sua nomeação de Cidade de Palha à Custodópolis. Manoel Peçanha, sapateiro do bairro, declarou que os dois participaram da mudança de nome do mesmo, situação a ser problematizada mais adiante, uma vez que Seu Manoel chegou ao bairro bem depois desse processo. SS é um dos referenciais possíveis para pensar na formação do núcleo urbano da então Cidade de Palha. Sua família chegou ao bairro durante o processo de urbanização para a realização de atividades comerciais, o que indica uma demanda já existente.

---

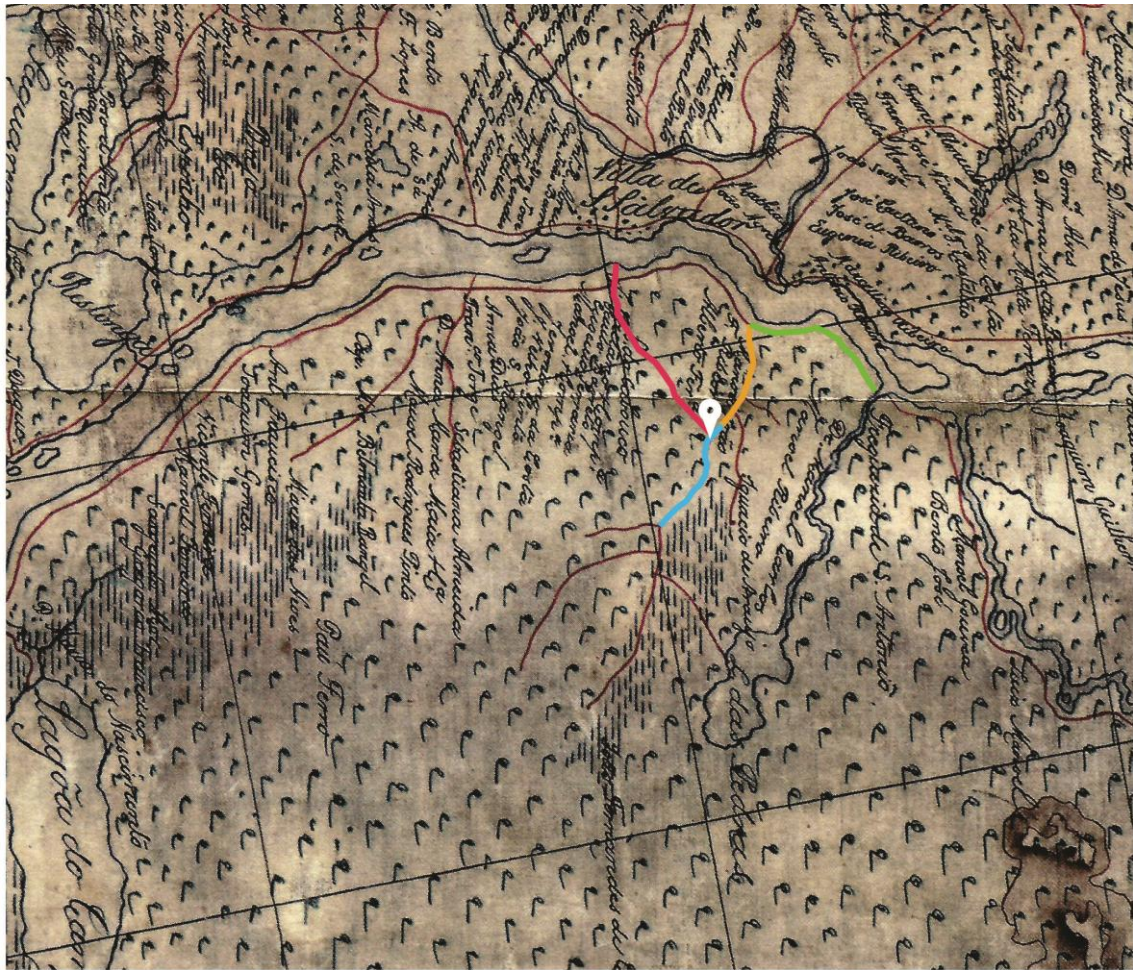
<sup>32</sup> Blanc, 2013.



A trajetória da família de Ângela não se diferencia tanto da trajetória de SS. Esta remonta o momento anterior, no qual o seu pai e tio vieram da região Imbé para tomar conta das terras para os irmãos Custódio Siqueira e Júlio Greví Siqueira, antigos proprietários das terras. O pai de Ângela, além de caixeiro viajante, trabalhou de capataz nas terras Custódio Siqueira, já o seu tio e, posteriormente, sogro, trabalhou na mesma função para Júlio Greví Siqueira. A família de Ângela, assim como a família de Sula e a de SS, possui casa na praça, local da primeira ocupação do bairro. Ângela relatou que muitos moradores do bairro ainda têm registros de compra e venda em nome do seu pai. Seu pai e tio ficaram com muitos terrenos.

Em minhas observações sobre as famílias que hoje ocupam a parte central da praça, percebo a formação de um núcleo urbano considerável, onde os primeiros moradores, neste caso, as primeiras famílias, ocupam uma posição central no sentido geográfico, político e moral. As famílias com maior reputação no bairro são aquelas ditas *antigas*. Com boas condições financeiras ou não, a temporalidade da chegada à localidade incide sobre a reputação destas famílias no interior do bairro.

Refletir sobre a posição das famílias no bairro é um aspecto fundamental para entender o processo de ocupação não somente do bairro, mais ainda, da cidade de modo mais amplo. A primeira área ocupada foi a Rua Júlio Armond, que possuía comunicação com a estrada do Calabouço (atual Av. Senador José Carlos Pereira Pinto) e a Estrada do Nogueira (Atual Hipólito Sardinha), duas primeiras e principais vias de Guarus, presentes no Mapa Topográfico (Figura 2) de Couto Reis de 1785 (Couto Reis, 2011). Ao final da Rua Júlio Armond, o pai de Ângela possuía uma venda que se localizava na parte da frente de sua residência. Esta área é ocupada até hoje pela sua família. Nos fundos há residências e na parte da frente, pequenos estabelecimentos comerciais.



**LEGENDA**



TERRAS DE CUSTÓDIO



ESTRADA DO NOGUEIRA



ESTRADA DO FUNDÃO



ESTRADA DO CALABOUÇO



ATUAL BR-356

**Figura 2: Recorte do Mapa Topográfico de 1785, elaborado Couto Reis. Encontro da Estrada do Calabouço (Av. Senador José Carlos Pereira Pinto) com Estrada do Nogueira (Av. Hopólito Sardinha). Fonte: Reis (2011 [1785])**

O mapa acima (figura 2), bem como a anterior, corrobora a hipótese sobre o encontro de principais vias de circulação como potencializadora da formação de um núcleo urbano. No caso do mapa de Couto Reis, a Estrada do Calabouço se encontrava com a Estrada do Nogueira, mas ainda não havia a Estrada Campelo. A localidade estava situada no limite. A Estrada do Santa Rosa não existia, o que vai ao encontro das interlocuções dos moradores do bairro, que destacam a Baixada de Mamado (encontro da Avenida Santa Rosa com a Rua Romualdo Peixoto) como um ponto final. Nas falas, há a elaboração de uma cartografia mental do bairro delineando a formação da localidade a partir da praça, e esta em comunicação com as vias mencionadas acima. A praça é tomada como um núcleo central. Ela possuía uma espécie de pelourinho até a reforma realizada na gestão do prefeito Alexandre Mocaiber.

A formação do bairro possui certa continuidade com o padrão das cidades coloniais brasileiras, nas quais a praça é em formato de quadrilátero servindo de base para a elaboração do traçado das ruas (Holanda, 1995 [1936], p. 97). Quando digo colonial, me refiro inclusive à produção dos símbolos de prestígio em torno das primeiras famílias, tomadas como responsáveis pela sua fundação. Há neste caso, uma qualificação local entre os moradores que confere maior reputação para aqueles que estão próximos da praça.

A capela das Terras de Custódio se tornou a capela da localidade e, em seguida, paróquia. A praça assumiu uma centralidade importante, sobretudo, como um local de atividades comerciais, religiosas e culturais<sup>33</sup>. Ao relatar sobre a praça, Ângela destaca que: “Os mais velhos ficavam fazendo barganha. Eles viviam mais ou menos assim, tipo ciganos, fazendo negócios”. As atividades realizadas na praça hoje dão continuidade às praticas relatas por Ângela, pois esta assume a posição de núcleo comercial. No trabalho etnográfico notei um corredor comercial de aproximadamente 2 km, que se inicia na Avenida Senador José Carlos Pereira Pinto, Parque Novo Mundo, continua na Rua Júlio Armond, passa pela Praça José Dias Nogueira, segue na Travessa Nossa Senhora da Conceição na em direção ao norte, e termina na Rua Altino Campos, já no Parque Bandeirantes.

A formação do núcleo urbano em torno da sede das terras assumiu a centralidade na localidade como se possuísse autonomia em relação à cidade de Campos dos Goytacazes. A categoria cidade empregada no nome do bairro é muito significativa para compreensão da sua formação social, bem como, da sua posição na hierarquia territorial do município.

Os relatos dos moradores delineiam um bairro que possuía atividades incomuns para um bairro apenas. Ele é apresentado por parte dos interlocutores da pesquisa como o “centro de Guarus”. O bairro possuía diversos estabelecimentos e atividades que o tornava diversificado em ofertas de serviços de entretenimento e consumo. Nos relatos dos moradores há menção a um cinema (Cine Primor), “corridas de cavalos” na “Rua da Raia” - atual Rua Poeta Marinho-, além de uma série de estabelecimentos comerciais. O

---

<sup>33</sup> Lefebvre (1991) destaca a praça como sendo um lugar de “encontro”, e quando esta deixa de exercer esta função a “vida urbana se degrada”. Além do autor, Bakhtin (1987), ao analisa a cultura popular na idade média expressa na obra de François Rebelais, denomina a “praça popular” como um “veículo” dos “atos carnavalescos”, neste caso, um contexto no qual ocorriam atividades culturais. Além deste aspecto, o autor confere a praça pública como um espaço “impregnado de liberdade, franqueza, e familiaridade”.

guia geral de 1947 destaca o bairro como tendo “vida própria” com a oferta de diversos serviços, como veremos a seguir:

[...] Tem vida própria. Muitas casas comerciais, armazéns de secos e molhados, lojas de fazendas, padaria, açougue, várias granjas, das quais se destacam do Professor Gentil de Castro Faria, que ali reside com a sua Exma. Família. [...] Possui uma escola pública subvencionada pelo Governo do Estado, uma capela de culto à N. S. da Conceição, estando já iniciado, também, um templo para o culto Batista.

O seu comércio tem o giro mensal de Cr\$ 70.000.00, estando calculada a população local em 1.500 ‘pessôas’[...]. (Guia Geral da Cidade de Campos, 1947, p. 121).

No ano de 1947, o bairro possuía 10% da população do distrito de Guarus, um número populacional expressivo. O Guia Geral (p. 119), inclusive, destaca o bairro como “um dos grandes fatores para o desenvolvimento” do distrito de Guarus. O mesmo é destacado pelo guia, e retificado nas falas dos meus interlocutores, como tendo características de uma cidade, com “vida própria”.

A localização privilegiada possibilitou a realização de atividades comerciais e desenvolvimento de uma centralidade. Guarus, a partir dos anos quarenta, na gestão do prefeito Salo Brand, ganha novos delineamentos na medida em que é integrado ao projeto de expansão do município. Custodópolis é diretamente integrado ao projeto de expansão da área urbana em 1960, a partir da construção da Ponte Saturnino Brito, inaugurada no ano de 1964 pelo prefeito então prefeito Rockefeller de Lima. A referida ponte fazia ligação entre Estrada do Calabouço e o bairro da Lapa, local onde funcionava a Companhia de Fiação e Tecelagem Campista, conhecida como “A Campista”, onde Manoel Peçanha trabalhou. Este chegou ao bairro no ano de 1961, e atribuiu o crescimento da localidade ao prefeito “Zezé Barbosa” -José Carlos Vieira Barbosa- , quando este fez o “aterramento” da Lagoa do Vigário, estabelecendo uma conexão entre a “ponte do meio” - Ponte Barcelos Martins - e a estrada do Calabouço - Avenida Senador José Carlos Pereira Pinto.

De sede das terras de Custódio à Pracinha de Custodópolis, observa-se uma alteração de atividade, porém, a manutenção da centralidade. A reflexão mobilizada até aqui, que tomo como uma história social da localidade, é de grande importância para uma discussão que será mobilizada mais à frente que tocará na constituição moral dos espaços da cidade. Um estudo situado das diferentes apropriações do espaço urbano possibilita uma reflexão aprofundada dos efeitos da categorização moral dos bairros da

cidade. Aqui interessa refletir sobre os diferentes fluxos que potencializaram o crescimento da área urbana de Campos dos Goytacazes em direção ao norte.

## 2.2 Um bairro no âmbito da luta de classes.

A trajetória do bairro de Custodópolis está vinculada a um projeto que não se limita a Campos. Como já demonstrado, não somente o bairro de Custodópolis, mas também, Guarus, foram constituídos por uma classe trabalhadora das usinas de cana de açúcar e pequenos comerciantes, grupos que não faziam parte das *famílias tradicionais* da cidade de Campos. Neste caso, é imprescindível retomar a atuação do Partido Comunista (PCB) mediada por Custódio Siqueira.

A ocupação da localidade pelas famílias que trabalhavam nas Terras de Custódio, ou mesmo, em terras vizinhas, possibilitou a formação de mais um núcleo urbano na cidade de Campos nos anos de 1930. Em 1947 o bairro possuía “300 casas de construção regular com ruas bem traçadas, uma praça principal” (Guia Geral, 1947, p. 121). No tocante ao transporte público, o Guia Geral de 1947 destaca que o bairro era atendido pelo ônibus que atendia ao Parque Guarus, bairro vizinho que, inclusive, possuía transporte público já em 1943, conforme o Guia Geral. De acordo com Dona Mothé, uma moradora do bairro que migrou do município de São João da Barra nos anos 1960, para ir para a cidade caminhava até à BR 101, para então embarcar no ônibus que atendia o Parque Guarus. Ela relatou situações nas quais seguia a pé até a área central da cidade pela Avenida Carmem Carneiro.

Após o ano de 1947, a Cidade de Palha passa a ser alvo de intervenção de um projeto político de formação dos “parques proletários”, dada a atuação de Gentil de Castro Faria, morador do bairro e eleito vereador no ano de 1947 pela sigla PSD, bem como, a possível vitória de Custódio Siqueira para o cargo de executivo, não fosse um infarto fulminante após a realização de um comício. Nota-se uma mudança significativa na reputação do bairro em relação aos demais da cidade após o ano mencionado. Em treze de maio de 1948, o então vereador Professor Gentil de Castro Faria solicita de serviços de “aplainamento das ruas do bairro” para que as mesmas se tornassem “carroçáveis” (Atas-37 1948 a 1949, pp. 5-7).

Além de vereador, Gentil de Castro Faria possuía uma granja na localidade, sendo um investidor no local. Uma das ruas do bairro, inclusive, possuía o seu nome, mas, após a sua mudança para a margem direita o seu nome foi colocado em uma rua do Bairro Turfe também na margem direita. Eu não obtive acesso a muitas informações

sobre Gentil de Castro Faria, mas hipoteticamente afirmo que ao tornar-se vereador sua reputação fora elevada para que o seu nome permanecesse no bairro. Hoje não há qualquer informação sobre o referido no bairro. Existe uma presença forte do sobrenome Farias no bairro, mas somente o sobrenome. Não há qualquer referência atual a ele, somente no Guia Geral.

Antes de adentrar na política do Estado Novo varguista de criação dos parques proletários, cabe uma problematização do surgimento da Cidade de Palha, criada pelo Médico Custódio Siqueira no final dos anos 1930. O médico, além de ser conhecido como um “médico que atendia os pobres” integrava o Partido Libertador, e, posteriormente, estreitou relações com o Partido Comunista, que possuía uma “célula” em Guarus. Sobre a criação da Cidade de Palha nesse contexto, Gomes (2000, p. 26) escreve as seguintes palavras:

A existência de uma central sindical, desde o fim da década de 1920, a CGTB – Comando Gera dos Trabalhadores Brasileiros – sob hegemonia dos comunistas e aliados, propicia uma luta pelo movimento sindical independente, fora da órbita do Governo e com características revolucionárias, visando à tomada do poder em um futuro próximo. Esta linha programática do Partido na frente sindical será motivo de confrontos na cidade de Campos. Paralelamente, a direção do PCB procura criar novas células nas empresas e nos bairros. Em Guarus, com a adesão do médico Custódio Siqueira – proprietário de uma grande área no bairro [Terras de Custódio], que foi loteada para abrigar pessoas humildes, muitas delas sem condições de pagar, mas assim mesmo todas recebiam as escrituras da propriedade – ao Partido, o PCB teve influência, destacando-se o pedreiro João Barros, que havia ingressado recentemente na legenda. [grifo meu]

É nesse contexto que Custódio Siqueira, com recursos próprios, dá início a um projeto habitacional para trabalhadores, ação, inclusive, que antecedeu o de Salo Brand, cuja pretensão era expandir a cidade em direção ao norte do município. Custódio Siqueira teve uma participação ativa na política campista nos anos 1930, período em que o bairro fora criado. Uma característica marcante de sua trajetória política no município fora a “participação popular”. Quando candidato à prefeitura de Campos, no ano de 1947, realizou um comício na Praça São Salvador, área central da cidade e, em direção ao evento, “moradores da Cidade de Palha” deslocaram-se descalços e a pé. Além destes, o comício teve ampla participação dos moradores dos distritos de Poço Gordo, Mineiros, Saturnino Braga, Ururaí, Goitacazes, Tocos e “outras caravanas de moradores” de localidades que estavam fora dos limites da sede do município. O total de presentes foi estimado em 8.000 pessoas (Gomes, 2000, p. 71).



Custódio Siqueira, horas após a realização do evento mencionado no parágrafo precedente, fora vítima de um infarto fulminante. Sobre o cortejo fúnebre, Gomes (op. cit., p. 72) escreveu as seguintes palavras:

O caixão foi carregado nas mãos, o carro fúnebre seguiu vazio. Grande parte dos acompanhantes eram moradores da Cidade de Palha, que vieram a pé, descalços, segurando o caixão em todo o seu cortejo. Em sua maioria, homens, mulheres e crianças da raça negra. Seu funeral emocionou a população de maneira geral.

De acordo com Gomes (op. cit., p. 71), a campanha de Custódio Siqueira teve forte adesão dos “marginalizados da classe operária”. É nessa configuração que surge a Cidade de Palha. O bairro é reflexo de um projeto de urbanização que se opunha ao projeto varguista. O que os projetos tinham em comum era o grupo de alcance. Ambos refletiam os *efeitos* do problema favela<sup>34</sup> da capital fluminense, porém o tema não fora abordado em Campos da mesma forma, pois Custodópolis até então não era denominado favela, mas um bairro de trabalhadores urbanos.

A partir do ano de 1947 a Cidade de Palha começa a ganhar destaque entre os demais distritos do município no Guia Geral da Cidade de Campos. O bairro é denominado “núcleo de população proletária”. Vejamos a seguir:

O Dr. Custódio Siqueira, com seus esforços e a sua tenacidade, no intuito de satisfazer às aspirações sociais, fez surgir no 6º distrito, Guarús, em terras próprias e pertencentes ao seu irmão, Júlio Greví de Siqueira, um núcleo de população proletária, oferecendo às classes menos favorecidas pela fortuna, a oportunidade de possuir casa própria em condições higiênicas, mediante forma razoável de resgate.

A Cidade de Palha, que se engasta num dos pontos mais altos dos subúrbios de Campos, (14 metros acima do nível do mar) ‘possúe’ 300 casas de construção regular com ruas bem traçadas, uma praça principal, edificações de terrenos de 10X40 metros, constitui hoje um dos mais pitorescos bairros do município de Campos.

(Guia Geral da Cidade de Campos, 1947, p. 121).

O aumento dos quadros do Partido Comunista neste período foi um divisor de águas para que estas áreas passassem a ser mais atendidas pelas políticas do Estado Novo, e este fato se deu não somente em Campos, mas também, na capital fluminense. Vejamos um trecho no qual Leeds e Leeds (2015, p. 254 [grifo meu]) destacam este processo:

---

<sup>34</sup> Sobre este aspecto, há uma longa discussão nos trabalhos de Leeds e Leeds (2015), Machado da Silva (2016) e Valladares (2005). Estes destacam os diferentes momentos pelos quais as “favelas” passaram a ser alvo de políticas públicas urbanas.

Explícito nesse pensamento inicial [“recuperar os favelados”] estava o controle da “infiltração comunista”, que era visto por muito como uma enorme ameaça em uma época em que o Partido Comunista (PC) tinha seu maior apoio popular [...] o número absolutos de votos que ele obteve nessa eleição de 1947 foi tão grande que parecia representar um verdadeiro perigo eleitoral para o futuro. O PC foi declarado ilegal no mesmo ano. Um slogan popular da época era ‘É preciso subir o morro antes que eles os (comunistas) desçam’.

Como já destacado, anteriormente, não somente Custodópolis, mas diversos outros bairros “afastados” de Campos aderiram ao PC. Não há nenhuma coincidência no destaque dado ao bairro pelo Guia Geral no ano de 1947, pois Custódio Siqueira, candidato do partido, certamente sairia vitorioso no bairro que ele mesmo criou. No trecho citado acima, Leeds e Leeds estão fazendo menção a criação de centros sociais, escolas e clínicas como um projeto de “orientação prévia” na urbanização. Em Custodópolis havia sido criado o Rotary II, fruto de uma parceria dos rotarianos com o projeto da então gestão municipal, e em Guarus, um Posto de Assistência à Infância e uma Cantina infantil da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Os moradores da Cidade de Palha estavam inseridos em uma sociabilidade urbana mediada não pelo pertencimento a uma cadeia de reputação associada as famílias tradicionais da cidade (Blanc e Assis, no prelo), mas sim, pelo potencial de mão de obra, como trabalhadores, elemento central do *trabalhismo varguista* (Gomes, 2005). O Guia Geral, no qual fora extraída a matéria citada acima, começou a ser publicado anualmente desde o ano de 1943, no mandato do prefeito Salo Brand, engenheiro que dirigiu o órgão de municipalidades no Estado Novo (Alves, 2013). Ele exerceu o cargo de prefeito em 1939 (13/4 – 19/6) e 1942 a 1945 (23/04 - 8/09), sob indicação do interventor federal Amaral Peixoto, e a sua atuação política estava alinhada a um projeto de “modernização” estadonovista, que se efetivou no “plano de remodelamento da cidade”. Sobre este plano, o periódico A Noite traz as seguintes informações:

**A urbanização de Campos: Assinados os contratos que farão Campos uma cidade Moderna.**

Assistida por numerosas autoridades, realizou-se na sede Associação de Imprensa Campista a Cerimônia da assinatura dos contratos para os serviços de urbanismo e cadastro imobiliário de Campos, e serviços de topografia e água e esgotos de Cardoso Moreira. A solenidade foi presidida pelo Sr. Stephan Vanier, engenheiro do departamento das Municipalidades, que representou o secretário do Interior e Justiça. Referindo-se a importância do evento, falaram o Prefeito Salo Brand, congratulando-se com os campistas o Jornalista Silvío Fontoura, o Professor Octávio Reis e, por fim, o Sr. Sttephan Vanier.



(A Noite, 17 de abril de 1944, p. 4, edição 11558)

Salo Brand, em parceria com o departamento de municipalidades, buscou implementar o “plano de remodelamento da cidade” cujas principais características seriam tornar Campos uma “cidade moderna”, o que incluiu projetos para áreas que não foram contempladas pelos planos anteriores, como destaca Faria (2005, p. 12):

A pedido de Salo Brand, a Empresa Coimbra Bueno elaborou o Plano Urbanístico de 1944. Este foi concedido para, primeiramente, "corrigir" os erros das intervenções anteriores que tenderam apenas à valorização e embelezamento das áreas centrais e, segundo, orientar a expansão da cidade, integrando, por exemplo, inúmeros bairros que não foram considerados pelos planos anteriores.

É nesse cenário em que surge o Guia Geral. Em sua primeira edição do ano de 1943, faz a seguinte introdução:

É sempre interessante para o forasteiro encontrar um orientador para encaminhá-lo na cidade por onde passe, e que, de uma maneira prática, o possa levar aos pontos mais pitorescos, tornando, muita vez, uma caminhada longa, breve; com êsse objetivo foi organizado o Guia Geral da cidade de Campos.

O forasteiro, neste caso, era o então prefeito Salo Brand. O guia organizou uma série de informações sobre o município, das quais podemos citar: demografia, história, economia, cartografia, transporte entre outras informações consideradas relevantes para o “plano de remodelamento” da cidade de Campos dos Goytacazes. A figura (3) abaixo demonstra as principais áreas atendidas pelo plano, e como podemos perceber, os novos bairros projetados em Guarus tinham por objetivo integrar os bairros mais afastados do município sede. As áreas que coloquei em destaque na figura 3 nos possibilitam entender como Custodópolis seria integrado à sede do município.

**MAPA DE CAMPOS DE 1950 COM PLANO DE REMODELAMENTO URBANO DE 1944**

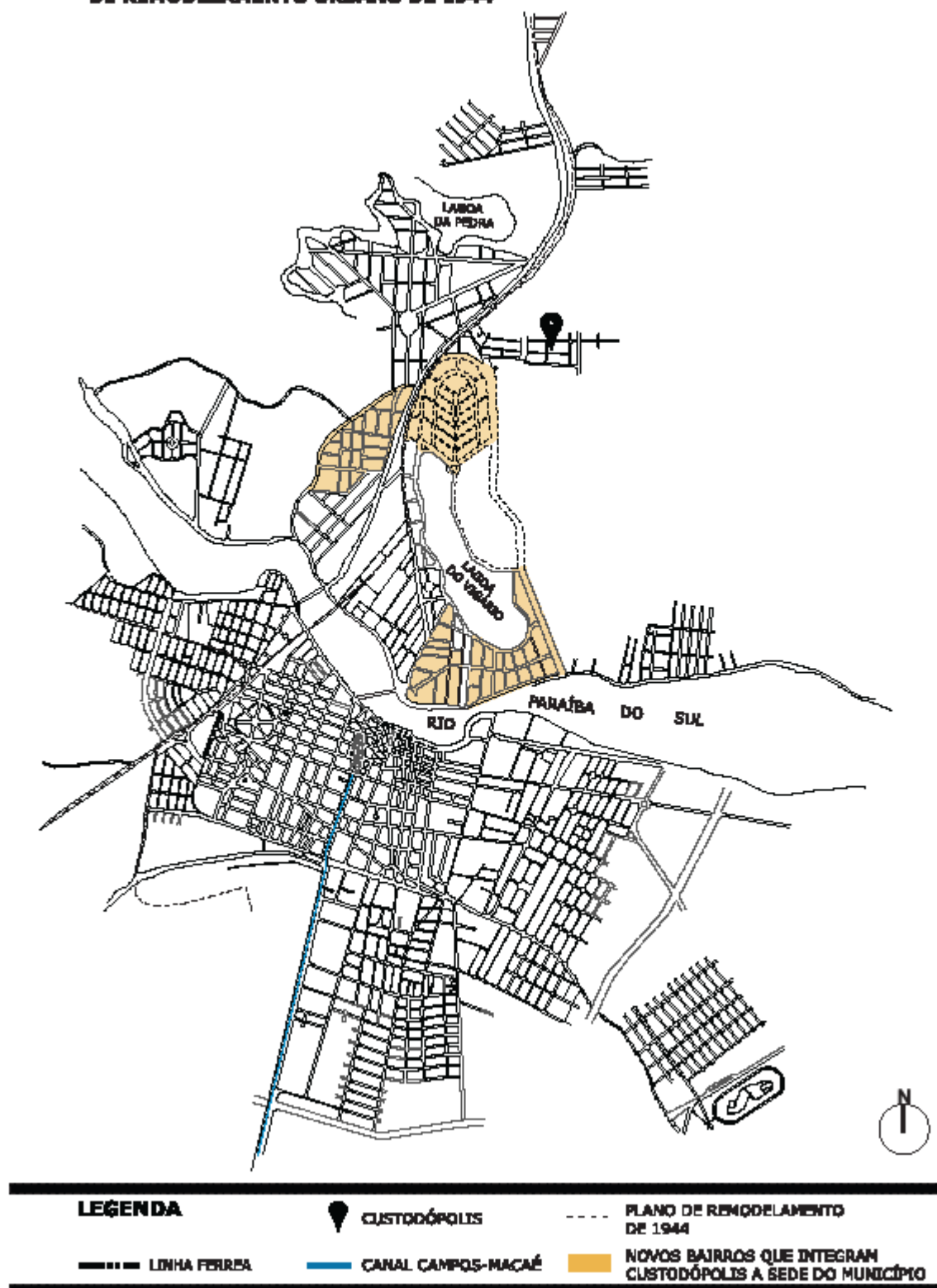


Figura 3: Mapa de Campos de 1950, com Plano de Remodelamento de 1944.

Havia uma parte dedicada às informações da sede do município e, em seguida, dos demais distritos, ao todo, quinze. Dentre as informações sobre os distritos, havia em destaque a Cidade de Palha, como esta fosse o 16º. O bairro é denominado pelo guia como bairro proletário. A atuação de Custódio Siqueira, bem como a de Gentil de Castro Faria, inseriu o bairro em um projeto político de âmbito nacional, e a Cidade de Palha, na política local, passa a ser categorizado como um modelo para as políticas dos parques proletários da cidade. Este fator é esclarecido quando percebemos o destaque que o bairro recebeu no guia. Nos anos quarenta a capital fluminense também possuía seu parque “proletário modelo”, no caso, o Parque da Gávea (Valladares, 2005, p. 61).

Sobre este projeto na capital, o Prefeito da capital carioca em 1942, então distrito federal, destaca que estes parques tinham como objetivos extinguir as favelas (A noite, 28/06/1942, p. 3). O título da notícia da criação dos parques proletários era o seguinte: “Favelas – fontes perenes de crimes”. Fica evidente a criação dos parques nos anos 1940 como uma solução para o problema favela, questão já debatida por autores consagrados no tema (Ver: Leeds e Leeds, 2015, pp. 245-269; Valladares, 2011, pp. 49-73; Abreu, 2010, pp. 71-135; Machado da Silva, 2016).

Sobre a política dos parques proletários, Leeds e Leeds destacam que:

O interesse populista do governo Vargas e a abordagem habitacional do “problema favela” cristalizavam-se logo depois do começo do Estado Novo, em 1937. O Governo de Henrique Dodsworth, prefeito do Distrito Federal no início da década de 1940, foi o primeiro de 11 mandatos, de 1940 até hoje, a lidar administrativamente com as favelas. A era Dodsworth deve ser vista no contexto da ideologia do Estado Novo da Era Vargas, modelando segundo o fascismo europeu de Estado corporativo. (Leeds e Leeds, 2015 [1978], p. 250)

No caso destacado acima, os autores deixam evidente a preocupação da “era Dodsworth”, que era lidar administrativamente com as favelas, inserindo-as em um Estado corporativo. O título da matéria do periódico A Noite, destacado antes da citação, deixa mais evidente os objetivos do Código de Obras da Capital Federal, decreto 6000 de 1937, que, no tocante a construção dos Parques Proletários, teria como principal foco a “extinção de habitações anti-higiênicas” (art. 349) e a realocação de seus moradores em “núcleo de habitações de tipo mínimo” (art. 347). Neste caso, a criação dos Parques Proletários fora uma “solução” apresentada para o denominado problema favela.

Campos, de algum modo, foi *afetado* pelo “problema favela”, não o vivenciou diretamente, dado a este ter sido uma peculiaridade da cidade do Rio de Janeiro. As

ações realizadas em Campos refletem um alinhamento moral aos projetos de uma cidade moderna e industrial, implementados na capital. O que ficou evidente no Guia Geral (1947, p. 121) foi a preocupação com os “bairros pitorescos”, que foi o caso da Cidade de Palha, denominada pelo Guia “um dos bairros dos mais pitorescos do Município de Campos”. O Guia chama atenção para o padrão das construções: “própria” e “em condições higiênicas”, atendendo assim, às exigências dos parques proletários.

A era Salo Brand em Campos, no que toca ao desenvolvimento dos parques proletários, teve uma atenção especial voltada para uma política de “saúde física e moral” da infância. Na Cidade de Palha, assim como no Parque Guarus, criou creches-escola que atendiam, sobretudo, os filhos de “trabalhadores e das domésticas”. Em Guarus, Salo Brand construiu o Posto de Assistência à Infância e uma Cantina infantil da Legião Brasileira de Assistência (LBA) cuja responsável desta última fora a sua esposa (Guia Geral, 1944).

Estes projetos estavam relacionados ao projeto de “maioridade equilibrada” (A Noite, 1943, p. 2), um reflexo do *homem novo* do projeto varguista. Na semana da criança de 1943, foram realizadas diversas atividades direcionadas aos “estudos de puericultura” (op. cit.). Com relação à criação destas instituições em Campos, o Periódico A Noite (9 de novembro de 1943, p. 9 [grifo meu]) transmitiu a seguinte informação: “Campos festejará o 10 de novembro com um grandioso programa em prol da criança. As inaugurações do Parque Infantil [Parque Alzira Vargas] e do Posto de Guarulhos [Guarus] vão dotar o ‘leader’ dos municípios de um posto assistencial completo”.

Nesses programas idealizava-se um cuidado com mães e crianças com a finalidade inseri-los no moldes do *homem novo*, parte do projeto da habitação saudável. Para isto os postos ofereciam palestras de “bons hábitos morais e higiênicos”, que auxiliavam o “reforço alimentar”, tanto das mães quanto das crianças (Botelho, 2011, p. 40). A responsável pelo Posto de Puericultura de Campos foi a Professora Joaquina Mendes Bella Campos, que antes mesmo da criação do posto, ministrava conferências às mães, como destacado na notícia a seguir: “A fundação Policlínica e Maternidade organizou uma série de conferências sobre puericultura, dedicada às mães campistas, com entrada franca. Amanhã deverá falar a Professora Joaquina Bella Campos” (A Noite, 3 de setembro de 1939, p. 5).

Estes programas sociais foram constitutivos de uma política social do Estado Novo, cujo alcance se estendeu para além da sede do município. A LBA continuou

sendo um órgão de referência no tocante às políticas sociais. Uma das interlocutoras deste trabalho, a Ana Júlia, destacou que:

[...] naquela época, no meado dos anos oitenta, oitenta e oito e oitenta e nove, né, e no início da década de noventa, pobre era pobre, não era igual hoje que tem benefício. Eu lembro que a única instituição governamental que ajudava as pessoas mais carentes era a LBA. Não sei se você sabe disso, mas é um órgão institucional do Governo Federal que ajudava, eu ia muito nessa instituição, porque ela dava leite [...] Eu lembro que minha mãe levava a gente muito ali. Você levava a criança, pesava a criança e dava um leite. Na época era um leite em pó, eu lembro, era de saquinho, pro mês todo, para ajudar a mãe na alimentação da criança [...].

(Ana Júlia)

Ana Júlia, ao falar sobre as condições nas quais a sua família se encontrava, quando ainda criança, faz menção a LBA como a única “instituição governamental que ajudava às pessoas”. Neste caso, a sua referência de órgão de “ajuda” é a LBA, que tinha um papel assistencial. A instituição fora criada, a princípio, para atender filhos de integrantes da FEB (Forças Expedicionárias Brasileiras), mas acabou atendendo aos adolescentes e jovens de “camadas populares” (Alvim e Valladares, 1988, p. 8).

A relação estabelecida entre Custodópolis durante a era Salo Brand se deu, basicamente, pela implementação de políticas sociais de apoio à infância e a adolescência. Em relação às políticas de obras que tornou possível a comunicação do bairro com as demais localidades, sobretudo a área comercial, estas não foram tão significativas, pois grande parte do plano urbanístico previsto para Guarus não fora efetivado naquela época. Neste caso, o mérito de Salo Brand esteve não em implementar o plano, mas em concebê-lo, uma vez que a região até então não era sequer objeto de projetos públicos significativos. O plano integrava Custodópolis à sede com a criação de bairros localizados entre o bairro e a sede, como o exemplo do Parque Presidente Vargas.

As informações colocadas até aqui são fundamentais para que possamos tecer um entendimento da cartografia moral da cidade a partir do um “regime de prioridades” no tocante a elaboração de políticas públicas. As políticas sociais não foram combinadas com a urbanização da localidade, pois os investimentos em infraestrutura não foram tão intensos na região. Apenas o Jardim Carioca, bairro contíguo ao rio Paraíba do sul, recebeu tais investimentos. Apesar de não ter sido um projeto capaz de aumentar significativamente a mobilidade urbana dos moradores da Custodópolis e de Guarus, foi

o projeto que mais se aproximou da localidade. Por disputa ideológica ou não, após a era Salo Brand, Custodópolis finalmente foi inserido no mapa do município de Campos.

### **2.3 A *Corneville* campista**

Esta seção é fruto de indagações que me foram feitas na qualificação de projeto desta pesquisa. “Porque tantos estudos sobre Custodópolis?”. A indagação me fez pensar em dois quadros possíveis: (1) Ou eu estava fazendo o óbvio, uma vez o bairro ser objeto de pesquisas desde a década de 1960 (2) ou estava buscando responder às dúvidas colocadas em minhas experiências no bairro e fora dele. A segunda opção é a minha resposta, pois, sequer sabia dos estudos sobre o bairro antes de selecioná-lo como espaço de observação. Saber da existência deles, inclusive, me fez pensar em escolher outro campo empírico, mas o “porque” que me colocou diante do seguinte empreendimento: compreender as motivações que tornaram o bairro um campo empírico privilegiado na cidade.

Após ter acessados os estudos sobre o bairro, que são muito ricos em detalhes históricos, demográficos e sociais, fiquei me perguntando: como ‘avançarei’? Não “avançarei”, escolherei outro caminho. No ano de 1967, fora criado o Centro Social Universitário (CSU), e junto com este, muitos pesquisadores chegaram. Os trabalhos que obtive acesso foram, sobretudo, elaborados por assistentes sociais da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes.

Deste modo, o “porque” da quantidade de trabalhos realizados sobre o bairro já fora parcialmente respondido, refletindo possivelmente a atuação desses pesquisadores no contexto do bairro através dessa instituição, culminando com uma profusão de projetos de pesquisa sendo desenvolvidos no local. De acordo com Machado (1973, p. 26), uma pesquisadora da Escola de Serviço Social, o CSU ofereceu um “campo estruturado [onde a experiência do estudante de Serviço Social] seria mais concreta”. Os trabalhos se debruçaram, majoritariamente, em temas relacionados à pobreza, exclusão social, violência, trabalho, renda, dentre outros aspectos possíveis em uma agenda de pesquisas em Serviço Social.

Este aspecto, bem como uma página anual do Guia da Cidade de Campos dedicada ao bairro, merece uma atenção bem afinada. Neste caso, cabem novas perguntas: porque um Centro Social Universitário no bairro e uma dedicação do Guia Geral ao mesmo?

Me interesse em investigar quais foram os “problemas” do bairro que tanto chamaram a atenção destas entidades? Estas perguntas me conduziram para Corneville, pois “pensava-se nela como um lugar de Gângsteres e políticos corruptos, de pobreza e crime, de crenças e atividades subversivas” (Foote-Whyte, 2005 [1943], p. 19). Tomo a liberdade para afirmar que qualquer semelhança com Corneville não é mera coincidência. Cabe aqui entender de que modo Custodópolis / Cidade de Palha era/é vista como “problemática” ou “socialmente problemática” pelas pesquisas que foram/são realizadas sobre a localidade. Quais eram/são os “problemas” de Custodópolis?

#### **2.4 “uma favela plana denominada Cidade de Palha”.**

O título desta seção fora extraído de uma apresentação na qual o Prof. José Rodrigues Coura narra o momento em que fora convidado para integrar o corpo docente da Faculdade de Medicina de Campos, que fora criada no ano de 1967. Ele ocuparia a cadeira de epidemiologista, daí a sua participação intensa no Centro Social Universitário, onde realizou um trabalho de “medicina social”. Os alunos, na fase inicial, “deveriam apresentar seminários de ‘antropologia médico social’ e acompanhar, do ponto de vista social, familiares de uma ‘favela plana’ denominada cidade de palha” (Coura, 2012, p. 6).

Desde então inicia-se uma agenda de pesquisas acadêmicas contemplando a localidade. Coura relata que em um primeiro momento conseguiram uma parceria com a Prefeitura de Campos através do Departamento de Endemias Rurais (DENER) para instalação de um “posto de saúde” para atenção primária com o atendimento de um médico e uma enfermeira. Em seguida, estabeleceram parcerias com a Escola de Serviço Social, a Faculdade de Odontologia e com a Faculdade de Direito. Esta última deveria atender a população no que toca a orientação acerca dos direitos trabalhistas (*idem*). O “bairro pitoresco” de “proletários” dos anos 1940, passa à “favela plana” nos anos 1960-1970.

Dentre os profissionais engajados no projeto, Coura destaca o guarda “Jim da Selva”, que fora apelidado assim pelos alunos por utilizar um uniforme e um chapéu inglês durante o seu trabalho, que seria o de enumerar as casas do bairro. Esses personagens passaram a compor o contexto de Custodópolis, que, até então, contava apenas com instituições organizadas pelos próprios moradores do bairro.

As palavras de Coura, hoje pesquisador titular emérito da Fiocruz, deixa evidente o modo como a localidade era categorizada pelo olhar que lhe era exterior. “Favela plana” foi a classificação dada ao bairro. Ele não esclarece quais critérios técnicos permitiam classificar Custodópolis de tal modo. A partir minha análise sobre os trabalhos que tive acesso e serão destacados aqui, pode-se perceber que a seu recorte estava vinculada ao problema favela presente na capital carioca.

O trecho a seguir apresenta o real interesse de alguns membros do corpo do Serviço Social empenhados em ter uma “experiência concreta” de investigar uma “favela plana”:

O centro social sempre nos despertou curiosidade e simpatia. Talvez por ser um campo estruturado, onde a nossa experiência seria mais concreta; talvez por existir maiores possibilidades de um trabalho integrado devido a atuação de estagiários de diversos setores [...]; ou ainda, por estar a obra localizada numa comunidade com aspectos rurais carente o que muito nos atrai; ou talvez a escolha tenha sido feita pura e simplesmente feita por intuição (Machado, 1973, p. 26).

Em outro trecho Machado descreve a “Juventude de Custodópolis” como “jovens dinâmicos, líderes em potencial, a espera de alguém que os impulse para a realização”. Neste caso, ela coloca o serviço social como portador de uma “missão”, o que se torna mais claro na seguinte afirmação: “Eles esperam por nós, eles precisam de nós” (*idem*, p. 5). As citações que estão colocadas acima colocam em evidência o “porque” da existência de várias pesquisas sobre “Custodópolis”. Estas foram permeadas por uma *gramática da filantropia*, que já havia sido iniciada na gestão do Prefeito Salo Brand, cuja esposa Bluma Brand ficara responsável pela LBA (Guia Geral, 1944). A Escola de Serviço Social de Campos fora criada, inclusive, ao lado da sede do Centro de Puericultura<sup>35</sup> e da Cantina Infantil<sup>36</sup>, ambas criadas na era Salo Brand<sup>37</sup>. Sobre a atuação “filantrópica” Serviço Social, Sposati faz a seguinte consideração:

O modelo conservador trata o Estado como uma grande família, na qual as esposas de governantes, as primeiras damas, é que cuidam dos “coitados”. É o paradigma do não direito, da reiteração da subalternidade, assentado no modelo de Estado patrimonial (...). Neste modelo, a assistência social é entendida como espaço de reconhecimento dos necessitados, e não de necessidades sociais. (Sposati, 2001:76).

Valladares destaca que “nem na Europa nem no Brasil as ciências sociais estiveram na descoberta da ‘pobreza’”. A “pobreza” fora, inicialmente, uma

---

<sup>35</sup> A Noite, 1942, p. 7.

<sup>36</sup> A Noite, 1943, p. 5.



preocupação das elites que contavam com os profissionais da imprensa, engenharia, medicina, literatura, direito e filantropia (2011, p. 22-23). Em Campos dos Goytacazes a iniciativa partiu da medicina com apoio da ciência social aplicada e marcada por um discurso e por ações marcadamente filantrópicas, ou inspiradas pelo ideário da filantropia.

As condições sanitárias do bairro eram frequentemente colocadas em questão e, naquele momento, priorizadas. A concepção do CSU sofreu o efeito do problema favela do Rio de Janeiro, logo o bairro fora tomado com uma “favela plana”, em um modo claro de adequação da realidade local a um referencial que lhe era exterior.

Se tomarmos como referências o enquadramento que era dado a uma “favela” na primeira metade do século XIX, “o mundo rural na cidade” (Valladares, 2011, p. 22), podemos afirmar que Custodópolis era uma “favela plana” do ponto de vista do corpo de estudantes que realizavam o trabalho na formação do Centro Social. Esta categorização dada ao bairro evidencia “problemas” de um bairro de expansão dotado de aspectos rurais devido a sua formação social predominantemente composta por migrantes do interior.

Bohrer, em seu trabalho realizado no bairro no ano de 1974, fez as seguintes considerações sobre o mesmo:

Grande parte da população encontra-se ainda ligada a atividades agrícolas: cultivo da cana-de-açúcar para algumas usinas da região, apresentando características urbanas e rurais (p. 15).

Principal via de acesso é através da BR 101, estrada Campos-Vitória, e os meios de comunicação se constituem de duas linhas de transporte coletivo que serve ao bairro e um telefone público (p.26).

A pequena parte da população exerce uma profissão e possui emprego fixo, o que evidencia a instabilidade econômica da comunidade e o baixo nível de rendimento da população, trazendo como consequência a necessidade do trabalho do menor e da mulher para o aumento da renda familiar (p. 16).

Não se verifica espírito comunitário desenvolvido e a vida associativa é quase inexistente [...] A população é acomodada e pouco participante (p. 17).

População formada, em sua maioria, por emigrantes da zona rural, que se constitui uma população marginalizada e frustrada [...] continua ligada a cana-de-açúcar (p. 48).

Pode-se notar que o trecho prioriza as condições de renda, educação e “participação política”. O trecho enquadra a localidade como desprovida de uma gama de serviços necessários para um bairro. Corroborando, inclusive, a ideia da “favela plana”. Não cabe aqui um anacronismo e, muito menos, uma cobrança sociológica de

um trabalho que não se propõe a tal tarefa, mas cabem algumas considerações a partir das entrevistas realizadas com moradores que já estavam no bairro nesse período.

Podemos iniciar com o enredo de Neguinho, no trecho que coloca o Centro Social Universitário como complementar ao cenário do bairro. Neste caso, havia instituições locais antes da presença do CSU. Este, inclusive, fora criado a partir da mobilização de moradores que reivindicavam a implantação de um centro social comunitário (Gripes, 2008). Antes desse movimento, entre 1965 e 1966, houvera ainda uma mobilização reivindicando uma caixa d'água para o bairro (*idem*). Nessa ocasião Cine Primor foi o espaço onde as reuniões ocorreram, neste caso, um local de “utilidade pública”.

Seu Manoel Peçanha, ao relatar o movimento realizado para construção da sede do Campo do Grêmio - tema que destacarei mais à frente -, também fornece um relato que vai de encontro à ideia da “inexistência de um espírito comunitário”. A sede do Campo do Grêmio, inclusive, de acordo com relatos de SS, Pretinho e do próprio Manuel Peçanha, foi e ainda é palco de diversas reuniões entre políticos e lideranças locais. A presença dos cabos eleitorais no bairro é muito intensa (Gripes, 2008), e uma das instituições onde as reuniões ocorrem, é o Campo do Grêmio ou a quadra da Escola de Samba União da Esperança.

Em outra ocasião recente, quando estavam discutindo a reforma da praça, fora realizada uma reunião na quadra da escola de Samba União da Esperança. De acordo com Caroline, uma interlocutora que será apresentada mais adiante, havia algumas discordâncias entre moradores do bairro quanto a ter ou não uma quadra, o que fez com que SS fizesse uma convocação dos moradores, através do autofalante do seu açougue para que os moradores comparecessem a quadra da escola de samba com via de entrarem em um acordo.

A necessidade de existência do Centro Social não é colocada em questão por nenhum dos interlocutores deste trabalho, mas nas entrevistas ele não fora destacado como um local onde as reuniões para discussão de assuntos de interesse público dos moradores ocorriam ou ocorrem. Ele “aumentou o cenário”, mas não foi quem impulsionou uma ação a participação política no bairro. Os trabalhos fazem boas descrições dos contextos quando chamam atenção para algumas deficiências relativas aos equipamentos, mas ao colocarem uma “vida associativa quase inexistente” entre os moradores, caem em um engodo provocado pela busca dos pesquisadores por instituições que estes consideram legítimas, o que limita qualquer trabalho de pesquisa

que se proponha compreender o funcionamento do mundo real. A participação ativa na vida política do bairro, bem como a forte presença do Partido Comunista no mesmo, são elementos que demonstram a fragilidade do olhar dos pesquisadores quando estes estão apegados aos quadros de referências de seus mundos originários. Sobre este aspecto, Leeds e Leeds (2015, pp. 169-170) fazem a seguinte colocação:

Por ter acesso a essas diferentes posições da sociedade [elite intelectual e Serviço Social], [Elizabeth Leeds] conheceu as visões pequeno-burguesa intelectual “de esquerda”, intelectual “de centro” e a visão que os administradores têm das “classes baixas”, do trabalhador pobre e do favelado. Sobre os três últimos, conhecemos os pontos de vista das camadas “superiores”. [grifo meu]

Estas visões, “pontos de vistas” ou mesmo “deduções teóricas”, refletem a atuação de grupos sociais que não possuem uma experimentação dos contextos investigados, portanto os descrevem com bases apenas em seus enquadramentos cognitivos produzindo categorias que correspondem não à situação presente no campo, mas, sim, a definida pelo pesquisador. Sobre este aspecto, cabe o trecho a seguir:

Numa palavra: desconhecia-se o significado da realidade das populações envolvidas, de modo que o material empírico (reduzido e pouco detalhado) usado como suporte para as proposições teoricamente deduzidas era interpretado tomando-se como referência os grupos sociais dos quais faziam parte os investigadores. (Machado da Silva, 1971, p. 5):

Para além da situação observada por mim, Valladares (2011, p. 70) destaca que os trabalhos sobre as favelas do Rio de Janeiro acabavam por tornarem-se “marcados pela visão moral”, pois estavam embutidos com as “representações sobre pobreza vigentes”.

De acordo com as falas dos interlocutores desta pesquisa, o bairro é apresentado em seu dinamismo e um jogo de futebol nunca se apresenta somente como uma atividade desportiva. No campo de futebol, no cinema e nas igrejas que se discutem os assuntos relacionados ao bairro e de interesse coletivo. Atualmente é o autofalante do açougue que divulga informações de “utilidade pública”. Após a saída do Hipólito Sardinha do bairro, o pai de SS deu continuidade à prática. Ser açougueiro no bairro não se restringia apenas a venda de carnes, mas uma ação política.

SS relata uma situação na qual ele estava “bebendo com amigos no Parque São José”, quando, de repente um homem veio em sua direção. Ele disse que já estava preparado para brigar. O homem chegou perto dele e disse:

O senhor não se lembra de mim, mas eu não me esqueço do senhor. Uma vez eu sai andando pela rua e me perdi. Um motoqueiro passou na pracinha [Custodópolis] e ouviu

no auto falante que uma criança havia se perdido no Parque Prazeres, e me encontrou. Se não fosse o auto falante eu nem sei o que seria.

Após este evento, o rapaz teria feito questão de pagar uma *rodada* de cerveja. Esta é uma situação dentre muitas outras nas quais o seu autofalante foi utilizado.

O que fora destacado até aqui delinea a chegada dos “primeiros” pesquisadores no bairro, que, no enquadramento daquela ocasião, era categorizado como uma “‘favela plana’ denominada ‘Cidade de Palha’”. As situações problemáticas contempladas pelos então pesquisadores giravam em torno de questões relacionadas, grosso modo, a “medicina social”. Os “inquéritos” realizados pelos profissionais buscavam solucionar os “problemas” sanitários da localidade. Os profissionais, uma vez na localidade, apontaram como possuidora dos seguintes problemas: falta de participação política, marginalidade, frustração - apesar de não deixarem claro o que este termo queria dizer -, baixa qualificação profissional, dentre outras questões que estavam relacionadas à visão moral dos então pesquisadores sobre a localidade.

## 2.5 A situação problemática definida pela investigação.

Como destacado na seção anterior, Custodópolis foi categorizada como um lugar favorável para a instalação de um núcleo de pesquisas nas áreas de “medicina social” por ter sido enquadrado pelos pesquisadores como uma “favela plana”, com “características rurais”, “população carente”, entre outros fatores de interesse dos pesquisadores de então. “Colocar os carros na frente dos bois” é uma expressão popular que me vem à mente quando me deparo com investigações que propõe situações problemáticas. A investigação é definida pela situação problemática, não o inverso.

Sobre o modo como Corneville era compreendido, Foote-Whyte destacou que:

As pessoas respeitáveis tinham acesso a uma quantidade limitada de informações sobre Corneville. Elas poderiam saber que esta era uma das áreas mais populosas dos Estados Unidos e um dos principais pontos de interesse de qualquer excursão organizada para mostrar às pessoas das classes altas as más condições de habitação da classe baixa. Em passeios turísticos ou nas estatísticas podia-se descobrir que os banheiros eram coisas raras aqui, as ruas estreitas e mal cuidadas transbordavam de crianças, que a delinquência juvenil era alta, a criminalidade entre os adultos maior ainda, e que uma grande parcela da população recebia auxílio-desemprego ou estava na WSA [programa federal de assistência social durante a crise de 1929] durante a depressão. Vistas dessa perspectiva, as pessoas de Corneville aparecem como alvos de interesse de assistentes sociais, são considerados como réus em casos criminais ou integrantes indiferenciados das “massas”.

Há algo errado nesse quadro: nele não há seres humanos (2005 [1943], p. 19).

O trecho citado traz consigo algumas das inquietações colocadas para Foote-Whyte pelos próprios interlocutores da pesquisa. Inclusive, seu auxiliar, Ângelo Orlandela, na edição comemorativa de cinquenta anos da publicação do livro, escreveu o seu depoimento destacando um marco, pelo menos para ele, após o contato com Whyte. Orlandela destaca a “má reputação” do seu lugar de moradia e os profissionais que lá se encontravam. Por mais que estes acreditassem que não tinham preconceitos em relação aos italianos de classes baixas, suas ações os traíam (*apud* Foote-Whyte, 2005, p. 121).

Esta problematização coloca em questão a relação entre o olhar externo e o olhar interno sobre a localidade, pois evidencia as situações problemáticas que os “observadores de fora” encontravam e Corneville. Whyte não nega que as estatísticas indicavam condições de higiene incompatíveis com a população mais abrangente, uma vez a maioria das habitações não possuem banheiro, mas, pelo visto, esta não era uma situação problemática para os moradores de Corneville. Para os de “fora” as casas eram “más habitações”, enquanto para os moradores de Corneville, habitações.

No caso de Custodópolis, se as informações sobre o bairro forem “limitadas”, serão reforçados os estereótipos locais e o pesquisador atuará como um jornalista em busca dos grandes acontecimentos. Como o próprio autor destacou “os jornais concentram-se na crise” (Foote-White, 2005, p. 20). Tomar Custodópolis unicamente como local de “cabos eleitorais” pode retirar toda a substância presente nas ações coletivas presentes na localidade.

Tomar aspectos particulares do lugar e generalizá-los é inerente a um olhar de fora, sem levar em conta as configurações presentes no contexto. Nessa “perspectiva” o bairro será categorizado a partir das situações problemáticas oriundas do quadro de referencia do pesquisador, não dos moradores do lugar. Se forem destes, deve-se tomar muita precaução antes de estabilizá-las no papel.

## **O bairro na cidade**

### **3.0 Da roça à Custodópolis: ocupantes das Terras de Custódio.**

Pensar na formação social da dessa localidade é basilar para que, mais à frente, possamos compreender as disputas enfrentadas por parte dos moradores do bairro

quando estes acessam o *outro lado*, neste caso, a região associada à sede do município, primeira ocupação.

Serão apresentadas aqui as narrativas dos interlocutores que traçam os diferentes momentos pelos quais Custodópolis passou, que compreendem desde a ocupação da área, denominada em um primeiro momento Terras de Custódio, até a Pracinha de Custodópolis. A partir dos diferentes enquadramentos da localidade, irei refletir sobre a ocupação territorial do bairro e seu entorno. Após ouvir moradores, obtive um suporte empírico satisfatório para compreender os delineamentos morais do bairro. Um quadro de referência acionado por alguns moradores do bairro é a “roça”, seja pelo trabalho que antes era realizado na localidade, seja pelo padrão de moradia dos “mais antigos”, no caso, a “casa de palha”, ou mesmo por laços de ascendência dos mais jovens.

A pesquisa de campo me possibilitou uma reflexão sobre as diferentes temporalidades do bairro e do seu entorno, relacionadas a diferentes representações que farão maior ou menor sentido entre os meus interlocutores de pesquisa, de acordo com a interação destes no interior da localidade. Famílias se mudaram para o bairro com um objetivo comum: trabalhar na cidade. Alguns, trabalhadores das lavouras nas Terras de Custódio, outros, de terras vizinhas. Um quadro inteligível entre os mais antigos é a lavoura. Neste caso, no corte da cana, em plantações de milho, de café ou arroz. O trabalho na lavoura de cana era mais comum, envolvendo atividades diretamente relacionadas ao cultivo ou atividades secundárias, seja como motorista de ônibus turma, seja no corte, ou mesmo, em outras ocupações na própria usina. Os moradores mais recentes, que chegaram após os anos 1960, não se apresentam como trabalhadores da lavoura - pelo menos, não no bairro -, mas profissionais urbanos, como sapateiros, pedreiros, camelôs, feirantes do mercado municipal, motoristas de ônibus, empregadas domésticas, policiais militares, comerciantes, entre outras atividades relacionadas ao setor de serviços.

Ao fazer uma apresentação do bairro de Custodópolis, apresento mudanças ocorridas na cidade, relacionadas aos fluxos migratórios da área rural do município em direção à área urbana. Compreender esses fluxos é basilar para uma análise mais profícua das categorizações do bairro em situações de copresença na cidade, tema que será contemplado nos capítulos posteriores.

### 3.1 Margarete: moradora do bairro de proletários.

[**Você continua trabalhando em “casa de família”?**] EU NÃO! Comecei com dez anos. Parei de trabalhar em casa de família, tem o quê? [...] tem quinze anos, porque eu trabalhei nove anos na creche, sai da creche. [**qual creche?**] Essa creche aqui, oh: João Batista Veiga, quando era lá no Nova Campos. Fiquei nove anos nela, nove anos. Cadi briga política eu sai, né? Quem me botou lá foi [Menininho], depois quando [Campeiro] entrou, eu sai, aí... é isso mesmo. Depois eu não trabalhei em casa de família mais não. Depois eu fui para a União da Esperança... Na União da Esperança eu fiquei sete anos. [**Nestes trabalhos que você passou, assinaram carteira? assinou carteira na creche?**] Não, naquela época era aquele negócio: você ficava por conta da cooperativa. [**Você já trabalhou com carteira assinada?**]: Qui, nunca! [**Aonde você trabalha atualmente?**]: Trabalho no estacionamento, ajudando meu marido. [**Onde?**]: Lá na Treze de Maio.

[**Pergunta direcionada a Mãe de Margarete: E a senhora, trabalhou em casa de família também?**] - Trabalhei na roça também, trabalhei como ajudante de pedreiro, e depois trabalhei como margarida [**Margarida?**] Varrendo rua. O meu último emprego foi na pracinha, tomando conta do banheiro. [**A senhora é aposentada?**] Sim, aposentei.

[**A mãe de Margarete se foi e continuamos nossa conversa sobre a sua trajetória**]

[**Você parou de estudar por quê?**] Pra trabalhar! Meu pai foi embora, cabou com tudo... levou carro... levou... tudo que tinha de bom e do melhor ele levou. Deixou a gente na merda! Tivemos que trabalhar. Aí parei com... Parei de estudar com onze, aí depois voltei com quatorze, mas parei novamente. Agora voltei, depois de velha...

(Dona Maria e Margarete)

Após ter conseguido o telefone de Margarete com a sua irmã, que havia me recebido um mês antes, fiz uma ligação para marcar a entrevista. Não foi difícil. Precisei, basicamente, de escolher um dia que fosse favorável a mim, pois ela estava disponível durante todos os dias da semana, com exceção dos domingos, dia de “ver as meninas” que estão presas.

Cheguei ao bairro e estava repleto de pessoas na praça e com o comércio em pleno funcionamento. Ao chegar ao seu portão, notei uma placa confeccionada à mão oferecendo serviço de “aplicação de *mega hair*”. O muro estava bem danificado, e a casa da frente, a primeira a ser construída no quintal, no ano de 1943, apresentava sinais de desmoronamento, com algumas paredes já quebradas. Eu chamei durante um bom tempo, mas ninguém me ouviu. Então resolvi ligar, e finalmente ela me atendeu.

Foi me atender e perguntou o porquê de eu não ter entrado. Eu disse que não tinha problemas esperar. Sem muita conversa, e muito risonha, me conduziu até a sua casa. Ela divide quintal com a sua mãe, irmã, e a filha da irmã, cujas casas formam um L no terreno que possui 10 metros de frente, e 30 metros de fundos. O chão do terreno é

de terra, e as casas não possuíam emboço. É um quintal bem aproveitado, com crianças brincando, varais de roupas, cada um em frente a sua respectiva casa. Havia ainda, muitas plantas por todo lado. A espada de São Jorge<sup>38</sup> era predominante. Identifiquei ainda, boldo<sup>39</sup> e comigo ninguém pode<sup>40</sup>.

A casa de Margarete ficava nos fundos e possui cerca de 100 m<sup>2</sup>. Antes de entrar na residência notei que havia vários calçados na porta, e eu comecei a retirar o meu. Ela me repreendeu dizendo para que eu não tirasse, mas, em respeito aos sinais de que esta é a prática vigente entre aqueles que circulam no espaço, retirei os sapatos. Sentei-me na varanda, em cadeiras pintadas de rosa - signo da extensão dos muros da escola de samba para o ambiente doméstico- e ela me ofereceu um café com o biscoito, mas eu preferi só o café. Na caneca em que o café fora servido havia o emblema da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). O café era adoçado. Na sua sala de jantar havia um tambor, e este objeto me deixou curioso. Entrar em sua casa é identificar objetos que fizeram parte da constituição moral do bairro, pelo menos, da qual ela partilha. Sua casa estava impecavelmente limpa, e ela ia à cozinha a todo tempo para fumar e pegar cafezinho. A recepção foi muito calorosa, ela estava entusiasmada em me receber e falar um pouco de *sua história*.

Margarete tem uma longa trajetória no bairro de Custodópolis, onde nasceu. Participou de atividades na Capela Nossa Senhora da Conceição, antes da mesma ter se tornado paróquia; assumiu a organização da festa de São Jorge durante dez anos, após a festa ter acabado; participou ativamente da Escola de Samba União da Esperança, da qual fora presidente; se candidatou ao cargo de vereadora pelo Partido da República (PR); recebeu a visita de Leonel Brizola<sup>41</sup> em sua residência, quando este era Governador do Estado do Rio de Janeiro; concluiu o ensino médio no ano de 2013, no Centro Integrado de Educação Pública (Ciep) Nilo Peçanha, popularmente conhecido como “Brizolão da Lapa”; e, atualmente, está em uma “luta” para tirar as suas duas filhas do “presídio”. Estas situações foram experimentadas durante cinquenta e um anos de vida no bairro.

---

<sup>38</sup> *Sansevieria trifasciata*.

<sup>39</sup> *Plectranthus barbatus* Andrew.

<sup>40</sup> *Dieffenbachia seguine*.

<sup>41</sup> Cabe mencionar o estudo de caso realizado por Machado da Silva, Leite e Fridman (2005) que trata da atuação de Leonel Brizola como Governador do Estado do Rio de Janeiro. O Governador possuía uma política direcionada aos que estavam sendo vítimas das condições precárias do sistema carcerário. A sua atuação era, sobretudo, direcionada a garantia de direitos humanos para setores mais populares da sociedade, o que fora alvo de crítica por setores mais conservadores da mesma.



Com relação à carreira profissional de Margarete, a citação de sua fala colocada acima destaca uma ruptura familiar que fez com que ela mudasse o curso de sua ação, cuja responsabilidade é atribuída ao plano individual, não como um efeito de uma política ineficaz de integração dos moradores do bairro aos projetos urbanos mais amplos. Seu pai, tratorista da Estação Experimental<sup>42</sup>, “foi embora e levou tudo de bom”. Esta ruptura familiar é mobilizada como causa das situações que a sua família passou a experimentar no bairro. Aos treze anos, Margarete começou a trabalhar em “casa de família” no bairro vizinho. A primeira casa em que ela trabalhou foi a de Dona Janaina.

Após ter trabalhado na casa de Dona Janaína, Margarete se casou e teve duas filhas, o que fez com que se dedicasse exclusivamente ao trabalho doméstico como dona de casa. Ela relata que voltou a trabalhar em uma “época braba”, quando a sua filha mais velha possuía três anos de idade e a mais nova, dois. Ela não possuía lugar para morar, e estava sem emprego, quando encontrou com o genro e a filha de Dona Janaína em um *trailer* na pracinha, onde estes estavam lanchando. O proprietário do *trailer*, casado com a outra filha de Dona Janaína, a chamou para ter uma conversa com o casal, proprietários de uma “mercearia<sup>43</sup>” no Parque Nova Campos. Margarete relatou que conversou com o casal chorando. A esposa dele lhe disse para não chorar, pois “arrumaria” um serviço para ela. Eles “arrumaram” uma casa para ela morar de aluguel, e seu *compadre* lhe dera um colchão. Foi a situação na qual ela afirma ter recomeçado a vida. Enquanto trabalhava, suas filhas ficavam na creche e a outra menina, que trabalhava na casa de Dona Janaina, a *ajudava* pegando as meninas e ficando com elas em sua casa até Margarete sair da venda, entre dez e onze horas da noite.

A trajetória ocupacional de Margarete é o comum entre as interlocutoras que apresentam a mesma faixa etária dela, no caso, na casa dos cinquenta. Trabalhar em

---

<sup>42</sup> A Estação Experimental de Campos tem sua sede no Parque Prazeres, em Campos dos Goytacazes, fora criada em 1913, com o objetivo de realizar estudos visando o aumento da produtividade agrícola. No ano de 1976, fora integrada a PESAGRO-Rio, para promover a diversificação agropecuária do norte, noroeste e baixada litorânea. Tradicionalmente, a EEC concentrou seus estudos na cana-de açúcar, cultura predominante na economia norte-fluminense até a segunda metade do séc. XX. Fonte: PESAGRO-RIO. PESAGRO-RIO (2015). EEC-Estação Experimental de Campos. Acessado em: <http://www.pesagro.rj.gov.br/eec.html>, Acesso no dia 28 de Jul. de 2015.

<sup>43</sup> Estes estabelecimentos também são chamados de “vendas”. Podem ser de pequeno e médio porte, e os principais produtos oferecidos são cereais, enlatados, utensílios domésticos básicos de cozinha (colher de pau, “socador” ou “machucador” de alho ou carne, peneira, coador de café), laticínios e, em alguns deles, carne-seca. Eles atendem, na maioria das vezes, casos de urgência. Neste caso, é um mercado que atende principalmente os bairros que não tem uma ampla oferta de comércios de “grande” porte, como o caso do Nova Campos e Bandeirantes, bairros vizinhos de Custodópolis.

casa de família era um recurso disponível as jovens do bairro, pelo menos, para os que não possuíam outra qualificação profissional. A trajetória de Margarete foi relativamente diferente da sua mãe, que trabalhou na roça. Neste caso, trabalhar na roça se refere ao trabalho no corte da cana, uma atividade que era acessível a aqueles que envolvidos na primeira ocupação do bairro, quando ainda era chamado de Cidade de Palha. O trabalho funcionava em um sistema de *empreitada* na qual os trabalhadores do corte da cana trabalhavam para um empreiteiro que os contratava por um período determinado e sem reconhecimento jurídico.

No trecho que inicia esta seção há falas da mãe de Margarete intercaladas com a sua, pois em algumas perguntas, ela sugeriu que eu falasse diretamente com a sua mãe, pois poderia fornecer informações da segunda geração de sua família no bairro, bem como a ocupação destes. Sua mãe, que eu chamarei de Maria, estava no quintal enquanto conversávamos. Margarete a chamou e ela deixou o que estava fazendo e veio imediatamente.

Sua mãe chegou reclamando de não estar se sentindo bem, dizendo que iria aumentar a dose do seu remédio de pressão para 50 miligramas, pois o de 25 miligramas, segundo, não estava “prestando”. Quando a entrevista fora realizada, em 2013, ela estava com 67 anos, e aparentou desconhecimento sobre o seu local de nascimento, usando o pretexto de ter sido adotada. Ela remonta experiências no bairro desde os seus três anos de idade, período em que ela afirma ter coroado a santa na capela Nossa Senhora da Conceição, quando sua mãe exercia a função de zeladora da mesma. Maria relatou que os donos que haviam construído a capela foram embora e deixaram com a mãe dela para que esta tomasse conta. A capela era vizinha imediata da casa de Maria. A capela pertencia as terras de Custódio Siqueira, uma construção típica das fazendas existentes na região àquela época.

As falas de Maria pareciam não fazer muito sentido, mas com o decorrer da entrevista algumas conexões puderam ser estabelecidas. Quando perguntada sobre a profissão de seu pai, ela afirmou que ele teria trabalhado na prefeitura, para o primeiro prefeito de Campos, que ela nomeou de Custódio Siqueira. Como dito acima, Custódio Siqueira, juntamente com o seu irmão, Júlio Greví Siqueira, foram proprietários das terras onde o bairro está localizado hoje. Entender a localização de sua casa, bem como a periodicidade da mesma, nos ajuda a compreender a ocupação de seu pai. Maria afirma que a sua casa foi a primeira a ser construída no bairro, neste caso, ela está destacando que a sua casa foi a primeira de alvenaria, cuja construção fora realizada no

ano de 1943, três anos antes de Maria nascer. A casa, que ela chama de “casinha”, fora derrubada recentemente. As paredes da casa eram de tijolos maciços, com colunas de madeira, telha francesa e possuía no alto o ano de construção.

A posição da família dela na praça me faz concluir que o seu pai trabalhava para Custódio Siqueira. Os primeiros moradores do bairro, sobretudo aqueles que trabalhavam para os irmãos, compraram os primeiros terrenos quando Custódio Siqueira repartiu as terras para venda, como já destacado.

A história de vida da família de Margarete no bairro remonta a passagem por diferentes ocupações, que vão desde o trabalho escravo, no caso de seus bisavôs, até o lava-jato, ajudando o marido. Sua mãe já havia trabalhado na roça, na construção civil, em casa de família, e como margarida, na limpeza pública. A avó de Margarete nasceu em 1889, e segundo relatou, contava histórias para ela de ter sido “filha do ventre livre”, e que havia trabalhado muito junto com seu esposo para comprar a “casinha”. Sua avó trabalhou como doméstica e lavadeira que “lavava roupa para o centro”.

É importante ressaltar que uma das ocupações que possibilitava mobilidade feminina era o emprego doméstico e o de lavadeira. O corte da cana empregava ambos os sexos, mas é uma profissão que é mencionada como algo penoso. O próprio Evaldo, esposo de Margarete, destacou que “se o usineiro quiser alguém para cortar cana hoje, que coloque a mãe e os filhos”. A profissão ainda é mencionada como um símbolo de estigma, pois sempre que há um relato sobre o corte de cana há uma manipulação da informação com o objetivo de associá-la a falta de opção, neste caso, numa época braba, como destacou Margarete. O trabalho de doméstica permitia ao morador do bairro um relativo acesso ao *outro lado*. Sobre este aspecto, Leeds e Leeds (2015, p. 170) destacam que: “a maior aproximação entre experiências dos moradores [do bairro] e esses grupos [camadas “superiores” economicamente] é o trabalho feminino como doméstica em suas casas”.

A ocupação de lavadeira, realizada pela avó de Margarete, não é tão presente nos dias atuais e difere do emprego doméstico, pois esta era realizada na casa da lavadeira que se encarregava de lavar periodicamente roupas de famílias com maior poder aquisitivo, geralmente, empregadores do esposo. As mulheres que realizavam as atividades possuíam um status superior em relação àquelas que cortavam cana. Mas, a partir de uma avaliação de Margarete, bem como, as demais que relataram terem trabalhado nas profissões de lavadeiras ou domésticas, estas são símbolos de estigma em relação à oferta de serviços presentes hoje, tanto no bairro como na cidade. As que

ainda trabalham nesta função, como o caso da irmã de Margarete, não a assume, diz “tomar conta de dona Mothé”, neste caso, uma manipulação do estigma.

A família de Margarete, cuja trajetória é associada ao “tempo dos escravos” teve uma mobilidade reduzida em relação aos demais interlocutores deste trabalho. Margarete teve quatro filhas, uma foi morta vítima de *crime violento* por se “envolver com amizade errada”, outras duas estão presas por porte de drogas e a filha mais velha, aquela que tinha três anos quando Margarete estava em busca de um emprego e uma casa para morar, mora no Novo Eldorado no conjunto habitacional Morar Feliz, programa de governo municipal, que por meio de arrecadação de *royalties* do petróleo, se propôs construir dez mil moradias em quatro anos, entre os anos de 2009 e 2012(Ver: Soares, 2010; Arruda, 2014; Dutra, 2015; Faria e Pohlmann, 2015). Os conjuntos do programa são denominados “casinhas” na categoria nativa. Margarete destaca que foi na prefeitura e conseguiu uma casa para a sua filha. Sobre esta questão, adentrarei mais adiante.

A trajetória da família de Margarete é difusa, pois não há uma clareza quanto aos lugares de origem. O que existem, são práticas que situam a posição de sua família no bairro desde as “Terras de Custódio” até Custodópolis. A construção da reputação da família de Margarete não segue a mesma lógica destacada por Blanc e Assis (no prelo), no caso, pela posse de um sobrenome relacionado às famílias tradicionais da cidade. A participação ativa da avó, da mãe e da própria em instituições locais lhe confere uma notoriedade positiva no bairro, dada a importância das instituições no local, aspecto que adentrarei mais à frente.

A reputação da família de Margarete é garantida, sobretudo, pela participação ativa de sua família na formação da Escola de Samba União da Esperança, bem como, pela atuação de sua avó na Igreja Nossa Senhora da Conceição, duas instituições que dinamizavam a vida do bairro antes deste ter uma comunicação mais efetiva com a sede do município. Mais à frente veremos como a primeira instituição foi fundamental na aquisição de recursos de infraestrutura para o bairro.

No que concerne às práticas relatadas, estas me possibilitam remontar as situações que perpassaram a trajetória da família de Margarete. A referência aos antigos é mobilizada a todo tempo. Os referenciais mobilizados por Margarete e Maria, remetem a demarcadores morais que diferenciam os fluxos de moradores, se referindo, neste caso, aos grupos que vieram da “roça” e experimentaram a formação de um bairro de expansão dos limites urbanos. Os elementos presentes nas falas definem a Cidade de

Palha como contendo uma forte presença de trabalhadores manuais de baixa qualificação e prestadores de serviços.

A experiência da família de Margarete é também marcada ainda por atividades religiosas, seja em um catolicismo oficial, seja sincretizado; a participação ativa na Escola de Samba do Bairro, cujas primeiras reuniões ocorreram embaixo de uma grande árvore em seu quintal; a participação no desfile de bois, no caso, “boi esperança”, organizado pelos seus primos; bem como na antiga festa de São Jorge; o trabalho na “roça”; dentre outras atividades que delineiam as experiências possíveis nas Terras de Custódio e na Cidade de Palha.

A família de Margarete, assim como, as demais presentes neste trabalho, integrava a população operária beneficiada pela iniciativa de Custódio Siqueira. Sua avó era lavadeira, seu avô trabalhador das Terras de Custódio, sua mãe já trabalhou na roça, de pedreira, em casa de família e na limpeza pública. Seu pai, como tratorista da experimental e Margarete, esta não trabalhou na roça, pelo menos, é o que diz em seus relatos, mas em casa de família, como a sua avó e mãe. O seu atual esposo, Evaldo, este trabalhou no corte da cana e em plantação de arroz na Baixada de mamado. Estas trajetórias delinearam as Terras de Custódio como um local de ocupações agrícolas relacionadas à cidade, uma vez que estas estavam ligadas a uma economia urbana. Não se trata aqui de oposição, e sim um *continuum*<sup>44</sup>.

As Terras de Custódio faziam parte de um mercado produtor de gêneros de produção agrícola para abastecimento da cidade, ou mesmo a um mercado externo, o que coloca a localidade, desde a sua formação, em uma posição urbana, não rural. Poderíamos citar um exemplo da Maria: Ela já trabalhou na roça, neste caso, no corte da cana. Ela cortava cana para fazer produtos para seu consumo? Não, cortava cana para a Usina São João ou Outeiro, que processava a cana até esta chegar ao produto final, o açúcar. Este seria consumido, inclusive, não apenas na cidade, mas fora dela. Neste caso, a mãe de Margarete trabalhou na agricultura que estava associada a um mercado urbano. Este exemplo é inspirado em outro dado por Leeds e Leeds (2015, p. 140), quando estes elaboraram uma crítica às pesquisas que insinuavam uma oposição entre o

---

<sup>44</sup> Tomei este termo emprestado de Machado da Silva (1971, pp. 47-53). O termo, empregado em seu trabalho dissertativo, elimina a suposta oposição, tratando do MNF e MF como contínuos, não opostos. Este termo me auxilia no entendimento da relação de trabalho no bairro não como rural, e sim, urbano, uma vez que este está intimamente relacionado à cidade. Pode-se pensar, neste caso, em tipos abstratos de trabalho para auxiliar na compreensão, o que não significa dizer que existe oposição entre estes tipos. Gostaria de registrar aqui que a apropriação do termo me surgiu a partir de conversas informais com o professor Hernán Mamani, quando este utilizou o referido trabalho em uma de suas aulas ministradas na Uenf.

rural e o urbano devido ao lugar de origem do entrevistado. O trabalho na roça, deste modo, não pode ser desvinculado de uma economia urbana, logo se pode pensar em um *continuum*. Porém, a categoria roça é mobilizada pelos meus interlocutores como um símbolo de estigma.

A “casinha” mencionada por Margarete atende ao padrão destacado no Guia Geral. Um aspecto que ficará evidente quando eu apresentar as demais trajetórias do bairro é a baixa mobilidade alcançada pelo seu grupo familiar. A reputação da família de Margarete foi ampliada a partir da Escola de Samba. Os meus entrevistados com curso superior não fizeram parte do projeto inicial do bairro, como o caso da família de Margarete. Uma questão que pode ser deixada em aberto para uma próxima pesquisa é a questão racial.

Na segunda geração de moradores, ainda na Cidade de Palha, chegam os capatazes das fazendas para tomar conta das terras de custódio, impedindo que estas fossem “invadidas” pelas populações que estavam chegando ao bairro. A segunda geração formou uma elite comercial, e esta confere uma centralidade comercial do bairro em relação às localidades vizinhas. Após a chegada dos capatazes e colonos, que posteriormente se transformariam em comerciantes, o bairro começou alterar a sua configuração em relação à cidade. De Cidade de Palha, passa então a se chamar Custodópolis.

As trajetórias dos moradores delineiam o bairro. As novas biografias em construção pelos moradores das gerações mais recentes sinalizam para uma alteração da interação entre o bairro e a cidade, o que justifica a minha opção por um entendimento não do bairro como uma categoria dada, mas constituído mediante a interação dos moradores, seja no interior do bairro, seja para além dos seus limites, com a cidade mais ampla.

O terceiro fluxo de moradores do bairro estabeleceu uma interação mais intensa com a margem direita da cidade na medida em que a circulação foi ampliada, seja pela ampliação da oferta de transporte público, seja pela construção de novas vias e pontes que dão maior acesso à área central. Este movimento, inclusive, intensificou a expansão dos limites do núcleo populacional do bairro, com a criação de novos loteamentos.

Com a expansão do bairro, bem como, a intensificação com da sua interação com as outras áreas da cidade, novas categorias profissionais começam a surgir entre seus moradores. Os netos e bisnetos dos migrantes da “roça” começam a acessar a

cidade não somente via trabalho manual e prestação de serviços, eles começam a se inserir em instituições superiores de ensino.

A “roça” passa a ser mobilizada por esses jovens como uma categoria abstrata e experimentada pelos seus pais. Eles sequer sabem com clareza as funções exercidas pelos pais e avós que “vieram da roça”. Este distanciamento do bairro em relação à roça evidencia uma aproximação destes com a cidade, mas não o transforma necessariamente em um bairro moralmente cidadão, mas, sim, periférico, dada as categorias morais que lhes são atribuídas.

### 3.2 O acesso ao *outro lado* via Instituto Federal: a terceira geração de migrantes.

**[Você conhece um pouco da história de sua família no bairro? De onde eles vieram, se sempre moraram aqui?]** A minha mãe, eu sei que ela nasceu aqui na cidade, o meu pai não, ele não nasceu aqui na cidade... Nem meus avós. Só a minha mãe que nasceu aqui, depois que eles vieram para cá. Só não me recordo a cidade agora... de meu pai... de São João da Barra, um negócio desse assim. Vovó, não sei se veio de Aperibé, daquele Santo Antônio de Pádua... daquele... norte... Noroeste, mas mamãe veio aqui de Campos. **[sua mãe é de qual área aqui de Campos?]** Ela morou aqui nesta rua, na Alcides Vieira Maciel mesmo. Depois ela se mudou para Custodópolis, ai depois ela se casou com papai e veio pra cá. **[Os pais de sua mãe chegaram a morar aqui?]** Sim. Moraram aqui nesta rua, ai depois foram para a pracinha... de Custodópolis. **[Qual foi a ocupação de seus avós?]** Meu avô era taxista. De mamãe, parte de mãe. Minha avó nunca trabalhou. O Meu avô, parte de pai, eu acho que era pedreiro, e minha avó morava em casa e depois ficou do lar mesmo. **[E seus pais?]** Minha mãe trabalhou no comércio até eu nascer, e depois ela... **[Comércio? Onde]** Atendente de loja, foi na casa da banha, nem existe mais. E meu pai sempre foi mestre de obras. Foi crescendo na profissão e hoje é encarregado de obras. **[ele trabalha com carteira assinada?]** Sim, com carteira assinada. **[Há quanto tempo ele trabalha com carteira assinada?]** Nessa empresa, nessa ‘firma’, que eles falam, com o mesmo patrão, há mais de dez anos eu acho. Um tempo maior. Mas trocou de empresa, fez aquela negociação para trocar de nome, e tem cinco anos, mas com o mesmo patrão [...]

**[E você? Onde estudou?]** Eu estudei em uma escola aqui mesmo no bairro, são duas ruas depois da minha casa **[Colégio Estadual Rotary II]**... Desde a terceira série, que antigamente na escola estadual - Na época ainda tinha só o ensino fundamental um, e hoje é só ensino fundamental 2 - da terceira série do ensino fundamental um, até a terceira série do ensino médio. Ai sai de lá e fui para o IFF. Fiz o concomitante... A prova do concomitante externo, fui fazer curso técnico no IFF, e do IFF, fiz vestibular pras Ciências da Natureza lá mesmo, e ai conclui o superior lá. **[Porque você decidiu ir para o IFF?]** Eu sempre quis, e sempre quis estudar mais, mas eu não queria fazer licenciatura, queria fazer jornalismo, só que o campo de trabalho aqui na cidade é muito reduzido, e eu não queria sair da cidade. Sempre quis ficar aqui perto de minha família e nunca vislumbrei a ideia de ir para o Rio, pra outra cidade, nem cursar, e nem trabalhar. Aí apareceu a ideia do curso... Foi tipo de paraquedas mesmo. Apareceu a oportunidade do curso técnico, fiz, fiz até estágio na Petrobrás, na

época, lá em Macaé, Imbetiba, mas não queria isso para mim também, de ir para Macaé, depois voltar. **[O técnico foi em?]** Química. Aqui em Campos, uma área muito reduzida... Para eu, ou teria que trabalhar embarcado, ou trabalhar em Macaé. Optei fazer o curso de licenciatura, por que era uma coisa que ligava, né? Não cem por cento, mas ligava uma coisa a outra, que era o curso de química também. Aí fiz o curso de licenciatura, aí fui descobrindo o que era licenciatura dentro do curso de licenciatura. Ah, porque eu sempre quis ser professora?! Não. Foi uma coisa ligando a outra, e tinha química, tinha essa faculdade lá, ainda tem, com algumas mudanças, mas a base é a mesma, mas foi uma coisa ligando a outra [...] **[Como você se vê em relação aos seus pais. No caso, a trajetória e formação?]** A minha mãe teve uma formação melhor do que a do meu pai. Antes tinha um curso (hoje até voltou, ensino médio junto com técnico) de contabilidade, no Nilo Peçanha. Ela terminou o ensino médio. Meu pai não, ele terminou no fundamental dois por não ter vontade de estudar. Ele não queria, não tinha vontade. As vezes, em umas conversas, ele solta assim, que foi desestímulo por parte dos professores. Começou a trabalhar cedo, trabalhando em outras cidades, e parou o estudo. Minha mãe, ela terminou o ensino médio junto com o técnico. **[Seu pai trabalhou em outras cidades?]** Ele sempre trabalhou assim: padaria, cobrador de ônibus... Já trabalhou no Rio, no Espírito Santo - **[interrupção da mãe de Júlia]** O primeiro emprego dele foi aqui, depois foi para o Rio, São Paulo, e quando começou na construção civil se fixou em Campos -. **[Quando você se casou, como foi o processo de moradia, lugar para morar...?]** Foi bem complicado! A gente tinha vontade de comprar essa casa de vovó aqui, mas ai teve um problema e a gente não pôde. Ai a gente tinha visto um, por falta de condição financeira mesmo, a gente tinha visto tudo certinho, ai aconteceu um problema. O pai de **[Ronaldo]** ficou muito doente na época e aí não conseguimos concluir o que eu queria. Lá na casa de minha avó tinha uma obra começada, onde a gente mora, ai a gente terminou a obra lá e fomos morar lá. A gente mora nos fundos da casa da mãe de mamãe, lá na pracinha. Hoje em dia a gente mora lá, temos perspectivas de sair de lá. Não agora com esse monte de juros altos, nem sei quando, mas um dia quem sabe. Eu, particularmente não tenho vontade de sair. A escola que eu dou aulas é aqui perto, o Rotary. O Pró-uni é longe, mas não é todo dia [...] Eu trabalho lá há três anos, eu dou aula lá três vezes por semana [...]

(Julia).

Júlia, quando indagada sobre a trajetória de sua família no bairro, sabe que seus avós não nasceram ali. Ela remonta uma série de ocupações e experiências fora da cidade vivenciada pelos seus pais. O seu pai, assim como Evaldo, esposo de Margarete, e o Pai de Caroline - interlocutora que apresentarei mais a frente - diferente dos avós dela, migraram para regiões metropolitanas, portanto, “um caso particular do possível” (Bachelard, 1938, p. 48). Júlia representa uma mobilidade em relação às gerações anteriores, que saíram do interior para a área urbana de Campos. Naquele momento, uma referência de acesso a trabalhos urbanos. Os avós de Júlia, naquele momento, possuíam qualificações necessárias para se acomodarem em Campos, como fizeram.

A casa de seus avós, já falecidos, fica na frente de um terreno de 32 metros de fundo por 11 metros de frente, em um total de 352 m<sup>2</sup>. A casa de seus pais é designada por ela como “casa de fundos”, neste caso, construída em um terreno já habitado, ponto



de gravitação entre os meus interlocutores que moram no bairro. A maioria das habitações que observei compartilha um único terreno com demais moradias, geralmente, comprado pelos pais ou avós, os primeiros a chegarem.

Notei na frente da casa de seus avós um “ponto de comércio”, cujo padrão de construção não acompanhava o da casa. De acordo com Júlia, sua avó construiu uma lojinha de presentes. O ponto estava fechado, assim como a casa, que não estava habitada. Com relação à casa de seus pais, esta fica literalmente ao fundo do terreno, e é menor do que a casa da frente. A construção da frente possui laje, diferentemente da casa de seus pais, com telha de amianto.

Júlia tem 27 anos, e é a filha mais velha. A irmã mais jovem “só estuda”. Está seguindo a sua trajetória, porém no Instituto Federal de Guarus. Ela concluiu o curso técnico em Meio Ambiente, e no momento em que a entrevista fora realizada, estava cursando Engenharia Ambiental na mesma instituição. A sua irmã do meio concluiu o Ensino Médio no Rotary II, mas não deu continuidade aos estudos. Esta trabalha como secretária em um consultório dentário.

Júlia se deparou com um *campo de possibilidades*<sup>45</sup> diferente de seus pais. A sua mãe é mais qualificada em relação às mães dos demais interlocutores da sua faixa etária. Ela fez contabilidade concomitantemente ao ensino médio. Apesar da qualificação, não exerceu a função, e trabalhou como comerciária, neste caso, atendente. No tocante ao seu pai, este se qualificou no trabalho manual, construção civil. No relato de Júlia o seu pai não deu continuidade aos estudos para trabalhar, e “cresceu na profissão”, passando de “mestre de obras” a “encarregado”.

Ele passou a ter carteira assinada no momento em que deixa de “trabalhar por conta própria” para trabalhar em uma “firma”, que o torna “inferior” na hierarquia profissional, mas lhe garante “direitos”. Estas categorias de classificações do mercado de trabalho, sobretudo, na construção civil, foram delineadas em 1971, por Machado da Silva. No tocante a “firma”, esta foi classificada por ele por uma “empresa” submetida à fiscalização trabalhista do Estado (1971, p. 13). Neste caso, os trabalhadores contratados por ela possuem direitos e deveres regulamentados pela CLT.

Em relação ao “trabalhador por conta própria”, o autor classificou esta categoria como mais qualificada do que o “biscateiro”. No trabalho do autor a primeira categoria

---

<sup>45</sup> Conceito desenvolvido por Velho (2003) para compreender aspectos objetivos e subjetivos que envolvem uma “carreira” (Hughes, 1937). A escolha de uma carreira profissional, neste caso, é atrelada a biografia, uma vez que o indivíduo é pensado como sócio-histórico. Neste caso a “metamorfose” deste não o desvincula do seu grupo de referência.

possui mais “prestígio” do que o “empregado” de uma firma, dada à flexibilidade que o “trabalhador por conta própria” possui. Sobre esta categoria profissional, Mamani destaca em seu trabalho que “é muito melhor trabalhar com você mesmo que para os outros”. Neste caso, se refere a um trabalhador de transporte urbano que opta por ter seu “próprio negócio” (2004, p. 81).

Em observações de campo desta pesquisa, assim como o trabalho realizado em minha pesquisa de mestrado, pude observar que a opção de ser “patrão” é valorizada, seja pela flexibilidade, seja pelo status social que esta função confere aos que optam por se aventurar em uma carreira cuja estabilidade é garantida, seja pela “disposição” de manter-se trabalhando, faça chuva, faça sol, seja pela participação de membros da família na atividade.

Dona Janaina, ao me relatar as primeiras experiências de Seu Francisco na cidade, quando trabalhava fazendo “pequenos serviços” em “casa de família”, remonta histórias que o tomava como possuidor em uma *humanidade degradada*<sup>46</sup> em relação aos seus patrões. Com os olhos cheios de lágrimas, contou que ele ficava esperando os “patrões” deixarem “pedaços” de pão para que ele finalmente tomasse o seu café, com as sobras dos alimentos. Ele era um biscateiro, logo, só poderia comer as “sobras dos patrões”. Ela relata que ele ficava “morrendo de fome olhando todo mundo na mesa comendo”. Dona Janaína mobiliza esta história ao falar sobre a loja “conseguida com muita luta”, que o marido abriu após uma longa carreira de camelô. Esta conquista fez dele *Seu Francisco*, e dela, *Dona Janaína*. A conquista o enquadrava em uma humanidade da qual participavam seus antigos empregadores. Os pronomes possessivos “Seu” ou “Dona” são transformados em pronomes de tratamento e mobilizados como símbolos de prestígio em uma cadeia de reputação presente no bairro. Ser “dono do próprio negócio”, ou “trabalhar por conta própria”, ultrapassa a busca por conquista de um status jurídico.

No caso do pai de Júlia, ter entrado em uma “firma” representa ascender, pois de “mestre de obras” passou para “encarregado”. Outro indicativo da valorização conferida a esse processo foi a saída de sua mãe do emprego no momento em que seu pai muda de status jurídico.

---

<sup>46</sup> No tocante a este conceito, este foi elaborado por Jussara Freire (2010; 2014) a partir de trabalhos da autora em condomínios de classe média da cidade do Rio de Janeiro. A autora revela uma assimetria entre os “humanos”, neste caso, a classe média, e os de “estado humano questionado”, neste caso, moradores das “margens” da cidade.

É bom eu remarcar aqui, que a partir do momento em que a entrevistado acesso os quadros de referências que ela dispõe, neste caso, diferente de seu pai, portanto, poderá ter diferentes enquadramentos do dele. Ela, além do curso técnico, cursou ensino superior, possui um emprego público na rede Estadual e trabalha em uma instituição privada de ensino. Com 27 anos, idade em que fora entrevistada, possuía dois empregos, um deles, público.

Os pais de Júlia não chegaram ao ensino superior, mas ela possui duas tias da parte de sua mãe, e dois tios da parte do seu pai que possuem diploma de graduação. Neste caso, a segunda geração de migrantes da família de Júlia já possuiu uma inserção em um mercado de trabalho mais qualificado. As duas irmãs de sua mãe cursaram Biologia na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, enquanto da parte do seu pai, dois dos seis irmãos cursaram ensino superior. Uma cursou Letras na Faculdade de Filosofia de Campos e o outro, engenharia na Estácio de Sá. Estas trajetórias são incomuns em comparação com os demais entrevistados da sua geração, que são a primeira geração das suas famílias na universidade. Ao perguntar acerca da escolha pelo IFF, não esperava a resposta dada. Eu queria saber o porquê do IFF, ao invés das demais instituições de ensino superior presentes em Campos.

“Eu sempre quis estudar mais” pode parecer uma resposta óbvia, mas coloca em evidência a opção pela qualificação como não sendo uma etapa natural em seu mundo. Neste caso é uma opção, não uma condição *sine qua non*. Para uma reflexão acerca desta abordagem é importante pensarmos sobre a declaração de sua irmã mais nova, que afirmou “só estudar”. “Só estudar” equivale a se dedicar a uma atividade não enquadrada como produtiva. Obviamente que não há uma cobrança dos pais para que estudem, pelo menos, não foi o que ficou em evidência, por outro lado, a sua resposta evidencia como a jovem reage à pergunta como quem justifica a sua decisão. Esta forma de apresentar uma justificativa pode ser pensada a partir a noção de *desculpa* desenvolvida por Werneck (2009), neste caso, ela fornece uma “razão”.

Durante a graduação ela possuiu bolsa de iniciação científica, o que a “ajudou”. Ela trabalhava como secretária em uma clínica, mas por “providência divina” foi mandada embora. Daí ficou “só no IFF”. Ela e sua irmã moram com os pais e estudam na cidade em que moram. Não terão as despesas que um jovem morador de república terá (ver: Blanc, 2009), mas, ao mesmo tempo, o trabalho exerce um papel significativo na trajetória destes jovens, que seja apenas em termos de referencial. Além de demarcar moralmente um *self* no bairro diante dos demais jovens, complementa a renda familiar.

Surgiram novos enquadramentos cognitivos no que toca a valorização de uma “vida de estudo”, mas não uma mudança financeira significativa que possibilite uma dedicação exclusiva sem “crise de consciência” por não estar, de alguma forma, “ajudando em casa”. A categoria ajuda é usada em sua literalidade, pois não há uma “divisão” objetiva das despesas domésticas, mas o autossustento relacionado ao vestuário, viagens, lazer, e mais uma série de “despesas” que não envolvem diretamente as “contas” da casa. Deste modo, “ajudar” em casa é “pagar as próprias contas”, por si só uma competência valorizada nesse contexto.

Apesar de ter alcançado mobilidade em relação aos seus pais, se mostrou apreensiva quando tocou na escolha de sua carreira, que para ela, foi um acaso. Ao avaliar as ofertas de empregos, decidiu optar pelo magistério. Após terminar o curso técnico em química e fazer estágio em Macaé, município situado a 109,7 KM de distância da cidade de Campos, Neste caso uma opção de emprego mais próxima de sua residência em relação às viagens de seu pai. Ainda assim, recusou o trabalho em Macaé, pois não queria viajar, nem trabalhar embarcada.

A sua escolha pela carreira tem uma série questões que me levam a pensar em que medida os moradores do bairro alcançaram mobilidade em relação a primeira geração de migrantes. Não fazer o curso de sua escolha, e assumir que o mercado não absorverá, é por em evidência as limitações do seu campo de possibilidades à construção de um projeto de vida mais autônomo. Neste caso, ter estudado no Instituto Federal, do *outro lado*, ampliou o sua rede de relações em relação aos seus pais, mas ainda não faz com que ela pudesse ter mais liberdade para escolher a profissão. O mercado de trabalho para a profissão que ela vislumbrava não se encontra na sua cidade de moradia, o que a levaria a repetir a trajetória de seus avós: migrar para uma cidade, cuja oferta de emprego fosse mais ampliada. Ela, ao invés de se aventurar, optou por permanecer perto de sua família. Esta afirmação é recorrente na maioria dos meus entrevistados.

Morar, neste caso, compreende dois fatores extremamente significativos: trabalho e família. Em um trecho da entrevista, quanto toquei na questão relacionada à moradia, ela informou que em decorrência da doença do sogro, e do “aumento dos juros”, não puderam comprar uma casa, o que fez com que se mudasse para a “meia água<sup>47</sup>” de fundos, no terreno de sua avó, na pracinha. A sua avó não mora na

---

<sup>47</sup> De acordo com o dicionário Caldas Aulete, é uma casa que possui o telhado com apenas um plano inclinado. No caso de Custodópolis e demais bairros vizinhos, a meia água é semelhante a uma “casa de

“pracinha” propriamente dita, mas na Rua Patrício Menezes, conhecida por Rua do Grêmio, a aproximadamente 130 metros da praça. Neste caso, a pracinha se refere ao bairro Custodópolis.

Retomando a discussão acerca da moradia, percebi que há resistência em se distanciar do arranjo familiar e da localidade. Um dos argumentos apresentados por ela para justificar a sua permanência no bairro foi a necessidade de alguém para ficar com o seu filho, cuja responsabilidade é atribuída a sua mãe. Em todas as famílias eu pude notar o quanto a presença das avós maternas é fundamental para a criação dos filhos. Eu levei dois meses para conseguir entrevistá-la, pois ela possuía pouco tempo disponível para entrevista e, quando eu finalmente consegui, o fiz na casa de seus pais, pois após a entrevista iria a um salão de manicure que ficava na esquina próxima da casa de sua mãe, onde deixaria seu filho.

A sua mãe exerce um papel fundamental na sua carreira, pois é ela quem a possibilita trabalhar “longe de casa”. O seu filho fica na casa de sua mãe enquanto ela e seu esposo trabalham. A bisavó do seu filho e mãe do seu esposo não foram mencionadas como *responsáveis* por “tomar conta” do seu filho. Neste caso, a avó materna exerce um o papel central. Apesar de afirmar querer comprar uma casa, oferece resistência em se autonomizar de seus progenitores, pois remarca continuamente a importância desta proximidade como um recurso de educação do filho.

Uma categoria “recorrente” entre os jovens de meu campo é a do “puxadinho”. Existiam diferentes enquadramentos do mesmo. Ora marcado por um sentimento de desqualificação, em referência à mobilização da categoria “pelos de fora”, como uma categoria moral de desqualificação do “suburbano”; ora por estar associado a uma incapacidade de se autonomizar. Finalmente, a categoria fora mencionada para se referir a um projeto. Os “puxadinhos” que pude presenciar em minhas entrevistas, geralmente, eram “meia água”, mas existem “puxadinhos” menores, sobretudo quando construídos pelos netos dos migrantes. Quando os netos constroem suas moradias, o terreno já está quase que todo ocupado pelos pais destes, o que torna as condições de habitação da terceira geração de habitantes do terreno potencialmente mais limitadas do que aquelas experimentadas pelos primeiros.

---

colono”, muito típica do interior de Campos dos Goytacazes. A meia água, neste caso, seria uma “casa de colono” cortada ao meio.

No tocante ao uso da categoria como um recurso de desqualificação, o morador do “puxadinho” sempre se refere ao mesmo com relação a uma acusação vinda de fora. Com relação a este aspecto, bem como ao “puxadinho como projeto”, adentrarei nos próximos capítulos. Mobilizei aqui só para fins de categorização. Neste caso, o que importa aqui é o “puxadinho” relacionado a uma incapacidade de autonomizar-se afetivamente dos progenitores. Neste caso, não podemos afirmar que existem limitações econômicas que condicionam a construção do “puxadinho”, mas sim que, morar perto da família é uma vantagem relacionada a um grande dilema entre os meus entrevistados.

Deste modo, os relatos se dividem entre justificações polarizadas: a necessidade constante de afirmar que se mudou por não fazer igual “aquele povo” que constrói puxadinho, ou que fez o “puxadinho” para não sair de perto da família, segundo as razões já mencionadas. Há uma grande valorização em ter “alguém de confiança” cuidando do filho. Neste caso, não deixa de ser um projeto de construção familiar, mas no caso de Júlia o projeto não é *efetivado*, ou ao menos não está livre das situações de prova, neste caso, a apresentação de uma *desculpa*. Ela sinalizou morar na casa da avó paterna, mas os tios não acharam uma boa ideia.

O “puxadinho” reflete essa incapacidade de autonomização em relação aos progenitores e não é um caso atípico no bairro. Os interlocutores mobilizam a categoria a todo o tempo para afirmarem-se como indivíduos que conseguiram “comprar uma casa” e “cortar o cordão umbilical”. As famílias de comerciantes vivenciam este processo de outro modo, pois distanciar-se da família, neste caso, é deixar de integrar uma atividade econômica familiar. Nestes casos, o puxadinho é muitas vezes uma condição. Não fazê-lo pode ser enquadrado pelos membros da família de “mais idade”, como um ato de rebeldia.

O neto mais velho de Seu Francisco enfrentou um conflito com o avô por ter decidido fazer um curso técnico. Ele recebeu uma proposta para fazer curso técnico aos sábados, porém, teria que se ausentar do trabalho na loja de calçados da família para a realização do curso. Seu Francisco não aceitou, e Hercílio optou por sair da loja e se dedicar “aos estudos”, apoiado, inclusive, por Dona Janaina, a avó. Ele abandonou o trabalho na loja e Seu Francisco ficou um bom tempo “zangado” com ele. Neste caso o processo de autonomização não é tão simples, pois aquele que opta por se autonomizar coloca em risco a sua posição na cadeia, pois ao deixar de colaborar em situações de ajuda mútua deverá conseguir “caminhar com as próprias pernas”.

Para elucidar o parágrafo anterior poderemos usar o exemplo do “mutirão” destacado nos trabalhos de Menezes (1976) e Oliven (2007). No bairro ainda é comum a prática do “mutirão” para “encher laje”, neste caso, cobri-la de concreto. Quando a família está próxima pode-se contar com ela para o trabalho, porém, quando há autonomização o membro terá que contratar uma empresa ou profissional que preste tal serviço. Isto se aplica ainda em situações de crise financeira. Se o membro não colabora dificilmente será ajudado. Neste caso há um imperativo da *reciprocidade* (Mauss, 2003).

Júlia, a princípio, se mostrava apreensiva em sair da casa de seus pais. Ela viveu na casa de fundos durante toda a sua vida, assim como os demais interlocutores mais jovens desta pesquisa. Sair de perto da família passa a ser uma redefinição de sua experiência. Caroline, por exemplo, fez questão de dizer que se mudou, mas está sempre lá. Todos os jovens, sem nenhuma exceção, problematizaram esta nova experiência, marcada em suas falas por um paradoxo constante, independente da decisão tomada ou das possibilidades a eles acessíveis. Manter laços fortes com a família e com o bairro ainda é um aspecto de grande importância para os jovens da terceira geração de migrantes.

## O bairro vivido pelos seus moradores

### 4.0 A política no bairro: a “utilidade pública” das instituições do bairro.

**[Como o senhor chegou aqui? Conhecia alguém do bairro?]** Num conhecia ninguém não, eu tava na loja de Geraldo do Bar, na Rua João Pessoa com Barão de Cotegipe. Eu tava comprando lá e apareceu um senhor vendendo terrenos. Aqui [se referindo a sua casa]. Em frente, aqui. Comprei logo o terreno da esquina. Quando eu fiz casa ali, só tinha um barracão ali em baixo [apontando a esquina da Rua Acácio Faria de Freitas com a Rua Altino Campos], mas derrubaram. **[Barracão de quê?]** Barracão de palha, de madeira com coberturas de palha, lá na outra esquina. **[morava alguém no barracão?]** Tava morando gente. **[Por isso o lugar era chamado cidade de palha?]** Cidade de palha era lá, aqui fizeram um barracão de palha mesmo, mas logo quando eu cheguei eles foram embora. Logo depois veio Seu Francisco, foi chegando, foi chegando... e ai melhorou. Fiquei nove anos aqui sem luz. **[E o transporte? Qual era o ônibus?]** Era a lotação de Amadeu. Só fazia a linha até o Armazém Terra. Santa Rosa não existia não. **[Qual era a empresa?]** Era lotação... Era Amadeu. Depois foi autoviação Campista, depois São Salvador e hoje, é aquela... São João. **[O senhor veio de onde?]** Eu morava na Rua Almeida Barbosa, lá no Turf. **[Foi lá que o senhor nasceu?]** Eu nasci em Ponta Grossa dos Fidalgos. **[O senhor trabalhava com o que lá?]** Eu tinha uma sapataria na Rua Sacramento. Eu trabalhava na fábrica de tecido. Eu entrei na fábrica de tecido, porque graças a Deus eu tinha... tinha não, tenho até hoje... Eu trabalhava na

fábrica de tecidos e vendia roupa à prestação [...] Você ia se casar, no sábado que vem, eu tinha um alfaiate, cê ia fazer o que queria lá, eu ia no sapateiro, fazia o sapato, depois você me pagava à prestação.

[...]

**[Como foi o movimento político daqui, como chegou o calçamento?]**

Naquela época, naquele tempo era Zezé Alves de Azevedo, Zezé Barbosa, é... Esse... Altamir Bárbara, Carlito... Carlito Barbosa. [...] Sérgio Mendes... Sergio Mendes que calçou essa rua aqui. Uma rua é a largura de um terreno. A rua tem 12 metros de largura, 8 metros de pista e 2 de cada passeio. Isso aí você conhece, né? **[Sim]** Essa pista aí tem sete metros de pista e dois metros e meio de cada lado [se referindo a sua calçada]. Sergio Mendes teve aqui e eu falei com ele, você sabe comé que é? A Avenida José Carlos Pereira Pinto era uma pistazinha só. Era uma trilha de um lado e uma de outro. O capim roçava no meio e limpava o fundo do carro e a carroça de burro. Quando vinha um carro, um tinha que se mover para o outro romper. Vê hoje, uma avenida tão importante. **[Hoje está bem pavimentada, é outra pista]** É. Esse parque aqui cresceu muito quando Zezé Barbosa colocou o aterro na Lagoa do Vigário. Foi criticado pra daná... ‘porr..., vai acabar com a lagoa’. Ele fez, fez um manilhamento que ligou uma parte a outra. Foi o que cresceu este bairro aqui. É isso aí, rapaz.

(Seu Manoel)

Conversar com Seu Manoel não foi muito fácil, pois ele sempre estava “ocupado” com alguma atividade, mas depois que consegui um primeiro contato, até bebemos uma cerveja. Foi apenas uma, pois ele, na ocasião do trabalho de campo, era um senhor de 84 anos, e um dos seus filhos, que possui um bar e mercearia no bairro, não apreciava que ele consumisse bebida alcoólica. Ele não foi o primeiro contato, mas a minha primeira entrevista. Eu o encontrei saindo do Bar de Dário em direção ao Bar de Saulo, seu filho. Estava cambaleando e com uma voz trêmula. Ele é alto e bem branco, mas na situação, estava com o rosto avermelhado. O interpelei e perguntei se podia entrevistá-lo, e ele disse que havia “tomado uns negócio” e que preferia falar comigo em outra ocasião. Eu já estava pronto para me despedir, quando ele começou a falar sobre o bairro. Liguei o gravador e começamos a entrevista.

A sua trajetória em Campos do Goytacazes começou quando ainda jovem, em 1942, no Turfe Club, um bairro denominado como “proletário” no livro de atas da câmara de vereadores do município (Atas-36 1937 a 1948, p. 15). Seu Manoel disse que possuía uma fábrica de calçados na Rua Aquidabam e trabalhava na fábrica de tecidos com a mãe de um ex-prefeito de Campos que assumiu o cargo em 1988. Ele fabricava calçados e fornecia para alguns vendedores ambulantes que circulavam no Mercado Municipal, onde conheceu Francisco, esposo de Dona Janaína.

Seu Manoel nasceu na Lagoa Feia, em Ponta Grossa dos Fidalgos, na Baixada Campista. De acordo com seus relatos, seu avô tomava conta de escravos. Ele, quando



jovem, foi para a “cidade” trabalhar na fábrica de tecidos. Trabalhando na fábrica de tecidos adquiriu competências técnicas para o exercício de atividades como de alfaiataria e a fabricação de calçados. A fabricação de calçados foi o que lhe conferiu capacidade de ser “dono do próprio negócio”. Possuía uma “fábrica” na Rua Aquidabam, na área central de Campos, que foi transferida para a “pracinha” de Custodópolis na década de 1960, quando se mudou para a localidade com a sua esposa e o filho mais velho. Os demais filhos nasceram no Parque Nova Campos.

Em um primeiro momento, morou de aluguel em um “bairro operário” na sede do município, mas aquisição de um “cantinho para morar”, que pode ser traduzido pela “casa própria”, foi possível com a compra de um terreno “barato” em um bairro de “expansão urbana<sup>48</sup>”, onde ele construiu uma “meia água”, um padrão de construção muito predominante no bairro. Seu Manoel Peçanha experimentou a transformação de loteamento em um bairro. O loteamento, que posteriormente veio a se chamar, não por acaso, Parque Nova Campos, é contíguo a Custodópolis.

Seu Manoel remonta uma série de situações nas quais o bairro ainda carecia de equipamentos urbanos básicos. No que diz respeito ao transporte público, este era realizado pelo que Seu Manoel chama de “lotação”. Esta modalidade de transporte cumpria a mesma função do “ônibus pirata” que Mamani (2004, p. 324) identifica em sua pesquisa. O “ônibus pirata”, em um trecho da fala do interlocutor de Mamani, era uma resposta à “debilidade” do transporte em Bangu, bairro de expansão da região metropolitana do Rio de Janeiro. O caso destacado por Mamani faz menção a uma “alternativa” ao transporte “débil”. No caso de Custodópolis, no ano de 1947, quatorze anos antes da chegada de Seu Manoel ao bairro, o Guia Geral de Campos (Guia Geral, 1947, p. 121) destaca haver um serviço de micro-ônibus que atendia ao Parque Guarulhos e a Cidade de Palha, cujo ponto de partida era a Praça das Quatro Jornadas, área central do município. No mesmo período havia reivindicação do vereador Gentil de Castro Faria para que fosse ampliada a oferta de bondes em direção ao “Beco”, no caso, na margem direita do Rio Paraíba, naquele momento, denominado Turfe Club pelo vereador mencionado. O projeto de bondes, pelo visto, não atendia a margem esquerda, algo que ficou ao encargo dos ônibus apenas.

---

<sup>48</sup> Este conceito fora mobilizado por Luiz Antônio Machado da Silva em 1971, quando este se debruçou sobre a relação entre o trabalho e a marginalidade em “favelas” e “bairros de expansão” urbana. Este último é caro neste trabalho, pois se relaciona intimamente com a minha situação de pesquisa.

Mamani (2004) abre uma reflexão sobre a expansão do “transporte alternativo” como sendo inerente ao processo de expansão da região metropolitana do Rio de Janeiro. O estabelecimento do diálogo entre a fala de Seu Manoel e a abordagem de Mamani - apesar deste ter feito um recorte da década de 1990 - é fundamental para estabelecer uma relação entre expansão urbana e a demanda pela oferta de serviços contígua e esta, sobretudo, a de transportes. A questão do transporte tem uma centralidade tão importante no bairro que os que possuíam “ônibus de turma” tinham uma notoriedade elevada, pois dispunham do primeiro meio de transporte dos trabalhadores até as usinas de cana-de-açúcar.

A circulação é central nas falas de Seu Manoel. Não por acaso, pois esta estabelece comunicação entre os mercados, que Park (1948, p. 133) aponta como o “nascido das cidades modernas”. O bairro foi uma das vias de entrada de trabalhadores na cidade pelo fato deste estabelecer uma relação entre os moradores e os mercados, sobretudo, o de trabalho. Apesar de uma débil circulação, oferecia muito mais possibilidades do que as localidades de origem, com uma baixa oferta de trabalho devido ao processo de concentração das ofertas de empregos e serviços na área urbana.

Seu Manoel dá grande ênfase ao “aterramento” da Lagoa do Vigário<sup>49</sup> por este estabelecer uma comunicação entre a Estrada do Calabouço e a ponte Barcelos Martins,

---

<sup>49</sup> Com relação ao aterramento da Lagoa do Vigário, Souza (2009, p. 38), em seu trabalho dissertativo, coletou um relato do prefeito José Carlos Vieira Barbosa, o qual sinto necessidade de citar na íntegra para complementar a afirmação de Manuel Peçanha sobre a relação entre o aterramento e o crescimento do então distrito de Guarus. Segue o relato: “Na época em que o a linha férrea vinha de Vitoria, esta, tinha como estação final o distrito de Guarus, e muitas pessoas que vinham para Campos em busca de emprego, acabavam ficando em Guarus, aumentando a população. A classe media alta vivia no centro da cidade, já os mais desfavorecidos tinham suas casas em Guarus, principalmente próximo a Lagoa do Vigário. Havia muitos moradores na margem esquerda da lagoa, e estes, reclamavam bastante quando tinham que fazer compras em farmácias, açougues e mercados, pois tinham que margear toda a lagoa para chegar ao comercio local de Guarus.

Tendo sido procurado por vários moradores locais a época em que foi prefeito pela primeira vez (1967-1970), resolveu tentar solucionar a demanda. Dirigiu-se ao DNOS, órgão responsável pelas lagoas e pediu autorização para fazer uma ponte fixa que pudesse servir para a travessia, autorização que foi negada pelo DNOS. Mesmo assim, com o intuito de favorecer a população que vivia na margem esquerda da lagoa, “Zezé Barbosa” conseguiu fazer uma ponte móvel com tambores infláveis que conseguiu junto ao Exército, e dessa forma, os moradores quando necessitavam atravessar, utilizavam esses tambores. Com o fim do mandato, houve nova eleição e o vencedor foi Dr. Rockefeller Felisberto de Lima (1971-1972). Em sua gestão, foi iniciada a construção de uma ponte de madeira sobre a Lagoa do Vigário, porem, no final da obra, a ponte não resistiu e caiu, tendo sido levada para o meio da lagoa. Nessa ocasião, “Zezé Barbosa” foi ate o DNOS questionar a obra do atual prefeito, uma vez que houvera sido negada a ele quando solicitado, e não obteve êxito na resposta.

Na gestão seguinte, “Zezé Barbosa” foi eleito e iniciou o processo de urbanização no distrito de Guarus, inclusive com o aterro da lagoa para beneficiar os moradores da margem esquerda. Ele informou que foi muito difícil a conclusão do aterro, pois o solo era muito “fofo” e não ajudava a fixar as manilhas. Porem, após muitas tentativas, foi possível terminar a obra. A população da margem esquerda da lagoa ficou muito feliz, e iniciou o processo de urbanização. Só não esperava que as pessoas fossem invadir a

que dá acesso ao Mercado Municipal (Mercado Público), local onde Seu Manoel colocava à venda os calçados fabricados por ele em Custodópolis. Cabe ressaltar que esta obra alterou significativamente a demografia da localidade, que passou a receber não somente migrantes da área rural do município, mas ainda, do Estado Espírito Santo.

Além do destaque dado a circulação possibilitada pelo transporte coletivo, Seu Manoel relatou experiências do momento em que o bairro fora calçado. Na década de 1990, na gestão do prefeito Sérgio Mendes, jornalista que ocupou o cargo de executivo entre os anos de 1993-1997. De acordo com Seu Manoel, só havia “rua calçada na pracinha” de Custodópolis e o Parque Nova Campos foi um loteamento que só possuía ruas traçadas, sem nenhuma estrutura. Ele relatou em uma conversa que tivemos no Dario’s Bar que Seu Francisco sempre comentava com ele que eles “saíram de uma roça para outra”. Ele questionou, inclusive, que este comentário era utilizado jocosamente em situações vividas do “lado de lá”. Para rebater este comentário ele aciona a posse da casa própria como um princípio de equivalência. “É na roça, mas é minha, não pago aluguel [pois] aluguel come juntinho com você ali, todo mês!”.

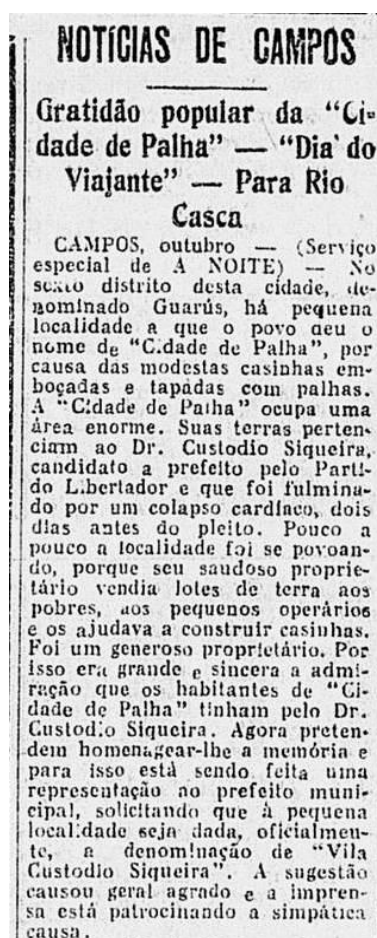
Seu Manoel chega à Custodópolis quando o bairro está em uma nova fase de urbanização, em que as atividades laborais dos novos moradores não são mais estritamente relacionadas ao setor agrícola. O bairro, a partir da década de 1940, antes da chegada de Seu Manoel, ganha novos delineamentos. As Terras de Custódio não são mais referenciais inteligíveis. Novos enquadramentos foram constituídos pelos novos moradores ligados diretamente a um mercado de trabalho urbano. As declarações sobre as atividades presentes no bairro passam a caracterizá-lo como constituído por trabalhadores manuais, com algumas exceções de professores que lecionavam no bairro ou em outras áreas da cidade, um deles é o caso do Professor Gentil de Castro Faria.

Seu Manoel não mora em Custodópolis propriamente, mas no Parque Nova Campos, o que não quer dizer que ele não esteja associado à Custodópolis. Ele participou da formação do Campo do Grêmio, da compra da sede da União da Esperança, e ainda relata que ele e Seu Nogueira teriam participado de um “movimento” de mudança do nome do bairro de Cidade de Palha para Custodópolis. Seu Manoel, ao relatar sobre a mudança do nome do bairro, evidencia uma ação política cujo objetivo era realizar uma limpeza moral (Machado da Silva, 2008, pp. 23-24).

---

margem da lagoa e que fossem jogar lixo e esgoto na mesma. Minha intenção era ajudar a população a se deslocar, e não criar área para construção irregular. A água da lagoa já foi azul, hoje, esta muito poluída.”

No tocante ao processo de mudança de nome do bairro, Seu Manoel, juntamente com Seu Nogueira, declarou terem ido até o então prefeito Rockefeller Felisberto de Lima, que ocupou o cargo executivo de 1964 a 1966, e pediram a ele que fosse dado um novo nome ao bairro. Esta experiência fora relatada tanto por Seu Manoel, quanto por SS. Se formos às informações disponíveis em periódicos da época, iremos perceber uma “contradição” na declaração de ambos. A notícia a seguir destaca um processo de mudança que já estava sendo realizado no ano de 1947, antes mesmo da chegada de Seu Manuel ao bairro:



**Figura 4: Gratidão popular da “Cidade de Palha”.**  
**Fonte: Jornal “A Noite”.**

Alguns anos depois de Seu Manoel, chega ao bairro o Seu Francisco, esposo de Dona Janaína. Ao ver as condições de moradia de seu Francisco “em um cortiço perto da Praça da República”, Seu Manuel o teria convidado para comprar um terreno no Parque Nova Campos, próximo a sua casa. Seu Francisco, ao chegar à localidade ao final dos anos 1960, se insere em uma série de atividades já em desenvolvimento em

Custodópolis. De acordo com SS, por ter uma “escrita bonita”, Seu Francisco ocupou um cargo na secretaria da escola de samba União da Esperança. Ele participou ainda, da formação do Grêmio Desportivo.

De acordo com Seu Manoel, eles se conheceram no Mercado Municipal, em uma ocasião na qual o vendedor das “sandálias” de Seu Manoel não estava presente no lugar combinado para pegar o produto para ser vendido. Então, Seu Manoel resolveu entregar as sandálias para Seu Francisco, que trabalhava como “vendedor ambulante”. Seu Francisco, desde então, passou a vender os calçados fabricados por Seu Manoel no Mercado.

Seu Francisco morou com os seus pais e irmãos em Travessão de Campos, um distrito da margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, e trabalhava fazendo bicos em “casas de famílias na cidade”. Antes de se mudar para a área urbana da cidade, vendia peixes e tapioca com o seu pai e irmão no Fundão e em Sapucaia. Sua esposa, Dona Janaina, relatou que ele “esperava os patrões deixar pedaços de pão na mesa para ele comer”, aludindo às precárias condições por ele vivenciadas no contexto de exercício desta ocupação. Após estas ocupações passou a trabalhar como vendedor ambulante no mercado e “fazendo festas” - vendendo diversos produtos em festas em Campos ou nas cidades vizinhas. Sua esposa, Dona Janaina, morava em Morro do Coco com sua família, mas passava a “semana na cidade” - sede do município de Campos -, onde “trabalhava em casa de família para um fazendeiro rico da cidade”. Este possuía uma “usina” na localidade de Morro do Coco e fora Governador do Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1966-1967. De acordo com ela, a sua família morava em propriedades nas quais trabalhavam e não tinham “paradeiro”, “viviam se mudando”.

Assim como Seu Manoel, Seu Francisco, ao mudar para a “cidade” realizava atividades urbanas. Não houve nenhum relato que os enquadraram como trabalhadores da roça, e sim, urbanos, como profissões tipicamente urbanas. Estes participaram de um novo processo de expansão da localidade de Custodópolis e adjacências. Processo que está relacionado à construção da Ponte Saturnino de Brito - Ponte da Lapa.

A circulação se ampliou, e este processo, deu origem a novos bairros, cujos nomes, carregam a semiologia da expansão. No caso do bairro de Seu Manoel e Seu Francisco, Parque Nova Campos, este sinaliza algo novo. Em seguida, o Parque Bandeirantes, e na sequência, Parque Eldorado. Estes bairros surgiram contíguos à Custodópolis. Inclusive, os dois primeiros interagem com Custodópolis não como um

bairro, mas como a sua “pracinha”, como um espaço de acesso a serviços. Ambos dependam da oferta de serviços de Custodópolis.

Por possuírem pouca oferta de serviços, se tornam, praticamente, desertos durante os dias de semana em horário comercial. A filha de Seu Francisco, proprietária de uma lanchonete do Parque Nova Campos, relatou sobre certa dificuldade de permanência dos estabelecimentos comerciais que funcionam durante o dia – como mercearias, *hortifruti*, açougues, armarinhos etc. A sua lanchonete, por funcionar durante a noite é bem sucedida, pois por ser um bairro de moradia e não de trabalho, os trabalhadores consomem após chegarem à casa. Já Custodópolis é um bairro dinâmico, está sempre movimentado devido a sua oferta de comércio. Já ouvi mais de um visitante do bairro dizer que “Custodópolis é Madureira de Campos”, relato que supervaloriza as reais condições apresentadas pelo bairro, mas que o faz dada a sua dinamicidade.

Outras dinâmicas foram experimentadas pelos migrantes que chegaram ao bairro após a década de 1960. Os interlocutores da primeira e segunda geração de migrantes relembram o Cine Teatro Primor, onde eram realizadas apresentações de filmes, artistas locais, festivais de músicas, e ainda, reuniões dos moradores para reivindicação de serviços para o bairro, como o pedido da instalação de uma caixa d’água para abastecimento do mesmo (GRIPES, 2009). A respeito do cinema, Margarete relata, zombando de si mesma, o momento em que ela saiu “correndo do cinema até em casa” quando viu o trem na tela vindo em sua direção. Ela relatou que tinha medo de trem, e ao vê-lo vindo em sua direção, “danou a correr”.

O Cine Teatro Primor não se tratava apenas de um estabelecimento comercial, era uma das instituições responsáveis por outras atividades. O dono do Cine Teatro Primor possuiu ainda uma padaria. SS caracteriza a padaria como tendo uma espécie de oferta de “serviço de autofalante” para transmissão de informações de “utilidade pública”, juntamente com um correio para distribuição de correspondências. O cinema, assim como os demais estabelecimentos comerciais citados aqui, foram acabando na medida em que o bairro foi se integrando a sede do município. As vias de comunicação possibilitaram a expansão para o norte e a centralização das atividades de entretenimento na sede. O Cine Teatro, assim como as corridas de cavalos, deixaram de fazer parte das atividades locais, que eram bem diversificadas para um bairro apenas. O Autofalante ainda existe no açougue do SS, e este se apresenta como sendo responsável por oferecer um serviço de “utilidade pública”.

Algumas situações do bairro são lembradas não apenas pelas memórias acionadas nas entrevistas, mas constam ainda nos sambas enredos da Escola de Samba União da Esperança, como a melodia a seguir:

Cidade de Palha (Custodópolis)  
Custodópolis  
Vai caminhando em paz  
Foi cidade de palha  
Há muito tempo atrás

Havia jongos  
Havia bailes  
Folia de reis e quadrilha em seu passado  
O cine teatro percorrerá sempre lembrado

Tenho saudades  
Do meu estádio lagoinha  
Onde eu gostava de ver meu come gato jogar  
Era um time aguerrido  
Meu come gato querido  
Me fazia vibrar

Confiando no bom treinador  
José Dias Nogueira  
Eu ficava sentado tranquilo  
Na sombra da mangueira

Também é forte  
Nosso esporte atual,  
Pois tem jogos numa tarde divinal.

Bairro de comércio  
Bem ativo da escola de samba  
Que é motivo de minha inspiração  
Que bela praça, com marquise e orelhão

Avante nossa juventude estudantil  
Formando o futuro do Brasil  
Neste bairro de amor e emoção  
Existem igrejas de várias religiões

E para aumentar o cenário  
Tem o centro social universitário.

Hino de Custodópolis  
Autor: Milton Ribeiro do Nascimento (Neguinho)

Esta música, que foi samba enredo da Escola de Samba, é mobilizada por moradores “mais antigos” como uma referência das memórias do bairro. Esta foi dada a

mim por Margarete. Quando acabou a nossa primeira entrevista, ela me prometeu escrever os sambas dos quais se lembrara. Além desse, ela escreveu mais dois. Durante a entrevista com SS, ele interrompeu a fala para pegar uma folha xerocada com o mesmo samba. O samba se tornou uma narrativa sobre o bairro.

O referido samba possibilita a compreensão do “cenário” do bairro encontrado por Seu Manuel e Seu Francisco, um bairro com marquise no ponto de ônibus, e telefone público chamado de “orelhão”, dois elementos importantes de comunicação. As terras de custódio começam a ser substituídas por novos referenciais. O bairro passou a ser relatado como possuidor de equipamentos, não como aquele cercado de canaviais apenas. O Centro Social Universitário, reconhecido como CSU pelos moradores, é mencionado como um novo elemento presente no “cenário” verbalizado por Pretinho, o que, inclusive, evidenciou uma disputa política presente na localidade, como destaca o relato a seguir:

Isso, eu fui cobrado por alguns cabos eleitorais da época, políticos... Que eu devia tirar isso do samba. Não vou citar nomes aqui, porque aí falavam de um [político]... Nunca, eu não avisava não: vou falar de seu fulano, seu. Veja que eu só citei o nome aqui... Oh, rapaz, eu cortei o samba, cortei o samba, esqueci de falar do José Dias Nogueira. Então eu citei aqui o José Dias Nogueira que já não estava mais entre nós. A minha intenção não era falar de quem fez o centro social, né? [Por] isso me chegam muitos políticos às vezes: “ah você falou do centro social, isso é obra de fulano de tal...”. Eu não tava fazendo campanha, eu tava falando do bairro, entendeu? [grifo meu]

Esta situação põe em evidência um repertório que se fez presente no bairro desde a sua formação, o “conhecimento político”. Este “conhecimento”, mediado por instituições presentes no bairro, foi importante para inseri-lo em uma ampla agenda de oferta de serviços, alguns já destacados por Pretinho. Ao final dos anos 1960, em um processo lento, o bairro começa a receber investimentos que contemplou não apenas a população concentrada no entorno da praça, mas ainda, nos bairros contíguos. Seu Manoel, ao mencionar o serviço de energia no período de sua chegada, relata que “puxavam um fio do Rotary” até o Parque Nova Campos para terem acesso à luz elétrica. Seu Manoel relatou ter ficado nove anos sem luz. A iluminação das casas era garantida por “lâmparas de querosene”. No tocante a aquisição de postes de luz para o Parque Nova Campos, Seu Manoel relatou que os conseguiu em uma situação na União da Esperança, quando encontrou com um político local. Vejamos a seguir:

**Seu Manoel:** A luz aqui na época, eu era presidente da União da Esperança, a luz ali na pracinha era no Rotary. O Rotary era pequenininho, não é aquele



Rotary de hoje não. Aí tava na época de eleição, 1970, Aí o [candidato] passou... Passou ele e o secretário de energia elétrica, naquela época era Comissão Central de Macabú.

**Candidato perguntando ao Seu Manoel:** ‘Neguin, tá precisando alguma coisa de mim ae?’

**Seu Manoel:** Não, não estou precisando não... PERAÊ... Eu tô sem luz aqui, eu moro aqui no Parque Nova Campos.

**Candidato:** ‘Vamos lá vê. Aqui, segunda feira eu passo com vocês aqui.’

**Seu Manoel:** O engenheiro falou: “[candidato], lá não tem material para botar luz aqui”. Esse poste ali [se referindo ao poste que fica em frente a sua residência] é lá do Parque São José, ia botar luz no Parque São José. E quando eu puxava luz do Rotary pra cá, ia chegar para mim uma lamparina, pois todo mundo puxava luz pra ‘vim’ pra cá. Candidato falou: ‘Tira o material lá do Parque São José pra botar aqui.’ Eu tava com a minha casa instalada, com [candidato] e ele disse: ‘aqui, quarta feira você vai ter luz aqui’. AI, MEU DEUS! Nove anos que eu fiquei sem luz aqui. Ahhh, rapaz... Sexta feira eu fui lá e comprei uma televisão. Uma TV de quatro pé. A casa ficava cheia de criança. Olha ali os dois postes ali oh. O ‘menorzinho’. Mudou há pouco tempo.

Até aqui pudemos observar os diferentes momentos experimentados pelo bairro, bem como, seus novos delineamentos na medida em que novos grupos ocupavam o mesmo. Os atores mencionados até aqui se aproximam do que Machado da Silva denominou *burguesia favelada* (2011 [1967], p. 702). Este conceito fora cunhado na década de 1960, quando o autor realizou uma reflexão sobre as diferenciações existentes entre “moradores de favela”. Este grupo é compreendido aqui a partir da noção de *citê de renome*, cuja grandeza construída a partir de uma valorização dada pela opinião de uns sobre os outros. No bairro, esse grupo passou a possuir *notoriedade*<sup>50</sup> em relação aos demais moradores, por possuírem capacidade de captarem recursos para o bairro, mas, ao atravessarem a ponte para o *outro lado*, são *ordinários* ou desqualificados por não possuírem uma reputação ampla na cidade. O notório de Custodópolis se torna apenas um “morador de Guarus” ao atravessar a ponte, no caso específico de Seu Manoel Peçanha, “rato” e “morador da palha”, como destacarei mais à frente.

Além do trabalho de Machado da Silva, posteriormente, em uma pesquisa de referência sobre bairros de expansão urbana, Lícia Valladares descreve a relação de “cabos eleitorais” com políticos, cujo objetivo era alcançar “proteção e garantias contra forças hostis” a favela (1978, p. 27). Lembrando que o próprio Machado da Silva (op.

---

<sup>50</sup> No tocante a noção de *notoriedade*, Blanc (2013), em uma pesquisa realizada em um contexto de uma cidade pequena, identificou as cadeias de reputação e seus respectivos membros como notórios, sobretudo, para estas cadeias. Os notórios são aqueles que têm valor elevado em uma dada cadeia de reputação, que eu traduzo aqui por grupo. A *notoriedade* usada aqui pode ser comparada ao *status de prestígio* de Goffman (1988).

cit.) já sinalizou que este fato não ocorre exclusivamente nestas regiões, mas também em bairros de classe média alta.

No caso do Seu Manuel, comerciante do bairro, este possuía *provas* que lhe conferiam um status de grande em relação aos demais moradores do bairro, do ponto de vista de um ordenamento ancorado na noção de *cit  civica* de Boltanski e Thévenot (1991), pois deixa de ser um ator singular para tornar-se um porta-voz, aquele que exerce fun es de “utilidade pública”.

O “conhecimento político” presente no repertório de Seu Manoel pode ser traduzido por uma rela o direta com políticos locais, o que Machado da Silva denominou “conchavos entre representantes e candidatos” (op. cit. p. 704). No caso da aquisi o da luz elétrica para o bairro, esta é mediada pela União da Esperança, que neste caso, não é uma institui o que deve ser compreendida apenas pelo lazer, mas ainda como uma mediadora de recursos para o bairro. Portanto, um ator não humano que integra o repertório de objetos de uma *cit  civica*.

Sobre a escola de samba e a política, Leeds e Leeds (2015, p. 172) fazem a seguinte considera o:

É preciso ter visto a súbita chegada e a igualmente súbita saída de candidatos, deputados, funcionários estatais (como Lutero Vargas, filho de Getúlio, no Jacarezinho e na Mangueira, e o Governador Negrão de Lima e a secretária de Serviços Sociais do Estado da Guanabara, Hortência Abranches, também na Mangueira) em ensaios, cerim nias e festas da escola de samba.

Neste caso, os autores, além de tratarem de uma atua o política por meio das atividades realizadas no interior da escola de samba, conferem a esta um papel importante no que toca a sua capacidade de organiza o – garantida em meio a disputas internas bem acirradas -, uma vez que esta confere a localidade, bem como a própria escola, o que os autores chamam de “moralidade”, neste caso, a elabora o de uma reputa o que tem um amplo alcance, que incide fortemente na inser o da agremia o no repertório de objetos da política local.

Outra situa o relatada por Seu Manoel Peçanha em uma conversa de esquina foi o processo de aquisi o de recursos para o aterramento do Campo do Grêmio e a constru o da sede, como veremos a seguir, em um trecho de meu relato de campo:

[...] Após falarmos sobre a Estrada do Nogueira, começamos a conversar sobre o Grêmio. Ele disse que, nem ele, nem Lauzinho, estão podendo ir lá, pois estão velhos. Disse ainda que foram eles dois que fundaram o campo, e se continuar do jeito que está, terão que entregar o campo para a prefeitura. Ele reclamou sobre o novo grupo que está   frente do time, que “está se achando dono daquilo

lá”. Ele reclamou ainda, da nova diretoria ter tirado as fotos e placas que ficavam na parede. Falou, com um ar exaltado, que irá lá a um domingo qualquer, e colocará em cima da mesa o seu título de sócio proprietário.

Após falar sobre isso, me disse como foi a fundação do estádio. Segundo relatou, juntamente com Lauzinho, conseguiu apoio para aquisição do terreno e, futuramente, construção da sede. O campo era chamado de lagoinha, pois era uma “baixada” e ficava com água após as chuvas. Como o terreno era em uma área baixa, tiveram que fazer o aterramento. Na gestão do prefeito Rockefeller de Lima, eles dois conseguiram que os caminhões da limpeza pública depositassem “lixo” no terreno para dar início ao aterramento. [Manoel] disse que todos diziam que o lugar era um chiqueiro de porco, pois era lugar de depósito de lixo. Após a colocação de lixo, [Milton] Bárbara, que no momento era chefe do departamento de estrada e rodagem, conseguiu terra para colocar por cima do lixo e, finalmente, fazer o aplainamento do terreno.

Com o campo aterrado – lembrando que o campo já era utilizado antes disso – eles começaram a organizar-se para a construção da sede. De acordo com Seu Manoel, ele foi à Distribuidora Mercantil e comprou Geladeira, radiola, fogão, bicicleta, dentre outros prêmios. Ele começou a vender cartelas de bingo nos estabelecimentos comerciais do bairro, onde ficavam dispostos alguns dos prêmios. Em seu Argeu ele deixou um, em Manoelzinho deixou outro... Ele disse que muita gente falou que não ia dar certo, inclusive, [Lucemir], que não apoiou a iniciativa. Ele, com ar de alegria e lágrima nos olhos, disse que, com menos de um mês faltando para a realização do bingo, eles já haviam vendido todas as cartelas. “O bingo foi um sucesso!”. E depois, com o “sucesso” do bingo, “todo mundo chegou pra perto querendo aparecer”, inclusive, o “pessoal de [Leucemir]”, “que não ajudou em nada”. Ele disse que não deu muita confiança para o pessoal que queria aparecer depois do sucesso do bingo. Eles conseguiram angariar fundos para a construção da sede, e o nome do estádio passou a ser o do pai de falecido Bacalhau (Edinho), que participou do processo. O pessoal de [Leucemir] não gostou, pois eles queriam colocar o nome de gente dele, mas seu [Manoel] “barrou” e não deu “confiança”.

(trecho da nota de campo do dia 15 de novembro de 2015)

O Campo do Grêmio é um dos muitos exemplos da “vida política” do bairro, que sempre foi mediada por instituições que sequer eram concebidas para esses fins. A capacidade de associação mediada por instituições sejam elas quais forem, acaba construindo uma agenda que ultrapassa a atividade fim da organização.

A vida política no bairro, inclusive, colabora com a formação de diferentes grupos de oposição que estão a todo tempo disputando entre si a manutenção da notoriedade. Ao questionar o não reconhecimento de sua importância pela nova geração do Grêmio, Seu Manoel mobiliza o seu “Título de sócio proprietário” como provas de sua reputação.

Seu Manoel deve ser pensado a partir de um contexto definido por uma forte atuação política. Na fábrica de tecidos<sup>51</sup>, onde trabalhou havia uma “célula” do PCB,

---

<sup>51</sup> Com relação a um movimento operário presente nas fábricas de tecidos, Lopes (1988, p. 327) em seu trabalho de doutoramento destaca para um movimento que ele denomina “microfísica da resistência”

neste caso, uma organização entre trabalhadores que discutiam ações do Partido Comunista. Esta fora visitada por Prestes no ano de 1945 (Gomes, 2000, pp. 51-52). Neste caso, havia um forte engajamento por parte de alguns dos trabalhadores da fábrica em ações políticas cujo fim era a causa trabalhista. Seu Manoel não se autodenomina membro do PCB, inclusive, membro de nenhuma sigla. Os *partidos* defendidos por ele são: União da Esperança e Grêmio, segundo suas próprias palavras. Estas instituições foram e ainda são importantes espaços de mobilização, pois tem a capacidade de reunir alguns moradores do bairro em favor de um interesse comum e, por mais que não sejam capazes de mobilizar todos, conseguem recursos que beneficiam todos os moradores. Neste caso, uma simples reforma no estádio de futebol pode incidir sobre o bem de todos os moradores do bairro.

Seu Francisco, assim como Seu Manoel, se estabeleceu na “cidade”, e, de vendedor ambulante, passou a comerciante no “Mercado Municipal”. Juntamente com a sua esposa, “montou” uma loja de sapatos nas imediações do mercado. Seu Francisco, como dito por SS, se tornou outra liderança no bairro. SS destacou que Seu Francisco logo integrou a diretoria da escola de samba por possuir uma “escrita bonita”. A “escrita bonita” era um recurso que agregava valor, pois o próprio SS afirma não ter apreendido escrever certo, como alguns de seus pares, uma vez a escrita não ser valorizada em ocupações que estes exerciam. O próprio SS relatou que “sabe ser açougueiro”, mas não possuía “muito estudo”. Retomando a trajetória de Seu Francisco no bairro, além de ocupação de um cargo na diretoria da Escola de Samba, ocupou postos de diretoria no Time de Futebol Grêmio, como Seu Manoel.

Os comerciantes do bairro, assim como as famílias tradicionais (Blanc e Assis, *no prelo*) da cidade de Campos dos Goytacazes, ou mesmo a *sociedade campista* (Cunha, 2007), eram responsáveis pela monopolização dos recursos via “conhecimento político”. A garantia de recursos para o bairro se dava em uma relação pragmática de troca, na qual os recursos eram obtidos mediante a capacidade de “ganhar votos” para o candidato. Nesse caso, o período eleitoral era extremamente valorizado, seja pelos mais velhos, na aquisição de recursos para si ou para o bairro, seja pelos mais jovens, cujo pedido pode ir desde uma bola nova ou uniforme para o time de futebol. Nessa situação, a capacidade de cumprir uma promessa feita tem mais relevância do que a própria

---

surgido no interior das fábricas após um processo de reorganização da produção que se deu ao final dos anos 1940. Os referenciais teóricos mobilizados pelo autor não são os meus, porém, seu rico material empírico muito contribui para uma reflexão acerca de possíveis enquadramentos cognitivos presentes no contexto das fábricas de tecidos, o que não foi muito diferente em Campos.

filiação partidária do candidato. O que está em jogo não são os projetos, e sim os recursos. Machado da Silva (2011, p. 716) trata esta atitude não como uma ingenuidade ou inabilidade, mas como “realista”, uma vez ser “orientada por resultados em curto prazo”. Estes acessos, no caso estudado, são mediados pelas lideranças compostas pelas famílias antigas no bairro, pois estas, em alguma medida, têm mais acesso as instituições locais.

Seu Nogueira foi um comerciante no bairro, assim como Seu Manoel, Seu Francisco, o pai, tio e o irmão de Ângela. Ser comerciante conferia uma reputação no bairro equivalente a das famílias tradicionais na cidade mais ampla. Estas “famílias antigas” do bairro possuíram um acesso diferenciado aos recursos políticos e de moradia, uma vez ocuparem as principais ruas de acesso ao bairro, que por sinal, são as que apresentam melhor pavimentação. Inclusive, quando Seu Manoel se refere ao calçamento da rua, destaca que a largura de sua calçada fora maior do que a dos demais moradores. O acesso aos recursos é diferenciado entre os moradores do bairro. Ser parte de uma família antiga e ter conhecimento político são recursos importantes na escala de valores do bairro.

Seu Manoel, de comerciante de roupas e operário da fábrica de tecidos, tornou-se proprietário de uma fábrica de calçados e, além de comercializar no bairro, passou a estabelecer parcerias com comerciantes do entorno do mercado municipal. Seu Francisco, de “camelô”, se tornou “patrão”, proprietário de uma loja de calçados na Rua João Pessoa. Sua esposa, que trabalhava como “empregada doméstica” em “casa de família”, passou a “patroa” de Margarete. O pai de Ângela, de “capataz da fazenda” e “negociante viajante”, tornou-se comerciante no bairro, além de possuir “vários terrenos” comprados diretamente do Custódio Siqueira. Estes grupos, outrora, operários, passaram a ocupar a posição de “famílias antigas” do bairro. As trajetórias destes lhes conferiram símbolos de prestígio no bairro, e, em alguns casos, fora dele. Como famílias antigas, estas assumiram um status elevado, sobretudo, entre os novos fluxos de moradores, chegados posteriormente ao bairro.

Esses recursos de diferenciação não são privilégios das denominadas famílias tradicionais da “margem direita”, ocorrem em diferentes gradações. Esta constituição não se dá via poder aquisitivo somente, mas também a partir de uma moralização do território ocupado. O antigo capataz, pai de Ângela, também proprietário do Armazém do bairro, assim como os comerciantes do bairro com “conhecimento político”, se tornou parte das famílias tradicionais do “bairro de operários”. A reputação, neste caso,

está vinculada a capacidade de realizar ações de “utilidade pública”, e o comércio, neste caso, é parte do repertório de objetos para esse fim na localidade.

#### 4.1 *Custodópolis são só duas ruas: compreendendo a organização física e social do bairro.*

Você sabe onde é a casa de tia Lúcia, não sabe? [**sei, no Nova Campos**] Eu acho que ali é Nova Campos. Eu confundo um pouco, Nova Campos, aquele parque Novo Mundo e Bandeirantes. Nunca sei onde começa e termina nenhum deles. Não tente me explicar, todo mundo já tentou. Eu não consigo ter ideia de começar Nova Campos, Parque Novo Mundo, Bandeir... eu não consigo, não tenho essa ideia. Pra mim é tudo a mesma coisa, tudo no bolo. É igual Custodópolis, minha mãe fala assim: ‘Ah Bruna, Custodópolis não vai muito longe não’. Oh eu, não?! Vai até aonde? Pra mim Custodópolis é esse bolo inteiro aqui. Ela falou que no Rotary já é outro bairro, e do beco pra lá também já é outro bairro. [**é o Novo Mundo**] Nem adianta me explicar que eu não sei. Só sei de Custodópolis porque moro na Pracinha de Custodópolis. Mas tem algumas correspondências que eu coloco, parece Parque Novo Mundo na... no meu endereço [...].  
(Bruna)

O bairro é entendido aqui como um espaço vivido e, portanto, delineado territorialmente a partir das experiências de seus moradores. Os referenciais são objetivados pragmaticamente no que eu denominarei aqui de *ponto de referência indexical*<sup>52</sup>. O açougue não é apenas um estabelecimento comercial, mas um ponto de referência para se chegar a algum lugar do bairro. Na relação de indexicalidade territorial as casas não são catalogadas por números, e sim por seus moradores e familiares e suas respectivas cadeias de reputação.

A casa da “tia Lúcia” é um referencial para Bruna, uma coordenada para que ela pudesse me explicar o seu entendimento sobre o bairro, me situando geograficamente em seus relatos. Assim a moça se posiciona territorialmente segundo referências construídas no cotidiano do bairro. O bairro se torna inteligível para ela mediante a sua circulação no mesmo, através das práticas estabelecidas com as pessoas e os lugares que o habitam. A rua deixa de ter uma delimitação *oficial* para ser chamada de “a casa da tia

---

<sup>52</sup> Tomo emprestada aqui a noção de *indexicalidade* de Harold Garfinkel (2006, p. 12). Esta é utilizada para designar o que o autor denomina “expressão indexical”, ou seja, uma expressão que é entendida quando vinculada a um contexto na qual ela fora produzida. A noção de “ponto de referência indexical” será utilizada para designar os modos como os atores criam referenciais de entendimento da cartografia territorial do bairro a partir de seus contextos de experiências, o que faz com que alguns pontos de referências só façam sentido para aqueles que os utilizam, uma vez terem sido elaborados a partir de experiências muito particulares envolvendo a relação de familiaridade, ou mesmo uma relação de pessoalidade, nas quais os lugares são entendidos a partir de referenciais encarnados, não por uma cartografia física oficial.

Lúcia”. Estas particularidades não são apreendidas se tomarmos o bairro como uma generalização conceitual. O bairro é vivido e, portanto, deve ser apreendido a partir da hermenêutica daqueles que lhe dão sentido. A figura abaixo destaca alguns pontos de referências que mais foram mencionados durante o trabalho de Campo:

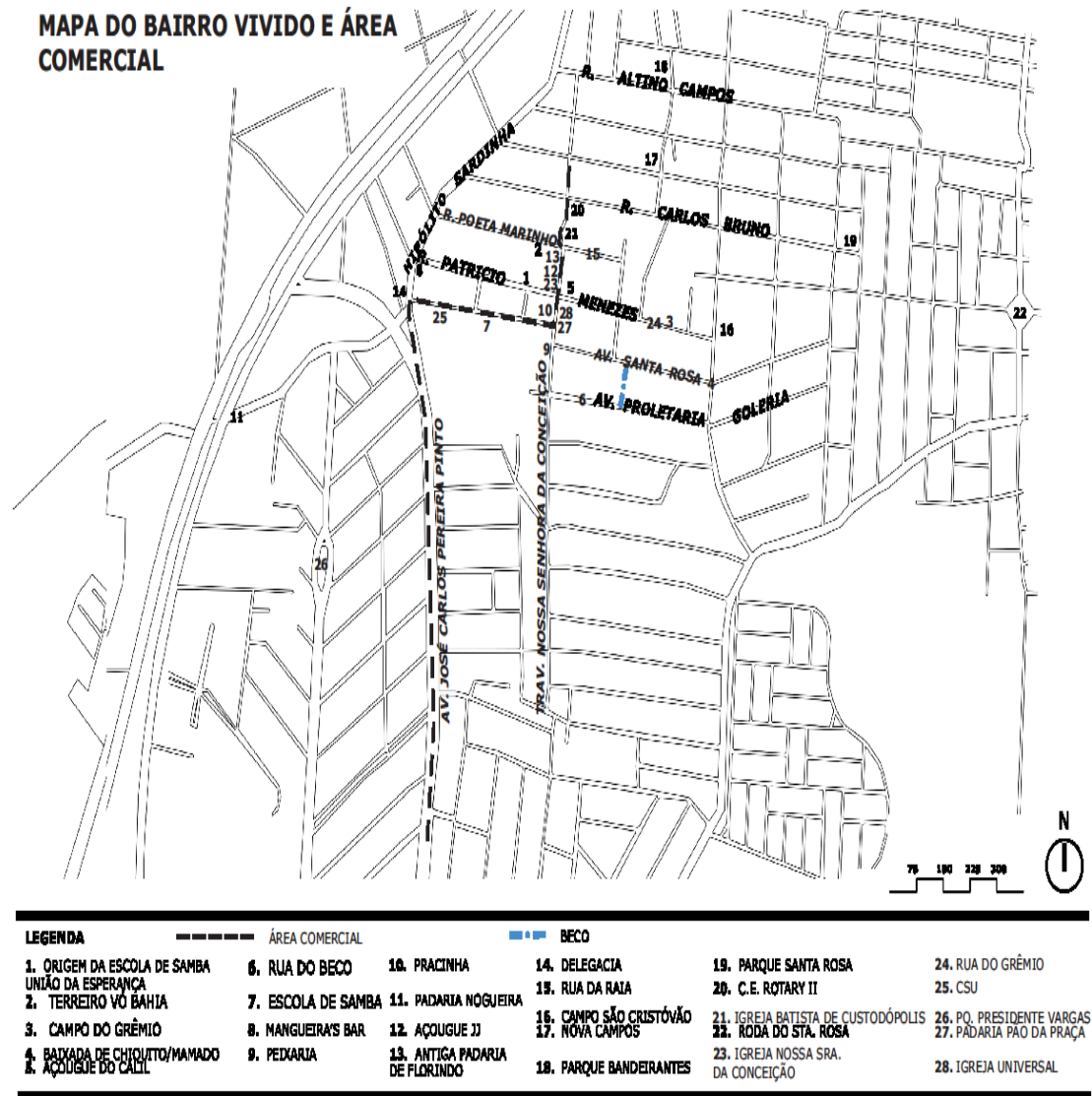


Figura 5: Mapa do bairro vivido e área comercial.

Pensar no bairro como dotado de sentidos elaborados em diferentes contextos de experiências, é compreendê-lo como local onde os referenciais dos diferentes enquadramentos são elaborados e reelaborados constantemente. Bruna demonstra não compreender os limites geográficos do bairro, mas se orienta através de referenciais perfeitamente compartilhados entre os moradores do bairro. Rotary, Rua do Beco,

Pracinha, Peixaria, Antiga Padaria Florindo, Açougue do Calil, entre outros estabelecimentos do lugar, são pontos de referência elaborados circunstancialmente, acionados como recursos efetivos e amplamente conhecidos. Estes se sobrepõem aos referenciais objetivados pelos Correios, pelo IBGE, e por quaisquer outros órgãos oficiais responsáveis pela categorização das ruas.

A interação dos moradores no contexto do bairro os possibilita uma elaboração de uma cartografia relacionada às suas experiências familiares. Cada morador irá estabelecer práticas de circulação que lhe conferirão um referencial elaborado segundo o seu mundo. Os atores irão possuir suas idiossincrasias, mas em algumas situações podem ser agrupados em uma totalidade, como os bairros vizinhos a Custodópolis, desconhecidos por Bruna. Esta possui uma circulação limitada nos bairros do entorno de Custodópolis, mas tem grande clareza acerca dos pontos de referência do bairro que estão ao seu alcance, no caso, os que ficam “na pracinha”, e aqueles relacionados aos seus amigos e parentes, que são categorizados como casa de fulano ou sicrano.

O reconhecimento de pontos de referência não é constituído simplesmente pela moradia no bairro, mas pela familiaridade com mesmo. Existem referenciais mais inteligíveis do que outros. Podemos citar o exemplo de Bruna que menciona a rua próxima a Rua do Beco, quando poderia usar como referencial a Rua Operário Valdir Manhães, que inclusive, foi seu tio avô. Ela sabe o nome da rua, mas o referencial mais compreensível é a “rua que passa na frente da ‘Rua do Beco’”. Neste caso a “Rua do Beco” é uma objetivação que se sobrepõe ao referencial consanguíneo de Bruna. A constituição do ponto de referência “Rua do Beco”, inclusive, se deu antes mesmo de Bruna ter nascido. Neste caso, a objetivação fora constituída em outra temporalidade, sendo um referencial presente mesmo para os que nasceram ou se mudaram para o bairro após o fechamento do “beco”. O Beco sequer existe nos dias atuais, era uma extensão da Rua Pedro Cardoso até a Travessa Proletária Goleria, porém, a rua que ele dava acesso é associada a este mesmo depois de sua extinção.

As definições territoriais dadas pelos correios e pelo *Google maps* não são as mesmas e, sequer com as delimitações dadas pelos moradores. A caminho do bairro, na Avenida José Carlos Pereira Pinto, podemos identificar uma placa indicando Custodópolis antes mesmo de chegar ao bairro, no caso, próximo à empresa de ônibus São João, que na “cartografia nativa” e no *Google maps* é denominado Parque Presidente Vargas. Manuel Peçanha, morador do bairro Parque Nova Campos, vizinho à Custodópolis, relatou que a sua rua não é reconhecida pelos correios como sendo do



bairro Nova Campos, mas sim de Custodópolis. Ele destacou ainda um equívoco da prefeitura, pois colocou uma placa com o nome da rua e do bairro a poucos metros de sua residência, porém, o nome do bairro é Parque Bandeirantes, não Parque Nova Campos.

A delimitação administrativa do bairro de Custodópolis, assim como os bairros vizinhos, é operacionalizada pelos moradores em um contexto de experiências familiares. As vias são relacionadas aos seus moradores cuja reputação possui amplo alcance, no caso, dos comerciantes, ou mesmo moradores que exerciam uma atividade significativa no bairro. Em minhas entrevistas e conversas era recorrente ouvir as seguintes referências: “Baixada de Mamado”, “Açougue do Calil”, “Padaria Nogueira”, entre outros exemplos que preencheriam duas páginas inteiras.

A localidade denominada “Baixada de Mamado” merece uma atenção especial para a compreensão de uma cartografia mental do bairro. Para alguns moradores que possuíam uma relação com este, o local leva o seu nome, mas para Seu Manoel, o mesmo local é chamado de “Baixada de Chiquito”, neste caso, um contemporâneo de Seu Manoel. Os motoristas de Vans chamam o mesmo lugar de “Baixada”. Estes fatos faziam com que eu exercitasse a minha capacidade de cartografar o bairro mentalmente, não utilizando apenas os recursos da divisão administrativa fornecida por órgãos oficiais. Não era raro, interrupções na entrevista para que interlocutor me explicasse o que ele estava querendo dizer com “Baixada de Mamado”, entre outros pontos de referência do bairro.

O que esses dados evidenciam, finalmente, é como este território é semantizado e ressemantizado mentalmente de forma contínua, produzindo formas sucessivas de classificação que são acionadas por diferentes públicos, em certos casos, marcando diferenciações geracionais. A relação com que esses grupos se relacionam com esses espaços diferem entre si, alterando os modos como são percebidos e nomeados. Por outro lado, a familiaridade com o local permite a todos reconhecerem tais referências e acioná-las, quando necessário.

Os pontos referenciam os moradores que possuem uma reputação amplamente reconhecida no bairro, algo que pode ser compreendido a partir da noção de *cit  de renome*. Eles auxiliam o morador em sua circulação, e o pesquisador em seu empreendimento de entendimento da constituição dos “objetos” disponíveis no bairro. Mamado, já falecido, era um morador com uma reputação amplamente reconhecida pelos interlocutores deste trabalho. Além de possuir um terreiro de umbanda, “tinha um

ônibus que levava o povo para cortar cana”. A sua atuação no bairro acabou por tornar o seu nome um ponto de referência indexical. Os pontos de referência são constituídos pelo potencial de publicidade no bairro. Tornar-se um ponto de referência, sobretudo, mais amplo, é ter uma reputação ampla. Além de Mamado, muitos outros atores se tornaram referência no bairro a partir de atividades realizadas no mesmo. É importante ressaltar que alguns destes referenciais, com passar do tempo, são alterados pela sucessão populacional. Um dos elementos que conferiu reputação a Mamado, por exemplo, foi o terreiro. Hoje é mais provável um pastor evangélico possuir reputação mais ampla dada sua atuação, que é mais intensa do que o “pai” ou “mãe de santo”.

Seu Manoel faz críticas aos nomes de algumas ruas do bairro por não considerar estes referenciais efetivos:

Aquela Rua lá, Rua Acácio Faria de Freitas. Quem é Acácio de Freitas? Eu não entendo por que... Ele trabalhou na rua do campo do Goytacaz, tinha um barzinho ali, vendia uma cachacinha, hoje é nome de rua, rapá! Essa aqui: Ari Ribeiro Vaz, dizem que foi engenheiro. Romualdo Peixoto, tem que procurar quem é ele para poder colocar placa. Uma vez eu fui ‘na’ prefeitura... Se você sentar aqui de manhã cedo... “meu amigo, onde fica a rua tal”... Eu nem sei. Falta de que? Empracamento nas ruas dizendo qual que é... Eu fui lá. Eu fui lá para colocar o nome das ruas aqui, sabe o que me responderam: “você tem que procurar um descendente da família que é eles que quem que colocar o nome lá, eles foram homenageados”. Eu falei: Meu amigo, eu conheci Romualdo Peixoto?! Eu conheci Ary Ribeiro Vaz?! Eu num... Eu nem sei quem ‘é’ esses homem, ‘comé’ que eu vou descobrir.  
(Seu Manoel Peçanha)

Os pontos de referência, neste caso, são questionados quando não efetivos. Como destacado no início da fala, seu Acácio Faria de Freitas, apesar de ter possuído um comércio no bairro e ter sido um “morador antigo”, não é um passível de ser considerado um nome de rua, na opinião de Seu Manoel. Por outro lado, a “Bar de Seu Acácio” é um ponto de referência indexical no cruzamento das ruas Ari Ribeiro Vaz com Romualdo Peixoto. É uma referência entre os moradores “mais antigos”, mas não na rua que hoje recebe o seu nome. Eu perguntava pelas ruas onde ficava a rua, mas todos me mandavam para o bar. Com relação aos nomes de rua: Romualdo Peixoto e Alcides Vieira Maciel, estes também são questionado por Manoel Peçanha.

Para compreender este aspecto, deve-se pensar na construção de uma reputação relacionada às práticas. Nos casos que serão apresentados, a reputação dos que se tornam pontos de referências na localidade depende de aspectos que não estão vinculados aos fatores econômicos, e sim, às ações consideradas de interesse público visando “melhorias” no bairro ou em suas instituições. Se pensarmos, por exemplo, em

uma comparação entre Seu Manoel e Ildecir dentista, o primeiro possui maior potencial de se tornar um ponto de referência mais amplo, pois possui engajamento em atividades que estão vinculadas às “melhorias” do bairro. No caso do segundo, este possui maior poder aquisitivo, já foi candidato a vereador, mas não é engajado em atividades realizadas no interior do bairro. Este vive uma espécie de anonimato, algo que não é tão fácil, sobretudo para ele, que já atuou como dentista na localidade.

Ao falar dos dois outros nomes, Seu Manoel não reconhece a reputação destes. Ele simplesmente não os reconhece, portanto, não são referenciais para a nomeação das vias públicas. E mais fácil chegar à esquina da Rua Romualdo Peixoto com a Rua Ari Ribeiro Vaz se os pontos de referência indexicais utilizados forem a esquina do “Bar de Seu Acácio” para os “moradores mais antigos” e “Bar de Dário”, para os moradores mais recentes, ou mesmo, a esquina da casa de “Seu Manoel Sapateiro”. Neste caso, a cartografia física pouco nos ajudará. As reputações, para o bem ou para o mal, elaboram pontos de referência indexicais capazes de tornarem a cartografia do bairro sinuosa, para os não moradores, e familiar, para os moradores.

A cartografia oficial caracteriza Custodópolis como delimitado pelas seguintes ruas: Rua Júlio Armond, no caso, “Rua do CSU” e/ou “União da Esperança”, estabelecendo limite com os bairros Parque Novo Mundo e Parque Presidente Vargas; Rua Hipólito Sardinha, referenciada como “Rua da Delegacia” e/ou “Rua do Manguieira’s Bar”, estabelecendo limite com o Parque Presidente Vargas e Jardim Ceasa; Rua Carlos Bruno, também referenciada como “Rua do Rotary” e/ou “Rua do Grevi”, estabelecendo limite com o Parque Nova Campos; e por fim, Rua Romualdo Peixoto, referenciada como “Rua do Campo São Cristovão”.

Porém, para transitar no bairro, é mais importante ter conhecimento dos pontos de referência do que, propriamente, saber o nome das ruas. A partir desse entendimento, podemos delimitar o bairro a partir dos seguintes pontos: O limite norte do bairro é delimitado pela Rua do Rotary<sup>53</sup>; o limite sul é delimitado pela Rua do Beco<sup>54</sup>; leste do bairro é delimitado pela “rua da delegacia”, ou “rua do Manguieira’s bar”<sup>55</sup>; e o limite oeste do bairro é delimitado pela Rua do Campo São Cristovão<sup>56</sup>, ou “bar do Aíá”. Estas delimitações foram extraídas das entrevistas realizadas, mas a princípio, alguns interlocutores diziam que “Custodópolis só [possuía] duas ruas”.

---

<sup>53</sup> Rua Carlos Bruno.

<sup>54</sup> Rua Proletária Goleira.

<sup>55</sup> Avenida Hipólito Sardinha.

<sup>56</sup> Rua Romualdo Peixoto.

A circulação no interior do bairro tem como referencial os seguintes estabelecimentos: a “Peixaria”, situada na Rua Travessa Nossa Senhora da Conceição; a Escola de Samba União da Esperança, situada na Júlio Armond; a “Igreja Católica”, situada na esquina da Rua Patrício Menezes, referenciada como “Rua do Grêmio”, com a Travessa Nossa Senhora da Conceição”, referenciada como “Rua da Igreja”; “Antiga Padaria de Florindo”, situada na Travessa Nossa Senhora da Conceição; “Açougue de Calil”, A circulação no interior do bairro tem como referencial os seguintes estabelecimentos: “Peixaria”, situada na Rua Travessa Nossa Senhora da Conceição; a “União da Esperança”, situada na Júlio Armond; a “Igreja Católica”, situada na esquina da Rua Patrício Menezes, referenciada como “Rua do Grêmio”, com a Travessa Nossa Senhora da Conceição”, referenciada como “Rua da Igreja”; “Antiga Padaria de Florindo”, situada na Travessa Nossa Senhora da Conceição; “Açougue de Calil”, Situado na esquina da Rua Patrício Menezes com Travessa Nossa Senhora da Conceição; “Padaria de Sadi”, situada na Travessa Nossa Senhora da Conceição”; a “Galeria”, situada ao lado da “Padaria de Sadi”, na Travessa Nossa Senhora da Conceição”; a “Igreja Batista”, situada na esquina da “Rua Poeta Marinho”, amplamente conhecida como “Rua da Raia”, com a Travessa Nossa Senhora da Conceição; “Kananga’s”, bar situado na esquina da Rua Júlio Armond com a “Rua da Pracinha”; o “CSU (Centro de Saúde Comunitário), situado na Rua Júlio Armond, e por fim, mas não esgotando todos os pontos de referência do bairro, mas apenas os mais recorrentes no campo; “Pracinha”, no caso, a “Praça José Dias Nogueira”, em homenagem a um morador do bairro cuja reputação foi difundida dentro e fora do bairro.

Neste caso, há algumas divergências. Afinal, não é tão simples assim dar nome a uma praça quando existem várias “moradores antigos”. Como tornar-se um ponto de referência no bairro?

Esse José Dias Nogueira que deu nome à praça, por causa de política, do genro dele, colocou o nome na praça, mas ele não era morador daqui, era da Padaria Nogueira. Depois que ele veio pra cá, fez o açougue aqui, mas nunca morou. Aí ficava, tinha uma mangueira, uma árvore, e ele ficava muito ali. Ele era muito assim: ele promovia muitas coisas, o coreto... Ele era muito animado para Quadrilha. Trouxe a minha cunhada [Lena] para cantar no teatro [Cine Teatro Primor] Cantava, tinha show ela cantava. Aí ele ia buscar... (ela era deficiente e morava ali perto do Rotary) aí ele ia buscar ela.

Ângela questiona a reputação do José Dias Nogueira apresentando a seguinte justificção: “ele não era morador daqui”. A reputação de José Dias Nogueira, questionada por ela, é amplamente reconhecida pelos demais interlocutores, sobretudo aqueles se engajaram, juntamente com ele, em ações que visavam “melhorias” pra o bairro. Ângela confere maior reputação para outros moradores mais antigos, que moravam nas imediações da praça. Neste caso, “Seu Cardoso”, “Amaro Azeredo” e seu pai, aos quais ela atribui qualificação de terem sido os moradores mais antigos. A sua métrica de avaliação da reputação é pelo tempo de moradia nos limites do bairro.

Apesar de não reconhecer retoricamente a reputação de José Dias Nogueira, o faz ao apresentar a atuação deste no bairro, que circunstancialmente é mais relevante para a notoriedade em Custodópolis. As críticas feitas por ela não são compartilhadas pelos demais interlocutores, pois é uma posição disputada por poucos. Antes do nome José Dias Nogueira a praça possuía o nome Oito de Dezembro, em homenagem a igreja Nossa Senhora da Conceição, que para a Cidade de Palha, antes da atuação de Seu Nogueira, era um referencial importante, assim como o próprio Dr. Custódio Siqueira. SS, filho de José Dias Nogueira, Seu Manoel e Margarete, se tornaram pedágios importantes para os pesquisadores que decidem investigar o bairro, inclusive, todos os meus interlocutores pediram para que eu fosse até eles. Este fato por si só confere a estes a notoriedade no bairro.

Seu Manoel, na situação da criação do Campo do Grêmio, não deu continuidade aos nomes “come gato” e “Custodópolis Futebol Clube”, dados, respectivamente, pelos moradores e por José Dias Nogueira. Segundo Seu Manoel “o pessoal da família de Zezé Simão [Apelido de José Dias Nogueira] não gostou muito”. Neste caso, o não reconhecimento da reputação de Zezé Simão fora questionada. Seu Manoel chegou ao bairro nos anos 1960, portanto, disputou com José Dias Nogueira com o que estava acessível a ele naquele momento: o Campo do Grêmio. Quando se trata do Campo do Grêmio, Seu Manoel possui notoriedade, que não foi alcançada pelas novas gerações, pelo fato de estas pertencerem a outras cadeias de reputações, dado que estas não são estáveis e se alternam com o tempo.

Retomando a discussão dos enquadramentos territoriais do bairro, estes são operacionalizados internamente pela circulação dos moradores, mas não para por aí, pois os limites do bairro podem se expandir ou diminuir de acordo com a circulação de quem o delimita. Meu bairro de origem é Custodópolis para aqueles que não possuem uma circulação local o suficiente para conhecer o Parque Nova Campos, mas se estou a

conversar com alguém que possui compreensão do bairro, me coloco como morador do Parque Nova Campos, e se estou a conversar com um morador do Parque Nova Campos, me apresento como ex-morador da Rua Romualdo Peixoto, próximo ao ponto de referência Lanchonete de [Vanda]. Ao falar do meu local de moradia com alguém que desconhece o Parque Nova Campos, os limites de Custodópolis se ampliam, se com alguém que conhece o bairro, os limites de Custodópolis diminuem. Quando estou a conversar com alguém que não reconhece Custodópolis, me torno “morador de Guarus”.

O enquadramento territorial do bairro será operacionalizado pelos moradores de acordo com a circulação destes em seus contextos. Um exemplo da ampliação dos limites do bairro por uma baixa circulação no mesmo foi o exemplo do Jongo de Maria Anita citado por Osório Peixoto da Silva. Após ter conhecimento sobre o jongo através do trabalho do Osório Peixoto da Silva, perguntei a Evaldo onde ficava o Jongo, e ele me informou que ficava na Roda do Santa Rosa, neste caso, na Praça principal do Jardim Santa Rosa, não em Custodópolis, como mencionado no artigo de Osório Peixoto da Silva. O referido autor, por ter pouca circulação no bairro, o tratou como um “bolo inteiro”. Neste caso, os limites do bairro se expandiram até o Santa Rosa.

Os enquadramentos territoriais do bairro são situacionais, e o nome Custodópolis, Parque Nova Campos, Parque Novo Mundo, Parque Bandeirantes, Jardim Santa Rosa, Jardim Ceasa e Parque Presidente Vargas, são enquadramentos de uma divisão Político-Administrativa que, mediante a uma interação intensa, podem ser traduzidos por “Padaria de Sadi”, “Baixada de Mamado”, “Casa da Tia Lúcia”, “Jongo de Maria Anita”, entre outros pontos de referência compartilhados cognitivamente nos enquadramentos territoriais do bairro, que podem ser reposicionados a partir das situações e contextos vivenciados pelos seus moradores.

## **4.2 Redefinição da situação na Cidade de Palha: novos repertórios de objetos embutidos no *progresso*.**

**[Qual foi a sua trajetória, Evaldo?]** Minha família morava no, no... Morro do esqueleto, era uma favela do esqueleto, hoje é Uenf [UERJ], né? Em frente ao portão do Maracanã, pelo largo do Maracanã. Aquilo ali ficou inacabado o virou uma favela. Ai ficou chamada favela do esqueleto. Aí fomos morar no São José, e depois viemos para cá. Em cinquenta e seis fomos morar em Custodópolis, que era Cidade de Palha, né? Eu tava com sete anos, sete anos, sete anos. Foi um tempo bom, né. Aquele tempo que não volta mais. Nego diz: Ah... Tempo de escravo. Digo nada, era um tempo de você brincar, curtir, amizade mais forte. Mas a re... evolução tem que haver, né? Ai vem a modificação. Dá lugar

as outras coisas se faz necessário. Para hoje chegar a Custodópolis muitas águas rolaram. E eu ficava feliz, quando eu vim morar no Rio, fui morar lá em Bonsucesso, na Favela da Maré, Nova Holanda. Lá também, por incrível... Lá também nós fundamos o ‘mataram meu gato’, que hoje é o ‘Gato de Bonsucesso’. Aí levei muitas coisas daqui, mesmo sendo lá no Rio eu levei muitas coisas daqui, né? Mas foi muito bom, nós não tínhamos nada, né?

(Evaldo)

O trecho citado acima se refere a uma pequena parte de uma longa entrevista realizada com Evaldo, um ex-morador da “Favela do Esqueleto” – RJ, que fora removida pelo então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda<sup>57</sup>. O momento da chegada da família de Evaldo a Campos é combinado com a do processo de remoção dos moradores da denominada Favela do Esqueleto, que teve seu *fim* na década de 1960. Evaldo retorna inicialmente para o Parque São José, uma área que estava localizada próxima à Estrada do Fundão no Parque Aldeia, um local que tem este nome por ter sido uma área de aldeamento indígena (Feydit, 1979, p. 95), e, posteriormente (1940), foi ocupada por antigos trabalhadores de usinas que decretaram falência (Guimarães e Póvoa, 2005, p. 15).

A chegada da família de Evaldo a Campos dos Goytacazes se deu quando este ainda era jovem, o que fez com que ele acionasse uma série de memórias *lúdicas* do bairro. Situações colocadas por ele como sendo pertencentes ao “tempo antigo” estão relacionadas a uma síntese que ele faz de suas experiências no bairro. É comum ouvir a palavra “tempo” antes de uma situação específica, remetendo ao passado: aos “antigos”, aos “escravos”, aos “canaviais”, enfim, um tempo que é acionado a todo o momento pelos entrevistados para sintetizar diferentes cenários presentes no bairro. No momento em que o recorte é elaborado o ator faz a síntese<sup>58</sup> de um mundo composto de objetos dotados de significados que dão sentido as diferentes atividades presentes dentro e fora do bairro.

Como as entrevistas foram realizadas com pessoas de diferentes faixas etárias e que fazem parte de diferentes grupos sociais do bairro, distintas moralidades são evidenciadas como compondo a grande região moral de Custodópolis. Desse modo os quadros de referências mobilizados não são os mesmos para os diferentes grupos que vivem no bairro. Ao perguntar sobre a trajetória de Evaldo, ele associa a mesma aos

---

<sup>57</sup> VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

<sup>58</sup> Sobre esta capacidade de síntese, Norbert Elias (1998 [1984], p. 33) nos fornece uma grande contribuição que qualifica a percepção dos atores como dotadas de uma capacidade de síntese estruturada pela experiência.

seguintes atores não humanos: o futebol no time Come Gato; a escola de samba União da Esperança; o Terreiro; o jongo; o pagode; a pracinha; o canavial; a usina; o comércio; a caipira; as festas de santos no Imbé, em Travessão, em Santa Cruz; entre outros elementos que ele identifica como fazendo parte de sua trajetória no bairro, logo sendo constitutivos do seu contexto de experiência, como no relato a seguir:

Para hoje chegar a Custodópolis muitas águas rolaram. Tinha o Come gato, que era o time da localidade, aonde tinha muitos craques bons, aí depois fundaram um bloco, e esse bloco rolou por uns tempos, depois fundaram a escola de samba [**você se lembra do nome do bloco?**]. Não guardei. Era um bloco da rapaziada, tinha Chapita, tinha Vanderlei, que era um dos fundador, tinha Alguinho, tinha muita gente da antiga... e aí com o apoio do vereador Zezé Simão, né? Que é... daquela época era vereador, que ajudava com tudo, né? Tava em todas! Ai, num bate papo na pracinha, de baixo do pé de Mojolo, tinha um pé de mojolo ali na pracinha. Aí tiveram a ideia de formar uma escola de samba, que era União da Esperança, que era verde e branco, ai nós desfilamos de verde e branco durante uns quatro ou cinco anos. Aí eu tive que me ausentar também, né? Saí daqui, deixei verde-branco, quando eu voltei, já era verde-rosa (risos). São vinte e seis campeonatos, né?  
(Evaldo)

Com relação ao futebol, o time Come gato passou por uma série de modificações na medida em que novos atores se mudaram para a localidade. O time de futebol se iniciou como Come gato, nome relacionado ao hábito do churrasco de gato, uma prática possível entre os jogadores ao final das partidas. Zezé Simão, apresentado como “vereador” por Evaldo, modificou o nome do time para Custodópolis futebol clube e, posteriormente, o nome fora alterado por Manoel Peçanha para Grêmio Esportivo, que, segundo Manoel, causou um descontentamento por parte da família do Zezé Simão. O Grêmio Esportivo, de acordo com a Liga Esportiva de Campos e Desportos (LCD), foi criado em 1972<sup>59</sup>. Sua sede situa-se no limite dos bairros de Custodópolis e Nova Campos e a sua entrada é pela Rua Patrício Menezes - em Custodópolis-, referenciada por Rua do Grêmio.

O futebol é central na sociabilidade de alguns moradores do bairro, sobretudo homens. A sociabilidade masculina em torno da participação em jogos de futebol envolve a realização festas, geralmente, churrascos. O Campo do Grêmio se tornou uma referência local importante. Em situações de campo era comum que as pessoas me passarem a Rua do Grêmio como referência de um lugar que eu estava a procurar. A Rua Patrício Menezes é uma referência, mas a Rua do Grêmio é mais inteligível na cartografia local, se constituindo como um dos pontos de referência indexicais

---

<sup>59</sup> Disponível em: <http://ligacampistadesportos.blogspot.com.br/2014/04/gremio-ec.html>, acesso em 02 de mai. de 2016.



existentes no bairro. As instituições, mesmo que inexistentes, são referenciais mais conhecidos do que o nome oficial da rua propriamente. As instituições são tomadas aqui como atores não humanos privilegiados no tocante a ação política e a visibilidade dos moradores do bairro no contexto mais amplo. Em algumas situações no interior do bairro, elas estão associadas aos problemas em potencial e, em outras, aos referenciais que tornam o bairro amplamente reconhecido na cidade. Evaldo, por exemplo, destaca Custodópolis como sendo “representada por alguma *entidade* em termos de samba, bola... igreja católica, igreja de crente”.

As instituições tinham por finalidade não apenas suas atividades fins, mas ainda, a representação do bairro perante os demais na cidade como um todo. As instituições presentes no bairro, sobretudo a Escola de Samba e o Futebol, podem ser comparadas aos clubes sociais presentes nas camadas superiores da *sociedade campista* cujas atividades sociais eram realizadas nos seguintes clubes: Automóvel Clube Fluminense; Clube de Regatas Rio Branco; Clube de Regatas Saldanha da Gama; e Tênis Club de Campos (Santafé, 2002).

Além do futebol, Evaldo mencionou a escola de samba União da Esperança, que segundo ele, surgiu a partir de um bloco carnavalesco criada em baixo do pé de Mojolo<sup>60</sup> na pracinha. A escola de samba é um referencial importante em seu contexto, mas esta é categorizada moralmente de variadas formas, de acordo com a interação de cada grupo que vive no bairro. A escola, a princípio, tinha suas cores verde-branco, e o seu símbolo inicial era um aperto de mão de uma mão branca com outra negra. Essa pintura ainda existe no interior da quadra da escola. Símbolo, inclusive, que deu nome a agremiação: União da Esperança.

Os significados em torno da fundação da escola revelam a existência de um *acordo* entre os diferentes grupos que compunham a localidade, uma vez haver uma relação de vizinhança entre negros, netos ou filhos de pessoas que foram escravizadas, brancos migrantes do interior e antigos capatazes das extintas fazendas da localidade. A interação constante de negros e brancos potencializou a criação de uma instituição que afirmasse simbolicamente a união de duas raças.

A Escola de samba, de acordo os relatos e inscrição no portão da mesma, fora fundada oficialmente em 1958. Evaldo sugere que teria surgido a partir de pequenas reuniões na pracinha, mas em todos os outros relatos obtidos, a mesma teria sido

---

<sup>60</sup> De acordo com o dicionário Caldas Aulete, o mojolo é uma árvore da família das leguminosas, nativa do Brasil, de casca espinhosa e madeira dura e parda.

fundada no quintal de “Dona [Sula] Batista<sup>61</sup>”, uma moradora do bairro, que segundo a sua neta, Margarete, teria nascido no “ventre livre”. Dona [Sula] Batista também teria sido “zeladora” da Capela da Nossa Senhora da Conceição, outra instituição de referência no bairro.

No tocante à União da Esperança, esta sofreu alteração, segundo Evaldo, a partir da visita de Natal da Portela<sup>62</sup>, quando este trouxe consigo “dois vagões de gente para batizar a escola”. A partir da referida visita, a escola teria sofrido modificações em relação aos seus símbolos. A águia tomou o lugar do aperto de mão e, posteriormente, suas cores passaram para verde-rosa, “em homenagem a algumas pessoas da diretoria [da União da Esperança] que tinham amizade na Mangueira”. Sobre presença da Portela, Almeida (s.n.t) faz a seguinte consideração:

Neste período [na ocasião do aniversário do Rio de Janeiro] também, a União da Esperança fez uma promoção de gabarito, trouxe a Campos para uma passeata na cidade, mais de uma centena de componentes da Portela que deram um grande show na passarela. Nesta época ainda na Praça São Salvador.

O trecho destacado acima corrobora a afirmação de Evaldo e demonstra uma circulação de objetos que compunham as moralidades presentes em Custodópolis e em Madureira, Zona Norte do Rio de Janeiro. Estas navegações possibilitam a demarcação de novas regiões morais a partir de um quadro de referencia mais central, neste caso, o presente na capital do Estado. As influências são muito presentes na escola de samba. Os signos das escolas de referencia evidenciam a circulação entre mundos que compartilham os mesmos enquadramentos cognitivos. E este fato se reflete, inclusive, na religião. Um ex-integrante da escola, Pretinho, que será contemplado mais à frente, hoje “convertido” à igreja Cristã do Brasil, relatou em entrevista que viaja sempre para Madureira para participar de eventos religiosos.

O Grêmio Recreativo de Samba União da Esperança foi uma porta de entrada para que eu desse início ao meu trabalho de campo no bairro. Desde o início do meu

---

<sup>61</sup> Sobre a criação da Escola União da Esperança, esta é enquadrada por todos os entrevistados como tendo surgida no quintal de [Dona Sula], avó de Margarete. Este dado coletado no campo fora confirmado no livro de Almeida (s.n.t), no qual ele faz a seguinte descrição: “Quando Armando Magalhães se reuniu com Wanderlei, Badinho, Wenceslau Brás, em baixo do pé de manga da casa de Dona [Sula Batista], não imaginavam que estava semeando em terreno tão fértil o terreno do samba”. Margarete apontou para a árvore que é mencionada como o lugar de origem da escola, e destacou que podem fazer tudo com o terreno, menos “tocar” na árvore. Este “ator não humano” torna-se constitutiva da memória de sua família.

<sup>62</sup> Natal da Portela, como é conhecido, tem a sua trajetória de vida relacionada a uma série de atividades no bairro de Madureira no Rio de Janeiro. Segundo Araújo e Jório (1975), “a história da Portela está intimamente ligada à vida de Natal, já que foi no fundo da casa de seu pai, na esquina da rua Joaquim Teixeira com a Estrada do Portela, que foi fundada a escola, em 11 de abril de 1923”.

doutorado participei dos desfiles da escola de samba no Centro de Eventos Populares Osório Peixoto (Cepop), e o que me chamou a atenção no primeiro ano foi a intensa presença de integrantes negros. Mas este fato se deu de modo mais intenso na primeira vez em que desfilei, no caso, no ano de 2013. Nesse ano o animador cultural que fazia o anúncio da entrada das escolas de samba foi enfático ao afirmar que a escola estava com a “comunidade em peso na avenida”. Naquele ano a escola quase foi rebaixada pela pontuação baixa, e no ano seguinte, 2014, houve mudanças na liderança da escola, que conseguiu elevá-la ao terceiro lugar, muito comemorado pelos membros, após um desfile de forte presença de participantes brancos e que contou com um grande contingente de passistas, destaques e foliões não pertencentes à comunidade.

A escola de samba União da Esperança recebe diferentes enquadramentos a partir do contexto de experiência de cada morador do bairro. Mais à frente, tratarei de alterações no cenário a partir do crescimento da religião evangélica e como esta constrói um novo repertório moral sobre a escola de samba. Esta é associada não somente ao samba, mas às moralidades que o compõe no bairro, no caso, o Jongo, o terreiro, festa de São Jorge, pagode, Folia de Reis, o Funk, uma combinação da moralidade quilombola<sup>63</sup> com uma moralidade sertaneja<sup>64</sup>. É importante pensarmos na Escola de Samba como uma instituição que agrega diferentes repertórios presentes no bairro. Mais a frente irei falar sobre o Jongo de Maria Anita, que segundo a fala da mesma em entrevista, era um evento para os “seus”, a saber, negros descendentes de africanos escravizados. No caso da Escola de Samba há uma fusão entre os descendentes de africanos escravizados e os brancos que estavam ocupando o bairro. Sobre o repertório de objetos presentes nestas moralidades sintetizadas por Evaldo como “típicas do tempo antigo, tempo da roça”:

...fui morar lá em Bonsucesso, na Favela da Maré, Nova Holanda. Lá também, por incrível... Lá também nós fundamos o ‘mataram meu gato’, que hoje é o Gato de Bonsucesso. Aí levei muitas coisas daqui, mesmo sendo lá no Rio eu levei muitas coisas daqui, né? Que era uma herança dos tempos vividos, como

---

<sup>63</sup> Quilombola não é pensado aqui como uma categoria oriunda de políticas públicas direcionadas aos grupos considerados remanescentes de quilombos, mas um conceito para tornar inteligíveis aspectos de uma moralidade presente em territórios cuja presença negra é predominante, sobretudo, àqueles que, de alguma forma, descendem de grupos que foram escravizados. Nestas situações uma série de elementos morais se fazem presentes e permitem uma circulação que ultrapassa o território ocupado, como o jongo mencionado por Evaldo. A prática do jongo propiciava uma circulação por outras áreas do município, e até mesmo, do Estado.

<sup>64</sup> Com relação a moralidade citada, esta é entendida aqui por elementos trazidos de um contexto rural, denominado “roça” pelos interlocutores deste trabalho. Quando há menção a tal contexto, uma série de elementos são trazidos à tona, a saber, trabalho, culinária, eventos recreativos, ausência de recursos urbanos, ou seja, situações de um cotidiano rural.

Maria Anita, com *aquela* Tambor, com aquele *jongo*, né? Tambor de *terreiro*, aquele *jongo* dela. Tinha muitas melodias bonita, e aí então, a gente pegava a melodia bonita e passava pra *pagode*. [pensativo] É... Vinha aqui passear, levava um jongo, botava no pagode. Afinal, quando a *escola* chegou aqui o pagode começou, por que aqui não tinha nada, esse negócio de pagode. Era Texerinha, era essas músicas assim, sertaneja, música típica do tempo antigo, do tempo da roça. [aqui em Custodópolis?] É, era Texerinha, tinha uma poção de cantor daquela época. Muito antigo! Jorge Veiga, Dicéia Batista, Emilinha Borba, uma série... Então o pagode foi chegando, foi chegando. E hoje Custodópolis é uma herança da Cidade de Palha do jongo, do tudo... Fez uma mistura, uma miscigenação, você sente no pagode que tá misturado.

Evaldo, a partir de um recorte temporal denominado “tempo dos antigos”, estabelece uma relação entre objetos, práticas e valores. Sobre este aspecto, Thomas e Znaniecki (2006 [1918], p. 110) fazem uma consideração que pode nos ajudar a compreender o recorte cognitivo de Evaldo a partir da noção de valor, que, segundo os autores é: “cualquier dato que tenga un contenido empírico accesible para los miembros de un grupo social, y un significado con respecto a lo que es o puede ser un objeto de actividad”<sup>65</sup>. As atividades envolvendo atores humanos em relação com não humanos enunciavam os quadros de referências que as orientavam. Desse modo, as práticas, bem como, o que as envolviam, estavam intimamente relacionadas às moralidades experimentadas nas situações vivenciadas por aqueles grupos e pelas gerações imediatas que os sucederam.

No tocante ao Jongo de Maria Anita, relatado por Evaldo, em uma matéria do jornal A Notícia de junho de 1977, Osório Peixoto da Silva destacou o mesmo com as seguintes palavras: “Caminhando para a direita, a gente já encontra em Custodópolis, o Terreiro de Jongo de Maria Anita. Todo sábado a gente pode encontrar um Jongo cerrado, com batuque e pontos magníficos, onde a poesia popular é encontrada intacta<sup>66</sup>”. O autor da reportagem fez uma análise essencialista, uma vez se tratar muito mais de uma reportagem jornalística cujo objetivo era promover a localidade. Ele demonstra um deslumbramento com a prática da Maria Anita, que não era uma referência apenas para ele, mas ainda, para o Evaldo que levava os jongs do terreiro dela para o Rio de Janeiro, e os transformava em pagodes para serem cantados pelo grupo que ele integrava. Neste caso os objetos presentes em Custodópolis migravam juntamente com ele.

---

<sup>65</sup> “Valor social significa qualquer informação que tem um conteúdo empírico acessível aos membros de um grupo social, e um significado com relação ao que é ou pode ser um objeto de atividade”.

<sup>66</sup> Silva, Osório Peixoto. *Jongo e Garrafada*. Monitor Campista, Campos, 19 de jun. 1977, 2º caderno.

Assim como Evaldo, Silva também destacou a presença do “terreiro”. Este era um ator não humano importante, cuja objetivação da categoria era dada a partir de elementos que ultrapassavam a dimensão física do mesmo. Em diversas situações, o terreiro era o lugar que se fazia samba, jongo e macumba. A última é uma categoria nativa que, quando dita internamente, refere-se à prática da Umbanda ou Candomblé, mas quando dita por grupos que compõe outras moralidades no bairro, assume uma categorização moral de desqualificação, que não é o caso do Evaldo, pois quando este se refere à macumba, até mobiliza uma categorização externa, mas não lança mão do conteúdo moral da mesma.

Evaldo caracteriza sua mãe biológica como Mãe de Santo, e ele, ainda pequeno, tocava atabaque no terreiro. A sua relação com o terreiro o possibilitou circular por demais territórios da cidade para tocar tambor nas festas de santo<sup>67</sup>, como ele destaca a seguir:

A gente lembra antigamente... Hoje ninguém quer cantar jongo, ninguém quer bater macumba, terreiro. Hoje é difícil, antigamente a gente vivia assim: vamos à Travessão? A gente ia até a pé, se fosse o caso. Pela fazenda do alto, comé [como é], Abadia, é, no Imbé, esses lugar, as festas de Santa Cruz. As pessoas se sacrificava, mas ia, porque era uma coisa do tempo antigo, porque era assim, uma coisa do tempo antigo, que vinha ser... é... Você vinha dando continuação. Hoje surgiram outras coisas; lambada, axé [lamentando].

Duas das localidades mencionadas por ele são destacadas em dois trabalhos dissertativos sobre territórios Quilombolas localizados no Imbé e em Travessão. Ribeiro (2011), em seu trabalho com *remanescentes de quilombos* em Conceição do Imbé, em Campos, delinea o cenário presente nos relatos de Evaldo. Ele faz menção às festas de Santo da comunidade estudada por Ribeiro (op. cit.) como sendo “coisas do tempo antigo”, o que é confirmado pela autora, quando esta destaca a “presença da religião [evangélica] muito forte” (op. cit., p. 98) como um empecilho para permanência de eventos envolvendo a dança e o jongo. Estas atividades acionam moralidades dos “mais antigos”, que eram ligados a “macumba”, o “candomblé” e ao “espiritismo”, portanto, negadas pelos grupos que hoje integram a igreja evangélica (op. cit., p. 51).

Outro trabalho relacionado ao Jongo, neste caso, em Travessão de Campos, também em Campos, destaca a ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de uma busca pela “revalorização do negro (...) incentivando rodas de Jongo”. O território,

---

<sup>67</sup> A definição dada por Evaldo as “festas de santo” é equivalente as apresentadas no trabalho de Zaluar (1983), nas quais eram realizadas diversas atividades que prestavam homenagens aos santos de devoção daqueles que realizavam a festa. Os santos,

apresentado como tendo remanescente de Quilombo, acaba por receber uma série de projetos de “recuperação” de elementos presentes outrora (Bastos, 2011, p. 142).

Em relação ao jongo em Custodópolis, há uma construção política da categoria “jongo”, na qual grupos que compartilham de uma moralidade quilombola sentem-se motivados a envolverem-se em uma luta pelo reconhecimento da identidade no espaço público, o que Peláez (2013) denomina *politização da cultura*. A autora destaca a utilização da *cultura* como um modo de *justificação* plausível às reivindicações de reconhecimento identitário. Neste caso, há atualmente uma proposta de enquadrar a moralidade quilombola de Custodópolis em uma retórica que torne plausível o reconhecimento de um “patrimônio imaterial”, neste caso, um referencial objetivo, no qual o jongo é mobilizado como um dispositivo de mediação entre o presente e o passado do lugar. Este objetivo vai ao encontro da lamentação de Evaldo, que saudosamente reflete sobre a ausência das “coisas dos antigos”.

Os trabalhos mencionados acima corroboram as declarações feitas por Evaldo, que percorria os circuitos de sociabilidade contíguos à Custodópolis em termos de conteúdos morais, no caso, a quilombola, na qual a presença do terreiro, do tambor, do jongo e das danças se faziam perfeitamente inteligíveis em seus enquadramentos cognitivos. Durante a nossa entrevista ele ouviu um batuque de tambor, logo identificou e chamou a minha atenção para o som, que havia passado despercebido para mim. No relato de Evaldo pude identificar ainda três Folias de Reis, cuja prática, segundo ele, era um momento de “diversão” e “devoção”. Vejamos os seu relato sobre este aspecto:

Tinha Folia de Reis. Eu amanhecia (ainda era garoto) atrás de Folia de Reis... **[era a folia do seu Valdecir Da Hora?]** Há, conheço seu Valdecir Da Hora, mas eu gostava muito do..., que inclusive, o Valdir era o meu parceiro na época. A gente acompanhava muito a quadrilha do Zé Laurindo, que era do pai dele, e a gente que trazia as peças. Juntava a criançada e ia lá buscar. Eles [os dançarinos] ficavam cansados de tanto andar. E tinha também a da mãe do Zé Pinto, que morava perto do seu Vadinho do Querosene. Também tinha a Folia de Reis dele, e aí ele morreu, o pai do Zé Pinto morreu, e Folia de Reis saiu há alguns anos depois e parou, que segundo a história, se você coloca uma Folia de Reis na rua você tinha que sair com ela, pelo menos, por sete meses [sete anos], naquela época... Aí o pessoal hoje diz: ‘coisa de gente velha’. Não. Antigamente ‘era’..., as pessoas faziam as coisas com devoção, e tinha medo de quebrar o pacto. Era sete anos pra você poder desfazer. Então, aquilo passava, às vezes, de pai pra filho. Hoje em dia ninguém quer mais fazer isso. E a tradição vai acabando, né? E era muito bom!

A diversão está explícita em seu próprio discurso, pois a participação na Folia de Reis envolvia uma relação de “parceria”, categoria nativa para a relação que extrapola o

simples ato de conhecer alguém. Neste caso, uma relação de amizade. A Folia é tomada em seu relato como algo que provoca um sentimento saudosista, uma vez que esta prática já não se faz mais presente no repertório de objetos do bairro. É importante compreendermos o modo como ele delineia a prática da Folia de Reis, uma instituição dotada de ritualística combinada com festividades.

No que diz respeito à devoção, este fato é tratado por ele como coisas dos antigos, que no caso, se relaciona com a noção de tradição, que para ele está em oposição ao progresso. Há uma construção mística em seu discurso em torno das festas. Todas as festas relatadas por ele estão relacionadas à religiosidade, mais especificamente, às práticas quilombolas e sertanejas, que envolvem não somente o terreiro, mas ainda o *catolicismo sincretizado* (ver: Zaluar, 1983). As citadas festas são católicas, mas as práticas apresentadas por ele descrevem festejos caracterizados por elementos de religiões afro-brasileiras. A crença da magia é muito presente em seu discurso quando ele faz menção a possível consequência na quebra do pacto com a “tradição” da Folia de Reis. Ele se situa como quem experimentou a tradição, e hoje, vivencia o progresso do bairro, marcado pela perda dos referenciais que fundaram o bairro. A Folia de Reis, bem como as demais situações descritas por Evaldo, delineiam os vínculos entre grupos que compartilhavam conteúdos das moralidades sertaneja e quilombola. Vínculos morais.

A fala de Evaldo é fortemente marcada pelo contexto experimentado por ele no bairro, neste caso, relacionado aos grupos que possuíam uma circulação marcada por práticas relacionadas à presença negra, que com os novos processos de ocupação, passaram a perder a evidência, pois a partir dos anos 1940, quando o bairro começa a integrar a lógica dos parques proletários, nos moldes da política do Estado Novo, há um novo grupo relacionado ao protestantismo batista<sup>68</sup> que acaba integrar a diversidade, e ao mesmo tempo, o progresso descrito nas falas de Evaldo. Tomo a noção de progresso de Evaldo como uma redefinição da situação na qual os objetos, sobretudo, da moralidade quilombola, passam a integrar a tradição, não mais uma situação em curso. Sobre as novas situações presentes no bairro, a declaração de Ângela nos permite entender empiricamente os processos de imposição moral decorrente dos novos conteúdos presentes no bairro, neste caso, a religião evangélica:

---

<sup>68</sup> No Guia Geral da Cidade de Campos dos Goytacazes de 1948, já havia relato da construção do templo. Baseando-se na data do Guia, a instituição possui sessenta e sete anos. Na mesma página (22), havia menção à capela Nossa Senhora da Conceição.

Aí tinha a igreja de São Jorge, tinha o mastro, aqui era mais a procissão, era a virgem, os anjos, e lá, já era São Jorge Guerreiro... os meninos. Os meninos que saíam na procissão, aí a dança do mastro, que eles faziam. Era a coisa mais linda! Era linda! Eles dançavam com o mastro assim, pra lá e pra cá, trocavam... Era uma coisa muito bonita. Isso movimentava o comércio local, vinha gente de fora. Era uma grande festa! [**e a igreja de São Jorge...**] Acabou. Que a maioria ficou evangélico, né?! Graças à deus converteram!

Ao dizer: “a maioria virou evangélico, graças à deus se converteram”, após eu perguntá-la sobre a festa de São Jorge, ela evidencia uma oposição que dá sentido à moralidade a qual integra. Esse processo de negação, inclusive, compõe o processo de conversão que necessita do anúncio público para se *efetivar*<sup>69</sup>. Além da inserção religiosa de Ângela no momento de perda do irmão, sua mãe recorreu à “macumba” quando estava com câncer. Ângela tece em sua fala uma memória do bairro como um lugar onde as instituições religiosas promoviam festas e se faziam presentes quando os moradores do bairro se viam em “dificuldades”, seja em caso de doenças, seja na perda de entes-queridos. Não houve menção em nenhum momento sobre um tratamento médico para a sua mãe, bem como um tratamento psicológico para a perda do irmão. Os referenciais à mão eram religiosos. Com relação a estas práticas, Silva (2012), ao realizar um trabalho etnográfico em um assentamento rural, destacou a presença da “rezadeira” como uma figura importante para o tratamento de doenças. Atividades realizadas pela medicina atual eram competidas às rezadeiras, que ofereciam tratamentos de doenças e obstétricos com a realização de partos e cuidados com o recém nascido e a recém parturiente.

A parteira era amplamente reconhecida e solicitada. Ângela, assim como muitos moradores do bairro de Custodópolis com a sua idade, nasceram de parteira. Mãe Miúda, uma personagem presente nas falas de alguns dos interlocutores mais velhos, era responsável não apenas pelo parto, mas também, por diversas atribuições hoje realizadas por profissionais da saúde, como a aplicação de “injeção”, indicação de dieta para as recém-parturientes, as quais eram recomendadas dietas à base de “cerveja preta” e “galinha caipira”, que na fala de Margarete seria para “dar leite”; aumentar o potencial de amamentação da recém-parturiente.

---

<sup>69</sup> Aquilo que produz efeito conforme Werneck (2009; 2012). Neste caso, as práticas sociais são efetivas na medida em que produzem efeitos simbólicos reconhecidos amplamente em uma situação social. O autor utiliza a expressão “é assim mesmo” como um exemplo do que seria uma efetivação na prática. Eu diria que está bem próximo do que Thomas (1923) chamou de “definição”.



O periódico “A Noite” de 1940, traz a seguinte notícia o que o mesmo denomina “campanha contra o curandeirismo”:

Continuando a campanha contra o “curandeirismo” a delegacia regional prendeu o “Dr. Madeira”. Já famoso por suas curas em um consultório instalado em sua residência na chamada “Cidade de Palha” em Guarulhos. O “Dr. Madeira” foi pilhado em sua residência por um investigador que o foi procurar como se estivesse enfermo. O “esculápio” examinou o doente, e no mento em que formulava, foi preso por diante de testemunhas adrede preparadas. O “Dr. Madeira” receitava os preparados da Drogaria Catedral, recebendo comissão pela venda dos remédios. Em sua residência atendia muita gente. Era procurado por gente modesta e “gran-fina”. Vai ser processado pela prática ilegal de medicina. Sendo o delito afiançável, prestou fiança de 500\$000 para defender-se em liberdade.

(A Noite, Notícias de Campos, 16 de Junho de 1940)

O Periódico, ao noticiar “campanha contra o curandeirismo” traz a tona uma prática de manipulação de medicamentos que não se restringia aos limites na “chamada Cidade de Palha”, pois possuía uma relação com a “Drogaria Catedral”, situada na área central da cidade. Com relação ao público atendido pelo “Dr. Madeira”, este não se restringia aos que o periódico denomina “modestos”, mais ainda, aos “grã-finos”, logo, uma prática que, apesar da repressão, possibilitava uma circulação de grupos das demais áreas da cidade para o local. As entrelinhas desta notícia sinalizam para uma disputa entre a medicina popular e a medicina acadêmica. Esta última, segundo Gondra (2004, p. 44) designava o primeiro grupo como “charlatões” e “feiticeiros”.

Além do Dr. Madeira e da Mãe Miúda, havia ainda o “Seu José com as suas garrafadas famosas, *pras* fraquezas sexuais, *pras* *insonias rebeldes*, *pros* vermes, e com muito jeito, também para se curar de *quebrantos* e olhares maus<sup>70</sup>”. Estes elementos eram possíveis dadas às competências acumuladas com base em um estoque de conhecimentos provenientes do “tempo antigo”. As práticas curativas exigiam objetos materiais e imateriais disponíveis naquele mundo. Em outro trecho (op. cit.), há menção ao aumento do preço da “garrafada para 100 cruzeiros” devido à queima das matas as quais “Seu José” colhia as “ervas” para a elaboração da “garrafada”. Neste caso, fica evidente a presença de recursos locais que tornavam as citadas práticas factíveis. Logo, com o aumento demográfico, tal prática tenderia a desaparecer. Tais já não se encontram mais disponíveis à mão da filha de Ângela, tornaram-se “coisa de gente antiga”.

---

<sup>70</sup> Silva, Osório Peixoto. *Jongo e Garrafada*. Monitor Campista, Campos, 19 de jun. 1977, 2º caderno.

Ângela transitou por diversos mundos, o que inclusive, lhe garantiu um estoque de conhecimentos sobre o lugar que os interlocutores mais jovens deste trabalho não possuem. Há uma tradição oral muito forte denominada “história dos antigos” pelos interlocutores. Alguns jovens têm acesso a essa tradição, mas de forma muito fragmentada, não como situações em curso, como os diversos casos presentes na fala de Ângela e de Evaldo.

Ângela nasceu de parto normal realizado pela Mãe Miúda, no Campo do Grêmio, em uma casinha velha, onde sua família morava. A descrição do seu nascimento em muito diz sobre a sua trajetória. Não possui histórico escolar, pois nunca estudou por não possuir certidão de nascimento até os seus dezesseis anos. Após a morte da mãe passou um período de um ano no Rio de Janeiro e estudou lá “clandestinamente”. Ao ficar órfã de mãe, passava alguns períodos na casa de seus irmãos para “tomar conta” dos sobrinhos, pois o pai possuía uma profissão que lhe impedia de se fixar em um lugar por muito tempo; era “negociante e vivia viajando”. Aos dezesseis anos, após tirar a certidão de nascimento, finalmente foi se matricular na escola Grevi Siqueira, em Custodópolis. Seu pai, ao lhe ver caminhando em direção à escola, perguntou: “Está indo para onde?”, e ela respondeu: “Estou indo para a escola fazer minha matrícula” ele a chamou de “negrinha” e pediu que ela voltasse para casa.

Seu projeto fora interrompido. Após esse evento, seu pai lhe mandou para o interior de Minas Gerais, para trabalhar na “casa do pessoal de [Jalime]”, no caso, na casa de uma irmã de um ex-comerciante do bairro. Ela trabalhou em “casa de família” e reforçou que a família pedia para que ela se identificasse como “prima<sup>71</sup>” (alguém da família), não como “empregada”. Neste caso há conferência de um status simbólico a empregada com o objetivo de enquadrá-la em um regime de familiaridade, garantindo assim uma relação de confiança desta para com a sua empregadora, pois não há laço jurídico que garanta uma relação estável.

A trajetória de Ângela se aproxima de outras trajetórias identificáveis no bairro, sobretudo, entre mulheres da sua condição socioeconômica e faixa etária. Ela se refere a sua “vida” como tendo sido permeada por “dificuldades” e “vitórias”. Estas duas modalidades se referem, desde a morte de um irmão por arma letal, a de sua mãe e esposo, vítimas do câncer, até a formação profissional das filhas. A mais velha se

---

<sup>71</sup> Com relação a este enquadramento dado à empregada doméstica, Silva (2013, p. 99), ao realizar um trabalho dissertativo na cidade de Campos dos Goytacazes sobre a relação entre “empregadas domésticas e patroas”, identificou a seguinte expressão corrente entre as patroas: “é como se fosse da família”.

formou em odontologia e a mais jovem está cursando engenharia elétrica. O falecimento de seu irmão, bem como a “doença” de sua mãe, redefiniu o curso de sua ação, como veremos:

A minha mãe, quando eu era criança não frequentava [igreja]. Aí ela teve câncer. Eu ainda lembro, quando ela teve câncer eu tinha seis anos... Aí era muita macumba! Eu ia lá pra cima, na macumba, ia lá em cima, ‘ia em’ Dona Palmira ali, ela rodou muita macumba. Depois, as irmãs [Igreja Batista de Custodópolis] começaram a fazer visita a ela e ela se converteu, se converteu pela Igreja Batista. E hoje eu venho congregar ali, eu minha filha. É fruto de oração... Um pouquinho da minha mãe, da conversão dela. Ela se converteu, porque eu era da Igreja Católica e Kardecista. Quatro anos Kardecista com seu Esmeraldino, que era dentista. Depois fui para a Católica, depois que mataram o meu irmão (eu tava grávida de [Bruna]) (...) [**você começou a frequentar a igreja Batista de Custodópolis?**] Eu era Católica, aí eu me converti na Presbiteriana Central. Bruna se batizou no mesmo dia que eu, dezessete anos atrás. Com o falecimento do meu irmão eu fui para a igreja Católica, assídua mesmo. [**Bruna ia com você na igreja Católica?**] Ela era pequena quando ele faleceu, ela estava na barriga ainda. Quando eu fui para a igreja Católica Bruna ainda tinha três anos, ela não ia comigo não. Eu fui logo assim que meu irmão faleceu, mas eu frequentava a igreja Católica. Aí com três anos, Bruna foi a primeira a se converter. (Angela)

No caso de Ângela, pequenos mundos diferentes e contíguos no bairro constituem o seu *mosaico* pessoal. Os novos mundos são inerentes à chegada da religião evangélica. Neste caso, a Igreja Batista. Esta, através dos “irmãos”, realizava visitas a sua mãe, que outrora recorria aos terreiros e as rezadeiras, que na fala de Ângela, estão situadas em outro enquadramento cognitivo pertencente aos “tempos dos antigos”, neste caso, práticas relacionadas à Cidade de Palha, não mais à Custodópolis.

No caso de Ângela, a Igreja Nossa Senhora da Conceição se fez presente em uma série de situações mencionadas por ela, que vão desde momentos de lazer, nas “festas” e “procissões” realizadas pela igreja, até situações de perda, quando recorre a Igreja Católica após a morte do seu irmão, vítima do *crime violento*. Além da circulação pela religião Católica, frequentou o Espiritismo Kardecista, cuja sede ficava na Rua do Grêmio e hoje está na Rua da União da Esperança. Experiências religiosas estão presentes em diversos momentos de sua trajetória. Inclusive, segundo sua fala, Bruna - sua filha- aos três anos identificava ser “crente da Universal”, situação que Ângela classifica como um ato de “conversão” espontânea. Há um grupo de “dança de rua” na Igreja Batista que talvez torne compreensível a “gramática” da conversão. O grupo chama-se “metanóia”, nome traduzido pelo mesmo como “mudança de mente”, neste caso, a *passagem* de um mosaico a outro. Este ato, de acordo com Corrêa (2015, p. 228)

é um *anuncio público* sujeito às “provas, testes, dificuldades, dilemas, desafios, problemas e questões”, não uma mudança repentina.

A conversão ao protestantismo tem redefinido a situação do bairro de modo muito incisivo, o que altera inclusive, o modo como alguns moradores do bairro passam a se relacionar com as instituições já mencionadas, sobretudo, a Escola de Samba. Uma conversão que é muito lamentada pelos interlocutores é a de Pretinho, um antigo compositor que, segundo Evaldo, rendeu vinte seis títulos à Escola de Samba. Em entrevista com Pretinho lhe perguntei se havia dado continuidade a sua habilidade de fazer composições. Ele respondeu que no início tentou, mas foi “abordado por alguns do ministério” que lhe disseram: “na igreja o homem não aparece”. A pós esta “abordagem” passou a ser tesoureiro e se desvinculou da carreira construída como integrante da Escola de Samba. Em uma ocasião do recebimento de uma homenagem ele afirmou ter ido, mas não levou o troféu para casa, pois, de algum modo, tem buscado desvincular o seu novo estilo de vida da Escola de Samba. Pretinho é membro da igreja Cristã do Brasil e esta, de acordo com Mariano (1999) possui uma postura sectária e um ideário ascético, com algumas alterações nos usos e costumes. Esta denominação religiosa, conforme Freston (1994), fez parte da *primeira onda* pentecostal no Brasil. Sobre a presença da religião evangélica no bairro Pretinho fez as seguintes considerações.

Eu acho que no tocante o crescimento do bairro houve mudanças. Custodópolis era um bairro folclórico, né? Na minha época não se falava só do futebol, se falava do jongo da folia de reis, era um bairro muito composto nessa parte também, entendeu? O samba, entendeu? Que nós já falamos, são coisas que o passado nos levou. Tanto é que eu posso dizer que houve avanço. Embora estas coisas ficaram esquecidas... e o evangelho em Custodópolis também cresceu muito. Cresceu muito o evangelho em Custodópolis, a conscientização das pessoas, a pessoa vê que o caminho é Cristo. Eu acho bonito quando eu chego ali em Custodópolis, final de semana, e vejo as pessoas correndo para as igrejas. Cresceu muito também nessa parte aí, não só comercial, mas também no evangelho.

Pretinho, a partir de sua trajetória, estabelece, assim como Evaldo, um marco entre o “bairro folclórico” e o “avanço” provocado por mudanças que não se restringem apenas aos aspectos físicos, mas também morais. O que ele denomina Custodópolis folclórica faz referência aos objetos presentes no contexto de Evaldo. No tocante ao “avanço”, este está relacionado ao seu novo quadro de referência elaborado pela religião evangélica. Ao fazer a descrição do bairro após as mudanças, apresenta o seguinte cenário percebido por ele nos finais de semana: “pessoas correndo para as igrejas”.

A sua “conversão” nos permite pensar nos modos como a situação fora redefinida a partir das transformações pelas quais o bairro passou. Como Evaldo destacou, as instituições presentes na Cidade de Palha eram o futebol, a escola de samba, o cinema, a igreja católica, a folia de reis, enfim, atividades que estavam relacionadas a um primeiro grupo que ocupou o bairro, e na medida em que novas instituições foram chegando, o campo de possibilidades fora ampliado, o que permitiu aos moradores a interação em novos quadros, como o caso de Bruna. “Ser crente” fez parte de um novo repertório de instituições do bairro encontrado por Bruna.

A presença “dos crentes” é muito forte do bairro, pelo menos, são mais visíveis no espaço público nas práticas de “evangelização”. Andar pelas ruas do bairro é se tornar acessível a esta prática, seja recebendo um jornal da Igreja Universal, seja recebendo folhetos com mensagens religiosas das outras igrejas evangélicas. Sobre este aspecto, Feltran (2008, p. 180) em sua tese de doutoramento realizada em uma das “periferias” de São Paulo faz a seguinte afirmação: “O catolicismo original das famílias rurais, que se manteve nas famílias operárias, passou nas últimas décadas a ceder fiéis para diversas outras religiões, sobretudo as evangélicas”. A publicidade da igreja Católica, em minhas observações, ocorre através da realização de procissões com fogos de artifícios, geralmente em datas comemorativas, como o caso do “Domingo de Ramos”, mas as suas festas populares presentes nas falas dos interlocutores cederam lugar para novas situações presentes no bairro.

A religião evangélica elabora a sua reputação no bairro a partir de uma imposição moral em uma disputa com as demais religiões presentes, uma relação entendida pelos especialistas neste campo como *intolerância religiosa* (ver: Giumbelli, 2006; Birman, 2006; Silva, 2007; Mariano, 2007). Neste caso, “atitudes que resultam em diferentes modalidades de violência (física, verbal ou psicológica) exercidas por determinados sujeitos sociais contra outros de uma dada tradição religiosa” (Fernandes, 2015, p. 2).

Essa redefinição da situação é possível devido à sucessão (Park, 1948, p. 320) de moradores na localidade, que inclusive, fica evidente em uma declaração de Maria Anita ao periódico A Notícia<sup>72</sup>: “*Meus* brancos que quiserem brincar, podem chegar sem susto. É só respeitar *nossa* brincadeira, não tocar em nossas filhas e não puxar briga. O resto é jongo puro”. Neste caso, há uma evidente separação entre os “meus

---

<sup>72</sup> Silva, Osório Peixoto. *Terreiro que canta galo, galinha não pode cantar*. A Notícia, Campos, 27 de jun. 1976.

brancos” e a “nossa brincadeira”. A expressão “meus brancos” refere-se aos brancos que circulavam em um mundo no qual o Jongo ocorria. Estes, apesar de serem “meus”, deveriam “chegar sem susto”, o que demonstra que eles não eram categorizados como pertencentes ao referido mundo, mas poderiam participar se correspondessem às definições dadas na situação. O jongo era uma das práticas possíveis e a chegada da moralidade “evangélica” propiciou novos delineamentos.

“A maioria ficou evangélico, né?! Graças à deus se *converteram!*”. A conversão confere ao ator um novo enquadramento cognitivo, no caso, uma moralidade que vai de encontro à moralidade quilombola, situações como já destacadas acima. Ângela mencionou várias instituições antes de mencionar as evangélicas, e estas, por sua vez, possuíam repertórios de objetos compartilhados entre si, e não foram apresentadas como conflitantes, pelo menos, não na fala dela. A religião evangélica na exposição feita por Ângela se comunica com a moral quilombola ao se afirmar em uma relação de disputa. Neste caso, a negação da validade da ação do outro é o que garante a separação e a validação de si. A separação, neste caso, é evidente devido à proximidade. Não há disputa se não houver encontro logo, a conversão é uma ação de recusa às práticas oriundas de uma moralidade quilombola.

Os novos quadros delineados a partir da expansão da religião evangélica no bairro se mostram contíguos àqueles presentes nas narrativas sobre o seu passado, porém, ressemantizados, como o demonstrado na figura 3, que divulga o evento “Conexão na Roça” realizado pela Igreja Batista. O evento remete às festas de santo mencionadas por Evaldo, bem como as festas realizadas pela Igreja Católica, porém, há uma necessidade de fazer algumas alterações para que um mundo se apresente publicamente como distinto daquele “dos antigos”, refletindo o efeito da “conversão”.

A atração principal divulgada no banner é o MC Dedé. O MC (*Master of Ceremony*) é um personagem que não surgiu no Brasil, e sim, no *Bronx*, nos anos 1960, cuja função seria acompanhar o DJ (*Disc Jockey*) que fazia o *scratch*, arranhando o vinil dos toca-discos no sentido anti-horário como instrumento musical (Vianna, 1987, p. 46). O referido personagem fora adaptado ao “Funk Carioca<sup>73</sup>”, e como podemos ver no banner, foi moralizado como via de atender aos novos valores colocados pela igreja evangélica.

---

<sup>73</sup> Viana (1987) está tratando de um estilo musical que está entrando no cenário carioca, mas existem trabalhos contemporâneos que tratam do estilo e como ele tem enfrentado diversas problemáticas nas áreas onde ele é tocado, enfrentando, inclusive, processos de “criminalização” por agentes estatais (Ver: Silva, 2009; Mattos, 2014).



**Figura 6: Conexão na roça.** Imagem extraída da página do Facebook da Igreja Batista de Custodópolis. <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=749918228448261&set=a.302416223198466.60625.100002902715370&type=3&theater>

No tocante a este modo de operar da religião com elementos pertencentes a um universo secular, Pinheiro (2007, p. 173) faz a seguinte consideração:

Num jogo eficaz, em que se destacam a liberdade e a equiparação da “festa” à igreja, a moralidade é estendida e, ao mesmo tempo, limitada, para que o “crente”, o fiel, não seja alocado em esfera marcada pela liberalidade e perca, assim, a sua especificidade.

Neste caso as práticas denominadas seculares em outros contextos de experiência fora do mundo religioso, são ajustadas a este. Neste caso há uma redefinição da religião para que esta esteja em compasso com as práticas existentes em seu contexto. Com relação a este aspecto, Mesquita (2012), ao tratar da atuação de um “bloco evangélico” no “carnaval carioca” sinaliza para um *crecimento* e *dinamismo* da religião que tem acompanhado as mudanças da sociedade contemporânea.

Há diversos elementos morais trazidos por diferentes atores que adentraram o bairro. A religião não é o elemento principal deste trabalho, mas torna-se importante para compreensão dos enquadramentos cognitivos que compõem o bairro e como estes foram se alterando na medida em que o mesmo foi se ampliando demograficamente.

Como destacado até aqui, os delineamentos morais do bairro, a partir dos enquadramentos acessados nos relatos, foram sendo modificados a partir do momento em que o bairro enfrentou transformações relacionadas ao que Pretinho e Evaldo,

respectivamente, denominaram “avanço” e “progresso”. No trecho a seguir Evaldo, assim como Pretinho, equaciona crescimento, progresso e o aumento das religiões:

Era muita cana, muito mato, foi que de repente surgiu Morro de Fátima [**que hoje é o...?**]. Que hoje é o Santa Rosa [**veio depois de Custodópolis?**] É, bem depois! Depois de Custodópolis. Morro de Fátima, ai teve Bandeirante, e assim foi. Mas esses lugar era tudo cana, tudo canavial. E aí foi se formando. Hoje é uma **comunidade bem grande**, com uma **população bem vasta**. Fazia parte do que os outros dizem: ‘**é um lugar de várias religiões, comércio da melhor qualidade**’. Ai, quando era Cidade de Palha, dá saudades, pelo tipo de vida que a gente tinha. Tinha que ter desenvolvimento, tinha que haver outros serviços. Antigamente quem não cortava cana trabalhava na usina, quem não trabalhasse na usina cortava cana. Era o emprego.

A alteração pela qual o bairro passou no recorte feito por Evaldo o afeta moralmente pelo fato das mudanças não “respeitarem” as ‘tradições’, que segundo o seu enquadramento cognitivo, está relacionada às práticas relacionadas às religiões afro sincretizadas em um catolicismo popular. A chegada de novos moradores alterou significativamente a sociabilidade presente no que ele denomina “tempo dos antigos”, no entanto, pode-se compreender a partir do enquadramento presente em seus relatos, bem como na afirmação de Ângela, de que a “maioria ficou evangélico”, que há uma redefinição da situação do bairro na medida em que este estabelece maior comunicação com a sede do município, fator que está diretamente ligado ao seu crescimento demográfico.

## **Os moradores de Custodópolis/Guarus na cidade: a região como um símbolo de estigma.**

### **5.0 Rumores sobre Guarus.**

[**Seu Francisco já conhecia o lugar, quando comprou o terreno?**] Qui nada. A gente morava na Beira Valão [Canal Campos Macaé]. Ele comprou com Manoel. Seu Manoel chamou ele para vim aqui. Ele veio de lá: ‘Janaína, comprei um terreno’. Aonde? Ih... mas é muito longe (risos) Por que você comprou lá? ‘Seu Manoel mora lá’. Ele já morava aqui já. Eu comentei com [Jô Rocha] e ele disse: ‘Você ir morar lá, lá é terra de índio, lá mata gente toda hora’. Naquele tempo, hein! ‘Lá toda hora mata gente’ ... Matava mesmo (risos). (Dona Janaína).



Na época da compra, Dona Janaína trabalhava como “empregada” doméstica na casa de um “bicheiro” que atuava na região do Mercado Municipal e, segundo algumas informações do campo, atua ainda hoje no Mercado, em Custodópolis e bairros contíguos a ele. Seu Francisco já trabalhava como “camelô” nas imediações do Mercado Municipal. Ao falar da compra do terreno, Seu Manuel disse que era “à preço de banana”. O preço era baixo, sobretudo, por ser um loteamento afastado da área central e que ainda não dispunha de equipamentos públicos ou de infraestrutura. As descrições fornecidas por ela e por Seu Manoel sobre o bairro deixam claro que o mesmo, ainda nos anos 1960, só possuía ruas sem pavimentação e “muito mato”. A água era de “cacimba” e a luz só chegou ao final dos anos 1960, após a ocasião mediada por Seu Manoel na Escola de Samba.

Dona Janaína relembra os dias de futebol, quando a sua sala ficava repleta de gente assistindo aos jogos de futebol na TV. Um aspecto interessante recorrente entre os entrevistados que iniciaram a ocupação, tanto de Custodópolis, quanto dos bairros contíguos, é a importância da ordem cronológica da aquisição do televisor. Todos contam que “tiveram a primeira televisão do bairro”. Assim como na casa de Dona Janaína, nas demais casas havia aglomeração para assistirem a programação, pois o aparelho, pelo visto, não era tão acessível ao demais moradores.

O empregador de Dona Janaína, morador do “lado de lá”, categorizou o novo lugar de moradia dela como “terra de índios”. Ao denominar a localidade como “terra de índios”, obviamente, não estava se referindo a uma ocupação indígena, mas a semântica que a categoria índio carrega. Oliveira (1981 [1964]) demonstra de modo elucidativo os momentos nos quais a categoria “índio” e “caboclo” eram mobilizadas nos conflitos entre povos Tiküna do alto Solimões e os “brancos civilizados”. Neste caso, chamar uma localidade de “terra de índios” é externalizar uma disputa entre a “cidade”, na margem direita do Rio Paraíba e a “periferia”, na margem esquerda, que, sequer, possuía um nome definido.

Dona Janaína, antes de ser moradora do Parque Nova Campos, em Guarus, já fora exposta a uma situação de prova com a imagem de desqualificação do seu futuro lugar de moradia. A ideia de “caboclo” de Oliveira é interessante para pensarmos na situação de Dona Janaína na cidade. Esta, segundo declarou diversas vezes, diz que é “cabocla”. Ela tem uma estatura baixa, pele morena com um aspecto dourado, cabelos negros com cachos longos, olhos negros e morava na região de Morro do Coco, mais ao norte do município. Ao ser indiferente à mobilização da categoria “índio” como forma

de acusação do lugar, demonstrou compartilhar do enquadramento do padrão no que se refere à questão étnica. Como cabocla, se percebe como parte da “comunidade nacional”. A desqualificação para ela foi relacionada à moradia, não étnica. Poderia ter sido uma ofensa étnica se ela se reconhecesse etnicamente como pertencente a algum tronco indígena.

As experiências relatadas por Dona Janaína evidenciam a efetivação das categorias morais de desqualificação sobre a região de Guarus, neste caso, uma grande “região moral” na cidade associada ao perigo nos rumores. A cidade de Campos é, de fato, dividida fisicamente em dois lados pelo Rio Paraíba do Sul que corta o município, contudo, para aqueles que compartilham os enquadramentos cognitivos elaborados sobre a margem esquerda, o rio atua ainda como um ator não humano que estabelece uma separação moral. Cabe lembrar aqui que o buraco é bem mais embaixo, pois quando se chega mais perto do objeto as separações não se limitam ao binarismo, e sobre isto, falarei ao final deste capítulo.

### ***5.1 Quem mora na palha é rato: desqualificado do lado de lá.***

Assim como Seu Francisco e Dona Janaína, Seu Manoel também experimentou situações de desqualificação da localidade no “centro”. Eles tinham um ponto em comum: antes de se mudarem para o Parque Nova Campos, moraram de aluguel na margem direita do município. Eles “vieram da roça” para a margem direita da cidade, e depois foram para uma localidade que, apesar de estar há apenas sete quilômetros da área central, ainda era categorizada moralmente como rural, logo, viviam os rumores na margem direita sobre o local de moradia. As situações muito típicas em ambos os casos eram vivenciadas no momento da mudança, como o caso do trecho da entrevista a seguir:

[...] Quando eu disse que viria pra cá me falavam: ‘você tá maluco, lá só tem ladrão e matador...’. Eu morei na Rua Sacramento, mas era aluguel, o terreno aqui era barato e eu resolvi me mudar pra cá. Só tinha uma empresa de ônibus, a Ravel. Quando o ônibus com o nome Cidade de Palha chegava no centro, as pessoas falavam: ‘tá chegando o ônibus da Cidade de Palha, quem mora na palha é rato’. Tinha muito preconceito com os que moravam aqui [...].  
(Seu Manoel)

Seu Manoel faz um relato da situação em que estava decidindo se mudar para a Cidade de Palha. A situação evidencia os símbolos de estigma atribuídos ao seu lugar de moradia, o que incide, inclusive, sobre o seu status de morador da cidade: “Quem

andava na cidade... lá em cima [no ônibus] escrito Cidade de Palha, chegava lá no centro era: ‘háááá... o ônibus da palha chegou, quem mora na palha é rato... ’”. Ele era morador da Cidade de Palha, logo, comparado a um “rato”, do ponto de vista daqueles que estavam na área central. O meio de transporte possuía uma inscrição que era relacionada não apenas a uma localidade como as demais da cidade, mas uma região moral cuja pertença era um símbolo de estigma na cidade.

Podemos refletir aqui sobre a situação do morador do bairro como possuidor de uma “gentilidade desqualificada”. Nascido na cidade, o morador regiões categorizadas moralmente como desqualificadas podem ser tomados pelos cidadãos como possuidores de uma identidade deteriorada, ou seja, não corresponde a imagem do morador da cidade de acordo com a definição de “morador” dada por aqueles que atribuem o *estigma*.

Seu Manoel havia morado no Turfe, que também era denominado bairro proletário no livro de atas da câmara dos vereadores (Atas-36 1937 a 1948, p. 15), mas ele não experimentou processos de desqualificação semelhantes quando morador desta área. O Turfe, apesar de ter sido um “bairro de proletários”, estava situado na sede do município e na margem direita do Rio Paraíba do Sul. Uma questão que não pode ser ignorada em Campos, caso o interesse de pesquisa seja relacionado à aspectos de sua urbanização, é a sua cartografia moral, cujo ponto máximo é reputação dos bairros que estão situados na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, que inclusive, foram ignorados até mesmo nas cartografias físicas, neste caso, nos mapas municipais.

Seu Manoel, em diversos momentos da entrevista, retoma a relação entre o seu espaço de moradia e os processos de desqualificação dos quais foi objeto. Este aspecto pode ser lido como uma disputa moral entre os moradores de Campos – margem direita – e moradores da Cidade de Palha – margem esquerda. Não ter uma reputação relacionada aos bairros da margem direita pressupõe uma desqualificação moral dada a margem esquerda da cidade de Campos ter sido reputada historicamente como um símbolo de estigma.

As disputas morais vivenciados por Seu Manoel evidenciam os meandros da cartografia moral da cidade de Campos. O migrante “da roça”, ao chegar à cidade, se depara com cadeias de reputação já consolidadas entre as famílias tradicionais, e nessas cadeias ele será o desqualificado em potencial pela sua pertença territorial, o que não significa dizer que ele será assim nas *cadeias de reputações* do bairro, como já vimos. Esse paradoxo torna ainda mais sensível o modo como a sua posição é redefinida nas

diferentes situações de circulação pelos diferentes mundos sociais coexistentes no contexto urbano mais amplo em que vive, sobretudo, quando o seu local de moradia incide moralmente em sua desqualificação, objetivando a categorização de si segundo parâmetros generalizantes.

O caso de Seu Manoel é emblemático. No bairro, ele é Seu Manoel Sapateiro, ilustre personagem público, de *renome* entre os mais antigos no bairro; na cidade, por não estar totalmente vinculado às cadeias já consolidadas pelas famílias tradicionais, é “morador da palha”, sem individualidade e sem símbolos de prestígio. Mais do que isso, a representação negativa vigente sobre seu espaço de moradia o posiciona nas situações de copresença no “centro” como um indesejável e indigno de consideração em potencial.

Seu Manoel, no momento em que decide se mudar para Custodópolis, se vê diante de uma situação que estandardiza a posição que ocupa como morador do Turf Club e aquela que passaria a ocupar após a mudança para a Cidade de Palha: “rapá, você é louco, ir pra lá, rapá... lá só tem ladrão e assassino”, relata ter ouvido de um amigo. “Quando eu vim pra cá, não tinha nada de ladrão e assassino, tinha é assombração” destaca.

Um aspecto interessante a destacado a partir das falas de Seu Manoel é o processo de categorização moral dos lugares a partir da chegada dos novos moradores, neste caso, os brancos da margem direita. O bairro “só tem ladrão e assassino”, logo, é desqualificado em relação à reputação que Seu Manoel possuía entre os seus. A situação descrita por ele evidencia uma separação entre a reputação de Seu Manoel e a dos moradores do lugar: “lá não é lugar para você morar”. Ao mesmo tempo, o próprio Seu Manoel assume esse *empreendimento moral*<sup>74</sup> de requalificação do bairro para si, o que incide sobre a sua atuação política no mesmo. É um empreendedor moral valorizado e central para os demais moradores da região, dada as suas ações políticas de limpeza moral.

Ele era posto à prova com tais questões porque não era “índio”, não era “quilombola” e não era bandido, não respondia aos pressupostos constitutivos desse outro, não era parte população “típica” de Guarus do ponto de vista dos moradores da “cidade”. O mesmo tipo de paradoxo é remontado pelo Guia Geral sobre três notórios da cidade e moradores do bairro: “Muitas casas comerciais, armazéns de secos e

---

<sup>74</sup> Howard S. Becker (2008).

molhados, lojas de fazendas, padaria, açougue, várias granjas, das quais se destacam do Professor Gentil de Castro Faria, que ali reside com a sua Exma. Família, do Snr. Kleber Vidigal e a do Snr. Norival Pereira” (Guia Geral, 1947, p. 121).

Mobilizar a trajetória destes, bem como as atividades comerciais presentes no local, é um dispositivo utilizado pelo Guia para realizar uma limpeza moral da localidade. O projeto dos parques proletários que, na verdade, englobava toda área urbanizada de Guarus, tinha como objetivo requalificar a localidade. Este projeto de qualificação não se aplicou somente a ela, mas também aos Bairros Turf e Caju, que também eram considerados parques proletários. A grande questão da então Cidade de Palha era estar situada na margem esquerda do Rio Paraíba, uma localidade que, além de ter sido ocupada posteriormente, possuía uma reputação desqualificada em relação à margem direita, reputação esta que remonta a história da sua ocupação durante o período colonial.

No caso específico de Seu Manoel, podemos pensar nos atores não humanos como integrantes desse processo de desqualificação da localidade. As casas de palha eram integrantes de um repertório de objetos da moralidade sertaneja que, em conjunto com as demais situações, delineavam moralmente a localidade. Uma casa de pau a pique com telhados de palha trazia consigo elementos materiais que se fazem presente no estilo de vida sertanejo. Seu Manoel, logo que chegou ao bairro, “construiu” “uma meia” água de alvenaria com telha francesa, portanto, “não morava na palha”, ainda assim, sentia-se confrontado constantemente na “cidade”, o que o levava a realizar uma limpeza moral com a finalidade de fornecer provas de que ele era um morador da “mesma cidade” daqueles que desqualificavam o seu bairro. A sua atuação política foi um dispositivo de limpeza moral, pois as instituições nas quais atuou possibilita a circulação de moradores de outras áreas da cidade no bairro. O Campo do Grêmio, por exemplo, foi utilizado pelo time do Americano Futebol Clube<sup>75</sup> (AFC) quando este estava sem estádio.

Não é por acaso que Custodópolis possui uma centralidade no local em termos de atividades culturais pela escola de samba, desportivas no campo do Grêmio, comercial pelo comércio da praça, religiosa pelas igrejas e terreiros, e de instituições públicas, como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) o Centro de Saúde Escola de Custodópolis (CESEC), antigo CSU. Estes órgãos são efeitos de ações

---

<sup>75</sup> Trata-se de um dos principais times do município que disputa campeonatos em nível Estadual.

políticas de limpeza moral com via de alterar a reputação do bairro e, respectivamente, de seus moradores. As casas de alvenaria estavam tomando o lugar das casas de palha. A Cidade de Custódio se constitui no intuito de se sobrepor a Cidade de Palha. Não morar na Cidade de Palha é não morar na roça.

O movimento de mudança do nome do bairro se constitui deste modo, como parte desse empreendimento de limpeza moral cujo objetivo era equiparar o bairro aos demais, já que um dos argumentos que incidiam sobre a sua má reputação eram justamente a construção arquitetônica das moradias do bairro. Não morar na cidade de palha era assumir uma reputação vinculada à margem direita do rio. A ida de trabalhadores urbanos não relacionados às usinas tinha potencial que conferia uma nova reputação para o lugar. Em termos nativos, chegou *pra botar moral*. O que pode ser entendido em uma ótica de Thomas e Znaniecki (2006, pp. 151-152) por uma subordinação das outras situações existentes, neste caso, impor uma moral do ex-morador da margem direita que se mudou para a margem esquerda.

Morar na localidade expôs Seu Manuel a situações de desqualificação, o que o levava a mobilizar seus conhecimentos políticos com representantes da margem direita e da margem esquerda, com a finalidade de realizar uma limpeza moral da sua nova localidade de moradia. Um aspecto comum nas entrevistas realizadas, seja com moradores mais jovens, seja com os mais antigos, é o esforço para remontar um cenário que se opõe aos elaborados pelos moradores de fora. As respostas sobre o bairro quase sempre começam a partir do que “todo mundo fala sobre” o mesmo. O “problema” é colocado em interação com os de fora, logo, um morador que não *navega* em outras moralidades presentes na cidade, dificilmente irá se referir ao bairro como Se Manoel. Quanto maior a *navegação moral* do morador do bairro, maior acesso terá a *opinião* dos não moradores sobre si. Conseqüentemente, maior esforço para a realização de uma limpeza moral.

Ser morador da palha incomodava Seu Manoel porque este vivenciava uma interação intensa na margem direita do município, e estas colocava em questão o seu próprio mundo e os *símbolos de estigma* presentes neste. Ter acesso a uma *visão* de fora dava a ele compreensão de um bairro desqualificado moralmente, contrastante com relação às suas experiências de morador e provocadora de constrangimento. Para ele o bairro era composto pela União da Esperança, o Campo do Grêmio, a sua Sapataria, mas quando acessava outras regiões da cidade, se deparava com o seu bairro

desqualificado, lugar de pobreza, violência e degradação. Estes dilemas colocavam o mundo de Seu Manoel à prova.

Assim como o caso do patrão de Dona Janaína, aqueles que ficavam sabendo da ida de Seu Manoel para o bairro o questionavam. Ele não era “assassino” nem “ladrão”. Como lá só teria “ladrão” e “assassino”, Seu Manoel estaria indo para um “lugar perigoso”. No momento em que ele passa a fazer parte do “lugar perigoso”, se vê em uma jornada de limpeza moral. Era morador do bairro, “mas” era “gente de bem”. Falar que estava se mudando para o bairro ou embarcar no ônibus com o nome do mesmo, era expor-se às situações de desqualificação.

A diferença entre as duas situações era que, quando ele estava diante de alguém falando sobre o bairro, sua reputação era elevada por ser reconhecido pelos seus pares como um ex-morador da margem direita, mas quando embarcava em um ônibus, se tornava um ordinário e era categorizado como “rato”, logo sua moradia era tomada como um símbolo de estigma se comparada aos demais moradores dos bairros da margem direita, cuja moradia era um símbolo de prestígio.

## **5.2 *Guarus como uma coisa só: a parte no todo e o todo na parte.***

Eu trabalhava no pré-vestibular daqui, da [universidade], né? E era bolsista, e nenhum dos sessenta alunos que foram classificados era de Custodópolis, mas tinham dois de Guarus, só dois de Guarus. Uma vez rolou um comentário falando de gente favelada, falando de gente cafona favelada, aí um comentando pro outro assim: ‘ihhh... Isso tá parecendo coisa de Guarus’. Coloca-se como se o outro lado da ponte fosse uma coisa só! Lá é Guarus, aqui é o que? É Campos? Do lado de cá é Campos, do lado de lá é Guarus. E, coloca como se todo mundo fosse uma coisa só.

(Caroline)

A citação que precede é de uma jovem de 30 anos, aluna do 9º período de Serviço Social em uma universidade pública, que teve a sua formação na educação básica no Colégio Estadual Rotary II, situado no bairro de Custodópolis. Seus pais chegaram à Custodópolis jovens. Sua mãe é oriunda de Santa Maria de Campos<sup>76</sup>, chegou a Custodópolis com onze anos, e o seu pai, de Santo Eduardo<sup>77</sup>, com sete. Ambos chegaram ao bairro ao final dos anos 1950, devido à oferta de emprego que

---

<sup>76</sup> Santa Maria de Campos é o 18º distrito de Campos dos Goytacazes e fica situada ao norte do município.

<sup>77</sup> 13º distrito da cidade de Campos e situado ao norte do município.

atendia a ocupação de seus pais, no caso, os avós de Caroline, que trabalharam na *lavouira* de cana. Seu pai ainda jovem trabalhou como motorista na empresa de ônibus Ravel, pertencente a um morador da localidade, Amadeu. Após esse trabalho foi para Rio aos dezoito anos para *ajudar* a construir a ponte Rio Niterói<sup>78</sup>. Ao retornar para Campos dos Goytacazes, começou a trabalhar na polícia militar. Segundo Caroline, ele se alistou no exército e “foi direto” para a polícia militar, neste caso, sem a realização de uma seleção via concurso público.

Além de Caroline, seus pais tiveram mais três filhas. Duas delas concluíram o Ensino Médio e não deram prosseguimento aos estudos após o término, a outra mais nova, com a idade próxima a de Caroline, cursou a Faculdade de Direito, mas ainda não se inseriu no mercado como advogada. Não se estabelecendo na carreira de advogada, resolveu *montar* uma *Lan House*<sup>79</sup>. As suas irmãs mais velhas se casaram com dois jovens moradores do Parque Nova Campos.

Caroline iniciou uma graduação na Universidade Estácio de Sá, mas não concluiu. Ela é da terceira geração de uma família de migrantes que chegaram à área urbana da cidade de Campos a partir dos anos de 1950. Caroline *creceu* no bairro, está em uma faculdade pública, e diferente da trajetória de suas irmãs, se casou com um jovem do Parque Corrientes, neste caso, do *outro lado* da cidade. No tocante a sua trajetória profissional, trabalhou no comércio desde os 15 anos de idade. Iniciou em uma loja de R\$ 1,99 do tio, no bairro de Custodópolis, e aos 19 anos, assinou a carteira como comerciária, porém no centro da cidade. Em 2007, trabalhou como secretária de um curso preparatório e durante o período da graduação<sup>80</sup> abriu uma loja de roupas em Custodópolis. Por motivos financeiros fechou a loja e em 2013, começou a fazer estágio com remuneração na universidade, onde trabalhou durante um ano até ser convocada para o concurso público para inspetora de alunos na rede pública estadual do Estado do Rio de Janeiro, onde trabalha atualmente “até passar em um [concurso]” de sua área de atuação, no caso, Serviço Social.

Ela conheceu o seu esposo em uma excursão para a realização de um concurso público para a Polícia Federal, realizado em Brasília-DF. Eles mantiveram contato após

---

<sup>78</sup> Freire (2010, p. 239) faz considerações sobre um aumento populacional na região metropolitana do Rio de Janeiro em decorrência da construção da ponte Presidente Costa e Silva, conhecida popularmente como ponte Rio Niterói. No caso do pai de Caroline, a migração foi pendular, pois não permaneceu na capital carioca.

<sup>79</sup> Trata-se de um estabelecimento comercial com computadores ligados à internet para acesso do público, mediante ao pagamento de uma quantia referente ao tempo de utilização do computador.

<sup>80</sup> Trata-se de uma universidade pública.



concurso, iniciaram o namoro, e resolverem se casar seguindo os protocolos *convencionais*, com união civil no cartório e união religiosa na igreja, neste caso, onde Caroline “congrega”: a Igreja Batista de Custodópolis. No tocante a cerimônia religiosa, ela relatou ter ficado “preocupada” pelo marido ser de família católica, pois queria uma cerimônia religiosa em *sua* igreja. A sua apreensão se deu devido a sua interação intensa com a religião e se casar no catolicismo seria uma demonstração pública que colocaria à prova a sua *conversão* na igreja evangélica.

Em sua fala, a igreja é responsabilizada pelo seu “crescimento”. Este é compreendido por ela como uma combinação entre religião e vida intramundana. Ter convivido com um dos filhos do pastor que “fazia curso de inglês desde novo” fez com que ela “visse uma vida de estudo”. Durante a sua graduação, um dos filhos do pastor a incentivava terminar a faculdade. Neste caso, a religião se torna não somente uma experiência transcendente, mas também, pragmática, na qual o “crescimento” profissional é combinado com a pertença religiosa.

Em sua fala, destacada no início desta seção, Caroline faz a descrição do que ela compreende por uma visão do morador “do lado de cá”, no caso, “Campos” sobre o “lado de lá”, Guarus<sup>81</sup>. O que fica evidente inicialmente é uma indivisibilidade entre os bairros. Guarus, no caso, *outro lado* é tomado como se fosse “uma coisa só”, o que levou a Caroline a se deparar com uma situação de desqualificação em relação à forma como o seu lugar de moradia fora categorizado moralmente.

Observando os jogos de classificação mobilizados em diferentes contextos sobre a cidade e seus bairros, pude identificar situações nas quais os bairros são equalizados a partir de uma separação feita pelo Rio Paraíba do Sul, neste caso, o “lado de cá” e o “lado de lá”. Os meus interlocutores, quando indagados sobre Custodópolis fazem uma equivalência do bairro em relação à Guarus, não à cidade como um todo, que em alguns casos, está do “lado de lá”. Caroline, ao falar dos alunos classificados para o vestibular, lamentou por não ter aluno de Custodópolis, e ao mesmo tempo, fez menção a dois alunos de Guarus. Neste caso, se sentiu de alguma forma afetada pela quantidade de alunos de origem próxima a dela, e pela ausência de alunos da mesma localidade. O seu tom de voz soou como quem estava diante de uma situação de injustiça e a sua fala evidenciou as distinções a ela significativas em termos de proximidade, distância e identificação. Se aproxima dos demais moradores de Guarus, no compartilhar de um

---

<sup>81</sup> A inversão de lado ocorre devido ao local de realização da entrevista, que fora realizada na sala do grupo de pesquisas que integro: Cidade, Espaços Públicos e Periferias (Cep28).

referencial mais geral, mas se diferencia deles em termos dos referenciais específicos, valorizados na sua fala.

Ela se vê como alguém que compõe a margem esquerda, no caso, Guarus, mas, mais do que isso, ela compõe uma sub-região desta região, a de Custodópolis. A perplexidade de Caroline em relação à designação de Guarus como “uma coisa só” faz com que a mesma questione a categorização dos seus pares em relação ao seu antigo lugar de moradia. Ao mesmo tempo, ao se referir aos “dois lados” da cidade, faz uma indagação: “Lá é Guarus, aqui é o que? É Campos? Do lado de cá é Campos (...)”. Ao se deparar com uma imagem do seu distrito como homogêneo, ela faz o mesmo com a margem direita do rio, acionando os mesmos dispositivos que lhes foram direcionadas. No caso descrito por Caroline, Guarus foi tomado pelos seus pares da universidade como lugar de desqualificados em potencial: favelado e favelado cafona.

Este jogo de categorizações é pensado por mim como constituído a partir dos contextos nos quais as experiências dos atores são elaboradas. Como estas experiências são constituídas? Esta é uma pergunta que eu tentarei responder a partir de minha base empírica de dados. O que leva um indivíduo a categorizar moralmente uma determinada região da cidade? As formas como são expressas e as expressões utilizadas são dotadas se uma carga moral que não envolve apenas uma ação, mas um conjunto de fatores, como moradia, comportamento, apresentação de si, em suma, um atuação inadequada do ponto de vista daqueles que assim as denominam, o que fez com que Caroline não se sentisse categorizada de acordo com as expectativas que possui sobre si. A *definição da situação* na chegada de Caroline era validada pelos grupos que tinham acesso esta instituição, não moradores de Guarus.

A não acomodação a categorização moral sentida é reflexo de uma resistência a uma subordinação moral. Na situação relatada por ela, a resistência não se evidenciou em um conflito na sala de aula, mas na elaboração de argumentos e justificações, em uma atividade reflexiva, por mais que não verbalizada. Neste caso, a situação problemática não se converteu em uma situação de disputa, mas em *vergonha*<sup>82</sup> dado que o seu lugar de moradia fora tomado como um símbolo de estigma. O seu incômodo

---

<sup>82</sup> Neste caso, a vergonha passa a ter um papel central nos encontros face a face, nos quais os “moradores de Guarus” passam a assumir um status de “desacreditáveis” (Ver Goffman, 2004 [1963], p. 38) diante dos “moradores do lado de lá”. Uma discussão que estabelece um diálogo com o meu trabalho, é a dissertação de Raoni Borges Barbosa (2015), na qual ele estabelece uma relação entre a moradia e a vergonha. Neste caso, os moradores do bairro em que a análise fora realizada, experimentavam situações cotidianas de vergonha no espaço público fora dos limites do bairro. Além desta discussão, cabe uma leitura do trabalho de Jussara Freire (2005), quando esta traz à tona relatos de moradores de Nova Iguaçu sobre estigmas que estes vivenciavam ao frequentarem a cidade do Rio de Janeiro.

revela uma disputa moral entre “dois lados” cidade: “Campos” e “Guarus”. Sentir-se parte de uma moralidade específica, neste caso, Guarus, revela o quadro de interação no qual Caroline consolidou as suas experiências prévias.

A existência do conflito evidencia, grosso modo, a existência de duas moralidades presentes na cidade de Campos: o lado de lá e o lado de cá. A questão é pensar para além destes dois lados, e conseqüentemente, compreender como as categorizações morais são mobilizadas para delinear localidades na cidade de Campos. Esta seção não será uma análise dos dois lados, mas de como Custodópolis está inserido moralmente em Guarus, e como este último se insere em Custodópolis. Como Caroline pontuou, há uma generalização de Guarus, na qual os bairros não são diferenciados entre si, como no caso do lado de cá. A parte é inserida no todo e o todo na parte nos processos de categorização moral. Em minhas incursões pela cidade, pude identificar como a categoria nativa “morador de Guarus” se mostra recorrente como referencial de desqualificação mútua. Morar em Guarus, neste caso, assume um caráter significativo para além da mera posse de um Código de Endereçamento Postal (CEP). É assumir uma posição involuntária, corresponder a um tipo elaborado moralmente. Neste caso, um trabalhador manual de baixa qualificação e de estilo de vida questionável.

Os referenciais mobilizados na situação descrita por Caroline são generalizados em relação ao morador de Guarus, o que faz com que Guarus possa ser tomado não apenas como um subdistrito delimitado administrativamente, mas ainda, um todo, “uma coisa só” e não apenas em termos de referenciais geográficos. Morar em Custodópolis, portanto, não é apenas morar no bairro de Custodópolis, é, primeiro, “morar em Guarus”. A lógica se inverte na medida em que os moradores do bairro assumem as suas particularidades.

Caroline, ao falar sobre a sua família, igreja e amigos, menciona o bairro como referencial. Nesse momento ela não aciona as categorizações externas mais abrangentes. Eles pertencem a um bairro como os demais moradores da cidade, não àquele onde moram os “favelados”. Ao falar sobre o seu esposo, a princípio, ela não usa uma categorização moral binária que divide a cidade em lado de cá e lado de lá. Ela simplesmente fala o nome do bairro em que o seu marido fora criado.

Após entrevistar Caroline, pedi uma referência para outra possível entrevista. Assim conheci Bruna, uma jovem de 27 anos, estudante de engenharia elétrica na em uma instituição privada de ensino superior e filha de Ângela. Bruna cursou o primeiro, segundo e terceiro maternal em Custodópolis e o ensino fundamental um e dois e

primeiro ano do Ensino Médio em escolas privadas situadas na margem direita. Após o segundo ano, foi estudar na Escola Estadual do bairro para fazer o ENEM, segundo me relatou. Ao concluir o Ensino Médio, foi aprovada no ENEM para engenharia na Universidade Federal de Juiz de Fora, mas seus pais consideraram que seria melhor ela estudar em uma instituição em Campos.

Bruna, além de ter estudado em escolas do *outro lado*, frequentava uma igreja evangélica presbiteriana, o que potencializou a sua circulação na “margem direita”. Apesar de ter uma família “antiga no bairro”, como ela mesma afirmou, sua circulação se dera predominante em contextos da margem direita do Rio Paraíba do Sul. Bruna destacou que na escola e na igreja da margem direita do Rio Paraíba do sul “ninguém conhecia Custodópolis”. Ela, ao invés de se apresentar como moradora de Custodópolis se apresentava como moradora de Guarus. Quando recebia amigos do lado de lá em sua casa para passar o final de semana usava a Delegacia de Guarus (146ª DP) como ponto de referência, pois os pais de seus amigos não conheciam o bairro. Quando os amigos eram do outro lado, a delegacia não era um referencial muito claro, o que tornava a “1º Passarela” da BR101, uma referência mais compreensível. A utilização de Guarus como um referencial de moradia era suficiente em algumas situações nas quais havia um “desconhecimento” por parte dos seus “amigos”. O todo se tornava equivalente à parte, no caso, Guarus equivalia Custodópolis. Neste caso, podemos observar como os quadros de referências mobilizados pelos atores são ordenados a partir da circulação destes na cidade, bem como nos contextos nos quais a interação intensa destes se constituiu.

Ao relatar sobre a sua circulação do *outro lado*, Bruna mencionou ter tido amigos do lado de lá. O lado de lá não é uma coisa só para ela, que domina uma cartografia bem rica de cada lugar, por mais que pautados em referenciais objetivos amplos, como prédios públicos e nomes de bairros específicos. Ela descreve o lado de lá não somente como um todo, mas como contendo outros referenciais, como o amigo que morava em um prédio atrás do Fórum, outro amigo do Colégio Alfa que morava no Bouganville, outro em um prédio ao lado do Liceu, outro na Formosa (Avenida Tenente Coronel Cardoso). Com estes amigos ela *saía* aos finais de semana. Ia ao Shopping, o que ela relata como sendo “coisa de campista” e, em algumas situações, frequentava churrascos nas residências destes amigos. Com relação a descrição dos seus amigos moradores do 3º Subdistrito de Guarus, estes são categorizados como “de Guarus”,

sendo integrantes de um todo, não de ruas e bairros específicos, como o caso dos seus amigos da margem direita.

O ponto importante não é simplesmente o desconhecimento geográfico do bairro em que mora pelos seus amigos *de lá*, mas a generalização que torna Custodópolis equivalente a Guarus e vice versa. Este fato ocorre justamente por uma baixa circulação dos pares de Bruna na localidade.

O Guarus e Custodópolis, se vistos em seus interiores, são compostos de diversos bairros e regiões morais, como as demais áreas da cidade, mas quando o morador de Custodópolis atravessa o Rio Paraíba do Sul, o terceiro Subdistrito é tomado como uma grande região moral, o que dá suporte para que o morador do subdistrito seja categorizado moralmente ou logicamente como “morador de Guarus”, não morador de um bairro específico do 3º Subdistrito.

Um grande esforço para a elaboração deste trabalho foi separar Custodópolis de Guarus, e não é um exercício a ser feito somente por mim, mas também pelos interlocutores. Ao tentar responder uma pergunta sobre Custodópolis há um “ato falho” que os leva para o lado de cá, ou mesmo, Guarus. Ao fazer tal associação, o morador de Custodópolis incorpora as categorizações elaboradas pelos demais moradores da cidade de Campos dos Goytacazes, sobretudo, os da margem direita do Rio Paraíba do Sul. Este fator tornou-se *um* dos responsáveis para a objetivação de Guarus como o outro lado, e conseqüentemente, área suburbana, como era designado em manuais estatísticos sobre a cidade. Esta designação incidiu sobre a categorização moral desta área da cidade, em termos da sua desqualificação.

### **5.3 *Pra ser morador de Custodópolis tem que andar de ônibus, ser empregada doméstica: expectativas sobre o morador de Custodópolis na atualidade.***

**[Tem mais uma coisa que eu gostaria dizer para encerrarmos?]**

Bem, uma amiga dentista, né? E eu comentei [com Aline] que ela ia fazer um casamento. Eu disse que ia ver com ela quem que ia fazer a decoração dela, ela é dentista. Ela [Aline] falou: ‘ela é sua amiga lá da igreja ou de Custodópolis?’ Lá da igreja, mas ela mora lá, mora na minha rua, mora do outro lado. ‘Mas ela é de Custodópolis?’. Tipo, não pode ter dentista em Custodópolis, não pode ter universitário, não pode ter... Tem que ter lá: empregada doméstica, algumas pessoas que trabalham no comércio (no centro, né), trabalhar na Vivo é muito bom até, já não é mais aquele comércio popular, né? É pegar a linha de ônibus Santa Rosa [o quê?]. A linha de ônibus Santa Rosa. Zoam muito. A linha HGG

X Santa Rosa, Zoam muito pela visão mesmo né? Que tem de Custodópolis [...] Teve uma vez que eu fui falar da mulher de [Jalime], [Suane], [que] duas três vezes por semana ela vai lá, ela faz parte do Grupo Espírita, ela tem *uma Land Rover* branca, e ela vai lá assim... Ela [Aline] conhece a pessoa. Ai eu comentando e ela: ‘mas ela vai lá, mas ninguém para o carro dela não?!’. Ai eu falei assim (risos): morador de Custodópolis nunca viu uma *Land Rover* branca, e tipo assim; vão parar o carro da mulher! Vão parar o carro da mulher pra quê? Eu disse assim: vamos parar o carro da mulher pra que? Ela disse: ‘não, não estou falando você não, eu estou falando assim, das pessoas de lá. Como assim, eu também sou pessoa de lá?! Como assim? Ai eu fiquei instigando a pessoa, e ela já começou a ficar meio irritada, retraída assim, tipo, ‘o quê quê...’ A pergunta que ela fez, né. Eu sou pessoa de lá. ‘Não, eu tô falando assim, os bandidos’. Oh, onde você mora também deve ter bandido. Bandido pra você é o que? Que anda com arma, que participa do tráfico. Bandido é o que? Lá do outro lado também deve ter. Perto da sua casa deve ter, cê vê ele parando seu carro? Eles não param carro assim.

[...]Não pode ter dentista, engenheiro, não pode ter Land Rover, cê não pode ter nada por ser de Custodópolis. Tem que andar de ônibus, ser empregada doméstica e pegar o ônibus HGG X Santa Rosa para trabalhar.  
(Caroline)

Caroline e os demais jovens com acesso ao curso superior podem ser tomados neste trabalho como *casos emblemáticos* de disputa entre moradores do “lado de lá” e moradores do “lado de cá”. Ela representa uma parcela dos moradores que experimentam mais intensamente os confrontos com a margem direita do Rio Paraíba do Sul. Na condição de universitária teve acesso a trabalhos acadêmicos sobre a sua localidade. A sua grande questão, pelo menos, como estudante de Serviço Social, foi não se sentir contemplada nos trabalhos sobre o bairro como uma moradora de Custodópolis em potencial. Ela não possui os símbolos de estigma que sua amiga esperava que um morador do bairro devesse possuir, logo não poderia ser enquadrada como uma moradora de Custodópolis.

Neste caso, “morar em Custodópolis” é um símbolo de estigma, colocado em movimento continuamente, porém sentido de modo significativamente mais intenso a partir das experiências de circulação destes atores, nas ocasiões em que se encontram na margem direita do rio, sobretudo, em locais onde o morador de Custodópolis não é esperado, como o exemplo da universidade. Ser morador de Custodópolis pressupõe algumas expectativas sobre um *tipo* social específico e que passam quase despercebidas entre aqueles que têm uma menor mobilidade para além do próprio bairro. A situação descrita por Caroline é entendida por mim como um *dilema moral* para ambos os casos, um constrangimento para ambos os polos de atores envolvidos, quem está de fora e quem está de dentro, o acusado e o acusador. Caroline, confrontada com a imagem que o seu bairro possui para além das suas fronteiras, se percebe como moradora de um

bairro desqualificado moralmente, por outro lado, Aline se depara com um bairro que não atendia as expectativas que ela tinha sobre o mesmo, porque se depara com o seu outro generalizado<sup>83</sup>, neste caso, atores que participam da mesma comunidade que a dela.

Caroline está experimentando os novos processos pelos quais alguns dos netos do bairro de proletários estão passando e, obviamente, se deparando não mais apenas com o bairro vivido, mas também com o bairro categorizado moralmente pelos outros. Ela é neta do bairro dos proletários e faz parte de uma geração que está entrando na universidade e se deparando com a ausência de um quantitativo expressivo de moradores de Guarus nesses espaços. Esta situação me conduziu para o Chick Morelli da Sociedade de Esquina de Whyte (2005 [1943]). Como destacado pelo autor em uma fala do próprio Chick Morelli (*apud* Whyte, 2005, p. 76), na universidade que a *diferença* foi sentida, pois os italianos eram em menor número em relação aos irlandeses. E, segundo ele destaca, a universidade provocou uma experiência de *discriminação* não sentida nas fases escolares anteriores.

No caso de Caroline, o acesso a uma instituição não acessada pelas gerações anteriores de sua família, interferiu em sua forma de categorizar moralmente o seu lugar, e conseqüentemente, substantivou categorias morais sobre o mesmo. Vale ressaltar aqui que Leeds e Leeds (2015 [1978], p. 166) também destacam “pressões discriminatórias” vividas pelos moradores da favela do Jacarezinho, quando estes frequentavam a escola secundária ou a universidade que estavam fora da comunidade.

No tocante a esta situação vivenciada em contextos universitários, Freire (2005) destaca um caso de um morador de Nova Iguaçu que se deparou com variadas situações de disputa em um espaço institucional universitário. Este, ao adentrar na universidade pública na cidade do Rio de Janeiro, se viu diante do “carioca”, logo se percebeu como integrante de *outro mundo*. Este aspecto o inseriu em um ambiente de constantes disputas. O morador de Nova Iguaçu, neste caso, estava em “desigualdade de posição na situação” (op. cit., p. 102), o que fez, inclusive, com que o referido interlocutor abandonasse o curso de graduação. A autora, a partir das experiências relatadas pelos seus interlocutores, elaborou a descrição de uma *cartografia mental* da cidade do Rio de Janeiro, demonstrando uma hierarquização das áreas da cidade e de seus respectivos

---

<sup>83</sup> G. Mead (1934).

moradores a partir de um padrão que toma o “morador da Zona Sul” como um modelo do Carioca.

Sobre a experiência na universidade, apresentarei duas situações experimentadas por Ana Júlia na graduação e por Bruna, na formatura de sua irmã. Ana Júlia é neta de um trabalhador do comércio e de lavadeira por parte de pai e de um motorista de ônibus de turma e lavadeira por parte de mãe. Sua mãe foi empregada doméstica e o seu pai, divorciado da mãe, motorista particular. Ana Júlia, aos 12 anos de idade, teve que se transferir para o turno da noite para poder trabalhar como doméstica. Ao acessar a universidade se viu desqualificada quando um dos professores afirmou que ela faria sucesso nos Estados Unidos, não no Brasil – em referência ao seu biótipo negro.

A irmã de Bruna é neta de comerciante e dona de casa por parte de mãe e de motorista de ônibus de turma de dona de casa por parte de pai. Seus pais, como já dito, não tiveram acesso à universidade. Na ocasião de sua formatura, fora chamada de “miss Custodópolis” em pleno discurso proferido pelo orador. Por ser uma moça jovem e branca, foi enquadrada como uma “exceção” do bairro, por parte dos colegas, pois este é o significado que a denominação de “miss” carrega consigo – e classificação esta que igualmente se refere ao seu biótipo.

Apesar de Ana Júlia não ter sido chamada de “miss”, talvez pela sua cor negra, elas tem em comum a irmã de Bruna o acesso a uma instituição acessada predominantemente pelos moradores do “lado de lá”, os quais Bruna denomina “riquinhos da faculdade”. Neste caso, a universidade não integrava o horizonte de possibilidades dos moradores de Custodópolis da primeira e segunda geração. Antes da presença destas na Faculdade de Odontologia, elas eram apenas categorias abstratas, a saber, “morador de Guarus” ou “morador de Custodópolis”, mas ao estabelecerem uma interação intensa com os seus pares, redefiniram a situação que antes era habitual, seja para o professor que não considerou o “perfil” de Ana Júlia condizente com a profissão, seja pelos colegas de turma da irmã de Bruna que a consideraram uma exceção do bairro. A categoria começou a ser alterada. “Miss Custodópolis” é mais específico do que “morador de Custodópolis”, categoria que confere destaque a especificidade, ao diferencial, em contraste com a segunda, marcada pela generalização. Atravessar a ponte é acessar a opinião dos não moradores de Guarus sobre a localidade.

Caroline, ao atravessar a ponte, conheceu seu bairro categorizado moralmente. Ao se deparar com o seu bairro categorizado, a moça passou a sistematizar o que deveria ser um morador típico de Custodópolis, que, neste caso, se adéqua ao morador



do bairro de trabalhadores manuais, não a um público intelectualizado e capaz de acessar a universidade pública. Ela, bem com Ana Júlia e a irmã de Bruna, não correspondem o morador de Custodópolis estereotipado.

A situação apresentada no início desta seção demonstra que Aline está nitidamente duvidando da existência de jovens com formação universitária em cursos mais qualificados, como o caso da Odontologia. No momento em que ela começa a apresentar seus argumentos em relação às expectativas acerca do morador de Custodópolis, delinea uma série de atividades que o “típico” morador deveria realizar para corresponder à categoria “morador de Custodópolis”. Andar de ônibus, sobretudo, na linha Santa Rosa X HGG, é um dos signos que incidem sobre a imagem do morador da localidade. Com relação à profissão do morador de Custodópolis típico, estas seriam: empregada doméstica e comerciário do comércio popular, não da loja da Vivo, atividade considerada mais qualificada em comparação ao exercício de uma atividade exercida no “comércio popular”.

Custodópolis, como uma região moral, é categorizada como um lugar perigoso e de profissionais com baixa qualificação. O dilema moral de Carolina gira em torno de ofertar provas de que não é o morador categorizado. O exemplo do “policial” dado por Caroline torna a ideia dela clara sobre o dilema moral vivido pelos moradores do bairro:

Cê tem que sempre... É o que o meu marido fala por ser policial: ‘sempre que eu falo que eu sou policial, eu tenho que falar que eu sou honesto, que eu não aceito isso que...’. Cê tem que sempre que afirmar e mostrar algo bom do local para poder não ter essa visão de que sempre tem bandido do lado de lá.  
(Caroline)

Neste caso há uma necessidade de se provar como um morador equivalente ao morador do “lado de lá”. Sobre este aspecto, vale ressaltar uma necessidade de estar a todo o tempo provando ser o *morador honesto* como um dispositivo de limpeza moral. Essas situações são vivenciadas também por moradores de “favelas cariocas”. Estes,

Na tentativa de enfrentar os estigmas derivados das imagens de “convivência” [...] desenvolvem permanente esforço para provar ao restante da população da cidade que são “pessoas de bem”, honestas, confiáveis, pacíficas e sem participação ativa na “sociabilidade violenta”.  
(Machado da Silva, 2008, p. 23).

O morador dos lugares categorizados como violentos, tem a reputação questionada com base em um padrão valorativo elaborado por aqueles que habitam nas áreas consideradas *nobres*, o que incide inclusive, na adoção de uma postura

moralizante, cuja finalidade é construir uma reputação dissociada da *sociabilidade violenta*.

Ao estabelecer uma interação mais intensa nos espaços da margem direita do Rio Paraíba do Sul, ainda bem jovem, me deparei com o uso “despreocupado” de psicoativos. Pensei imediatamente: ‘depois dizem que Guarus é isso, ou aquilo...’. Esta questão, inclusive, permitiu que eu estabelecesse uma separação entre o “consumo de drogas” e a “violência”, até então práticas diretamente relacionadas em meu imaginário, dada a estigmatização dos usuários de drogas no contexto do próprio bairro. A situação vivenciada por mim no contexto de Custodópolis e o “choque de realidade”<sup>84</sup> experimentado nesta situação, me permitiu evidenciar o caráter “moralista” com que tais práticas são categorizadas no próprio bairro, onde o uso de psicoativos estava intimamente relacionado à “vida errada” no entendimento das *peessoas de bem* que compõem a sua população.

O que está em questão, na verdade, é a necessidade de fornecer provas que justifique seu pertencimento à sociedade mais ampla, seja no contexto do bairro, seja fora dele. Para que isto seja possível na prática, há necessidade de manter-se longe da “turma”. Enquanto eu realizava a entrevista com Ângela, seu sobrinho estava sentado na sala, e em um dado momento, quando ela falou da “vida errada”, direcionou a palavra a ele também. Ela fez as seguintes colocações:

É o que eu converso com ele [sobrinho], ele é lá da baixada lá oh... Eu converso tudo, explico abertamente. Já até falei com ele, ‘oh, tá vendo aquela pessoa, a gente conhece, fala assim oh: oi! Tudo bem? Tchau!’ Não pode nem ficar muito perto, que pode vir uma hora alguém pra fazer alguma coisa com ele... E a gente até fala, “Oi, tudo bem”. Eu falei: ‘não pode discriminar, tem que falar, mas não pode ficar junto. Infelizmente ele já escolheu outro caminho’. Ai eu jogo aberto. Ele é meu sobrinho, filho de Keila, irmã do meu marido, que trabalha na Pacheco [...]

Não é porque a gente mora em Custodópolis, vive no meio da comunidade que a gente tem que... Tem que se destacar, porque oh, tem as minhas filhas, elas foram criadas aqui. [Bruna], 25 anos que ela mora aqui, sua irmã, 30 anos. Ela morou aqui 30 anos aqui em Custodópolis, e nem por isso deixou de ser doutora, entendeu? Ela estudou, é uma doutora, Bruna está fazendo o mesmo. Nem por isso, que mora em Custodópolis! Fez diferença! É o que eu falo: ‘tem que fazer diferença! Não é o bairro que faz as pessoas’ Eu eduquei minhas filhas e elas sempre falaram: ‘mamãe eu moro no fim do mundo’. Irmã de Bruna: ‘mãe, ninguém me dá nem uma carona lá na faculdade. O pessoal acha que eu moro no fim do mundo’.

(Ângela)

---

<sup>84</sup> Alfred Schutz (2012).

Há sempre necessidade de oferecer provas justificando ser uma pessoa de bem, neste caso, não ser integrante do *núcleo duro* da *sociabilidade violenta*, mas, sim, desfavorável a ela. Ao fazer o relato, Ângela incorpora a crítica feita aos moradores de Custodópolis, logo mobiliza a formação das filhas para provar que “faz a diferença”. Assim como Ângela, o repertório moral de Caroline não está dissociado do produzido pelos moradores do lado de lá, e é justamente esta posição que ela necessita provar a todo tempo. Há um reconhecimento da má reputação do bairro e uma busca constante para se distanciar desta.

Suane, a dona da *Land Rover*, era uma moradora do bairro, onde o seu esposo foi comerciante por muito tempo, portanto, uma *notória* no bairro e fora dele, mas a amiga de Caroline não a toma como uma moradora do bairro dada a sua reputação, um *símbolo de prestígio* que não é equivalente à *visão* elaborada sobre os moradores do bairro. A surpresa em saber que Suane frequenta o bairro expõe a sua expectativa sobre a reputação que o morador de Custodópolis deveria possuir. O dilema vivido por ambas reflete a ausência de uma interação intensa de sua amiga com a margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, logo, saber que Custodópolis possui estudante de odontologia e que não há problemas em transitar pelo bairro de *Land Rover*, alterou a posição do bairro em sua *visão*. Nesse caso, há uma alteração na percepção de ambas a partir da interação estabelecida. Sobre este aspecto vale a seguinte abordagem de Park (1948, p. 137): “a comunicação antes compreende uma transformação nos indivíduos que assim se comunicam. E essa transformação continua incessantemente com o acúmulo de experiências individuais nos espíritos dos indivíduos”.

Para ambas, a comunicação, em uma ocasião de disputa moral, provocou transformação. Caroline, inclusive, destaca o quanto as suas “ideias” sobre o bairro foram alteradas a partir do momento em que “saiu” dele:

**[O que você acha do bairro de Custodópolis? O que você tem a falar sobre o bairro de Custodópolis?]**

Minha visão hoje, que eu tô mais fora, assim, do bairro, não só fora do espaço físico, mas, assim, como uma *cabeça diferente*, umas *ideias* diferentes, eu vejo que há sete ou oito anos atrás a minha resposta seria outra, e toda essa violência que ronda o bairro de Custodópolis eu não vejo sendo um problema de Custodópolis. ‘Custodópolis é perigoso...’ Vários amigos de uma outra faculdade que iniciei, nunca me deixaram em Custodópolis. Que ‘lá é muito perigoso, depois das dez tem toque de recolher’. Tipo assim: ‘a gente te leva até um certo ponto, depois a gente paga um táxi para você, porque lá é perigoso’. Essa *visão violenta* de Custodópolis eu vejo em qualquer lugar [...] eu vejo

Custodópolis como um bairro de classe média baixa, um bairro pobre, mas não vejo tão violento como *pregam* por ai. Eu não vejo essa violência toda lá não.  
(Caroline)

O trecho é parte do início da entrevista realizada com Caroline. O que vale ser destacado de antemão, é a ênfase que ela dá aos “problemas” do bairro. Ao iniciar a entrevista deixei claro que estava fazendo um trabalho de pesquisa sobre o bairro, mas não falei sobre violência. Por uma razão muito clara: não era o meu objetivo de pesquisa.

A violência surgiu em suas falas como uma categoria de desqualificação do bairro. Para Caroline este é o problema central, mas não a “sociabilidade violenta” ou do ponto de vista de como se sente afetada por tais práticas, mas em termos da categorização do bairro como tal. Se dermos uma olhada na pergunta que gerou o trecho acima, poderemos perceber que eu, em momento algum mencionei a palavra “violência”. Ao perguntar o que achava do bairro, a propósito, uma pergunta genérica, ela conferiu atenção ao modo como o bairro é percebido pelos não moradores.

É importante notarmos ainda, o momento em que começou a “pensar” no bairro a partir do momento em que acessa a opinião do não morador do mesmo. O bairro vivido passou a ser categorizado como violento a partir do momento em que ela entrou na universidade. A interação intensa vivida do *outro lado* fez com que ela tivesse acesso aos rumores sobre o seu lugar de moradia, logo a sua forma de perceber o bairro também fora alterada, pois passou a apresentá-lo em resposta às categorizações elaboradas pelos não moradores. Para entendermos este processo, cabe a seguinte consideração de Stonequist (1935, p. 10-11):

The typical traits of the marginal man arise out of the crises experience and in response to the situation. The individual’s life-organization is seriously disturbed. Confusion, even shock, restlessness, disillusionment, and estrangement may result; a new self-consciousness develops to mirror the newly realized situation.<sup>85</sup>

Vivenciar situações de disputa possibilitou a ela um acesso a sua realidade categorizada por outro. Tornaram-se claros os limites da cidade e, logo, a sua posição na mesma. Dewey (1927) destaca que “a experiência mostra que, às vezes, o senso de opressão externa, como por meio de censura, age como um desafio e desperta energia

---

<sup>85</sup> “Os traços típicos do homem marginal surgem da experiência de crises e em resposta à situação. Organização da vida do indivíduo está seriamente perturbada. Confusão, até mesmo choque, agitação, desilusão e estranhamento podem resultar; uma nova auto- consciência se desenvolve para espelhar a situação recém- realizada”.

intelectual e provoca coragem”. Neste caso, o “senso de opressão externa” fez com que Caroline formulasse críticas com base em suas interações intensas no bairro para contrastar a má reputação do seu lugar de moradia.

O bairro é categorizado a partir de uma disputa que envolve as experiências cotidianas do morador, no caso, Caroline, e a sua amiga, moradora do “lado de lá”. Esta, ao realizar comentários sobre o bairro, clarifica a cartografia moral da cidade. A cartografia moral, neste caso, obviamente, é circunstancial, refletindo posicionamentos e seus respectivos imaginários. Ela será definida a partir de uma interação intensa vivenciada nos diferentes espaços da cidade, bem como as moralidades que constituem os mundos sociais experimentados nestes diferentes contextos. A cartografia moral da cidade estaria atrelada, no entanto, a diferentes repertórios presentes na mesma. Este trabalho identifica uma categorização das áreas consideradas “nobres” ou “violentas” a partir da ocupação das “primeiras famílias”. Este aspecto é importante na elaboração do status dos diferentes bairros da cidade, e nessa escala valorativa, Custodópolis ocupa uma posição inferior.

Os rumores sobre o bairro o significam de tal modo, que há uma barreira moral impedindo que moradores de determinadas áreas da cidade circulem no mesmo. Neste caso, a circulação está intimamente atrelada à cartografia moral: “Te levo até certo ponto, mas...”. Os amigos de Caroline não se dispunham em levá-la a casa por compreenderem o bairro como um “lugar perigoso”. Estes, inclusive, difundem informações sobre o bairro, mesmo sem nunca terem ido ao lugar. A interação que estes possuíam com a localidade até conhecerem Caroline, era mediada por rumores. Vejamos um trecho da entrevista que contempla este aspecto:

**[E esses amigos que não te levavam à Custodópolis? Eles já estiveram em Custodópolis? Como eles sabiam que Custodópolis era violento?]**

**Caroline:** Por falar, por acharem que era violento, por reportagem. Porque pode acontecer alguma coisa, é na... No Parque Novo Mundo, que é um bairro vizinho, aconteceu em Custodópolis! Matou no Nova Campos em frente do Rotary, aconteceu em Custodópolis! Então, tudo acontece em Custodópolis. Por ser também um bairro de circulação de outros bairros... Pra você ir para um bairro é mais fácil você ir por dentro de Custodópolis... Para o Santa Rosa, Casa de Custódia... Então, por ser um bairro de circulação, que as coisas às vezes acontece ali [em Custodópolis]. Mas pensavam mesmo que tinha aquelas barricadas ali, tipo: ‘ninguém vai passar ali, abaixa o farol, abaixa o vidro pra vê quem é [...]’.

**[Quando você fala para os seus amigos que mora em Custodópolis, qual a reação deles?]**

**Caroline:** Sempre em relação a ‘zoar’, né? Sempre em relação a zoar. Uma professora que tive, pediu para a gente fazer um trabalho sobre o nosso bairro.

O meu trabalho, eu creio que foi o mais rico da turma, porque Custodópolis é rico! De informações, de relatos, de memórias mesmo, dos moradores... E quando eu fui apresentar o trabalho eu vi que isso [má reputação do bairro] foi um pouco quebrado, pois eles nunca foram lá, eles nunca foram. Eles ouvem também pelas informações que são levadas a eles, mas eu sinto que isso foi quebrado um pouco. Eu apresentei como um local que tem centro de saúde, do Hospital Álvaro Alvim que tem ponto lá. Que tem delegacia que atende lá, eu expliquei bem detalhado que tem um CRAS, que é polo para os outros bairros, onze bairros, e mostrei com relação à violência também, com relação à educação, que tem várias escolas assim, próximas, e percebi que foi um pouco quebrado em relação ao bairro, mas da mesma forma que isso foi quebrado, o índice de violência tem crescido mais na região. **[Na região de Custodópolis?]** Em volta do bairro. Ai eu acho que fica assim, uma informação meio trocada. Tipo, eu falo uma coisa, o jornal... a mídia diz outra e eles ficam meio receosos assim.

Eu tenho um quintal grande, um lugar que daria uma festa, eu citei Custodópolis e todo mundo ficou olhando para um lado e para o outro e ninguém quis vir porque era Custodópolis. ‘Vamos lá, tem churrasqueira, um espaço grande’. ‘não, não, vamos fazer em outro lugar então’. Foram para outro lugar. ‘ah, vamos fazer na casa de fulano lá em Goitacazes’. Cara, mas Goitacazes é Custodópolis, é igualzinho, por que Custodópolis não pode? Tem lá a linha do limão, sei lá o quê que é aquilo, que é perigoso à beça, será por que não quer Custodópolis? Sei lá, eu acho que é mais essa pressão mesmo que fazem, que ‘Custodópolis é perigoso’. Todo mundo entende que Custodópolis é perigoso.  
(Caroline)

O trecho acima remonta três situações experimentadas por Caroline na universidade. Em um primeiro momento, destaca os limites morais que incidem sobre a circulação física de seus amigos de faculdade; uma ocasião na sala de aula, quando ela se viu em uma situação de eliminar as dúvidas existentes sobre o bairro de Custodópolis; e, por fim, uma discussão envolvendo a decisão de um lugar para que fosse realizado um churrasco de sua turma de graduação. O trecho acima destaca os efeitos produzidos pelos rumores presentes, sobretudo, em notícias de jornais. Neste caso, um veículo de propagação da má reputação do bairro. Enquanto as ações de limpeza moral realizadas pelos seus moradores visam promover a circulação na localidade, os rumores presentes nos periódicos a desqualifica.

No ano de 2013, em uma ocasião que envolvia a preparação de um artigo<sup>86</sup> para ser apresentado no Congresso Argentino de Antropologia Social (Assis, 2013), realizei uma análise de conteúdo de um ano completo em um periódico local<sup>87</sup>, neste caso, da

---

<sup>86</sup> Assis, R. (2013).

<sup>87</sup> No tocante a pesquisa com o periódico (em Anexo), eu selecionei o jornal impresso, Folha da Manhã, pois é um jornal que tem uma abrangência maior dentro do município. O motivo de eu ter selecionado de doze meses de 2012 a 2013 e não somente de um ano, se deu pelo fato de não encontrar o mês de dezembro de 2013, na Fundação Jornalística Osvaldo Lima, biblioteca e acervo municipal de jornais mais recentes. Como queria trabalhar com um ano inteiro para não correr o risco de contaminar meus dados

cidade de Campos. A minha proposta foi a seguinte: extrair das notícias expressões com teor valorativo, o que eu defini naquele momento como “classificações morais”. Como exemplo poderia citar a expressão “bairro nobre”. Esta emite não uma classificação lógica, que seria apenas a categorização de um bairro por atributos geográficos. Ao usar o predicado “nobre”, qualifica uma determinada região. O mesmo ocorre quando a expressão é “lugar violento”, que neste caso, seria uma desqualificação.

A pesquisa realizada teve como objetivo coletar qualquer notícia que contivesse o nome de um bairro ou distrito, para que delas fossem extraídas os conteúdos e as expressões utilizadas para qualificar estes espaços.

Os bairros da margem esquerda, quando mencionados, são desqualificados moralmente. Esta desqualificação está associada, geralmente, a violência. Não se trata apenas de transmitir a notícia sobre um crime, mas juntamente com a notícia, categorizar o local como violento. Assim, pode-se ter uma compreensão do que Caroline quis dizer quando os seus amigos tem acesso às informações sobre o bairro através de “reportagens”. Neste caso “a notícia suscita no *público* o que a percepção suscita no indivíduo” (Park, 1972).

Há uma diferença importante no modo como o conhecimento chega ao público por meio de uma notícia, e ao indivíduo por meio de uma interação intensa. No caso primeiro, o conhecimento chega como informação, já no segundo, como percepção (Park, 1972). O conhecimento sobre um lugar ou uma pessoa, pode ser transmitido a um grande público por meio de uma notícia, e esta poderá ser a única informação que o público terá do lugar. No caso de uma situação de copresença a experiência fornecerá elementos de significação para que o indivíduo possa chegar a novas conclusões.

Se há uma questão cara para este trabalho é o suposto pragmatismo da notícia (Ver: Schwarcz, 1987). Os meios de comunicação podem ser a única forma na qual um indivíduo acessa o conhecimento sobre determinada *realidade*. Neste caso, a mídia

---

(tendo em vista que algumas notícias são mais recorrentes em determinados períodos, como mês do natal e carnaval.), selecionei o mês que faltou no ano de 2013, no caso, dezembro de 2012. Com relação a escolha dos periódicos, fiz seleção de uma semana de cada mês. Eu dividi cada mês em quatro semanas e, na medida em que mudava o mês, eu pegava a semana seguinte, não a mesma do mês anterior. No tocante a seleção das notícias, eu não pesquisei colunas específicas, mas folheei todo o periódico buscando notícias que faziam menção a lugares da cidade. Só deixei de analisar uma coluna específica, no caso, a coluna “Bairros”. Esta apresenta os “problemas” dos bairros de acordo com a opinião dos moradores. Neste caso, não é o meu interesse investigar o problemas apresentados pelos moradores, mas como as notícias corriqueiras produzem conhecimentos sobre diferentes áreas da cidade. Neste caso, busquei identificar as classificações que o jornal atribuía para além da simples informação. No tocante ao número de jornais investigados, ao todo foram 98.

poderá contribuir para que determinados públicos possam qualificar situações não a partir de um “conhecimento acerca de”, e sim, “conhecimento de”<sup>88</sup>.

Se pensarmos a construção da informação para além de um trabalho pragmático, notaremos como há interferências de *diferentes relevâncias motivacionais*<sup>89</sup> na produção de uma informação de alcance público.

As categorias mais recorrentes associadas à região de Guarus foram as seguintes: “bairros considerados perigosos”; “criminalidade na cidade”; “favelização”; “puxadinhos”; “homicídios em plena luz do dia”; “onda de crimes”; “locais de tráfico de drogas”; “lei do silêncio”; “crianças menos favorecidas”; “alheio as normas de trânsito”. É importante ressaltar que as categorias citadas neste parágrafo são produzidas em contexto de notícias sobre violência. As classificações são atribuídas sem quaisquer justificativas. Neste caso, são *conhecimentos de*, não *acerca*, pois não existem - pelo menos, não é colocado no corpo da notícia - menção a pesquisas realizadas para dar suporte às categorias morais existentes.

Em relação ao Bairro Pelinca, podemos perceber a recorrência de outras categorias morais, dentre as quais podemos citar: “área nobre” e “desordem urbana”. No caso da área central, ou em bairros próximos a ela, há menção a “desordem urbana” referente não apenas ao trânsito, mas aos camelôs presentes na região. Estes questionamentos estão muito mais associados à noção de ordem pública, no caso, uma desregulamentação normativa das áreas, não a desqualificação dos lugares mencionados. Já as notícias veiculadas sobre acontecimentos localizados em diferentes áreas de Guarus, além de não ter sido identificada nenhuma categorização positiva - como no caso da Pelinca, chamada de área nobre -, há uma desqualificação contínua do lugar como um todo, bem como, de cada uma das suas partes, quando mencionadas especificamente. Os problemas, portanto, estão atrelados ao lugar, não à ordem pública na qual estes lugares estão inseridos. No caso da desordem urbana do centro e da Pelinca, essa está associada basicamente ao comportamento dos motoristas.

O periódico apresenta Guarus como uma região permeada pela “violência”, “tráfico de drogas”, “habitações irregulares”, “ordem violenta”, enfim, uma região

---

<sup>88</sup> Com relação ao “conhecimento acerca de” e o “conhecimento de”, Park se apropria da discussão de William James ((1896) *The Principles of Psychology*. Nova York: Henry Holt & Co, pp. 221-222) acerca dos dois tipos fundamentais de conhecimentos. No primeiro caso, o conhecimento é construído a partir de percepções, juntamente com um procedimento metódico, no caso, um conhecimento especializado sobre algo. No segundo caso, é construído somente a partir da experiência, caso que se assemelha ao conhecimento produzido no senso comum.

<sup>89</sup> Alfred Schutz (2012).



moral composta pela violência e pobreza, ou seja, uma região moral marcada pela degradação.

É importante ressaltar que nem todos os lugares recebem categorizações morais, por mais que estes noticiem situações de “violência” urbana. Portanto, me interessa aqui perceber os lugares aos quais o periódico atribui categorizações morais. Gostaria de separar aqui três modos de categorizar utilizados pelo periódico: (1) “violência relacionada ao tráfico de drogas e roubo”, (2) “construções irregulares em conjuntos habitacionais” e (3) “desordem urbana ligada ao trânsito”. Os dois primeiros estão associados aos bairros situados na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, neste caso, em Guarus. O distrito é denominado “violento” e com “favelização”, enquanto a margem direita está associado a “desordem urbana”. Deste modo, as áreas situadas na margem direita do rio estão categorizadas como sendo desordenadas em decorrência do “abuso” de motoristas estacionando em “áreas irregulares”.

As notícias produzem conhecimentos sobre localidades as moralizando. Se eu chegasse à cidade hoje e abrisse um jornal, poderia concluir que Guarus é um lugar perigoso permeado pela “pobreza” e “favelização”, e o “morador da cidade”, em termos mais gerais, é imprudente em relação às normas de trânsito, o Mercado Municipal não oferece condições de higiene em seus açougues e a Pelinca uma área “nobre” com “motoristas estacionando em locais proibidos”. Enquanto o problema da “ordem pública” é tomado como um problema de falta de fiscalização das ruas, os lugares perigosos não são tematizados como “problemas de segurança pública”, e sim como uma *tipicidade* que reflete a degeneração moral dos seus habitantes.

A notícia, neste caso, trabalha com a divulgação de rumores que acabam provocando um sentimento de insegurança nos moradores do “lado de lá”. Caroline, inclusive, destaca a notícia sobre a violência no local como um fator que oferece suporte para razão pela qual seus amigos tem receio de irem ao bairro, “Tipo, eu falo uma coisa, o jornal... a mídia diz outra e eles ficam meio receosos, assim”.

As situações de copresença experimentadas por Caroline na margem direita são marcadas por disputas morais que tornam claras a axiologia dos seus pares da universidade em relação ao seu lugar de moradia. Ao se deparar com estas situações vivencia uma certeza que vai de encontro a sua, logo, se envolve em uma disputa cujo fim é a limpeza moral. Este momento ocorre no mundo prático da Caroline quando a mesma se depara com uma certeza que põe seu mundo de origem à prova.

O trabalho apresentado sobre o bairro na universidade se revelou, nesse sentido, como uma oportunidade de colocar à prova a imagem que os seus colegas possuíam sobre o seu bairro. Neste caso, a certeza de um é a dúvida do outro; o que ela tentou resolver por meio da “comunicação”. Nesta, ela apresentou provas que iam de encontro as expectativas que seus colegas possuíam sobre o bairro, o que inclusive, foi externalizado por estes da seguinte forma: “Nossa, lá tem tudo isso?!”. Neste caso os seus pares da universidade possuíam *conhecimento* de Custodópolis elaborado em contextos nos quais Custodópolis era *habitualmente* tomado como perigoso.

A exposição coloca diante de seus pares um lugar vivido para além das notícias produzidas sobre o mesmo. Os seus pares “do lado de lá” não possuíam acesso ao bairro, e a falta de uma interação intensa com o mesmo fez com que eles absorvessem a imagem de um lugar “estereotipado”, neste caso, incompatível até mesmo com o *perfil* Caroline, que é sempre questionada pelo fato de ainda continuar indo “naquele buraco”.

O encontro de *mundos* na universidade torna perceptível a estes a opinião que ambos possuem. Caroline se deparou com a axiologia dos seus novos pares e esta fez com que ela acessasse a cartografia moral da cidade. Nesta cartografia, Custodópolis é um “lugar violento”.

Ao vivenciar a disputa moral, ela externaliza também a sua cartografia moral da cidade. Na ocasião do churrasco da turma, ela se incomoda com o fato de Goytacazes ser considerado uma opção, apesar de ser mais distante do que Custodópolis, e, em sua axiologia, Custodópolis é equivalente à Goytacazes<sup>90</sup>, pois também tem um lugar “perigoso à beça<sup>91</sup>”. Neste caso ambos apresentam um “perigo” equivalente, do ponto de vista de Caroline, mas, segundo a cartografia moral apresentada pelos seus pares, Goytacazes não é perigoso, o lugar é tomado apenas como distante, não como violento.

O que está em questão não é simplesmente a existência da violência no bairro, mas a atribuição desta característica como elemento constitutivo da localidade, sua essência. Caroline não é a primeira se envolver em situações como esta, pois a localidade de Custodópolis, bem como, Guarus, foi categorizada moralmente em outras situações, alterando apenas o “conteúdo”. Os jornais locais, neste caso, acabam se tornando vetores dos processos nos quais as localidades são objetos de rumores. Usar a categoria “lugar violento” produz efeito na circulação dos moradores, pois um “lugar violento” não é onde se deva transitar.

---

<sup>90</sup> 2º Distrito do município de Campos dos Goytacazes.

<sup>91</sup> Advérbio de intensidade equivalente a muito.

A categorização do bairro como um “lugar violento”, neste caso, é inerente a uma ampliação dos limites do bairro para além das suas fronteiras administrativas. Situações envolvendo o crime violento nos bairros vizinhos são noticiadas como sendo em Custodópolis. Este enquadramento vai ao encontro do que eu destaquei em relação ao exemplo do Jongo de Maria Anita. O desconhecimento de Ozório Peixoto fez com que ele ampliasse os limites do bairro. Logo, se o Jongo de Maria Anita não era em Custodópolis, algumas situações noticiadas nos jornais também não.

Obviamente que esta afirmação faz parte ainda de um processo de limpeza moral do bairro, na qual há um grande esforço por parte dos moradores em provar que o lugar não é violento, uma vez que a violência vem sempre *de fora*. Neste caso uma necessidade de oferecer provas de que o violento vem de fora, não é de Custodópolis.

Diante das diferentes categorias utilizadas para qualificar a localidade de Custodópolis e Guarus, podemos nos reportar para a situação vivenciada por Caroline no pré-vestibular. Como já mencionado, o morador de Guarus é categorizado como “favelado” e “favelado cafona”. Há uma série de categorias de desqualificação mobilizadas para categorizar moralmente o morador do “lado de lá”. Além dos rumores, há ainda a jocosidade, destacada por Caroline como “zoeira”.

A jocosidade, neste caso, é uma forma sutil e relativamente aceita, mas não deixa de externalizar a crítica dos colegas de turma da Caroline. Radcliffe-Brown (1949, p. 196) trata a “jocosidade” como uma relação de “afabilidade” e “antagonismo”. Neste caso, há uma espécie de permissão ao desrespeito, de suspensão da tensão dada pela relação de proximidade entre ambas as partes. Poderíamos mencionar a situação descrita por Geertz (1978) em Bali, quando ser “caçado” é equivalente a ser “aceito”. A jocosidade, no entanto, quando utilizada, significa que há uma relação de proximidade.

Nem por isso a jocosidade está isenta de um conflito, este é apenas operado de outro modo em contextos de *zoeira*. Nestas circunstâncias “a crítica é apresentada como se não fosse séria ou relevante, mas proporcionando, ainda assim, a colocação de algo do comportamento/das características do outro em questão” (Werneck, 2015, p. 190). Neste caso a crítica dos amigos de Caroline é realizada como se não fosse séria, pois é uma situação de jocosidade, mas ao serem jocosos, expressam a suas compreensões do que é ser um “morador de Custodópolis” ou “morador de Guarus”. Brincando, a confrontam e a colocam em uma situação de prova.

Huguenim (2011) escreveu um ensaio em um periódico local sobre os “estigmas” envolvendo os “moradores de Guarus”, e no texto ela apresenta a situação na qual ela se “deparou” com a localidade sendo alvo de estigmatização:

Essa minha percepção surgiu numa mesa de bar. Sentada com amigas “de Guarus”, falava de um chocolate suíço que adoro e perguntei se numa loja de lá vendia dele. A resposta foi carregada pela representação essencializada que se faz da região: “você acha que o povo de Guarus compra chocolate suíço?”.

Ela está descrevendo uma situação típica na qual a jocosidade expõe a axiologia presente nas situações envolvendo dispositivos morais de qualificação e desqualificação dos “Moradores de Guarus”. Morador de Guarus, neste caso, de categoria lógica, torna-se moral. Fazer o uso da expressão Morador de Guarus em Campos é caracterizar um desqualificado em potencial da cidade de Campos.

Cabe ressaltarmos aqui, que ser “morador” de Custodópolis e de Guarus, é fornecer provas que sustente não apenas aquela discussão clássica de “trabalhadores x bandidos”. As categorizações que são dadas à localidade, bem como, aos seus moradores, partem de um princípio de que os moradores são amorais, neste caso, não comungam com uma moral da sociedade mais ampla. São desqualificados, cafonas, moram no fim do mundo, vivem em um lugar violento, não possuem poder aquisitivo para adquirir uma *Land Rover*, enfim, tem a reputação questionável.

#### **5.4 *Mentalidade daqui e mentalidade de lá: dilemas morais de uma jovem criada do outro lado.***

O caso de Bruna é interessante para que possamos levantar uma reflexão sobre situações de disputas vivenciadas no interior do bairro por esta ter obtido uma “criação toda lá”, neste caso, na margem direita. Ao estabelecer um contato com Bruna para a realização da entrevista, expliquei quais eram os meus objetivos. Fui bem claro com ela: “Estou entrevistando jovens que estão na faculdade e frequentam instituições do lado de lá, com o objetivo de entender as classificações que os jovens que moram em Custodópolis recebem”. Não foi assim que eu entrei em contato com Caroline, mas após a entrevista com ela, achei que seria interessante dar este direcionamento.

Marcamos a entrevista sem problemas. Fui à sua casa em um dia de sábado, ela preparou um café na cafeteira – o que não é o caso de Margarete e Dona Janaína, que ainda usam coador de pano – e começamos a entrevista. Um dos meus problemas de pesquisa se tornou evidente em sua frase inicial: “Até você me fazer essa pergunta eu nunca havia parado pra pensar nisso”. Eu, na condição de pesquisador, a envolvi em

uma situação de indeterminação. Após se deparar com esta dúvida colocada por mim, pesquisador, ela disse que passaria a prestar mais atenção. Não era o meu objetivo, mas foi importante para que eu entendesse as diferentes gradações da desqualificação moral, que são vivenciadas com mais intensidade por aqueles que atravessam a ponte, ou seja, tem uma interação intensa fora do bairro.

Até então estava à procura de “moradores” que vivenciavam disputas morais do outro lado do rio pelo fato de serem moradores de Custodópolis. No caso dela houve, porém, em Custodópolis. Para a compreensão dessa situação cabe aqui o reconhecimento do papel da interação intensa na elaboração do *self* desses atores. Neste caso, uma reflexão acerca do que Bruna denomina “criação de lá”. Neste caso a interação é que importa na elaboração dos valores. Quais são os valores de Bruna em seu contexto de experiência?

Vamos ler um trecho da entrevista na qual Bruna faz menção ao que denomina “mentalidade”, neste caso, o estilo de vida dos moradores de Custodópolis:

Do CA até a oitava série eu estudei no Laura, meu primeiro na eu estudei no Alfa, aí depois eu resolvi fazer no [Colégio Estadual] por causa do ENEM, esta burocracia toda de escola pública, estas coisas todas, aí eu vim para o [Colégio], mas a minha formação é toda particular, nunca estudei aqui assim, só a parte do maternal, esta parte assim, pré, pré 1 e pré 2, foi aqui, mas daí em diante foi lá. Eu estudei minha vida inteira no Laura, aí depois eu fui para o Alfa. **[Então você fez o Ensino Médio no [Colégio Estadual]?)** fiz. **[Você notou alguma diferença na formação?]** Uhhh (risos). Teve um impacto muito grande. Por quê? Eu vim do Alfa, acostumada com adolescente, com os problemas de adolescentes riquinhos, né? Que é outra realidade. Aí quando eu vim para o [Colégio Estadual] no primeiro ano, eu tive aquele impacto do... Além de ser numa escola pública, ainda foi à noite, que tinha muita gente, muito repetente, muita gente mais velha, muita gente que trabalhava, muita gente que mal sabia ler. Então eu tive esse impacto assim, aquela pancada grande na questão social, porque eu estava acostumada com o Alfa, depois foi para o Auxiliadora fazer o Normal, e chegar aqui no [Estadual] à noite... Eu tive um certo espanto. Não estava acostumada com isso, por ter uma bagagem de escola particular em questão de idade essas coisas. Aí no segundo ano eu fui para de manhã, que é mais parecido em questão de idade, que é mais parecido com a parte de lá, mas a questão social é totalmente diferente. O que eu tinha lá, por exemplo: minha vida total era lá. Lá no centro. E a realidade daqui é totalmente diferente. Eles não tem nem mentalidade de faculdade, nem técnico. É difícil você ouvir alguém falar: ‘ah eu vou fazer um técnico, uma faculdade’. Faculdade quase nunca, técnico é mais fácil. Quando eu falava que ia fazer faculdade o pessoal **[dizia]**: ‘para faz um técnico. Você quer fazer faculdade de quê?’ Engenharia. ‘nada, faz um técnico, cê vai arranjar emprego mais rápido.’ Não gente, eu quero fazer faculdade, eu vou fazer faculdade! E eles diziam assim: Nossa! Eu era totalmente um avesso ao mundo deles. Já lá não, eles já pensam em fazer faculdade fora. Minha irmã me incentivava: ‘vai mesmo’. Por quê? Também teve essa criação de lá. Minha irmã fez ‘odonto’ também, com muitos riquinhos, essas coisas. Também tinha essa mentalidade de lá. Já aqui não.

(Bruna)

Ao falar sobre o seu “retorno” ao bairro para a realização do Ensino Médio no Colégio Estadual, relata momentos de disputa vivenciados com os seus vizinhos, que ela denomina de “mundo avesso” ao dela. Ao fazer uma separação entre a “mentalidade daqui” e a “mentalidade de lá”, evidencia a axiologia que ela construiu sobre o bairro. Ao interagir no bairro com jovens de sua faixa etária se depara com “mentalidades” que a mesma denomina como sendo de Custodópolis, o que ela denomina de “outro mundo”, não os reconhecendo como o seu.

Sobre este aspecto, Telles (2006, pp. 218-220) destaca a trajetórias de dois jovens que acessam outros mundos em relação tanto aos seus pais quanto aos demais jovens do bairro de origem. A partir de uma entrada destes no que a autora denomina “circuitos nobres da cidade”, os jovens começam a questionar os recursos disponíveis na “favela”, onde “tudo é longe”, “não tem o que fazer”, “o pessoal é grosso e mal-educado”, enfim, não compartilham o mundo que eles tomaram para si. Na medida em que estes se depararam com novos “horizontes de possibilidades” (Velho, 1981) o habitual passou a ser questionado.

A sua trajetória fora elaborada não no contexto do bairro, mas “no centro”. O que seria este centro? Seriam os pares com os quais ela estabeleceu uma interação intensa em sua fase escolar. Quando a entrevista foi realizada, ela ainda estava na graduação, mas com planos de fazer pós-graduação na Alemanha. Esta expectativa, bem como a sua sensação de distanciamento com relação aos demais moradores do bairro da sua geração, reflete o caráter situado da sua bibliografia. Bruna tem parentes na Alemanha e foi “criada do lado de lá”, essas experiências a inserem na situação de modo diferenciado. O leitor talvez esteja pensando neste momento que Bruna não consegue estabelecer relações no bairro devido a sua “mentalidade”. Não é o caso, ela “frequenta” à igreja batista e faz parte um grupo de reunião que ela denomina “célula”. Esta ocorre, semanalmente, na residência de um dos membros do grupo.

Para compreendermos a posição de Bruna no bairro devemos combinar uma série de fatores relacionados à fase da vida pela qual está passando, neste caso, uma jovem que, como outro jovem qualquer, tem projetos que ultrapassam a experiência familiar e a do bairro vivido. A sua experiência vivida torna o seu processo de

“socialização<sup>92</sup>” ainda mais sensível, por implicar, desde as fases de socialização primária, em escolas do *outro lado*, em um grau de mobilidade que faz com que a sua trajetória se diferenciasse enormemente das demais experiências próximas, dos jovens do bairro em que vive. Estas, em sua compreensão, se situam em um “mundinho” pelo fato de seus moradores não projetarem suas expectativas para além dele. Há uma crítica a uma perspectiva “bairrista” presente entre os jovens e adultos do bairro, segundo o seu ponto de vista, como ela expõe no trecho que segue:

Tanto que quando eu fui fazer o primeiro Enem da minha vida, eu passei para Juiz de Fora [UFJF], e falei: Mãe, eu vou para Juiz de Fora! ‘Não, cê não vai não, cê vai ficar aqui’. Por quê? A mentalidade é a mesma deles daqui. É a mesma deles. Por quê? Nasceu [se referindo a mãe] e foi criada aqui. A mentalidade dela e do meu pai era a mesma coisa. ‘Não, se você quiser fazer faculdade, nem que eu tenha que pagar particular, você vai fazer aqui’. Em Juiz de Fora era pública, que eu queria, era engenharia, que eu queria, era tudo o que eu queria. ‘Não você não tem mentalidade para ir para outra cidade não. O meu ninho é debaixo de minhas asas...’ Essa é a mentalidade daqui. Já lá não, lá era outra mentalidade.

(Bruna )

A situação de sua ida para Juiz de Fora é uma situação utilizada por ela para tornar inteligível a “mentalidade daqui”, neste caso, fortes vínculos familiares. Ela navegou por moralidades para além do bairro, e esta navegação fez com que associasse o estilo de vida dos seus vizinhos como incompatível com os valores que ela construiu no decorrer de sua trajetória de navegação em diferentes situações na cidade de Campos. A posição em que ela se coloca, inclusive, muito se assemelha a condição do imigrante Judeu descrito por Park, neste caso, com o *self-dividido*, ou seja, pertencente a dois mundos. Bruna projeta uma vida para além de Custodópolis, que, para ela, significa cursar ensino superior e ter projetos que não se limitam ao bairro. Por transitar em diferentes mundos consegue objetivá-los. Assim como ir ao Shopping é “coisa de campista”, “nascer aqui, educar aqui, procriar aqui e morrer aqui” é a “mentalidade daqui”, neste caso, de Custodópolis.

Bruna, ao fazer tais considerações, tanto sobre o “campista”, quanto sobre os moradores de Custodópolis, destaca a sua interação com ambas as moralidades, e por consequência desta experiência acumulada, mantém uma relação de “distância dentro da relação”, situação vivida pelo estrangeiro de Simmel (1983). No tocante ao que ela

---

<sup>92</sup> Sobre este aspecto Berger e Lukmann (1999) estabelecem a seguinte diferenciação: (1) socialização primária e (2) socialização secundária. A primeira é vivido na infância, na qual o indivíduo está tendo o seu primeiro contato com a sociedade e a segunda, na fase subsequente, na qual o indivíduo se depara com novas experiências do mundo objetivo.

denomina “mentalidade daqui”, ela faz menção a um padrão de vida familiar que ficou muito evidente em meu campo. Não somente Bruna, mas os demais entrevistados, sobretudo mais jovens, mencionaram a “mania do puxadinho”, o que é muito importante para entender os enquadramentos cognitivos de determinadas famílias no interior do bairro. Ao falar sobre estas especificidades, gostaria de deixar claro que não estou negando que tal prática de construção não seja comum também do *outro lado*, a questão é que eu só posso fazer esta inferência em relação ao “lado de cá”, uma vez ter sido o lugar onde obtive dados empíricos.

Com relação ao “puxadinho”, esta forma específica de construção é muito comum. Em todas as situações observadas por mim, as construções dos filhos se dão no mesmo “quintal” dos pais, ou em um terreno vizinho. Quando as construções ocorrem em terrenos vizinhos, há construção de muros, mas, geralmente, é mantida uma passagem para o quintal dos pais. No caso de Bruna, por exemplo, o seu pai construiu a casa contígua à casa dos avós dela, aproveitando uma parte do terreno. Como já disse anteriormente, no caso de Júlia, o puxadinho integra um projeto de moradia que permite uma participação maior dos demais membros da família na “criação dos filhos”, o que contribui, inclusive, para maior flexibilidade de tempo e uma melhor inserção no mercado de trabalho. Relação que é substituída pela creche quando os jovens buscam maior autonomização em relação à família nuclear.

Caminhando pelas ruas de Custodópolis, Parque Nova Campos, Parque Bandeirantes e Jardim Santa Rosa é muito comum encontrar pequenas “vilas” compostas por famílias. As casas são distribuídas no terreno em formato de U ou L, porém, todas as moradias possuem autonomia umas em relação às outras. Cada casa possui recursos suficientes para não dependerem umas das outras estruturalmente, mas a sua contiguidade no mesmo terreno confere destaque as teias de relação e dependência que caracteriza o estilo de vida em comum entre seus moradores. A dependência, como já disse anteriormente, é no cuidado dos filhos, e também no recebimento de encomendas, cuidado de uma planta, um animal de estimação, em caso de viagem e propicia maior segurança das residências. É uma espécie de condomínio sem pagamento de taxa e sem porteiro. Em dias de festas todos os moradores do “quintal” participam, direta ou indiretamente, simbolizando a mutualidade da vida em comum nos espaços semipúblicos de circulação acessíveis aos habitantes do terreno, a própria varanda se constituindo como um espaço coletivo.



A reserva em relação aos demais moradores do quintal comum é relativa, mas é possível e passível de negociação. Margarete costuma fazer churrasco em sua varanda e não há uma participação intensa dos demais membros do quintal, o que não quer dizer que não haja distribuição do alimento que está sendo preparado no evento entre os demais membros da família. Tem que ter, pelo menos, um “pratinho de carne” para todas as casas, mesmo que os membros destas não estejam envolvidos, e a recíproca é verdadeira.

No caso de Dona Janaína, apenas uma de suas filhas compartilha diretamente do seu quintal, mas os seus dois filhos moram em terrenos vizinhos e um deles tem o seu quintal conectado ao dela por uma rachadura entre os muros. Outra filha mora no bairro, mas só retornou para este após ter ficado viúva, e é a única que mora em outra rua. Ela possuía duas filhas e um filho, ainda pequeno, e nesse período mudou-se para perto da mãe para não ficar “sozinha” no bairro em que morava com o seu esposo, no caso, o Parque Alvorada. Atualmente esta filha de Dona Janaína compartilha o seu terreno com uma filha, enquanto a outra mora na sua antiga casa. Os filhos de dona Janaína trabalhavam na loja de calçados com Seu Francisco. Em uma situação de “estabilidade” financeira, Seu Francisco comprou mais uma loja na Rua Barão do Amazonas, logo, cada filho homem “assumiu” uma loja. Uma de suas filhas é comerciante no bairro, onde já “tocou” farmácia e, atualmente, “toca” uma lanchonete.

Com relação à organização do quintal de Dona Janaína, o local aonde as roupas são lavadas é compartilhado com a sua filha que mora no mesmo “quintal”. Um aspecto que é comum aos três filhos que moram próximos a ela é a utilização de um poço artesiano que fora construído no início da década de 1990. Existe um sistema de encanamento que leva água do poço até as quatro casas, mas a luz da bomba d’água é ligada ao relógio de Dona Janaína, que pagava a conta de luz sozinha, até pouco depois do falecimento de Seu Francisco. Após o falecimento deste, ela sugeriu que houvesse uma “ajuda” de todos que utilizavam a bomba, e foi neste período que todos começaram a pagar uma taxa de contribuição.

Uma questão já colocada na apresentação da família de Bruna é elucidativa para uma reflexão sobre a sua crítica ao fato de os moradores “procriarem aqui”, neste caso, indicando uma crítica aos casamentos realizados entre moradores do próprio bairro. Os avôs paternos de Bruna eram irmãos, logo seus pais realizaram um casamento endógeno, entre primos de primeiro grau, mas a moça estende a sua crítica para o que percebe como uma tendência dos jovens do bairro de casarem-se entre si, e não com

jovens de outras localidades. Além dos laços de parentesco, outras formas de cooperação foram destacadas entre os interlocutores. A relação entre seu Francisco e Seu Manoel é um caso que merece ser entendido de modo mais minucioso, pois extrapolou a mera relação econômica de venda de calçados e a venda do terreno. Seu Manoel relata em uma dada situação, quando este estava no Bar de Kincas de costas e, de repente, Seu Francisco chegou colocando a mão em seu ombro dando “tapinha” em suas costas e falando para os presentes na situação do quanto ele era grato ao Seu Manoel pelo que havia alcançado. Ele acessou o bairro através de Seu Manoel e frequentou os mesmos espaços deste. Havia um alinhamento político, inclusive, que conectava os dois, quando a participação de Seu Francisco era mais intensa nas instituições presentes no bairro.

Com relação aos casamentos, os dados apresentam a recorrência com que os membros da segunda geração de migrantes se casavam entre si. Mais do que isso, que os casamentos se estabelecessem entre membros de redes de relações e cooperação. O pai de Caroline era irmão do esposo de uma das filhas de Seu Francisco. Um de seus genros era irmão do esposo de uma das filhas de Seu Manoel. Não houve casamentos entre os filhos de Seu Francisco e os de Seu Manoel, mas as suas famílias se ligam em relações matrimoniais em diferentes momentos ou graus de proximidade. É muito comum que as famílias tenham uma forte relação mesmo antes dos seus filhos se envolverem matrimonialmente. Uma frase muito comum ouvida pelos jovens no momento em que estes se envolvem em uma relação amorosa é: “ele/ela é filho/filha de quem?”, o que sinaliza para o caráter com que tais grupos se conectam, através de cadeias de reputação.

Um dos netos de Dona Janaína, primo de Caroline por parte da família de seu pai, começou a namorar uma moça “desconhecida”. Ela não era do bairro, seus pais haviam acabado de se mudar para a Rua Santa Cecília, no Parque Santa Clara, vizinho à Custodópolis. Como ela era uma “ordinária” para a família de Dona Janaína, adicionaram o seu lugar de origem a sua reputação, neste caso, ela era apresentada como uma moça vinda de Outeiro, de onde vieram alguns dos moradores de Custodópolis mais antigos. Sua origem a conecta a cadeia de reputações conhecidas pelos membros da família de Dona Janaína. Sendo assim, a moça vem de um “bom lugar”.

Conhecer origem é ter acesso aos quadros de referências que o novo membro possui, o que torna a escolha um fator de extrema importância. E este constitui um dos dilemas de Bruna. A partir destes exemplos, que não foram os únicos observados

durante a realização da pesquisa, pode-se entender um pouco do que Bruna denomina “mentalidade daqui”. Vejamos o seu relato sobre este aspecto:

Aí eu vim pra cá pro ensino médio aqui... A vida deles aqui é totalmente aqui. Eles só saem daqui para ir trabalhar. Porque a mentalidade deles é nascer aqui, educar aqui, procriar aqui e morrer aqui. A mentalidade de muita gente ali é assim. E já lá não: lá a mentalidade é: Eu cresci aqui, eu vou estudar, eu vou fazer um intercâmbio, vou fazer faculdade fora, não vou ficar aqui em Campos.

Para uma reflexão sobre a crítica elaborada à “mentalidade daqui”, cabe uma reflexão sobre o exaustivo trabalho de Thomas e Znaniecki (2006 [1918]) acerca da redefinição da situação entre os camponeses poloneses, quando estes chegaram à Chicago, que por sinal, é uma reflexão perfeitamente significativa para entendermos as disputas morais experimentadas na interação de grupos com diferentes modos de vida, sejam eles imigrantes de outras nacionalidades, ou migrantes internos. No caso de Custodópolis, de um contexto rural para um contexto urbano.

No tocante a especificidade encontrada entre camponeses poloneses, Thomas e Znaniecki (2006, p. 134) fazem as seguintes considerações:

Las instituciones sociales estadounidenses intentan, mediante una continua supervisión e interferência, desarrollar una organizacion fuerte del grupo conyugal entre los inmigrantes polacos que empiezan a mostrar ciertos signos de decadência em su vida familiar o entre los relación entre esposo y esposa e hijos no se ajusta a los criterios estadounidenses em ciertos aspectos<sup>93</sup> (Thomas e Znaniecki, 2006, p. 134).

No tocante ao trabalho realizado pelos autores entre camponeses poloneses migrantes nos Estados Unidos, o trecho citado destaca uma formação familiar que é percebida como inadequada para os critérios americanos. Fica evidente uma série de conflitos enfrentados pelos poloneses no estilo de vida encontrado nos Estados Unidos. Os dilemas foram decorrentes de um novo estilo de vida urbano que estava redefinindo a situação familiar dos poloneses, neste caso, a “grande família” estava sendo tomada como “decadente” em relação à organização familiar estadunidense, nuclear.

Novas definições são colocadas pela nova vida. Park (1928, p. 892), inclusive, menciona uma divisão entre o “velho homem e o homem novo” se referindo ao Judeu inserido em um *hibrido cultural* cujas tradições que este possuía iam de encontro aos

---

<sup>93</sup> “Instituições sociais americanas tentam, através do monitoramento e da interferência contínua, desenvolver uma forte organização do grupo conjugal entre os imigrantes poloneses que começam a mostrar alguns sinais de declínio em sua família ou entre o relacionamento entre marido e mulher e da vida as crianças que não se encaixa nos critérios americanos em certos aspectos”.

novos mundos que este estava se inserindo. Este *was a man on the margin of two societies, which never completely interpenetrated and fused*<sup>94</sup>.

No tocante a “mentalidade” descrita por Bruna como sendo dos jovens do centro, esta se assemelha aos *campistas desviantes* descritos no trabalho de Costa e Freire (2015, p. 14). Os *campistas desviantes* são aqueles que têm uma perspectiva de sair da cidade para “estudar fora”, não são “condicionados” a permanecerem no mesmo mundo. Neste caso, jovens cosmopolitas. É importante destacar o modo como Bruna, mediante a inserção em novos contextos de experiências, foi capaz de objetivar os conteúdos de ambos os mundos. Simmel (1983, p. 184) descreve este fato como inerente a *constelação* vivida pelo estrangeiro, pois este “não está submetido à componentes nem tendências peculiares do grupo”. É importante ressaltar que Simmel está falando de um estrangeiro no sentido estrito do termo, mas é interessante observar como a sua reflexão contribui para pensar o caso de Bruna, uma estrangeira *insider*. Foi a sua navegação por diferentes moralidades que lhe permitiu construir esta trajetória moral no interior do bairro, mais do que qualquer outro elemento.

O estrangeiro é aquele que “questiona quase tudo o que parece ser inquestionável do grupo do qual se aproxima” (Schutz, 2012 [1970], p. 100), o que explica a sua capacidade de refletir de modo “objetivo” sobre esse mundo. Além da capacidade de questionar o que é autoexplicativo para o grupo já estabelecido, é percebido de modo “duvidoso”, pois em alguns casos, este “prova-se pouco disposto ou incapaz de substituir integralmente o seu antigo padrão cultural” (op. cit., p. 107).

Bruna, como moradora de Custodópolis, deveria se perceber como “estrangeira” quando em circulação pela margem direita, mas o que ocorreu fora o inverso. Ela se coloca na situação como quem tem a mentalidade de lá, logo, é uma estrangeira no bairro em que nasceu. Inclusive, ela faz uma separação entre as expressões “ser nascida” e “ser criada” no bairro delimitando da sua posição neste contexto com relação aos demais moradores.

Ser “nascido e criado” é uma expressão recorrente entre os entrevistados para indicar a relação estabelecida com o bairro. Bruna estabelece a separação da mesma expressão para elevar o seu status como alguém que possui um estilo de vida que

---

<sup>94</sup>“era um homem na margem de duas sociedades, que nunca se interpenetram e se fundem completamente”.

equivale ao “lado de lá”. Apesar das possíveis contradições vivenciadas por ela em ambos os mundos pelos quais circula, está dentro do bairro, mas se considera de fora.

Ser nascido o criado no bairro está relacionado a uma conjugação entre a experiência íntima com os valores difundidos no contexto do bairro, neste caso, ter uma participação direta ou indireta nas instituições presentes no lugar e estabelecer relações matrimoniais e de amizade no mesmo, enfim, “viver no bairro” e tomar os valores difundidos no bairro como seus. As experiências de Bruna foram elaboradas do lado de lá, assim como a de sua irmã, que a “incentivava” a ir cursar faculdade em outra cidade. Ao fornecer uma explicação da razão pela qual a sua irmã também ter tido a “criação de lá”, relaciona a experiência desta aos “riquinhos”, grupo tomado por ela como moradores do centro.

Bruna, diferente de Caroline, não fornece informações sobre situações de disputa vividas por ela na margem direita, mas sim, no interior bairro, experiências que trouxeram a luz sobre o que ela quer dizer quando usa a expressão “ser criada”. Esta equivale a uma interação intensa capaz de consolidar novos quadros de referências naqueles que se acomodam às novas experiências. Durante a entrevista, por diversos momentos, ela, ao relatar sobre o seu lugar de moradia, afirmava morar “na roça”. Esta, em sua compreensão toma o bairro como um “lugar distante” e fora do contexto em que ela estava estabelecendo uma interação intensa, logo, demonstra que o seu lugar de moradia não é compatível os de seus pares do “centro”. Ela acessou a margem direita, mas aqueles que conheceram o seu lugar de moradia como “roça” não acessaram a margem esquerda, ou seja, não estabeleceram uma interação intensa com o lugar de moradia de Bruna. Ela estabelece uma separação muito clara entre o seu lugar de moradia e o seu lugar de “convívio”, pelo menos, o lugar em que ela foi “criada”.

Bruna, ao buscar se diferenciar do que denomina “mentalidade daqui” se lança em um empreendimento moral de manipulação do eu, ao invés de um engajamento em um projeto de limpeza moral do bairro em sentido mais amplo e em função de um “bem de todos<sup>95</sup>”. Ao se diferenciar dos seus pares, a moça apresenta justificativas com o intuito de efetivar a sua autoimagem perante a mim. Por outro lado, os relatos de Bruna produzem provas que efetivam a posição que diz assumir, ao mesmo tempo, ela mesma

---

<sup>95</sup> Werneck (2009), a partir de uma leitura da noção de “bem comum” elaborada por Thévenot e Boltanski (1991) fez uma adaptação ao Brasil. O “bem de todos”, neste caso, pode ser entendido como um bem daqueles que compartilham o mesmo, neste caso, o “bem” de um determinado grupo. Seu Manoel, por exemplo, realizava ações para o “bem de todos”, mas não significa que todos estivessem engajados em seus projetos.

produz categorizações morais sobre o bairro, tornando evidentes aspectos mais sensíveis em termos dos rótulos que são direcionados aos seus moradores. No tocante a sua compreensão acerca da “mentalidade” de Custodópolis, ela faz ainda, um relato acerca do que ela denominou “impacto cultural” sentido por ela no momento em que passou a interagir mais intensamente no interior do bairro. Vejamos a seguir seu relato:

Esses dias mesmo eu tive esse impacto cultural, na igreja mesmo, uma pessoa que foi nascida e criada aqui em Custodópolis, fez tudo aqui em Custodópolis, mau saia daqui de Custodópolis e hoje faz [Curso de terceiro grau] e tem muita coisa da parte da linguística. Muitos erros de português, mas não é porque ele é ignorante e ele não saiba, mas é por causa da convivência, isso é muito cultural. Eu até converso muito com [Analice] sobre isso. Falo assim: uma coisa sou eu, que tenho um ensino fundamental com base, cometer um erro de português, outra coisa é ele, no [Colégio Estadual], que tiveram uma vida toda no [Colégio Estadual], com um professor de português cometendo erros de português, que eu já tive esse exemplo no terceiro ano, que eu ficava assustada, que eu falava assim: ‘gente como um professor de português comete um erro de português?’ E não é erro de português assim... [se referindo aos erros possíveis] Ohhh. É erro assim: ‘probrema’; não tem concordância, tipo assim: ‘as minha’. Professor de português! Que tiveram o que? Foram nascidos e criados aqui, que resolveram ser professores, estudaram, foram professores de português (foram não, porque só teve uma que eu peguei aqui) e mesmo assim cometem erros. Aí [Analice] acha totalmente errôneo eu falar isso. ‘Não, que eles tinham que dar exemplo’. ‘Analice, eu sei que eles tinham que dar exemplo, tanto que eu sentia isso, quando eu era...’ Só que eu percebo que isso é muito cultural. Tem erros de português que eu cometo, que eu sei, que depois que eu paro pra pensar: ‘Não gente, tá errado’. Mas é por quê? Minha convivência. Não há pouco tempo, mas há um tempo atrás, eu não falava tábuá, eu falava ‘talba’. Eu só fui descobrir no ensino médio (que uma parte foi feita fora, eu fazia português por fora, eu fazia o normal, o Ensino Médio, eu vivia estudando...) e nesta época que eu descobri que ‘talba’ não existe. Tem pessoas que eu ouço falar que dói um pouco no meu ouvido, mas eu não vou corrigir porque é cultural. É a mesma coisa, se um português chegar ao Brasil vai corrigir várias coisas, porque a língua natal é de lá. Eu discuto muito isso com [Analice], mas se pararmos pra pensar, tá todo mundo errado. Eles respeitam nossa língua por quê? Por que é cultural. Agente aprendeu a fazer assim. Um dia eu peguei uma pessoa dizendo assim: ‘restourante’. Eu fiquei assim: ‘Au!!!’ [gesto de espanto]. Mas depois eu fui ver, não é tão assim, é porque a pessoa ‘vei’ da roça, (da roça assim, que eu falo que eu sou da roça, por ser de Custodópolis. Eu sou da roça! Eu chego no centro eu não sou do centro.) uma pessoa que já tem uma vivência bem, vamos dizer assim: primitiva? Não tão primitiva, mas assim, teve esse costume. Muita gente mais do interior do que eu, que já sou do interior, muita gente do interior tem desse costume. Minha avó falava muito, muita coisa errada, eu que fui assim, meio que... [fazendo alusão a sua nova condição] Por quê? Era muito da época ‘dus capial’, ‘dus capial’, entendeu? Muitos dessa época. Sei lá... Você está me fazendo fazer muitos questionamentos, sabia Renan? Eu nunca tinha parado pra pensar nessas coisas...  
(Bruna)

O trecho da entrevista selecionado acima dispõe de diversas situações de indeterminação vivenciadas por Bruna, as quais ela denomina “impacto cultural”

inerente à “convivência” com moradores do bairro, os quais ela apresenta como pertencentes a um repertório moral com reminiscências da “roça”, neste caso, um “tempo dos capiais”. Estes, na sua fala, são relacionados aos migrantes vindos do interior, indivíduos que não conseguiram se ajustar as condições colocadas pelo “centro”.

No tocante a compreensão de Bruna sobre a “mentalidade daqui” e a “mentalidade de lá”, estas equivalem, respectivamente, ao “filisteu” e o “homem criativo” nos termos de Thomas e Znanieck (1919, p. 28). No tocante ao primeiro, este é caracterizado como um indivíduo “conformista” que vivencia a “tradição social na forma mais estável”, enquanto o segundo possui uma “atitude reflexiva” e está “aberto a influências”. Ela pode ser tomada, segundo os seus termos, no segundo perfil, pois se apresenta como alguém que tem uma origem social comum aos seus pares, porém outra mentalidade.

Os elementos presentes em sua descrição do que seria a “mentalidade do bairro” a conduzem para uma tipificação do “capiál”, um indivíduo que não se ajustou ao “centro” e não obteve uma escolarização formal que fosse capaz de eliminar os “erros de português” presentes em sua fala, o que ela associa ao contexto da “roça”. O dilema colocado por ela está na superação das limitações de uma vida restrita ao bairro cuja qualidade da oferta de educação formal é questionada por ela. Este “problema” foi identificado pelo fato da mesma possuir uma “comunicação” para além dos limites do bairro.

Além da noção de “filisteu” fornecida por Thomas e Znanieck (op. cit.), cabe aqui uma compreensão da noção de *cit   pour project*, na qual os grandes são aqueles que têm a capacidade de se ajustar a outras situações. O grande desta *cit  *, dada a sua flexibilidade, estabelece novos contatos, não se apega aos seus, e o mais importante: “não é homem em parte nenhuma” (Boltanski, 2001, p. 23), neste caso, muito semelhante    noção de estrangeiro de Simmel. Este, portanto, seria o “grande” da *cit   pour project*. No tocante ao “pequeno” da *cit  * mencionada, este seria o “capi  l”, pois não    flexível, não “sabe se comunicar porque é fechado” e    enraizado em uma região, neste caso, no bairro (op. cit., p. 24), espaço que centraliza todas as suas expectativas, seja em termos de educação, de ocupação ou de mercado matrimonial.

O que mais interessa nesta discussão são as mudanças pelas quais o bairro tem passado e como estas refletem diferentes modos de avaliação que os moradores fazem de seus pares próximos e distantes. Certamente, o indivíduo que é qualificado como

*pequeno* na compreensão de Bruna é um grande em relação as seus familiares que permaneceram na “roça”.

A navegação moral de Bruna lhe fornece um *estoque de conhecimentos* que a torna capaz de objetivar o mundo “dos riquinhos” e “dus capiais”, e, ao mesmo tempo lhe confere competências a manipular o seu próprio eu, delimitando nesta polarização o espaço que sugere ocupar: entre uma coisa e outra. O retorno ao bairro tornou-a uma jovem entre dois mundos: a “mentalidade daqui” e a “mentalidade de lá”. Bruna, ao transitar por diferentes mundos, constrói o que Garfinkel denomina *raciocínio sociológico prático* (2006 [1968], p. 2). Esta competência oferece ferramentas que a torna capaz de categorizar os diferentes mundos presentes em sua experiência. O relato de sua conversação com Analice demonstra um momento no qual as duas estão elaborando uma análise do “mundo prático” a partir dos diferentes referencias que estas possuem. Este fato é elucidativo de como os atores não são *idiotas culturais*, pois elaboram *propriedades formais* que sistematizam as relações que vivenciam, com fim de tomarem posição a partir de então.

Bruna reconhece o “cenário concreto” no qual as interações se constituem no bairro, logo, compreende a falta de um português formal como inerente a um estilo de vida restrito ao mesmo. Em seu argumento inicial, destaca um “conflito cultural” vivido em interação com os demais moradores, mas na medida em que as relações com os mesmos começaram a se tornar mais intensas, o conflito cultural foi sistematizado de tal modo que ela passou a categorizar os moradores do bairro: “mentalidade daqui”. As categorias de enquadramento mobilizadas por ela, inclusive, são oriundas dos referenciais inteligíveis no interior do bairro. O meu trabalho sociológico, neste caso, é tentar estabelecer uma relação entre as categorias de classificação do mundo prático elaboradas pelo “eu teórico”. Este é acionado em situações problemáticas. Os atores, quando diante de uma situação indeterminada, recorrem às categorias objetivando estabilizar a situação, logo, a expressão “o tempo ‘dus capial’” é fruto de um processo reflexivo induzido por dúvidas vividas no bairro.

Bruna mobiliza ferramentas disponíveis em seu contexto para entender problemas de seu mundo prático. Ela, inclusive, objetiva situações de “indexicalidade”. Quando usa a palavra “capial”. Eu sei exatamente o que ela quer dizer, pois além de conhecer o contexto no qual a palavra foi proferida, estava em uma situação de entrevista. Ela mobiliza uma expressão que, de algum modo, torna inteligível um conjunto de situações. Quando ela mobiliza a palavra “tempo” faz referência aos



primeiros migrantes que chegaram ao bairro, aqueles que foram denominados “proletários” pelo Guia Geral. Os diferentes atores irão formular categorias de objetivação a partir de seus contextos de experiências, sejam eles acadêmicos ou não.

Bruna, assim como muitos jovens do bairro, é neta do “bairro de operários”, logo, enfrenta um dilema relacionado à sucessão de um determinado grupo de moradores que possuíam outros quadros de referências e, obviamente, possuíam categorias condizentes com as situações definidas naquele contexto. Escrever não era uma exigência para um ajuste dos moradores do “tempo dos capiais”, logo, a métrica de avaliação era outra. No tempo de Seu Manoel e Seu Francisco, que sucederam os *moradores da cidade de palha*, o status era medido pelo padrão de habitação, o conhecimento político, os equipamentos disponíveis no bairro e a competência em mobilizar recursos para obtê-los. A competência requerida no contexto de Seu Francisco e Seu Manoel equivalia a se manter na cidade com as profissões que estes adquiriram e fizeram deles trabalhadores urbanos. Neste sentido, é importante destacar como:

... Parece evidente que os novos imigrantes para a cidade mudam algumas coisas muito rapidamente, de fato, e embora não o mais profundo cerne de seus valores, as tarefas, os padrões, os interesses, os objetivos, os prazeres [...], transformaram-se rapidamente em urbanos. Quase sem exceção, quando se pergunta se eles querem voltar para o lugar de origem, a resposta é não Leeds e Leeds (2015 [1978], p. 141).

No caso da citação que precede os que chegaram do “interior” “transformam-se” para se adequarem ao novo contexto de moradia, e como os autores mencionaram, não há uma mudança apenas no tocante às habilidades, mas ainda, em relação aos valores de um modo geral. Em outras palavras, a situação é redefinida na medida em que os migrantes se deparam com um novo contexto cognitivo. No caso da terceira geração, que é o caso de Bruna, a redefinição da situação em relação à primeira geração é ainda mais radical. Bruna não somente acessa o “centro” para cursar o ensino universitário, como também possui um projeto de fazer mestrado na Alemanha.

O reordenamento moral alcançado por alguns netos do “bairro de proletários” tem fornecido ferramentas para que estes possam compreender não somente o mundo no qual foram “nascidos e criados”, mas ainda, o novo mundo repleto de novas categorias, ampliando seus estoques de conhecimentos, logo, uma capacidade criativa mais elaborada do que a geração anterior. Bruna sabe, através das histórias dos antigos que lhe foram transmitidas, a trajetória de seu bairro e de seus familiares e, por meio da interação intensa vivenciada com o mundo externo, adquiriu competências para se

“assimilar<sup>96</sup>” a uma sociedade mais ampla que ultrapassa as relações familiares presentes no seu bairro.

Cabe ressaltar aqui que uma comunicação mais ampla, na medida em que a coloca em contato com outros mundos, também a torna estrangeira. “Falar bonito” em determinadas situações do bairro expõe aquele que fala à crítica interna. Em uma dada situação, uma das filhas de Dona Janaína estava conversando com um rapaz que estava interessado nela e, ao relatar sobre a situação, Dona Janaína o categorizou como “metido à falar bonito”. Neste caso “falar bonito” pode gerar um problema de comunicação com alguns moradores do bairro, sobretudo, os mais idosos, pois no ambiente doméstico o status é medido a partir de uma capacidade de manter uma comunicação *também* com o grupo de origem.

Não ser categorizado como “metido” é ter a capacidade de se comunicar com ambos os mundos, e isto serve, inclusive, para um pesquisador que estiver de fato interessado em se comunicar com seus interlocutores. Ao invés de buscar o que não se adequa à língua formal, deverá buscar entender o que Bruna quer dizer com a expressão “é cultural”. Sobre este aspecto, Martins destaca: “Já vi situações em que o informante estava dizendo uma coisa e o pesquisador entendendo outra” (2013, pp. 30-32). Neste caso, deve-se entender as expressões indexicais para que a investigação possa, ao menos, fazer uma tradução do que está sendo dito.

Em uma determinada situação em que eu estava jantando com Evaldo, ele disse que na casa de “dona Bahia” o “couro come”. Ele estava se referindo a batida do tambor. Esta expressão é significada a partir do contexto. Se uma mãe diz para uma criança que “vai comer seu couro”, está dizendo que vai lhe dar uma surra, se um jovem diz que “hoje à noite o couro vai comer” ou “vai *pocar* o couro”, está dizendo que irá se divertir. “Pocar” é uma expressão que também pode substituir a palavra “arrebentar”. Nestes casos, como em muitos outros, o português formal não consegue dar conta da compreensão do que é dito. Outra expressão que é muito comum no contexto de realização do trabalho de campo é “dejaojinho”, que pode ser também “dijaojinho”. Esta se refere a um tempo anterior à situação, neste caso: *mais cedo*.

O *contexto* da experiência transforma o “corpo” em “pessoa” através da comunicação e conversação (Mead, 1934, p. 50). A linguagem que comunica é também

---

<sup>96</sup> Com relação a Assimilação, esta é descrita por Park e Burgess (2014 [1921], p. 133) “como distinta da acomodação, [e] implica em uma transformação mais profunda da personalidade, transformação que ocorre de forma gradual sob a influência de contatos sociais mais concretos e íntimos”.

aquela que te apresenta para os demais. Ao designar os “erros de português” como “cultural”, Bruna toma o bairro como possuidor de uma “conversação” específica que é perfeitamente compreendida pelos moradores do mesmo. Uma linguagem reconhecida em um contexto é objeto de categorização moral em outro e esta delinea moralmente os grupos que compõem a cidade.

A forma linguística é mais valorizada do que o conteúdo em si, o que produz uma delimitação dos mundos. Não há uma especificidade linguística de Custodópolis, e caso exista, não foi possível identificá-la. O que pude presenciar foi um conjunto de palavras que, inclusive, já foram catalogadas por Barcelos (1992) como sendo uma “linguagem da baixada coitacá”, que referenciam o contexto “rural”, relacionado ao “tempo dos capitais”. Esta expressão faz todo sentido quando estamos falando de migrantes de um contexto rural que acessaram a cidade. “Falar bem” passa a ser um recurso valorizado na medida em que a comunicação ultrapassa o grupo que compartilha de um mesmo contexto de experiência, a saber, os que acessaram níveis educacionais mais altos.

O modo como os mais velhos enquadram a educação dos mais jovens do bairro diz respeito a um projeto relacionado à assimilação destes últimos pela vida na cidade. A mãe de Bruna, como já mencionado acima, relata ter feito uma série de esforços para que as filhas pudessem se formar. Com relação a irmã de Bruna, Ângela foi à universidade juntamente com o seu esposo e “conseguiu” uma bolsa de cem por cento pela Prefeitura Municipal de Campos. No tocante a formação de Bruna, ela foi para a escola pública para disputar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como cotista de escola pública. De acordo com Ângela, Bruna foi transferida da escola particular para a escola pública com este fim, “mas começou a fazer inglês para compensar”. Há toda uma coordenação de ações para que haja uma assimilação dos filhos ao “centro”.

A educação, nesses casos, não pode ser entendida apenas como um meio pelo qual se almeja tornar-se qualificado para o mercado de trabalho. Ela é valorizada também como um projeto de assimilação que possibilita maior capacidade de comunicação do “morador do bairro” com as demais ordens presentes na cidade. Em relação este enfoque dado à educação, Park e Burgess (2014, p. 136) destacam esta como um “programa de acomodação ou uma organização, modificação e cultura de características originais”. Esta modificação poderá tornar o morador em “um metido”, que sinaliza para uma assimilação ao “centro” que *funcionou*, mas que produz contradições, em outra.

Os netos do “bairro de operários” estão vivenciando situações de disputas relacionadas ao lugar de origem, sejam elas fora do bairro, como o caso de Caroline, sejam em seu interior, como o caso de Bruna. A inserção na cidade via ensino superior ou técnico tem colocado os jovens à prova.

Apesar desta categorização “lado de cá” e “lado de lá”, “mentalidade daqui” e “mentalidade de lá”, existem muitos “outros lados” que devem ser problematizados. O caso de Bruna é um exemplo de uma jovem, como muitos outros, que estão mostrando como as situações se redefinem constantemente através de novos ordenamentos. Quando comecei a minha pesquisa estava sendo *egocêntrico* pensando em minhas questões como “morador de Guarus”, mas no decorrer da pesquisa, percebi novos atalhos que me conduziram para uma nova Custodópolis, ou seja, aquela que passou a conviver com o “pessoal/povo das casinhas”. A história está se repetindo, o “lugar perigoso” está se movendo para o bairro seguinte. O bairro está enfrentando um novo processo de assimilação, neste caso, a assimilação dos novos vizinhos que estão chegando através do programa habitacional “Morar Feliz”. Este programa “redefiniu a situação”. O bairro de proletários está hoje vivenciando disputas com um novo grupo: o “morador das ‘casetas’”.

### **5.5 “O pessoal das casinhas”: a redefinição da situação e as novas categorizações morais.**

O trabalho de campo mais refinado quebra a noção simplista de um mundo social dividido entre mocinhos e bandidos, portanto, pelo menos, para minha investigação, tornou-se imprescindível entender a moralização de objetos, lugares e pessoas – não que estes três estejam separados neste processo -, e refletir sobre a relação direta ou indireta entre categorização e *ação recíproca*. Quem categoriza quem? Qual a relação entre os atores e as categorias que estão a todo tempo sendo mobilizadas com fim de qualificar algo? Esta busca pelas categorias presentes nas falas dentro e fora do bairro muito me ajudou na compreensão da designação de áreas e subáreas morais na cidade de Campos.

Os processos de categorização moral presentes nos universos dos interlocutores deste trabalho trazem à tona uma cidade “moralmente” delineada entre “áreas nobres”, “condomínios de luxo”, “becos”, “lugares violentos”, entre muitas outras categorias que, em determinados contextos de experiência, são mobilizadas para qualificar bairros da cidade. Essas categorias emergem da interação realizada em situações definidas, e

estas elaboram noções *efetivas* de bem e mau; de certo e errado; “morar bem” e “morar mal”. A competência a em mobilizar estratégias de confronto, demonstrada por diversos interlocutores desta pesquisa, qualifica o espaço que habitam, mas não se efetivaram como suficientemente abrangente para interferir na reputação da região em que habitam.

A ideia de uma categorização moral elaborada em situações de disputa me ajuda a não entrar em esquemas prontos como se estes existissem desde sempre. Este trabalho demonstrou as diferentes categorizações que Guarus recebeu ao longo de sua existência, e, como já mencionado acima, a reputação dos primeiros moradores incidiu sobre o lugar me dando a impressão de que a localidade vive em um círculo vicioso de acusações, mudando apenas o conteúdo destas.

Guarus, como já descrito acima, fora categorizado moralmente como “lugar perigoso”; um lugar onde a situação era de indeterminação para jornalistas, escritores e *moradores* da margem direita. Processo muito similar ao analisado nas áreas denominadas “favelas” na capital carioca, um referencial próximo do caso estudado, de áreas que, desde a sua formação, estiveram vinculadas às populações que de algum modo, foram categorizadas como “perigosas” (Valladares, 2005), seja em termos sanitaristas, seja em segurança pública.

Uma questão deve ser aprofundada é o tratamento “binário” dado ao tema até o presente momento. Partindo de categorias morais dos interlocutores desta pesquisa, apresentei o “lado de cá” e o “lado de lá”, “mentalidade daqui” e “mentalidade de lá”, “pessoal de lá” e “morador da palha”. Intentarei a partir daqui fazer uma análise mais aprofundada das gradações nas quais se fazem presentes os esquemas de categorizações do bairro e suas múltiplas direções.

Como já mencionei anteriormente, Caroline, moradora de Custodópolis, com o objetivo de limpar a má reputação do bairro, atribuiu “aos de fora” a responsabilidade pela violência. Nas entrevistas, bem como em observações realizadas no bairro, um novo grupo estava sendo categorizado como “violento”, os novos vizinhos: “morador das casinhas”, uma nova categoria moral de desqualificação.

Antes de entrar nas situações das quais as categorias morais de desqualificação emergem, tentarei muito brevemente situar o contexto macro da criação do conjunto habitacional<sup>97</sup> entre o Jardim Ceasa, Parque Bandeirantes e Parque Santa Rosa. A

---

<sup>97</sup> No tocante às mencionadas políticas habitacionais realizadas no município de Campos dos Goytacazes, cabe uma leitura mais aprofundada dos seguintes trabalhos: “A municipalização da política de habitação popular em Campos dos Goytacazes” (Póvoa, 2002); “Dinâmica socioespacial de Campos dos

implementação do projeto ocorreu no ano de 2001, quando 300 casas foram construídas em uma parceria entre a Prefeitura Municipal e a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB-RJ) (Arruda, 2009). Neste período a Prefeitura de Campos dos Goytacazes era ocupada por Arnaldo França Viana (PDT) e o Governo do Estado, por Antony Matheus (Garotinho). Arnaldo Viana fora vice de Antony Matheus antes de este último concorrer às eleições para executivo do Estado do Rio de Janeiro.



Figura 7: Áreas do Programa Habitacional Morar Feliz.

---

Goytacazes/RJ: o programa habitacional morar feliz e expansão da periferia”; (Faria e Pohlmann, 2015); “Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio: a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes” (Arruda, 2009); “Proteção social e Política Habitacional em Campos dos Goytacazes: O Programa Morar Feliz sob uma perspectiva interdisciplinar”. (Soares, 2010); “Programa habitacional Morar Feliz em Campos dos Goytacazes: análise da percepção dos beneficiários sobre as suas novas condições de moradia” (Dutra, 2015). Os mencionados trabalhos dedicam-se aos estudos de políticas habitacionais com um enfoque maior nas políticas públicas, o que não é o meu objetivo.

O programa habitacional iniciado no ano de 2001 teve continuidade durante o governo de Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira (Rosinha Garotinho), que também ocupou o cargo de executivo no Governo do Estado do Rio de Janeiro. O programa passou a ser denominado “Morar Feliz”. As principais características do projeto de acordo com a Empresa Municipal de Habitação, Urbanização e Saneamento (EMAB) são as seguintes:

“O Projeto foi realizado visando zerar os moradores de área de risco e retirar todas as famílias que vivem no aluguel social; Os conjuntos foram feitos em várias localidades do município onde tinha demanda de moradias; O projeto priorizou famílias em área de risco e moradores do aluguel social; Foi dividido em duas fases para execução: Fase I – 2010 / 2012 – 5426 unidades habitacionais; Fase II – 2012 / 2014 – 4574 unidades habitacionais”.

(EMAB, 2013, p. 3)

O projeto está sendo realizado pela empresa Odebrecht, que apresenta o programa como contendo os seguintes objetivos:

“Realocar famílias de áreas em situação de risco (sujeitas a alagamentos e áreas de beira de estrada); Realocar famílias vítimas das enchentes, ocorridas no município de Campos dos Goytacazes, nos anos de 2007 e 2008; Reorganizar a ocupação do solo, dando moradia digna para tais famílias; Em sua 1ª Etapa, serão construídas 5.100 (cinco mil e cem) moradias que beneficiarão cerca de 20.400 pessoas”.

(Odebrecht, 2015, p. 3)

O programa, como podemos observar nas citações que precedem, tem por objetivo atender determinados grupos que se encontram em “situação de risco”. Não adentrarei aqui na ideia de risco como uma categoria sociológica, e sim como uma categoria nativa dos gestores da política. “Risco” neste caso, designa moradias em “áreas de alagamento” e na “beira da estrada”. Guimarães e Póvoa (2005), em um relatório denominado “Formação e evolução das favelas em Campos dos Goytacazes”, destacaram a formação de pequenos núcleos populacionais nas áreas onde habitavam os que foram contemplados pelo programa habitacional “Morar Feliz”. Neste caso, locais para antigos trabalhadores de usinas que sofreram processos de falência parcial ou completa. Assim, o *projeto*, no que diz respeito aos aspectos físicos, tem atendido a uma população que estava morando em áreas consideradas de risco. Não proponho avaliar a execução do projeto, e sim o seu enquadramento pelos gestores.

A proposta de uma política habitacional, em sua primeira fase, foi autocusteada pela arrecadação dos *royalties* do petróleo (Arruda, 2014; Dutra, 2015; Faria e Pohlmann, 2015). A proposta de realização de uma política habitacional com “recursos próprios” evidencia uma disputa entre a gestão municipal e a gestão federal, neste caso, uma “competição” com o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida (MCMV). A história se repetiu. Assim como Custódio Siqueira loteou suas terras e criou um bairro para antigos trabalhadores, em disputa com política nacional dos “parques proletários” concebida no governo Vargas, a política habitacional iniciada no ano de 2001 antecedeu a política nacional. No caso do MCMV, esta política não teve uma abrangência tão ampla na margem esquerda da cidade como obteve na sua margem direita. Até o presente momento só há um grande empreendimento financiado pelo MVMV finalizado, e um em sua fase inicial, ambos no Parque Rio Branco, próximo à Custodópolis.

Assim como os ex-prefeitos Salo Brand, José Carlos Barbosa e Sergio Mendes, a gestão da “família garotinho” concebe e realiza projeto em Guarus, uma região historicamente precária no tocante aos planos de obras concebidos no município de Campos dos Goytacazes. Garotinho, em períodos eleitorais, faz visitas frequentes ao bairro e no dia da eleição vai ao Rotary II para cumprimentar eleitores em potencial. A União da Esperança, inclusive, tem um camarote dedicado a ele. Margarete era uma das suas mediadoras no bairro. Quando Leonel Brizola foi a sua casa estava acompanhado por Garotinho, quando este ainda era filiado ao PDT.

Em um primeiro momento, quando fui fazer a entrevista com Margarete, não a encontrei. Havia uma jovem de, aparentemente, 35 e 40 anos em frente ao portão, e esta me informou que Margarete não estava. Neste caso disse que ficaria ali aguardando sentado em frente ao portão. A jovem me recomendou não esperar, pois, segundo ela, “Margarete foi resolver uns problemas das filhas dela”. Sabendo que não conseguiria encontrá-la, perguntei a jovem se ela tinha o telefone de Margarete. Ela imediatamente me passou o número e começou a falar que as filhas de Margarete estavam sendo “condenadas por tráfico”. Eu fiquei surpreso e não consegui me conter com a notícia. A jovem me disse que Margarete “não deu sorte” com as filhas, entretanto, ressaltou que apenas uma filha “deu pra coisa boa, a que mora nas casinhas”.

Neste caso, a ida para a filha de Margarete para “as casinhas” é compreendida por ela como indicativo de ascensão social. Neste caso, ela não está morando no mesmo quintal de sua mãe, não fez um “puxadinho”, se autonomizou. Ao falar sobre a situação



da casa de Lia, sua filha, Margarete relata que foi à prefeitura e “conseguiu”. Lia, diferente da sua mãe, tem uma casa com um quintal independente e não vivencia “problemas de moradia” como a sua mãe enfrentou quando estava com ela ainda pequena. A casa é tida como uma conquista, apesar disso, Margarete relata que vivencia situações de tensão ao visitar a filha, o que faz com que ela reordene seu trajeto para não passar em determinadas ruas.

Esta situação descrita por Margarete pode ser entendida a partir da noção de *campo minado* de Menezes (2015, p. 34), no qual há um risco em potencial de que o conflito seja deflagrado a qualquer momento, o que faz com que os atores mantenham um estado constante de alerta, redirecionando o seu curso sempre que avalia estar sob uma condição de risco iminente. O local de moradia de Margarete é vinculado a uma facção<sup>98</sup> rival da presente na região em que sua filha mora, logo, ela percebe o mesmo como um ambiente de incerteza. O ponto frágil do programa “Morar Feliz” é a negação da presença das facções, o que tem sido, inclusive, motivo de diversos conflitos armados, o que faz com que os moradores categorizem o conjunto como “faixa de gaza<sup>99</sup>”.

Mattos destacou que a visibilidade das “guerras” entre as facções rivais acaba por impactar a circulação dos moradores nos os territórios de controle das facções (2014, p. 13). Estas, inclusive, são arquetípicos interessantes para pensarmos na própria definição de situação, pois estabelecem, por meio de uma definição dada pelo grupo que se impõe, um ordenamento de como agir, qual cor de roupa usar, e o que dizer a partir de uma determinação presente em iniciais inscritas em postes e muros. A circulação por estes territórios requer uma avaliação constante do modo de agir condizente com a definição dada. Os atores que transitam por esses espaços vivenciam um estado de *alerta total* (op. cit.).

---

<sup>98</sup> No tocante a presença das “facções” em Campos, Souza (2010) realizou um trabalho dissertativo que contemplou os principais grupos distribuição de drogas para as “bocas” da cidade. Ao fazer a análise da Baleeira, destacou o modo como esta categorizava pontos de distribuição para venda no varejo, que ia desde B1, neste caso, a sede, até B7, seis territórios de controle. A região de controle da facção, na ocasião, era toda margem esquerda do Canal Campos Macaé, logo, a margem direita era dominada pelo grupo rival, neste caso, a “Tira-Gosto”. Na margem direita da cidade há um delineamento muito claro, pois o canal age como um “ator não humano” que torna claro o limite. No caso de Guarus os limites sempre passaram por novos ajustes, até porque as novas áreas ocupadas precisam de algum modo, serem incorporadas à uma das duas grandes distribuidoras. As novas ocupações são disputadas com o “comando” que já exerce influência no local. No caso dos projetos de construção de novos empreendimentos de casas populares, há juntamente com a chegada das “casinhas”, a criação de um contexto de incerteza.

<sup>99</sup> Alusão ao território de conflitos entre Israelenses e Palestinos.

Sobre este aspecto, Farias (2008, p. 180[grifo meu]) apresenta o seguinte relato de um morador de uma determinada favela: “a gente mora numa divisa. Se você botar o pé depois do batalhão pra lá é terceiro comando, se botar o pé pra cá é Comando Vermelho, e se você for pra trás é ADA [Amigos dos Amigos]”. Este relato evidencia a capacidade uma avaliação das ações de modo que a situação esteja sempre determinada, pois é reconhecida a existência de um *campo minado no regime territorial* (Menezes, 2015, p. 42).

A incapacidade de realizar uma avaliação da situação nestes contextos pode ser uma situação indeterminada de difícil solução, cuja resolução, em última instância, poderá ser a “força física”<sup>100</sup>. Para tornar claro o que quero dizer com essa incapacidade de realizar a avaliação da situação, mencionarei uma situação vivida por mim no bairro. Em um dia de sexta, passei no Bar do Tico, próximo à casa de Seu Manoel e vi o meu primo bebendo uma cerveja com os seus amigos. Parei e comecei a beber com eles. Durante todo tempo que estávamos no local, os rapazes começaram a fazer gestos com as mãos como se estivessem empunhando uma arma e faziam a seguinte afirmação: “É tudo terceiro, mermão!”. Continuamos a beber, até o momento em que eu também entrei na brincadeira. No dia seguinte fui a um casamento de um familiar em uma igreja que ficava a aproximadamente quatrocentos metros do local, e enquanto estávamos na porta aguardando a noiva, eu resolvi fazer a *brincadeira*. Meu primo imediatamente olhou para os lados e disse: “aqui não, dá caô<sup>101</sup>!”. Eu não soube agir em *cena*, mas o meu primo, cuja capacidade de avaliação da situação fora maior, me colocou dentro da *cena*.

Esta situação ocorreu em uma Igreja Católica situada entre os limites do Parque Bandeirantes e Novo Eldorado, neste último foi implementado o programa Morar Feliz. A situação no bairro se torna indeterminada para os “moradores antigos” no momento da chegada dos moradores das casinhas justamente pelo fato de não compreenderem estas novas definições que estão sendo colocadas. Margarete entende perfeitamente os códigos, o que não a livra da sensação de incerteza e insegurança a cada momento em que ela se direciona até a casa da filha, mas estes códigos não são sequer compreendidos por todos. Faz-se necessário uma interação intensa com grupos que dominam estas

---

<sup>100</sup> Neste contexto os envolvidos poderão mobilizar a força física para coordenar as ações, o que Machado da Silva denomina “Sociabilidade Violenta” (2004; 2008). Uma questão que deve ser pensada, mas não cabe em meus objetivos imediatos, é o denominado “desenrolo”. Esta categoria expressa uma negociação que antecede o uso da força. Quando não há possibilidade de estabelecimento um acordo entre grupos a força física é acionada.

<sup>101</sup> O termo caô, neste caso, faz menção a uma possibilidade de uso da violência física ou não, como forma de repreensão a minha forma de agir.

competências para que a situação indeterminada possa passar para determinada e para que os atores sejam capazes de agir de acordo com a situação.

O caso de Margarete é importante para que possamos compreender os diferentes níveis de envolvimento que possibilitam ao ator o trânsito no campo minado sem ser retaliado. Ela, como já fora destacado anteriormente, teve uma filha “assassinada” por um grupo relacionado a uma “boca” existente em Custodópolis, e as suas duas filhas que estão presas, estão relacionadas a outro grupo do bairro, logo Margarete, de alguma forma, vivência um estado de *alerta total*, pois tem, indiretamente, relação com ambas as facções por ter familiares ligados a estas. No caso primeiro, do grupo que já existia no bairro, ela não avalia como um lugar ao qual não pode ir, mas afirmou que “nunca mais pisou lá” depois que a sua filha morreu. A sua evitação do lugar está muito mais relacionada ao sentimento de perda da filha do que ao de medo.

O caso de Margarete não pode ser tomado como típico, pois ela vivencia as experiências mencionadas pelo engajamento das três filhas nos arranjos elaborados pelo mercado varejista de drogas local. Mesmo assim ela apenas está em estado de alerta, o que não significa que ela será lesada caso circule em territórios de facções rivais.

No tocante ao lugar de evitação de Margarete, este, até a chegada das “casinhas”, era o “lugar perigoso” do bairro, o centro gravitacional da violência, segundo os moradores do bairro: o tão “mal” falado Beco. Como Margarete fez menção ao lugar, decidi então realizar uma entrevista com a moradora Ana para compreender a avaliação da mesma sobre o seu lugar de moradia, categorizado como “perigoso”. Eu diria que foi uma das entrevistas mais difíceis, pois ela falava muito pouco, o que me levava a fazer indagações constantes. Foi um dos poucos casos que esta situação aconteceu, pois os demais entrevistados tinham um grande interesse por contar os detalhes que sabiam sobre o bairro.

A família de Ana morava em Paraíso, interior da cidade de Campos. Ao perderem a casa em uma enchente, se mudaram para Custodópolis. Seu pai “tomava conta de turma”, neste caso, supervisor de cortadores de cana, e a sua mãe e irmãos trabalhavam no corte da cana. Eles se mudaram para o bairro e continuaram exercendo as mesmas atividades em Sapucaia, juntamente com os filhos. O local de moradia era próximo à casa de Mamado que os levava para o local de trabalho em seu ônibus de turma. De acordo com as suas declarações, nunca cortou cana, ia apenas para ficar com o seu pai, pois este não tinha com quem deixá-la após o falecimento de sua mãe, que ocorreu quando esta ainda possuía 55 anos. Aos quinze anos Ana começou a “trabalhar

em casa de família”, na casa de Dona Janaína. Ao sair da casa de Dona Janaína começou a trabalhar na lanchonete da filha desta, onde aprendeu a fazer lanches e salgados, e atualmente está trabalhando em uma pequena lanchonete própria com seu esposo e a sua filha.

Após uma longa conversa na qual ela falou das festividades do bairro, dando mais ênfase ao seu passado, a saber, a Festa de São Jorge e as festas na Macumba de Mamado. Destacou que o bairro “evoluiu muito” relacionando este fato ao “número de casas” e ao “perigo”. Ela me deu o seguinte relato para explicar as categorias mencionadas por ela:

**Como você vê o bairro hoje?**

Evoluiu muito.

**Em qual sentido?**

De casa, de tudo, e mais perigoso também. Muito mais!

**Por quê?**

Tipo assim, temos que ficar mais acolhidos dentro de casa, a gente não temos liberdade para andar na rua à noite. Não temos! Um dia desses aqui em frente de casa teve um assalto de celular. Um menino saindo de casa sete horas da manhã, um cara veio de moto e apanhou o celular dele. Eu acho que o bairro tá muito violento.

**Qual seria então uma possível solução?**

Renan, a solução eu acho que não tem mais. Depois que Rosinha botou *essas casinhas* aí, eu acho que não tem mais.

**Como assim, como as casinhas afetam?**

Renan, veio muita gente estranha, entendeu? Aí é muita boca de fumo, então piorou muito o bairro nosso. Hoje nós tamo cercados, é gente da bera da lagoa [Lagoa do Vigário], gente não sei da onde. Então, formou tipo uma quadrilha.

(Ana)

Confesso que não esperava por esta resposta. A rua em que Ana morava era caracterizada como local de “tráfico de drogas”, tanto por moradores do bairro, quanto por pesquisadores que realizaram pesquisas no mesmo. Ana, inclusive, quando começou a falar sobre a sua rua, fez o mesmo que os demais interlocutores quando falaram sobre Custodópolis: “A Rua do Beco não é isso tudo que o povo fala não”, fez questão de frisar, como uma estratégia de limpeza moral do local e de si mesma. Ela começou a me apresentar a rua a partir dos rumores sobre a mesma, e quando ela relata o que chama das mudanças ocorridas no bairro, destaca o seu crescimento demográfico associando-o a violência. Há um esforço constante de redirecionamento dos *problemas*

para um “outro”, envolvendo jogos constantes de *acusação mútua*<sup>102</sup> nos quais os moradores visam diferenciar-se entre si e dos demais.

A influência da chegada de novos habitantes sobre a “ordem social tradicional” produz uma *situação de indeterminação*, logo, abre um amplo espaço para reordenamentos do grupo social que está há mais tempo no bairro. Os rumores, neste caso, são fundamentais para demarcar os diferentes grupos que habitam a região. Park destaca que “mudanças arrancaram os antigos marcos, solaparam em todo o mundo a influência da ordem social tradicional e liberaram forças sociais imensas que estão agora procurando em toda parte novo equilíbrio” (1948b, pp. 21-22), produzindo conflitos entre as diferentes gerações de ocupantes da área.

No tocante aos processos de estigmatização envolvendo rumores, Elias e Scotson (2000) destacam situações em que a chegada dos novos moradores foi permeada pelo que eles denominaram *sociodinâmica da estigmatização*, na qual as fofocas e os comentários jocosos deram suporte à elaboração do que eles denominaram *carisma grupal* entre os moradores mais antigos.

Em minhas perambulações pelos bairros de Custodópolis e Nova Campos, ouvia rumores constantes que corroboravam a declaração dada por Ana sobre seus novos vizinhos. Nessa disputa moral envolvendo moradores antigos e os moradores novos, é cunhada uma nova categoria moral: “morador das casinhas”. Esta designa o outro genérico “responsabilizado” pelo aumento da violência no bairro. Existe uma diferença bem considerável nesta nova categorização em relação aos já categorizados moradores de Guarus e moradores de Custodópolis. Os “moradores” das “casinhas” ou o “povo das casinhas”, não são enquadrados como sendo “desqualificados” profissionalmente, nem “capiais”, e sim, “violentos”, um grupo que, do ponto de vista dos moradores antigos, gera *desconfiança*. É comum ouvir o seguinte comentário: “tiraram o povo das favelas de Campos e botaram aqui”.

Em uma dada situação, quando estava sentado em baixo de uma árvore no Parque Nova Campos para fugir do sol, Vitor<sup>103</sup> uma rapaz de aproximadamente 40 anos de idade e morador do Parque Nova Campos, se aproximou de mim e começamos a conversar. Eu comecei a explicar que estava realizando uma pesquisa sobre as trajetórias dos moradores do bairro e como estas me ajudariam a entender a relação do

---

<sup>102</sup> Sobre este aspecto, Barbosa (2015) em sua dissertação de mestrado analisou moradores de um bairro que mobilizavam “jogos de acusação”, para salvaguardar a própria face ou a do outro.

<sup>103</sup> A família de Vitor chegou ao bairro ao final dos anos 1970, através do avô materno de Bruna, que morava na mesma localidade que estes.

bairro com a cidade. Após saber o meu objetivo ele, em tom descontente, proferiu a seguinte frase: “depois que estas casinhas vieram para cá o bairro piorou muito”. Após esta afirmação eu fiz a pergunta: “Quais casinhas?”, e ele me respondeu: “as casinhas da prefeitura”. Após ter ouvido esta resposta, quis entender o que ele entendia como “piora”, e ele me respondeu: “muita gente estranha na rua”. E eu continuei a fazer mais perguntas: “Como assim, estranhas?”. Ele respondeu: “Uns *vagabundinhos* mal encarados”.

Após ele me apresentar esta crítica eu fiz-lhe a seguinte provocação: “O bairro não era perigoso antes das chegadas das casinhas?” A resposta foi a seguinte: “Antes matavam as pessoas no bairro, mas quando morria alguém, sabíamos quem matava, tinham os ‘ceróis’<sup>104</sup> que matava quem ‘tava’ *devendo*, agora morre gente todo dia em ninguém sabe de nada”.

A “piora” do bairro não está relacionada à existência do *crime violento*, mas, sim, quem os comete. Uma situação de incerteza produzida pela chegada dos novos moradores. Os novos vizinhos são categorizados moralmente como desqualificados não somente pelas ações que estes realizam, mas ainda, pela “estranheza”, neste caso, como mal reputados em uma escala de valores local, o que pode ser pensado, inclusive, a partir da noção de *cit e doméstica*. A falta de *familiaridade* dos “novos moradores” com os moradores antigos produz incerteza justamente por estes não possuir laços de *proximidade*.

A partir da chegada das “casinhas”, o categorizado se converte em categorizador na medida em que se sente mais próximo dos moradores antigos e distante dos mais novos. Caroline, por exemplo, a mais crítica às categorias que o bairro recebe, fez a seguinte colocação quando estava falando sobre a “dificuldade dos ônibus”:

É uma linha só, um ônibus só [se referindo a uma única empresa], lá tem ônibus tranquilo.   CHEIO N , porque eles não entendem que Custodópolis cresceu, que constr iram várias casas em Eldorado e Santa Rosa e que as pessoas do Eldorado e Santa Rosa pegam um ônibus que antes era *só nosso*. Então cresceu e eles não entendem. [As casas são as...] Populares do morar feliz. Tem um trailer, falam que   UPP do Santa Rosa, tem um trailer l  que na faculdades

---

<sup>104</sup> No tocante a esta categoria, esta está relacionada ao denominado “justiceiro” presente no trabalho de Aleixo (2001) e Fernandes (1991). Ambos os trabalhos descrevem atores que mobilizava a força letal para produzir uma espécie de “moralização” do lugar. O primeiro autor mencionado destaca a atuação do justiceiro com o objetivo de proteger o que ele denomina “Z  Povinho”, que seria o trabalhador, o segundo caso, no trabalho de Fernandes há uma oposição entre trabalhadores e bandidos, logo o “justiceiro” seria o agente responsável por “proteger” o primeiro grupo, garantindo a “moralidade” e a “civildade” do lugar.

estes dias falaram assim: ‘Ih vai colocar um em Custodópolis também’. Nem sabem como é Custodópolis e já falaram que vão colocar um em Custodópolis. **[E o trailer, você ouviu alguma coisa sobre a instalação? Foram os moradores que pediram?]** Não, foi algo do batalhão mesmo. Colocaram entre o Eldorado e Santa Rosa, tem o Sapo 1 e Sapo 2, né? Eles são facção rivais, um é TCP e o outro é ADA, eu acho. Colocaram aquele trailer ali pra ficar no que chamam de “Faixa de Gaza”.

(Caroline)

Ao entrar no tema das “casas populares do Morar Feliz”, Caroline menciona uma situação na qual o seu bairro foi, de alguma forma, comparado às casas do programa “Morar Feliz”. Esta comparação acionou a sua crítica aos seus pares, que segundo ela, “nem sabem como é Custodópolis”. Ao expor esta crítica faz uma diferenciação entre Custodópolis e a “Faixa de Gaza”, neste caso, o conjunto habitacional “Morar Feliz”, categorizado assim por meio de rumores. O rumor, inclusive, é mobilizado como um dispositivo de omissão quando ela não quer assumir a autoria da fala. O caso “falam que é UPP<sup>105</sup> do Santa Rosa” foi outro exemplo. Um exemplo bem interessante para pensar a complexidade do processo de categorização, que é resultado da fusão de rumores proferidos por diferentes veículos de transmissão de informações sobre um indivíduo ou grupo.

A partir das abordagens que foram colocadas até aqui, pode-se pensar em uma compreensão dos significados em torno da elaboração das escalas de valores entre os “moradores antigos” e os “moradores novos”. A sucessão sempre redefiniu a situação, sempre impôs novos valores. Os que chegam depois, do ponto de vista dos mais antigos, não “respeitam” as pessoas, como o caso de Seu Manoel em relação aos novos atores que estão à frente do Grêmio. Esta acusação se refere ao não reconhecimento de sua reputação por parte dos moradores mais novos. Este fato é explicado pelos diferentes quadros de referências que os grupos possuem. Os antigos participaram de atividades que acabaram elaborando a reputação no bairro relacionada a atividades culturais, políticas e até mesmo urbanísticas, seja na organização da escola de samba, seja na organização do time de futebol, ou mesmo a aquisição de iluminação pública para o

---

<sup>105</sup> No tocante a ideia de UPP colocada por ela, esta se refere a Unidade de Política Pacificadora, fruto de um projeto que foi concebido com o objetivo de “recuperar” áreas ocupadas pelo tráfico na cidade do Rio de Janeiro. Neste caso, não é uma política de combate ao tráfico em si, mas a possibilidade de reduzir o potencial armamentístico destes grupos (Ver: Menezes, 2015, p 58; Machado da Silva, 2010, p. 3). No tocante ao uso da expressão, esta não corresponde a UPP como o caso da capital fluminense, é uma expressão que demonstra um “efeito” da política de segurança no interior. A presença de um posto fixo da polícia em um território com presença de “facções” é enquadrado nos rumores como equivalente a cidade do Rio de Janeiro, mesmo que seja em situações meramente “jocosas”.

bairro. O não reconhecimento desta reputação dos antigos por parte dos novos moradores cria um cenário repleto de disputas, que vão desde uma acusação de não respeitarem regras de conduta pública, como o caso do “mal encarado”, até serem tomados como “violentos” em potencial.

## **Considerações finais**

### **Morar bem e Morar mal? Categorizações reais em seus efeitos.**

A princípio, quando estava buscando um delineamento do objeto, fiz a escolha por um único bairro: Custodópolis, pois importava mais uma análise das situações de copresença com moradores dos demais bairros da margem direita do Rio Paraíba do Sul, do que uma análise quantitativa que fosse capaz de mensurar segregação, desigualdade, ou temas relacionados a estas agendas. Ir para Custodópolis me permitiu compreender a elaboração e reelaboração de enquadramentos cognitivos a partir da interação entre moradores de diferentes bairros uma mesma cidade, dado aos diferentes estoques de conhecimentos que estes possuem. A pergunta que sempre ouvi, durante toda a elaboração do trabalho foi: “como estudar Guarus em Custodópolis”? A resposta a pergunta foi dada pelos meus dados empíricos extraídos de uma pesquisa de inspiração etnográfica. Custodópolis, assim como os demais bairros do distrito de Guarus, em diferentes graus sucumbem a Guarus, seus moradores tornam-se moradores de Guarus genéricos.

Custodópolis e Guarus não podem ser tomados como sendo um único lugar, mas em situações de copresença, sobretudo na margem direita do Rio Paraíba do Sul, os moradores do bairro de Custodópolis passam por “moradores de Guarus”. Como destacado por mim nas análises das situações experimentadas por Caroline, morar em Guarus é comportar-se de modo inadequado, um símbolo de estigma. Portanto, ser “morador de Guarus” não se restringe apenas a posse de um endereço postal na cidade de Campos dos Goytacazes, é corresponder a um padrão desqualificado de comportamento, quando o quadro de referência é elaborado a partir dos “moradores antigos”, neste caso, os do lado de lá, área ocupada pelas famílias tradicionais em potencial.

No mundo prático, as categorias mobilizadas pelos acusadores, moralizam os espaços da cidade de um modo, que algumas áreas tornam-se inacessíveis pelos não



moradores, devido à efetivação dos rumores. É um local ao qual não se deseja fazer um churrasco, como mencionado por Caroline; não se deseja ir fazer trabalho de faculdade, como no caso de Ana Júlia, quando esta destacou que os amigos diziam: “na casa de [Ana Júlia] não”. Enfim, um lugar ao qual não se deseja ir.

Neste caso, as categorias elaboradas possuem uma dupla função: qualificar o status daquele que categoriza e desqualificar o daquele que é categorizado, gerando assim um sentimento de confiança ou desconfiança da *persona* que se apresenta publicamente como moradora de uma determinada localidade. Os efeitos produzidos pelas categorias delineiam regiões morais da cidade, porém, não pura e simplesmente como uma “área na qual as pessoas possuem gostos comuns” (Park, 1999), mas ainda, como uma área degradada devido aos referenciais que foram elaborados em interação na cidade sobre dado espaço. Deste modo, há uma elaboração de uma escala de valores que mensura cartograficamente as áreas da cidade e os seus respectivos moradores.

Contudo, assumir o status de morador de Guarus em uma situação de disputa, é reconhecer a região como um símbolo de estigma. “Coisa de Guarus” é uma expressão que remete, necessariamente, a um agir de modo inadequado. Não é novidade que categorias sejam mobilizadas para designar comportamentos, sobretudo, na vida urbana, pois tivemos, e ainda temos a experiência da elaboração da categoria “favelado” (Valladares, 2005) - não me refiro a mobilização da categoria como objeto de análise, mas em situações de copresença -. O que é ser favelado? É morar em “aglomerados subnormais”? Definitivamente, não. Aglomerado subnormal é uma descrição técnica de um tipo específico de ocupação. A favela é uma categorização moral de áreas de má reputação. Essa categorização, portanto, cristaliza um *perfil* desqualificado: o favelado.

A categoria “favelado” é passível de comparação com a de morador de Guarus, morador de Custodópolis ou morador das casinhas, acionadas em diferentes contextos e suas relativas gradações, pois tem em comum a imputação não de uma descrição lógica, mas a qualificação valorativa de um estilo de vida. Para membros destes diferentes grupos, a copresença na cidade é um estado constante de disputa. Birman, em sua abordagem acerca das categorias “favela” e “comunidade”, descreve situações de desqualificação vivenciadas por “moradores de favelas” da cidade do Rio de Janeiro, nas quais, a imputação da categoria favela *tipifica* o “lugar da incivilidade, da barbárie [e] da morte associada ao tráfico de drogas” (2008, p. 113), enfim, o “tipo” que a “cidade maravilhosa” não pretende acrescentar em sua biografia, a menos, em seu formato caricatural. A categoria “comunidade” é mobilizada eufemisticamente para

evitar trazer à tona uma “ferida”, que seria o uso da categoria favela. A busca por uma nova categoria de nomeação de uma localidade evidencia que a utilizada não corresponde ao mundo vivido, buscando trazer a classificação da área para um patamar mais próximo da sua realidade ou, ao menos, menos carregado de negatividade.

Em uma discussão emblemática sobre a relação de copresença entre moradores de uma determinada área do município do Rio de Janeiro e do município de Nova Iguaçu, Freire cita um trecho da fala de um interlocutor, na qual ele recorre a duas categorias morais para categorizar a si e os moradores da zona sul do Rio de Janeiro: “o povo da baixada fluminense” e o “carioca”. Ele fez menção ao “carioca” expresso na música da cantora Adriana Calcanhoto, como um tipo descolado, moderno, discreto, enfim, um estilo de vida a ser incorporado na ecologia da “cidade maravilhosa”. Em contrapartida, há menção ao “povo da baixada”, que inclusive, é categorizado pelo interlocutor como *fodido*, uma categoria moral de desqualificação que define este como “periférico”, quando o estilo de vida que faz analogia a cidade é elaborado a partir do “carioca”, morador da “cidade maravilhosa” (2005, p. 97). A categorização dos lugares, quando sentidas pelos seus respectivos moradores, pode desencadear em um sentimento de *indignação*, que pode, inclusive, ser uma motivação para formação de ações coletivas.

Seu Manoel e outros comerciantes fizeram um movimento de mudança de nome. O papel principal desse “movimento” foi realizar uma limpeza moral dos moradores do bairro, pois não queriam mais ser enquadrados como “ratos”, e sim, como iguais na cidade. Esta limpeza, inclusive, está relacionada a uma negação de um *self* relacionado à Cidade de Palha, uma vez que o *homem novo* morava em casas “em perfeitas condições higiênicas”, não na palha.

Caroline, em tom de indignação, declarou que sempre que fala o seu endereço, necessita de oferecer “explicações” de que lugar não é como “pintam”. Ao mencionar seu lugar de moradia, há sempre uma sensação de desconfiança e ao mesmo tempo, curiosidade, como se estivessem diante do exótico da cidade. É uma situação na qual ela necessita se provar a todo tempo, pois não é reconhecida como igual em copresença com os moradores “do lado de lá”. Não chega ao ponto de ser comparada a “rato”, mas é passível de ser tomada como sem civilidade, desqualificada profissionalmente ou relacionada direta ou indiretamente a sociabilidade violenta.

O dilema de Bruna é marcado por conflitos morais em copresença com moradores do bairro em que nasceu, e com membros de sua família, é moradora do

bairro, mas não se autodenomina como tendo sido criada no mesmo. No entanto, sente-se parte do “centro”. Até a sua vinda para bairro para estudar em uma escola do mesmo, os seus quadros de referências correspondiam aos estoques construídos no “centro”.

As situações descritas possibilitam pensar na formação de categorias morais, e como estas implicam em processos contínuos de redefinição das situações sociais experimentadas na cidade por aqueles que as portam e que eventualmente são enquadrados a partir delas. O morador de Guarus, em relação de copresença no espaço público com os demais moradores da cidade, seja na “Praça São Salvador”, seja “do lado de lá”, ou no “centro”, vivencia experiências que exige dele uma série de provas de não corresponder a categoria moral “morador de Guarus”, e estas são colocadas na medida em que a interação com “moradores do lado de lá” é mais intensa. Para Margarete e Ana, que realizaram grande parte de suas atividades no interior do bairro, ser categorizadas como “morador de Guarus” ou “Morador de Custodópolis” não faz parte de suas experiências. Este se dá de modo mais intenso nos que “atravessam a ponte”, por aqueles que transitam por diferentes mundos presentes na cidade de Campos.

Ter acesso ao meu lugar categorizado me conduziu para o processo de investigação no qual estava buscando um entendimento dos “porquês” colocados em uma situação indeterminada. Acessar a opinião de um determinado grupo colocou em suspenso a certeza que possuía. A partir do aparecimento da dúvida sobre algo estável até então, tive acesso ao meu eu teórico, cuja ação é sistematizar o habitual, pois uma vez que este é alterado, surge uma busca pela solução, e esta não é buscada apenas pela academia, mas sim, pelas ferramentas disponíveis no mundo daquele que se depara com uma situação à ser solucionada.

Deste modo, infiro que uma situação indeterminada; um momento crítico; ou apenas uma pergunta sobre algo que o inquirido “nunca parou para pensar”, conduz a avaliação da situação e a busca pelo entendimento da mesma. A partir do entendimento alcançado, surgem categorias morais que de algum modo, estabelece um delineamento moral entre aqueles que categorizam e aqueles que são categorizados, o que implica em uma coordenação da ação recíproca, pois a categoria, no caso investigado, antecede ao encontro, logo é responsável pela sua coordenação.

A interação intensa é responsável pela reelaboração de categorias que antes eram apenas abstratas. A categoria “morador de Guarus” sofre alteração na medida em que os categorizados interagem com aqueles que categorizam, formulando assim novas

categorias, que podem até mesmo se transformarem em categorias lógicas na medida em que o categorizador se depara com seu outro generalizado naquele que era categorizado moralmente como desqualificado. O processo de investigação, no caso daquele que se depara com o seu self-degenerado nos rumores, o habilita para uma situação de disputa na qual ele é confrontado com a crítica. A partir da tomada de conhecimento da estandardização da categorização, se dá a apresentação de provas, questionando a crítica da qual se é objeto e conduzindo assim uma situação indeterminada para a determinada. Mas este processo só é possível se o categorizado tem acesso as categorias que lhe são conferidas.

As categorias morais são apreendidas não apenas em uma situação de copresença, elas são veiculadas ainda por meio de dispositivos midiáticos que, por meio de categorias morais embutidas nas informações, favorecem a circulação de rumores. É importante um entendimento da autoria dos rumores para que possamos compreender o modo como estes moralizam determinadas áreas da cidade.

O “lado de lá”, a partir do que fora entendido até aqui, está situado geralmente na região central. Para ser mais específico, destaco a universidade como um lugar onde as categorias morais estão mais presentes, pois na maioria dos casos analisados, a escola não foi palco de disputas, mas sim, a universidade. A partir desta constatação tomei a liberdade de chegar a seguinte conclusão: a terceira geração de famílias que migraram para o bairro a partir dos anos 1950, não estava sendo esperada na universidade, pelo menos, não nas universidades públicas ou em cursos de odontologia.

As categorias sobre o 3º distrito de Guarus, em vigência no contexto cognitivo da cidade de Campos dos Goytacazes, como mencionado, foram definidas em situações experimentadas em diferentes momentos nos quais houve interações intensas entre ambas as margens do rio. Em um primeiro momento, uma crise decorrente de uma disputa territorial entre capuchinos, jesuítas e grupos indígenas autóctones fez com que houvesse uma delimitação moral entre “o povo da Vila de São Salvador” e os “moradores daquela freguesia”. Em um segundo momento esta disputa opõe a margem direita aos “Quilombolas de Guarulhos”. Estes primeiros eventos estão relacionado aos processos de ocupação e ampliação da circulação no 3º Subdistrito. Os rumores que circulavam nas notícias, deste modo, sempre categorizaram o lugar e seus moradores como perigosos, por mais que a tipificação do perigo tenha sido reenquadrada em diferentes momentos históricos e a partir das características específicas das populações que os ocupou. Guarus e Custodópolis vem se colocando no contexto urbano de

Campos dos Goytacazes através de processos sucessórios, em certa medida, e cumulativos, em outra medida, de assunção de características moralmente desqualificados. Ao se mudar para a localidade, os “moradores antigos” revelam a *percepção do outro lado* sobre a localidade, logo, estes participaram de atividades desportivas, políticas e culturais que foram os principais recursos presentes no bairro para estes pudessem estandardizar o bairro a partir da percepção dos próprios moradores.

Ao realizarem as atividades já mencionadas atribuía um valor ao bairro até então não atribuído à mesma pelos de fora. A própria presença da mídia no Jongo de Maria Anita inseriu a localidade na “galeria de rumores” não somente com via de desqualificá-la, mas apresentar aspectos do Jongo presente no bairro, que Silva (1977) denominou “poesia popular”. O jongo a União da Esperança e o Grêmio Esportivo de Custodópolis (Grêmio E. C.) devem ser entendidos como atividades que exerceram/exercem não apenas um papel recreativo no bairro, mas ainda, político, no qual há uma estandardização da reputação do bairro a partir daqueles que estão em seu interior. O Futebol é importante na medida em que atuava como mediador de investimentos para a localidade e ferramenta de mobilização, papel exercido ainda pelo Cine Primor. Neste caso, podemos tomar todas estas práticas como uma forma de enfrentamento das *forças hostis* que desqualificavam moralmente um bairro de expansão urbana.

Os novos moradores, de algum modo, buscaram por meio das associações presentes no bairro, iniciar um movimento de limpeza moral. Eles objetivavam ser enquadrados como moradores do “bairro de operários”, não como “moradores da palha”, uma vez que esta última categoria os relacionava a um padrão de habitação consoante à favela, que na capital carioca fora tão combatida moralmente. Estes foram dilemas enfrentados pelos moradores que chegaram ao bairro após os anos 1950.

Na medida em que a circulação do bairro foi se ampliando, sobretudo após o aterramento da Lagoa do Vigário e a construção da Ponte Saturnino Brito, o bairro passou a ser integrado de modo mais intensivo à sede do município. Essa integração é bem recebida por todos os meus interlocutores. A avaliação que eu faço dessa integração não é tão favorável, pois na medida em que a urbanização adentrou no bairro, a centralidade da sede da cidade em termos de acesso a serviços sufocou atividades antes oferecidas no mesmo. Há um comércio com grande oferta de produtos, e estes vão desde o ramo alimentício ao vestuário, mas as atividades “culturais” do “tempos dos

antigos” hoje se concentraram na sede do município. A União da Esperança e o Campo do Grêmio são as únicas instituições atuantes.

Com relação a presença de eventos na localidade, estas não podem ser tomadas como findada apenas pelo *fácil* acesso à sede, mas também pela chegada de novos moradores que redefiniram a situação no mesmo. A presença da igreja evangélica possibilitou a formação de novos contextos de experiência. A religião evangélica disputa com o catolicismo e com as religiões de matriz afro no espaço público, disputa esta intensificada enormemente nos tempos atuais. A única manifestação pública da matriz afro no bairro hoje se dá através da Escola de Samba, cujas melodias incorporam um repertório de objetos que remetem à moralidade quilombola.

Os jovens que acessam as instituições do “lado de lá” já não enfrentam a crítica de “morarem na palha”, mas sim, de morarem em um bairro categorizado moralmente como: “lugar violento” e de “favelado cafona”. Estes estão em um novo esquema de limpeza moral, e neste esquema encontram “outro” grupo para categorizar e, de alguma forma, transferir a responsabilidades dos “problemas do bairro” para estes, no caso, o “morador das casinhas”, uma categoria moral que é construída e relacionada a categoria “morador de Custodópolis”. A partir desta compreensão parto da hipótese que sempre haverá um “morador” de um “lugar perigoso” ou nobre no processo de sucessão populacional imposto pelo crescimento das cidades.

## Bibliografia

**ALMEIDA**, Jorge da Paz. *Campos: 50 anos de carnaval*. Escola de artes gráficas, s. d.

**ALVES**, Heloisa de Cássia Manhães. *A elite local e a modernização urbana em Campos dos Goytacazes: um projeto político 1930-50*. Tese de doutorado em Sociologia Política. Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro, 2013.

**ALVIM**, Mária R. B.; **VALLADARES**, Lícia P. *Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura*. Boletim Informativo e Bibliográfico-BIB. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Anpocs, 1988, n. 26, p. 3-37.

**ARAÚJO**, Hiram; **JÓRIO**, Amaury. *Natal, o Homem de um braço só*. Rio de Janeiro: Guavira, 1975.

**ARRUDA**, Ana Paula Serpa Nogueira de. *Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio: a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Políticas Sociais, da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes: UENF/PPGPS, 2009.

\_\_\_\_\_. *Política habitacional e direito à cidade: a experiência do programa “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes – RJ*, 2014, 273 páginas. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2014.

**ASSIS**, Renan Lubanco. *As vulnerabilidades de uma carreira: os camelôs do terminal e a cidade de Campos dos Goytacazes como um espaço de luta por reconhecimento*. Dissertação de mestrado em Sociologia Política. Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. *Você mora em Custodópolis? Nem parece...: Entre as expectativas e a realidade de se morar em um lugar estigmatizado*. Paper apresentado na X Reunión de Antropologia Del Mercosur. Córdoba, Argentina. Julho de 2013.

\_\_\_\_\_. *Regiões morais urbanas: a cidade como um complexo de classificações morais*. Paper apresentado no XI Congresso Argentino de Antropologia Social (XI CAAS), Grupo de trabalho: GT51-Moralidades en las ciudades de la periferia. Rosário, Argentina. Julho de 2014.

**AZEREDO**, Verônica Gonçalves. *Famílias nas “terras de custódio”*: itinerários de proteção social. 2012. 243 f. Tese– Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

**BACHELARD**, Gaston. *Le Nouvel Esprit Scientifique*. Paris: PUF, 1946.

**BAKHTIN**, Mikhail M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

**BARCELOS**, Álvaro A. *Linguagem da Baixada Goitacá*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1992.

**BARBOSA**, Raoni Borges. *Medos Corriqueiros e Vergonha cotidiana: Um estudo em Antropologia das Emoções*. Série Cadernos GREM N° 8. Recife: Bagaço, 2015.

**BARTH**, Frederick. *O Guru, o inciador e outras variações antropológicas*. LASK, Tomke (org). Rio de Janeiro: Editora Contracapa, 2000.

**BASTOS**, Fernanda Conceição de Souza. *Cultura, política e os fazeres da Comissão Pastoral da Terra (CPT)*. Dissertação de mestrado em Sociologia Política. Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro, 2012.

**BECKER**, Howard. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

**BIRMAN**, Patrícia. *Favela é comunidade?* In: Machado da Silva, Luís Antônio (org.) *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008.

\_\_\_\_\_. *Percursos afro e conexões sociais: negritude, pentecostalismo e espiritualidades*. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. *As religiões no Brasil – continuidades e rupturas*. Petrópolis, RJ: 2006, pp: 189-205.

**BOTELHO**, Regiane Aparecida Pontes. *O Estado Novo na esfera municipal: Nelson Corrêa Monteiro e o município de São Gonçalo (1940-1945)*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo. Niterói – RJ, 2011.

**BLANC**, Manuela Vieira. *Os famosos todos nós: uma proposta de análise da experiência cidadina no pequeno urbano, (no prelo)*.

\_\_\_\_\_. *O desafio de vir a ser: jovens universitários, moradias coletivas e identidades*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. *Aonde ninguém é Zé Ninguém: a experiência cidadina na pequena cidade, a notoriedade compartilhada e suas as repercussões sobre um modo de vida "urbano"*. Comunicação apresentada no 37º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu. Outubro de 2013.

\_\_\_\_\_; **ASSIS**, Renan Lubanco

(no prelo) “*De qual família você é?*” Cidades de médio e pequeno porte e rituais de interação. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; NOEL, Gabriel Davi; FREIRE, Jussara; BERMUDEZ, Natalia (Orgs.) *Moralidades em cidades da periferia*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Garamond.

**BOHRER**, Irai Martins. *Serviço Social e Desenvolvimento da Comunidade*. Trabalho de Finalização de Curso (Graduação em Serviço Social)- Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, 1974.

**BOLTANSKI**, Luc. *A moral da rede? Críticas e justificações nas evoluções recentes do capitalismo*. In: Fórum Sociológico. Instituto de Estudos e Divulgação Sociológica, Número 5/6, IIª Série, 2001, pp.13-35. Disponível em: <http://forumsociologico.fcsh.unl.pt/PDF/Artigo1.pdf>. Acesso em: 16 Mai. 2016.

\_\_\_\_\_; **THÉVENOT**, Laurent, *De la justification: Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

\_\_\_\_\_; **CHIAPELLO**, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

**CARDOSO DE OLIVEIRA**, Roberto. *O índio e o mundo dos brancos*. Brasília: Editora da UnB, 1981. [1964]

**CARVALHO**, Waldir P. *Campos depois do Centenário*. V.1. Itaperuna/RJ: Damadá, 1991.

**CLASTRES**, Pierre. *A sociedade contra o Estado: Investigações de antropologia política*. Afrontamento, Porto, 1979. [1974]

**COURA**, José Rodrigues. *Custodópolis e os primórdios da medicina social e preventiva na Faculdade de Medicina de Campos*. In: **SILVA**, Vera L. M.; **JUNCÁ**,



Denise C. M (orgs). *Território, Vulnerabilidades e Saúde*. FBPN/FMC, Campos dos Goytacazes, 2012.

**CORDEIRO**, Hélvio. *Quilombo: terra de esperança*. Campos dos Goytacazes – RJ: Fundação Jornalista Oswaldo Lima, 2012.

**CORRÊA**, Diogo Silva. *Anjos de fuzil: uma etnografia das relações entre igreja e tráfico na Cidade de Deus* (Tese de Doutorado), IESP/UERJ, Rio de Janeiro –RJ, 2015.

**CUNHA**, Juliana Blasi. *Atafona: formas de sociabilidade em um balneário na região norte-fluminense*. Niterói – RJ: Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, ICHF-UFF, 2007.

**DAMATTA**, Roberto. *Ensaio de antropologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.

**DEWEY**, John. *Logic: the theory of inquiry*. New York: Henry Holt, 1938.

\_\_\_\_\_. *Experience and nature*. London: George Allen & Unwin ltd, 1929.

\_\_\_\_\_. *The Public and Its Problems*. Chicago : Swallow, 1927.

**DUTRA**. Pollyana Lopes. *Programa Habitacional Morar Feliz em Campos dos Goytacazes: Análise da percepção dos beneficiários sobre as suas novas condições de moradia*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Centro de Ciências do Homem. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, RJ, 2015.

**ELIAS**, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

\_\_\_\_\_; **SCOTSON**, John L. *Os estabelecidos e os “outsiders”*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

**EMAB**. *Programa Habitacional do Município de Campos*. Acessado em: <http://www.abc.habitacao.org.br/wp-content/uploads/2013/05/20-GIR-EMHAB-CG-RJ-Programa-Morar-Feliz1.pdf>, 17 de mai. de 2016.

**FARIA**, Tereza Peixoto. *As reformas urbanas de Campos e suas contradições. O plano de 1944: uma nova ordem social e urbana*. CD-ROM dos *Anais do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Natal – RN, 2000.

\_\_\_\_\_. *Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo 2005.

\_\_\_\_\_; **POHLMANN**, Maria Alice de Oliveira. *Dinâmica Socioespacial de Campos dos Goytacazes/RJ: O Programa Habitacional Morar Feliz e Expansão da Periferia*. Anais do XVI ENAPUR, Belo Horizonte, 2015.

**FARIAS**, Juliana. *Da asfixia: reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas cariocas*, in Antonio Machado da Silva (org.), *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp. 173-191, 2008.

**FAVRET-SAADA**, J. *Ser afetado* (tradução de Paula de Siqueira Lopes). *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

**FERNANDES**, Sílvia Regina Alves. *Sociologia da religião, pluralismos e intolerâncias: pautas contemporâneas*. Contemporânea ISSN: 2236-532X v. 5, n. 2 p. 289-308 Jul.–Dez. 2015.

**FELTRAN**, Gariel Santis. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas: IFCH/Unicamp, 2008.

**FEYDIT**, Júlio. *Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes*. Rio de Janeiro: Ed. Esquilo, 1979 [1900].

**FREIRE**, Jussara. *Sensos do justo e problemas públicos em Nova Iguaçu*. Tese de doutorado, IUPERJ, mimeo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Agir no regime de desumanização: esboço de um modelo para análise da sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro*. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 3, n. 10, p. 119-142, out/nov/dez, 2010.

\_\_\_\_\_. *Violência urbana e cidadania na cidade do Rio de Janeiro: tensões e disputas em torno das justas atribuições do Estado*. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 7, n. 1, p. 73-94, 2014.

\_\_\_\_\_. *Uma caixa de ferramentas para a compreensão de públicos possíveis: um arranjo de sociologias pragmatistas*. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 12, n. 36, p. 720-736, 2013.

**FREIRE**, Letícia de Luna. *Próximo do Saber, Longe do Progresso: história e morfologia social de um assentamento urbano no campus universitário da Ilha do Fundão - RJ*. Tese (Doutorado em Antropologia). Niterói: PPGA-UFF, 2010.

**GAMBETTA**, Diego. *Can We Trust Trust?*, in Gambetta, Diego (ed.) *Trust: Making and Breaking Cooperative Relations*, electronic edition, Department of Sociology, University of Oxford, chapter 13, pp. 213-237, 2000.

**GARFINKEL**, Harold. *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc., 1967.

**GEERTZ**, Clifford. *Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura*. In: *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. [1973]

\_\_\_\_\_. *Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In: Obras e vidas. O antropólogo como autor.* Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, 2009. [1988]

**GIUMBELLI**, Emerson. *Um projeto de cristianismo hegemônico.* In: ORO, Ari Pedro; SILVA, Vagner G. (Org.). *Intolerância Religiosa – impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro.* São Paulo: Edusp, 2007, pp: 149-169.

**GLUCKMAN**, Max. *Gossip and Scandal.* The University of Chicago Press. Vol. 4, No. 3, pp. 307-316, Jun., 1963.

**GOFFMAN**, Erwing. *Symbols of class status. The British Journal of Sociology*, 2: 294-304, 1951.

\_\_\_\_\_. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.* 4ª ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC Editora, 1988. [1963]

\_\_\_\_\_. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos.* Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. [1963]

\_\_\_\_\_. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise.* Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012. [1974]

**GOMES**, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo.* Rio de Janeiro: FGV, 2005.

**GUIMARÃES**, Berenice Martins; **PÓVOA**, Fabiana Machado Rangel. *Formação e Evolução das Favelas em Campos dos Goytacazes.* Relatório de Pesquisa UENF/CCH/LESCE: dezembro, 2005.

**GUSFIELD**, Joseph R. (1955). *Social Structure and Moral Reform: A Study of the Woman's Christian Temperance Union. American Journal of Sociology*, 61(3), 221-232. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2772134>, Acesso em 16 de ago. de 2016.

\_\_\_\_\_. (1986). *Symbolic Crusade: Status politics and the American Temperance Movement.* 2 ed. Urbana; Chicago: university of Illinois Press.

**GRIPES**. *Diagnóstico preliminar da cidade de palha.* Campos dos Goytacazes, 2008.

**HOLANDA**, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936].

**HUGHES**, Everett C. *Institutional office and the person.* American Journal of Sociology, 43(3), 404- 413, 1937.

**JAMES**, William. *The Chicago school. Psychological Bulletin*, 1, 1-5, 1904.

\_\_\_\_\_. *Principles of Psychology*, Volume 1. London: Macmillan, 1891.

**LAMEGO FILHO**, Alberto. *A planície do solar e da senzala*. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1934.

**LAMEGO**, Alberto Frederico de Moraes. *A Terra Goitacá à Luz de Documentos Inéditos*, tomo V. Niterói: Diário Oficial, 1942.

**LATOURE**, Bruno. *Reassembling the Social*. New York: Oxford University Press, 2005.

**LEEDS**, Antony; **LEEDS**, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio: Fiocruz/Faperj, 2015 [1978].

**LEFEBVRE**, Henri. *The Production of Space*, trans. D. Nicholson-Smith. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

**LEWIN**, H.; **RIBEIRO**, A. P. A.; **SILVA**, L. S. *Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil: o caso do MST em Campos dos Goytacazes*. Rio de Janeiro: Letras, 2005.

**LEITE LOPES**, Jose Sergio. *O 'Vapor do Diabo': O Trabalho dos Operários do Açúcar*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, dezembro de 1976. 2ª edição em outubro de 1978.

\_\_\_\_\_. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na 'Cidade das Chaminés'*. São Paulo: Editora Marco Zero (co-edição com CNPq), 1988.

**LINS DE BARROS**, Myriam. *Gênero, cidade e geração: perspectivas femininas*. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Família e gerações*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 17-37.

**MACHADO DA SILVA**, Luiz. A.; Márcia P. **LEITE**,; L. Carlos **FRIDMAN**. "Matar, morrer, civilizar: o problema da segurança pública", em *MAPAS: Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade*. Rio de Janeiro, Ibase, 2-34, 2005.

\_\_\_\_\_. *A Vida Política Na Favela*. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 4 - no 4 - OUT/NOV/DEZ 2011 - pp. 699-716. [1967]

\_\_\_\_\_. *Mercado metropolitano de trabalho manual e marginalidade*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, mimeo), 1971.

\_\_\_\_\_.(Org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Novas Fronteiras S/A, 2008.

**MACHADO**, Regina M. M. *Juventude e promoção social*. Trabalho de Finalização de Curso (Graduação em Serviço Social)- Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, 1973.

**MALHEIROS**, Márcia. *Homens da Fronteira: índios e capuchinhos na ocupação dos sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes*. (História, Tese de Doutorado). Niterói: UFF, 2008.

**MARIANO**, Ricardo. *Pentecostais em ação: a demonização dos cultos afro-brasileiros*. In: SILVA, Vagner (Org.). *Intolerância Religiosa – impactos do neopentecostalismo no campo religioso brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2007, p:119-148.

**MAMANI**, Hernan Armando. *Transporte Informal e Vida Metropolitana: estudo do Rio de Janeiro nos anos 90*. – Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2004.

**MANNHEIM**, Karl. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.

**MATA**, Sérgio da. *Joachim Radkau tenta escrever a biografia 'definitiva' de Max Weber*. *História da Historiografia*, 4: 358-365, 2010.

**MATTOS**, Carla dos Santos. *Viver nas margens: gênero, crime e regulação de conflitos*. Tese (doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

**MARTINS**, José de Souza . *O artesanato intelectual na sociologia*. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, p. 13-48, 2013.

**MEAD**, George Herbert. *The Definition of the Psychical, Decennial Publications of the University of Chicago, First Series, Vol. III : Chicago (1903): 77-112*.

\_\_\_\_\_. *Mind, Self and Society: from the Standpoint of a Social Behaviorist*. Chicago: The University of Chicago Press, 1974[1934].

**MELLO**, José Alexandre Teixeira de. *Campos dos Goytacazes em 1881*. Rio de Janeiro, Typographia, Litographia Laemmert & Cia., 1886.

**MENEZES**, Cláudia. *A mudança: Análise da ideologia de um grupo de migrantes*. Rio de Janeiro, Imago, 1976.

**MENEZES**, Paloma Valle. *Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”:* uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas. (Tese de Doutorado). IESP/UERJ, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

**MENDES**, Juliana Thimóteo N; **TORRES**, Clarisse Cassab. *Juventudes e seus Territórios Usados: um estudo em Campos dos Goytacazes*. *Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas*, São Luis do Maranhão, Brasil, 2011.

**MESQUITA**, Wania Amelia Belchior . *Conversão na folia: o carnaval evangélico no Rio de Janeiro*. In: Mesquita. W.A.B.; Amaral, L., Freitas, L.. (Org.). *Festa em perspectiva e como perspectiva*. 1ed. Rio de Janeiro: Garamound, 2012, v. 1, p. 105-117.

**MILLS**, Charles Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009[1975].

**ODEBRECHT.** *Programa Morar Feliz.* Acessado em: <http://www.mbc.org.br/mbc/uploads/biblioteca/1297451004.6554A.pdf>, dia 17 de mai. de 2016.

**PARK**, Ezra Robert. *The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City Environment.* 'American Journal of Sociology', Vol. 20, No. 5, pp. 577-612, Mar.,1915.

\_\_\_\_\_. *Human Migration and the Marginal Man.* *American Journal of Sociology* 33(6):881–893, 1928.

\_\_\_\_\_. A comunidade urbana como configuração espacial da ordem moral [1925]. In: **PIERSON**, Donald. (Org.). Estudos de ecologia humana, Tomo I de *Leituras de Sociologia e Antropologia Social.*, SãoPaulo: Martins, 1948a.

\_\_\_\_\_. Sucessão [1936]. In: **PIERSON**, Donald. (Org.). Estudos de ecologia humana, Tomo I de *Leituras de Sociologia e Antropologia Social.*, SãoPaulo: Martins, 1948b.

\_\_\_\_\_. *A notícia como forma de conhecimento.* In: Steinberg- Meios de comunicação de massa. São Paulo, Cultrix. pp. 168-185, 1976.

\_\_\_\_\_; **BURGESS**, Ernest. *Competição, Conflito, Acomodação e Assimilação.* (Tradução: Mauro Kouri) In: Robert E. Park e Ernest W. Burgess *Introduction to the Science of Sociology.* Chicago: The University of Chicago Press, 1921. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 13, n. 38, agosto 2014.

**PÉTONNET**, Colette. L'observation flottante: l'exemple d'un cimetière parisien, L'Homme, oct-déc. 1982, XXII (4r), pp.37-47, 1982.

**PÓVOA**, Fabiana Machado Rangel. *A Municipalização da política de habitação Popular em Campos dos Goytacazes* (1989-2001). Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais. Centro de Ciências do Homem. Campos dos Goytacazes, Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2002.

**RADCLIFFE-BROWN**, Alfred R. *A Further Note on Joking Relationships.* *Africa: Journal of the International African Institute*, vol. 19, no 2, pp. 133-140, 1949.

**REYS**, Manuel C. *Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reys*, 1785. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

**RIBEIRO**, Yolanda Gaffrée, *Os limites da reforma agrária e as fronteiras religiosas: os dilemas dos remanescentes de quilombos do Imbé – RJ.* Dissertação de mestrado em Sociologia Política. Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro, 2011.

**SCHUTZ**, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos.* Rio de Janeiro: Vozes, 2012. [1967]

\_\_\_\_\_. *The Stranger: An Essay in Social Psychology*. *American Journal of Sociology* 49.6 (1944): 499–507.

**SILVA**, Helio. *A situação etnográfica: andar e ver*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, jul/dez., v. 15, n. 32, 2009.

**SILVA**, Marusa, B. *Patroas e Empregadas em Campos dos Goytacazes: uma relação delicada*. Dissertação de Mestrado, Uenf/LESCE. Campos dos Goytacazes, 2013

**SILVA**, Vagner G. *Prefácio ou notícias de uma Guerra Nada Particular: Os ataques Neopentecostais às Religiões Afro-brasileiras e aos símbolos da herança africana no Brasil*. In: SILVA, Vagner (Org.). *Intolerância Religiosa – impactos do neopentecostalismo no campo religioso brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2007, p: 9-28.

**SILVA**, Viviane Ramiro. *Da medicalização à patrimonialização: as ações de reconhecimento da medicina popular engendrada por agentes associado à rede Fitovida*. Dissertação de mestrado em Sociologia Política. Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro, 2012.

**SOFFIATI**, Arthur. *Os canais de navegação do século XIX no Norte Fluminense*. Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, v. 1, p. 13-23, 2007.

**SCHWARCZ**, Lilian Moritz. *Retrato em branco e preto: jornais escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

**SOUZA**, Frank Pavan de. *Estudo de Ocupação Espontânea na Lagoa do Vigário, no Município de Campos dos Goytacazes - RJ, propostas mitigadoras e amparo legal*. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campus Campos Centro. Campos dos Goytacazes – RJ, 2009.

**SPOSATI**, Aldaíza. *Desafios para fazer avançar a política de Assistência Social no Brasil*. In: Serviço Social & Sociedade. *Assistência e proteção social*. Nº 68. Ano XXII. São Paulo: Cortez, 2001.

**TALONE**, Vittorio da Gamma. *Confiança e desconfiança como dispositivos morais situacionais em trânsito: um estudo em viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

**TELLES**, Vera S. *Nas franjas da “cidade global”*: tudo certo, tudo em ordem? In: **TELLES**, Vera da Silva; **CABANES**, Robert. (orgs.) *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

**THOMAS**, William Isac. *The Province of Social Psychology*, *American Journal of Sociology*, 10, 1905.

\_\_\_\_\_. *The Unadjusted Girl*. Boston: Little Brown, 1923.

\_\_\_\_\_ ; **ZNANIECKI**, Florian *The Polish Peasant in Europe and America. Monograph of an Immigrant Group: Life-record of an Immigrant* (vol. III). Boston: The Groham Press, 1919.

\_\_\_\_\_ ; **ZNANIECKI**, Florian. El Campesino Polaco en Europa y en América. Madri: Boletim Oficial del Estado/Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006.

**SILVA**, Luciane Soares da. *Funk para além da festa: um estudo sobre disputas simbólicas e práticas culturais na cidade do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Antropologia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

**SIMMEL**, Georg. O Estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). Simmel: Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983, pp.182-188.

**STONEQUIST**, Everett V. *The Problem of the Marginal Man. American Journal of Sociology* 41(1):1-12, 1935.

\_\_\_\_\_. *The Marginal Man: A Study in Personality and Culture Conflict*. New York: Russell & Russell, 1965 [1937].

**VANDENBERGUE**, Frédéric. Construção e crítica na nova sociologia francesa. In: Sociedade e Estado, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, v. 21, n.2, 2006, pp. 315-366.

**VELHO**, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

\_\_\_\_\_. (1981). Observando o familiar. In: *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.121-132.

**VIANNA**, Hermano. *O Mundo do Funk Carioca*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. 1997.

**VALLADARES**, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa: Análise do programa de remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. *A invenção da favela – Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

**VEBLER**, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. Tradução de Olívia Krähenbühl; apresentação de Maria Hermínia Tavares de Almeida. São Paulo: Abril Cultural, 1987.

**VIEIRA**, Simone Pedro e **FARIA**, Tereza Peixoto. *Princípios de Legislação Urbanística, Planejamento Urbano e Divisão do Espaço: Um Estudo do Plano de Desenvolvimento Físico-Territorial Urbano de Campos dos Goytacazes/RJ*, 2003.



**WEBER**, Max. *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais*. In: COHN, Gabriel (org.). Max Weber: sociologia. São Paulo: Ática, p.79-127, 2003.

**WERNECK**, Alexandre. *De Adão ao Bom Ladrão: Uma sociologia pragmatista da moral ampliada por uma perspectiva pluralista de bem inspirada pela desculpa*. In: A desculpa: As circunstâncias e a moral das relações sociais. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

\_\_\_\_\_. *Moralidade de bolso: A 'manualização' do ato de dar uma desculpa como índice da negociação da noção de 'bem' nas relações sociais*". Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Vol. 2, n. 3, pp 107-141, 2009.

\_\_\_\_\_. "Dar uma Zoadá", "Botar a Maior Marra": Dispositivos Morais de Jocosidade como Formas de Efetivação e sua Relação com a Crítica, Dados vol.58 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2015.

**WHYTE**, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. [1943]

**WUNDT**, Wilhelm. *System der Philosophie*. Leipzig: Engelmann, 1889.

**ZALUAR**, Alba. *Os Homens de Deus: Um Estudo Comparativo sobre o Sistema de Crença e Prática do Catolicismo Popular em Algumas Áreas do Brasil Rural*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

## Sites consultados:

**O cru e o cozido**. Guarus, por Fernanda Huguenin, acessado em: <http://www.fmanha.com.br/blogs/ocrueocozido/?p=326>, dia, 10/05/2011.

**PESAGRO-RIO**. EEC-Estação Experimental de Campos. Acessado em: <http://www.pesagro.rj.gov.br/eec.html>, Acesso no dia 28 de Jul. de 2015.

## Periódicos:

**A NOITE**. *Notícias de Campos*. 16 de Junho de 1940.

\_\_\_\_\_. *A urbanização de Campos: Assinados os contratos que farão Campos uma cidade Moderna*. 17 de abril de 1944.

\_\_\_\_\_. *Favelas – fontes perenes de crimes*. 28 de Junho de 1942.

\_\_\_\_\_. *Semana da criança em Campos*. 15 de Outubro de 1943.

\_\_\_\_\_. *Notícias de Campos*. 3 de Setembro de 1939.

\_\_\_\_\_. *O 5º aniversário do governo Amaral Peixoto em Campos*. 15 de Novembro de 1942.

\_\_\_\_\_. *Em Campos*. 9 de Novembro de 1943.

**GUIA GERAL DA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTAVAZES**. Campos, Estado do Rio. Ano VI, nº6. Janeiro de 1948.

\_\_\_\_\_. *Cidade de Palha*. Campos Estado do Rio de Janeiro. Ano V, nº5, Janeiro de 1947.

\_\_\_\_\_. *Introdução*. Campos Estado do Rio de Janeiro. Ano I, nº 1, Janeiro de 1943.

\_\_\_\_\_. *L. B. A.* Campos Estado do Rio de Janeiro. Ano II, nº 2, Janeiro de 1944.

**FOLHA DA MANHÃ.** 21/12/2012 – ano 35 – nº344.

\_\_\_\_\_. 22/12/2012 – ano 35 – nº345.

\_\_\_\_\_. 24/12/2012 – ano 35 – nº347.

\_\_\_\_\_. 26/12/2012 – ano 35 – nº349.

\_\_\_\_\_. 27/12/2012 – ano 35 – nº350.

\_\_\_\_\_. 28/12/2012 – ano 35 – nº351.

\_\_\_\_\_. 29/12/2012 – ano 35 – nº352.

\_\_\_\_\_. 30/01/2012 – ano 35 – nº353.

\_\_\_\_\_. 31/12/2012 – ano 35 – nº354.

\_\_\_\_\_. 20/01/2013 – ano 36 – nº373.

\_\_\_\_\_. 02/01/2013 – ano 36 – nº355.

\_\_\_\_\_. 03/01/2013 – ano 36 – nº356.

\_\_\_\_\_. 04/01/2013 – ano 36 – nº357.

\_\_\_\_\_. 04/01/2013 – ano 36 – nº356.

\_\_\_\_\_. 05/01/2013 – ano 36 – nº357.

\_\_\_\_\_. 06/01/2013 – ano 36 – nº358.

\_\_\_\_\_. 07/01/2013 – ano 36 – nº359.

\_\_\_\_\_. 08/01/2013 – ano 36 – nº360.

\_\_\_\_\_. 08/02/2013 – ano 36 – nº32.

\_\_\_\_\_. 09/02/2013 – ano 36 – nº33.

\_\_\_\_\_. 10/02/2013 – ano 36 – nº34.

\_\_\_\_\_. 11/02/2013 – ano 36 – nº35.

\_\_\_\_\_. 13/02/2013 – ano 36 – nº36.

\_\_\_\_\_. 14/02/2013 – ano 36 – nº37.

\_\_\_\_\_. 15/02/2013 – ano 36 – nº38.

\_\_\_\_\_. 16/03/2013 – ano 36 – nº67.

\_\_\_\_\_. 17/03/2013 – ano 36 – nº68.

\_\_\_\_\_. 18/03/2013 – ano 36 – nº69.

\_\_\_\_\_. 19/03/2013 – ano 36 – nº70.

\_\_\_\_\_. 20/03/2013 – ano 36 – nº71.

\_\_\_\_\_. 21/03/2013 – ano 36 – nº72.

\_\_\_\_\_. 22/03/2013 – ano 36 – nº73.

\_\_\_\_\_. 23/03/2013 – ano 36 – nº74.

\_\_\_\_\_. 24/04/2013 – ano 36 – nº106.

\_\_\_\_\_. 25/04/2013 – ano 36 – nº107.

\_\_\_\_\_. 26/04/2013 – ano 36 – nº108.

\_\_\_\_\_. 27/04/2013 – ano 36 – nº109.

\_\_\_\_\_. 28/04/2013 – ano 36 – nº110.

\_\_\_\_\_. 29/04/2013 – ano 36 – nº111.

\_\_\_\_\_. 30/04/2013 – ano 36 – nº112.

\_\_\_\_\_. 01/05/2013 – ano 36 – nº113.

\_\_\_\_\_. 02/05/2013 – ano 36 – nº114.

\_\_\_\_\_. 03/05/2013 – ano 36 – nº115.

\_\_\_\_\_. 05/05/2013 – ano 36 – nº116.  
\_\_\_\_\_. 06/05/2013 – ano 36 – nº117.  
\_\_\_\_\_. 07/05/2013 – ano 36 – nº150.  
\_\_\_\_\_. 08/05/2013 – ano 36 – nº151.  
\_\_\_\_\_. 09/05/2013 – ano 36 – nº152.  
\_\_\_\_\_. 10/05/2013 – ano 36 – nº153.  
\_\_\_\_\_. 11/05/2013 – ano 36 – nº154.  
\_\_\_\_\_. 12/05/2013 – ano 36 – nº155.  
\_\_\_\_\_. 13/05/2013 – ano 36 – nº156.  
\_\_\_\_\_. 14/05/2013 – ano 36 – nº157.  
\_\_\_\_\_. 15/05/2013 – ano 36 – nº158.  
\_\_\_\_\_. 16/06/2013 – ano 36 – nº185.  
\_\_\_\_\_. 18/06/2013 – ano 36 – nº186.  
\_\_\_\_\_. 19/06/2013 – ano 36 – nº190.  
\_\_\_\_\_. 20/06/2013 – ano 36 – nº191.  
\_\_\_\_\_. 21/06/2013 – ano 36 – nº192.  
\_\_\_\_\_. 22/06/2013 – ano 37 – nº193.  
\_\_\_\_\_. 23/06/2013 – ano 36 – nº194.  
\_\_\_\_\_. 24/07/2013 – ano 36 – nº195.  
\_\_\_\_\_. 25/07/2013 – ano 36 – nº196.  
\_\_\_\_\_. 26/07/2013 – ano 36 – nº197.  
\_\_\_\_\_. 27/07/2013 – ano 36 – nº198.  
\_\_\_\_\_. 28/07/2013 – ano 36 – nº199.  
\_\_\_\_\_. 29/07/2013 – ano 36 – nº200.  
\_\_\_\_\_. 30/07/2013 – ano 36 – nº201.  
\_\_\_\_\_. 31/07/2013 – ano 36 – nº202.  
\_\_\_\_\_. 01/08/2013 – ano 36 – nº203.  
\_\_\_\_\_. 02/08/2013 – ano 36 – nº204.  
\_\_\_\_\_. 03/08/2013 – ano 36 – nº205.  
\_\_\_\_\_. 04/08/2013 – ano 36 – nº206.  
\_\_\_\_\_. 05/08/2013 – ano 36 – nº207.  
\_\_\_\_\_. 06/08/2013 – ano 36 – nº208.  
\_\_\_\_\_. 07/08/2013 – ano 36 – nº209.  
\_\_\_\_\_. 08/09/2013 – ano 36 – nº241.  
\_\_\_\_\_. 09/09/2013 – ano 36 – nº242.  
\_\_\_\_\_. 10/09/2013 – ano 36 – nº243.  
\_\_\_\_\_. 11/09/2013 – ano 36 – nº244.  
\_\_\_\_\_. 12/09/2013 – ano 36 – nº245.  
\_\_\_\_\_. 13/09/2013 – ano 36 – nº246.  
\_\_\_\_\_. 14/09/2013 – ano 36 – nº247.  
\_\_\_\_\_. 15/09/2013 – ano 36 – nº248.  
\_\_\_\_\_. 16/10/2013 – ano 36 – nº279.  
\_\_\_\_\_. 17/10/2013 – ano 36 – nº280.  
\_\_\_\_\_. 18/10/2013 – ano 36 – nº281.  
\_\_\_\_\_. 19/10/2013 – ano 36 – nº282.  
\_\_\_\_\_. 20/10/2013 – ano 36 – nº283.  
\_\_\_\_\_. 21/10/2013 – ano 36 – nº284.  
\_\_\_\_\_. 22/10/2013 – ano 36 – nº285.  
\_\_\_\_\_. 23/10/2013 – ano 36 – nº286.  
\_\_\_\_\_. 24/11/2013 – ano 36 – nº318.

- \_\_\_\_\_. 25/11/2013 – ano 36 – nº319.  
 \_\_\_\_\_. 26/11/2013 – ano 36 – nº320.  
 \_\_\_\_\_. 27/11/2013 – ano 36 – nº321.  
 \_\_\_\_\_. 28/11/2013 – ano 36 – nº322.  
 \_\_\_\_\_. 29/11/2013 – ano 36 – nº323.  
 \_\_\_\_\_. 30/11/2013 – ano 36 – nº324.

## Anexo.

Tabela 2: Categorias morais nas notícias de um periódico local.

Lugares/Bairros	Temas das notícias	Expressões morais
Guarus (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento do número de homicídios em Campos;</li> <li>• Estupro;</li> <li>• Paralisação da coleta de lixo;</li> <li>• Morte por dengue;</li> <li>• Corpo encontrado em canal em Travessão;</li> <li>• Falta de energia;</li> <li>• Lacres em bombas de gasolina;</li> <li>• "Morar feliz";</li> <li>• Homicídio;</li> <li>• Facções rivais;</li> <li>• Guarus Combat;</li> <li>• Desenvolvimento social dos jovens;</li> <li>• Coleta de lixo;</li> <li>• Assalto;</li> <li>• Assalto;</li> <li>• Baleado;</li> <li>• Centro de treinamento de kickboxing;</li> <li>• Três homicídios em bairros distintos;</li> <li>• Homem ferido por arma de fogo;</li> <li>• Três ônibus assaltados;</li> <li>• Entorpecentes</li> <li>• Folga na coleta de lixo;</li> <li>• Lixo se acumula;</li> <li>• Cinco dias sem recolhimento de lixo;</li> <li>• Atropelamento na BR 101;</li> <li>• Baleeira.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bairros considerados perigosos;</li> <li>• Risco de vida para moradores e comerciantes;</li> <li>• Criminalidade na cidade;</li> <li>• Local abandonado;</li> <li>• Puxadinhos e favelização;</li> <li>• Homicídio a luz do dia;</li> <li>• Lei do silêncio;</li> <li>• Onda de crimes;</li> <li>• Locais de tráfico de drogas;</li> <li>• Homicídio em plena luz do dia;</li> <li>• Crianças menos favorecidas;</li> <li>• Alheio aos riscos e normas de trânsito;</li> <li>• Falta de consciência das pessoas.</li> </ul>
Santo Amaro (Baixada Campista (área rural))	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Festa de São Sebastião.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tradição na baixada.</li> </ul>
Morar Feliz/Casinhas/Conjunto habitacional (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tráfico de drogas; Família expulsa pelo tráfico;</li> <li>• Falta de acessibilidade;</li> <li>• Vazamento de esgoto;</li> <li>• Sem acesso a educação, ônibus e comércios.</li> <li>• Homicídio em plena luz do dia;</li> <li>• Armas, munição e drogas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Direito de ir e vir não respeitado;</li> <li>• Drama diário;</li> <li>• Puxadinho; favelização.</li> <li>• Homicídio em plena luz do dia.</li> </ul>
Eldorado (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tráfico de drogas;</li> <li>• Tentativa de homicídio;</li> </ul>	
Novo Eldorado (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Morar feliz; sem acesso a educação, ônibus e comércios;</li> <li>• Assalto;</li> <li>• Arma; munição; drogas; morar feliz;</li> <li>• Lagoa do sapo;</li> <li>• Santa Rosa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Puxadinhos; favelização;</li> <li>• Homicídio em plena luz do dia;</li> <li>• Homicídio em plena luz do dia.</li> </ul>
Cambaíba (Baixada Campista (área rural))	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estrada inaugurada.</li> </ul>	
Santa Rosa (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tráfico de drogas;</li> <li>• Tentativa de homicídio;</li> <li>• Morar feliz;</li> <li>• Emboscada; homicídio;</li> <li>• Tentativa de homicídio;</li> <li>• Esgoto a céu aberto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Homicídio em plena luz do dia;</li> <li>• Onda de crimes.</li> </ul>
Tira-Gosto (Próximo a Uenf e área central (Margem Direita) )	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tráfico de drogas;</li> <li>• Cocaína, tráfico de drogas e operação carrossel;</li> <li>• Comunidade central;</li> <li>• Guarus;</li> <li>• Barricadas;</li> </ul>	

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tráfico de drogas.</li> </ul>	
Portelinha (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tráfico de drogas; operação armagedom; porte ilegal de armas;</li> <li>• Conjunto habitacional; 1963 papéotes de cocaína; 200 gramas de pasta base; balança de precisão.</li> <li>• Detidos com drogas;</li> <li>• Tráfico de drogas.</li> </ul>	
Farol (Margem Direita (Litoral))	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Show;</li> <li>• Fogos;</li> <li>• Réveillon;</li> <li>• Ambulante morto; facada;</li> <li>• Assassinato;</li> <li>• Homicídio;</li> <li>• Homicídio;</li> <li>• Réveillon;</li> <li>• Poda da árvores;</li> <li>• Veraneio.</li> </ul>	
Baixada Campista (Área Rural)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Feira da Roça.</li> </ul>	
Pelinca (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Carros estacionados em locais proibidos;</li> <li>• Assalto a Farmácia;</li> <li>• Assaltantes; roubo</li> <li>• Trabalhador morre em construção civil;</li> <li>• Protesto; violência contra a mulher;</li> <li>• Assalto com faca.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desordem urbana na Pelinca;</li> <li>• Área nobre;</li> <li>• Área nobre.</li> </ul>
Pq. Cidade Luz (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem coleta de lixo;</li> <li>• Tentativa de homicídio.</li> </ul>	
Nova Canaã (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mulher sequestrada por namorado; violência contra a mulher;</li> <li>• Homicídios ; crime;</li> <li>• Tentativa de homicídio.</li> </ul>	
Rio Preto (Margem Direita (Área Rural))	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Feira da roça.</li> </ul>	
Ponta Grossa dos Fidalgos (Margem direita (Baixada Campista))	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Feira da roça.</li> </ul>	
Tocos (Margem Direita (Baixada Campista))	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Feira da roça; assalto.</li> </ul>	
Lagoa de Cima (Margem Direita (Área Rural))	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Feira da roça; verão nos distritos;afogamento.</li> </ul>	
Pq. Novo Mundo (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tentativa de Homicídio;</li> <li>• Alagamento.</li> </ul>	
Av. Alberto Torres (centro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Carros estacionados em locais proibidos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desordem urbana.</li> </ul>
Baleeira (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunidades centrais</li> <li>• Papéotes de cocaína e Maconha apreendidas.</li> <li>• Cocaína; Casa de Custódia; Tabletes de cocaína;</li> <li>• Tráfico de Drogas;</li> <li>• Tráfico; Rifle; Guarus.</li> </ul>	
Centro (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Carros e motos estacionados irregularmente; internet grátis;</li> <li>• Motoqueiro atira em mulher; homicídio ao lado da igreja;</li> <li>• Comércio informal;</li> <li>• Motoristas mal estacionados;</li> <li>• Carros estacionados na calçada; tentativa de assalto;</li> <li>• Carros estacionados em locais proibidos;</li> <li>• Carros nas calçadas;</li> <li>• Roubos; assaltos; insegurança;</li> <li>• Efetivo da PM atua no centro; preocupação da com a segurança local;</li> <li>• Assalto; comércio; segurança pública;</li> <li>• Abaixo assinado; redução da tarifa de esgoto;</li> <li>• Assalto;</li> <li>• Campanha; trabalho infantil;</li> <li>• Assalto a residência; luta corporal; disparo contra assaltante; legítima defesa;</li> <li>• Carros estacionados de forma irregular;</li> <li>• Falta de bicicletários; irregularidades no trânsito;</li> <li>• Tentativa de homicídio; assalto;</li> <li>• Ladrões; assalto;</li> <li>• Passeata;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transtorno;</li> <li>• Bandalha;</li> <li>• Desordem urbana;</li> <li>• Desordem urbana;</li> <li>• Desordem;</li> <li>• Bandalha;</li> <li>• Motoristas abusam nas ruas do centro.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Acidente automobilístico.</li> </ul>	
Beira Valão (Margem Direita (centro))	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Carros estacionados na calçada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Desordem urbana.</li> </ul>
Pq. Tamarandé (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Assalto.</li> </ul>	
Linha (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Promoção da juventude; Dom Bosco; promoção da juventude; centro juvenil.</li> </ul>	
Nova Campos (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Alagamento.</li> </ul>	
Rua dos Goytacazes (Margem Direita (centro))	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Carros na calçada;</li> <li>● Imprudência dos motoristas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Desordem.</li> </ul>
Caju (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Abandonados; mato nas ruas; lixo nas ruas.</li> <li>● Apreensão de cocaína;</li> <li>● Assalto a comércio.</li> </ul>	
Solar da Penha (Margem direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Alagamento.</li> </ul>	
Pq. Califórnia (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Grávida morta a tiros;</li> <li>● Assalto; bandidos; reféns em residência.</li> </ul>	
Pq. Prazeres (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Casas populares; vazamento de esgoto.</li> <li>● Tentativa de homicídio;</li> <li>● Homicídio;</li> <li>● Chefe do tráfico; detenção; tráfico de drogas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Drama diário.</li> </ul>
Princesa Isabel (IPS) (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Motoristas não respeitam a sinalização;</li> <li>● Presos e flagrante; revólver calibre 38; usuários de drogas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Desrespeito é total.</li> </ul>
Pq. Aldeia (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Dois mortos; marido trabalhador;</li> <li>● Esgoto transbordando;</li> <li>● Homem encontrado morto.</li> </ul>	
Pq. Aldeia II (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Morar feliz.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Construção irregular.</li> </ul>
Imbé (Margem Direita (área rural))	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Alagamento; famílias isoladas.</li> </ul>	
Custodópolis (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Protesto pede final de obras; Quiosques da Praça do Amarelinho; trabalhadores;</li> <li>● Posto de saúde;</li> <li>● Tentativa de homicídio; assalto.</li> </ul>	
Donana (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Alagamento;</li> <li>● Acidente automobilístico;</li> <li>● Duplo homicídio.</li> </ul>	
Jóquei (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Lixo;</li> <li>● Esgoto a céu aberto;</li> <li>● Tráfico de drogas; crack; rádio transmissor; casinhas;</li> <li>● Tiros; morte.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Abandonado.</li> </ul>
Novo Jóquei (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Casas novas entregues;</li> <li>● Homem ferido nas costas por arma de fogo;</li> <li>● Homicídio qualificado</li> </ul>	
Jardim Carioca (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Creche sem aula;</li> <li>● Incêndio.</li> </ul>	
Mercado Municipal (Margem Direita (centro))	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Tiros; assalto; bandidos;</li> <li>● Higiene no Mercado Municipal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Açougues com falta de higiene.</li> </ul>
Pq. São Silvestre (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Morte a facadas;</li> <li>● Incêndio;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Sábado violento.</li> </ul>
Madureira (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Apreensão de maconha; Guarus; barricadas.</li> </ul>	
Sapucaia (Margem Direita (área rural))	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Tentativa de homicídio.</li> </ul>	
Goytacazes (Margem Direita – 2º Distrito)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Morte; homem encontrado morto dentro de canal; legal;</li> <li>● Bairro legal;</li> <li>● Meningite Pneumocócica;</li> <li>● Baixada campista; fuligem; maior produtor de cana em Campos;</li> <li>● Manifestantes;</li> <li>● Homicídio;</li> <li>● Duplo homicídio.</li> </ul>	
Travessão (Margem Esquerda – 7º Distrito)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Corpo encontrado no canal; Guarus;</li> <li>● Corpo de Jovem encontrado na calçada;</li> </ul>	
Penha (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Prisão de assassino; monstro da van;</li> <li>● apreensão de sacólés de cocaína e buchas de maconha;</li> <li>● Morar feliz;</li> <li>● Morte de mulher; violência contra a mulher;</li> <li>● Incêndio.</li> </ul>	
Pq. Lebrete (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Carros roubados;</li> <li>● Crimes; facção; sigla de facção.</li> </ul>	
Uenf (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Manifestação nas ruas; cabruncos.</li> </ul>	
Tapera (Margem Direita (Área Rural))	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Crime.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Péssimas condições de calçados.</li> </ul>
Vila Manhães (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Cemitério clandestino; esconderijo de drogas; traficantes.</li> </ul>	
Jardim Aeroporto (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Baleado por desconhecidos;</li> <li>● Homem baleado;</li> </ul>	

Brejo Grande (Margem Esquerda - área rural)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Homicídio;</li> <li>Menino arrastado por égua.</li> </ul>	
Terra Prometida (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ex-catadores; cidadania.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Extrema pobreza.</li> </ul>
Cemitério do Caju (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>TCP; bala pó puro; drogas;</li> </ul>	
Artur Bernardes (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Obras.</li> </ul>	
Pq. Aurora (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Homicídio;</li> <li>Homicídio.</li> </ul>	
Bugalho (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Homicídio;</li> <li>Alagamento; protesto; chuvas.</li> </ul>	
Conselheiro Josino (Margem Esquerda – 12º Distrito)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Homicídio.</li> </ul>	
Marechal Deodoro (Margem Direita - centro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Motoristas não respeitam nem a área da guarda municipal.</li> </ul>	
Pq. Tarcísio Miranda (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Área de Lazer; Inauguração da Praça.</li> </ul>	
Pq. Alzira Vargas (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cidade da criança; área de lazer.</li> </ul>	
Pq. São Jorge (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assassinato.</li> </ul>	
Pq. Calabouço (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tentativa de homicídio;</li> <li>Tentativa de homicídio; tentativa de latrocínio.</li> </ul>	
Pq. Santa Clara (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tentativa de homicídio.</li> </ul>	
Av. 28 de Março (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Buracos;</li> <li>Alagamento;</li> <li>Baixada Campista;</li> <li>Acidente automobilístico.</li> </ul>	
Pq. Presidente Vargas (Margem Esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tentativa de homicídio;</li> </ul>	
Pq. Guarus	<ul style="list-style-type: none"> <li>Menor; 12 pedras de crack; 64 papalotes de cocaína; 8 sacolés de maconha.</li> </ul>	
Lapa (Margem Direita - centro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Populações ribeirinhas.</li> </ul>	
Santa Cruz (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rotary Club de Campos; doações; óculos.</li> </ul>	
Chatuba (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Homicídio.</li> </ul>	
Ururaf (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Afogamento no rio (Rio Ururaf).</li> </ul>	
Rio Preto (Margem Direita – Área Rural)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Corpos exumados; intoxicação; agricultor.</li> </ul>	
Pq. Leopoldina (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Shopping Boulevard; menor; tentativa de assalto; tiros para o alto.</li> </ul>	
Horto Municipal (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mudas ornamentais para distribuição.</li> </ul>	
Campo novo (Margem Esquerda - Área rural)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estrada inaugurada.</li> </ul>	
Marrecas (Margem Direita - Baixada campista)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Poste cai.</li> </ul>	
São Sebastião (Margem Direita – 4º Distrito)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tiro; jovem; comemoração de natal; morte.</li> </ul>	
BR 101 (Rodovia)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atropelamento; passarela; manifestação da população antes das passarelas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de consciência das pessoas.</li> </ul>
Pq. Rodoviário (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reivindicação; Passarela.</li> </ul>	
Pq. Imperial (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não tem como atravessar a pista.</li> </ul>	
Oriente (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Limpeza pública; limpeza pública; prefeitura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Favela do Oriente.</li> </ul>
Ilha do Cunha (Margem Direita)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rapaz amordaçado; sinais de tortura; remoção de barricadas; Baleeira; favela do oriente; limpeza pública; prefeitura.</li> </ul>	